

**DULCE JESUS DIAS GONÇALVES**

**IDENTIDADE PARTIDÁRIA NA ESCOLHA DOS  
ELEITORES DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE  
ÉVORA NAS ELEIÇÕES PARA AS CÂMARAS  
MUNICIPAIS**

Orientador: Professora Doutora Regina Queiroz

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**  
**Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais**

**Lisboa**

**2012**

**DULCE JESUS DIAS GONÇALVES**

**IDENTIDADE PARTIDÁRIA NA ESCOLHA DOS  
ELEITORES DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE  
ÉVORA NAS ELEIÇÕES PARA AS CÂMARAS  
MUNICIPAIS**

**Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política no  
Curso de Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação, conferido pela  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Orientador: Professora Doutora Regina Queiroz**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais**

**Lisboa**

**2012**

*Aos homens da minha vida: Pai, Irmão e Artur  
À Estrelinha mais brilhante do Firmamento  
que sei guiar-me: a minha Mãe*

## Agradecimentos

Este momento de agradecimento é dirigido a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram no desenvolvimento deste projeto.

À Professora Regina Queiroz, que de uma forma muito profissional, disponível e presente orientou a minha dissertação, deixo o meu sincero obrigado. O seu espírito crítico e a objetividade com que sempre apreciou o trabalho desenvolvido e respondeu às minhas dúvidas transmitiram-me muita segurança e confiança.

Ao meu irmão, Daniel, que para além do apoio incondicional e da força que me transmitiu nas alturas mais difíceis, não deixando que perdesse de vista o meu objetivo final, me deu também um imprescindível auxílio na leitura e revisão do texto, dirijo um agradecimento especial.

Ao Artur, pela compreensão nos momentos em que não lhe dispensei a atenção merecida, pela paciência, amor e apoio incondicional, agradeço profundamente.

Aos meus conhecidos e amigos que colaboraram na distribuição dos questionários – Tânia, Artur, Lúcia, Isabel, Ângela, Liliana, Nuno, Diogo, Margarida, Helena, Anabela, Daniel, Helena Godinho, Cármen, Nuno Leitão, José Luís e Carlos – e a todas as pessoas que gentilmente se disponibilizaram a participar neste estudo dirijo um grande obrigado.

Às professoras Adelaide Proença e Elisabete Carolino pelo apoio prestado na análise e tratamento dos dados estatísticos deixo uma palavra de agradecimento.

Ao Engenheiro António Rodrigues da Direção Geral da Administração Interna, pelo fornecimento dos resultados das eleições legislativas e autárquicas, o meu muito obrigado.

Por fim, um agradecimento muito profundo à minha família, em especial aos meus pais, por me terem incutido princípios como a perseverança, a humildade e o esforço e que fizeram de mim o que sou hoje.

## Resumo

O estudo do comportamento eleitoral dos cidadãos tem contribuído para o desenvolvimento de modelos que propõem explicações distintas sobre as razões e motivações que, nas mesas de voto, determinam a escolha dos eleitores.

Neste contexto, o estudo realizado tem como fundamental objetivo investigar a importância da identidade partidária no voto dos eleitores do distrito de Évora nas eleições autárquicas. Na concretização dos objetivos foram utilizados dois métodos de investigação: o modelo histórico com a análise dos resultados das eleições autárquicas e legislativas e em contraponto, o modelo descritivo com a aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa de eleitores de todos os concelhos do distrito. No questionário investigou-se, entre outras questões, o grau de interesse pela política no geral, o grau de informação política, a identificação e simpatia dos eleitores com os partidos e as motivações para o voto dos eleitores nas eleições para as Câmaras Municipais.

De acordo com as conclusões, a identificação dos cidadãos com os partidos políticos não é a principal motivação para o voto dos eleitores do distrito nas eleições autárquicas. Contudo, a inexistência de diferenças significativas entre os resultados obtidos pelos partidos nas eleições autárquicas e legislativas realizadas, ao longo dos anos, reporta para o facto de a identidade partidária ter, ainda, um peso muito importante na decisão do voto dos eleitores.

**Palavras-chave:** Eleições Autárquicas; Identidade Partidária; Motivações para o voto; Partidos Políticos; Poder Local; Representação Política.

## Abstract

The study of the citizens' electoral behaviour has contributed to the development of models that offer different explanations behind the reasons and motivations that, on the polling station, determine the elector's choice.

In this context, this study has as main objective to investigate the importance of the party identity in the elector's vote in the district of Évora, in the autarchic elections. While pursuing the objectives two investigation methods were used: the historical model with the review of the autarchic and legislative elections results, and on the other hand, the descriptive model which features an inquiry to a sample representing the electors of all towns in the district. In the inquiry it was investigated, among other subjects, the level of interest in politics in general, the level of political information, whether the electors related to the parties and the elector's motivations to vote in the City Hall elections.

According to the conclusions taken, whether the electors relating to the political parties is not the main motivation behind the vote in the the autarchic elections. However, the lack of significative differences between the parties results in the autarchic elections along the years, show that the party identity still plays a very important role in the elector's voting decision.

**Key Words:** Autarchic Elections; Political Identity; Voting Motivation; Political Parties; Local Power; Political Representation.

## Abreviaturas

**APA** – *American Psychological Association*

**Art.º** – Artigo

**BE** – Bloco de Esquerda

**CDS-PP** – Centro Democrático e Social – Partido Popular

**CEAL** – Carta Europeia de Autonomia Local

**CNE** – Comissão Nacional de Eleições

**CRP** – Constituição da República Portuguesa

**DGAI** – Direção Geral da Administração Interna

**DL** – Decreto-Lei

**EUA** – Estados Unidos da América

**LEAR** – Lei Eleitoral para a Assembleia da República

**LEOAL** – Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais

**LPPP** – Lei dos Partidos Políticos Portugueses

**n** – Dimensão da Amostra

**N** – Dimensão da População

**n.º** – Número

**PCP** – Partido Comunista Português

**PEV** – Partido Ecologista “Os Verdes”

**PPD-PSD** – Partido Social Democrata

**PRACE** – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

**PS** – Partido Socialista

**SEALOT** – Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território

**SPSS** – *Statistical Package for the Social Science*

**VD** – Variável Dependente

**VI** – Variável Independente

## Índice Geral

|                                                                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução .....                                                                                              | 1  |
| Parte I.....                                                                                                  | 6  |
| Capítulo I.....                                                                                               | 7  |
| Comportamento Eleitoral — A Identidade Partidária e a Imagem do Candidato como<br>Motivação para o Voto ..... | 7  |
| 1. Identidade Partidária na Origem da Fidelidade aos Partidos.....                                            | 8  |
| 1.1. Origem e Dimensões do Conceito .....                                                                     | 8  |
| 1.2. A Identidade Partidária e a Fidelidade na Origem do Voto Partidário ou Duro<br>.....                     | 10 |
| 1.3. O Desalinhamento Partidário e a Volatilidade Eleitoral.....                                              | 11 |
| 1.3.1. Evolução do Desalinhamento Partidário na Europa .....                                                  | 13 |
| 1.4. A Personalização da Política.....                                                                        | 15 |
| 1.4.1. A Personalização da Política e a sua Aplicação Prática aos Níveis<br>Nacional e Local.....             | 15 |
| 1.4.2. A Influência da Personalização da Política na Escolha do Voto .....                                    | 17 |
| 2. Modelos do Comportamento Eleitoral .....                                                                   | 18 |
| 2.1. Modelo Sociológico.....                                                                                  | 18 |
| 2.2. Modelo Psicossociológico .....                                                                           | 20 |
| 2.3. Modelo do Voto Económico ou Teoria da Escolha Racional.....                                              | 22 |
| 2.4. Relação Entre a Identidade Partidária e os Modelos do Comportamento<br>Eleitoral.....                    | 24 |
| 3. As Motivações dos Eleitores e os Tipos de Votos.....                                                       | 25 |
| Capítulo II.....                                                                                              | 30 |
| A Representação Política.....                                                                                 | 30 |
| 1. A Natureza e as Vertentes do Conceito de Representação Política.....                                       | 31 |
| 1.1. A Representação como uma Relação entre Representantes e Representados: a<br>Conceção Formalista.....     | 32 |

|                                                                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.1.1. Autorização ( <i>authorization</i> ).....                                                                               | 32 |
| 1.1.2. Responsabilidade ( <i>accountability</i> ).....                                                                         | 33 |
| 1.2. A Representação como uma Forma Indireta de Governo: A Conceção Descritiva.....                                            | 34 |
| 1.2.1. Representação Simbólica.....                                                                                            | 34 |
| 1.2.2. Representação Carismática.....                                                                                          | 35 |
| 1.2.2.1. Perspetiva Tradicional da Representação Carismática .....                                                             | 35 |
| 1.2.2.2. Perspetiva Moderna da Representação Carismática .....                                                                 | 36 |
| 1.3. A Representação como um Processo de Tomada de Decisões: A Controvérsia entre o Mandato Livre e o Mandato Imperativo ..... | 37 |
| 1.3.1. Mandato Imperativo.....                                                                                                 | 38 |
| 1.3.2. Modelo Fiduciário .....                                                                                                 | 38 |
| 1.3.3. Relativização da Controvérsia .....                                                                                     | 39 |
| 2. Eleições e a Relação com a Representação Política .....                                                                     | 41 |
| 2.1. Eleições Legislativas em Portugal .....                                                                                   | 42 |
| 2.2. Eleições Autárquicas em Portugal .....                                                                                    | 44 |
| Capítulo III .....                                                                                                             | 45 |
| Os Partidos Políticos como Principais Meios de Efetivação da Representação Política.....                                       | 45 |
| 1. Partidos Políticos.....                                                                                                     | 46 |
| 1.1. Origem dos Partidos Políticos.....                                                                                        | 47 |
| 1.1.1. Origem Eleitoral e Parlamentar – Partidos de Origem Interna.....                                                        | 47 |
| 1.1.2. Origem Extra-parlamentar – Partidos de Origem Externa.....                                                              | 48 |
| 1.2. Estrutura e Organização dos Partidos Políticos .....                                                                      | 49 |
| 1.2.1. Partidos ‘Burgueses’ ou de Comités.....                                                                                 | 49 |
| 1.2.2. Partidos de Enquadramento das Massas Populares .....                                                                    | 50 |
| 1.2.3. Partidos Centralizados ou Totalitários.....                                                                             | 50 |
| 1.2.4. <i>Catch-all Party</i> (Partido Agarra Tudo).....                                                                       | 51 |

|                                                                                                      |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.3. Funções dos Partidos Políticos .....                                                            | 52 |
| 1.3.1. Perspetiva Restrita .....                                                                     | 53 |
| 1.3.1.1. Função de Representação da Opinião do Eleitorado .....                                      | 54 |
| 2. Partidos Políticos em Portugal.....                                                               | 55 |
| 2.1. Caracterização Jurídica dos Partidos Políticos Portugueses .....                                | 55 |
| 2.1.1. Princípios Fundamentais da Atividade Partidária.....                                          | 56 |
| 2.1.1.1. Princípio Democrático .....                                                                 | 56 |
| 2.1.1.2. Princípio da Transparência.....                                                             | 57 |
| 2.1.1.3. Princípio da Liberdade de Filiação .....                                                    | 58 |
| 2.1.1.4. Princípio da Filiação Direta e Única .....                                                  | 58 |
| 2.1.1.5. Princípios da Liberdade de Associação .....                                                 | 59 |
| 3. Os Quatro Principais Partidos Políticos Portugueses .....                                         | 59 |
| 3.1. Partido Comunista Português – PCP .....                                                         | 59 |
| 3.2. Partido Socialista – PS .....                                                                   | 60 |
| 3.3. Partido Social Democrata – PPD-PSD .....                                                        | 61 |
| 3.4. Centro Democrático e Social, Partido Popular – CDS-PP.....                                      | 62 |
| Capítulo IV .....                                                                                    | 63 |
| Poder Local.....                                                                                     | 63 |
| 1. O Poder Local em Portugal .....                                                                   | 64 |
| 1.1. Génese e Evolução.....                                                                          | 64 |
| 1.2. A Autonomia e a Tutela das Autarquias Locais .....                                              | 66 |
| 1.3. A Estrutura e os Órgãos da Administração Local.....                                             | 67 |
| 1.4. Características da Administração Local Portuguesa e a Relação com o Poder Central.....          | 68 |
| 1.4.1. Relação entre a Administração Local e o Poder Central: a Importância da Descentralização..... | 69 |
| 1.5. Competências das Autarquias Locais .....                                                        | 70 |

|                                                                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Parte II .....                                                                                                     | 72 |
| Capítulo V .....                                                                                                   | 73 |
| Metodologia.....                                                                                                   | 73 |
| 1. Identificação dos Eixos da Investigação.....                                                                    | 74 |
| 2. Identificação e Classificação das Variáveis.....                                                                | 74 |
| 3. Desenho da Investigação .....                                                                                   | 76 |
| 3.1. O Método e o Tipo de Investigação .....                                                                       | 76 |
| 3.1.1. Método de Investigação Histórica .....                                                                      | 77 |
| 3.1.2. Método de Investigação Descritiva .....                                                                     | 78 |
| 3.2. A Recolha dos Dados e População Alvo .....                                                                    | 79 |
| 3.2.1. Método de Investigação Histórica .....                                                                      | 79 |
| 3.2.2. População Alvo e Abrangência Geográfica e Temporal .....                                                    | 79 |
| 3.2.3. Método de Investigação Descritiva .....                                                                     | 80 |
| 3.2.3.1 População, Amostra Representativa e Métodos de Amostragem ..                                               | 80 |
| 3.2.4 Inquérito Por Questionário .....                                                                             | 83 |
| 3.3. Processos de Medida.....                                                                                      | 84 |
| 3.3.1. Códigos atribuídos às Variáveis Dependentes.....                                                            | 85 |
| 3.3.2. Códigos atribuídos às Variáveis Independentes .....                                                         | 87 |
| 4. Método de Análise de Dados.....                                                                                 | 92 |
| Capítulo VI.....                                                                                                   | 94 |
| Apresentação e Análise dos Resultados .....                                                                        | 94 |
| 1. Análise dos Dados da Investigação Histórica .....                                                               | 95 |
| 1.1. Análise Evolutiva dos Partidos nas Eleições Autárquicas e Legislativas.....                                   | 95 |
| 1.1.1. Eleições Legislativas .....                                                                                 | 95 |
| 1.1.2. Eleições Autárquicas .....                                                                                  | 97 |
| 1.2. Comparação dos Resultados Obtidos pelos Partidos, por Concelho, nas Eleições Legislativas e Autárquicas ..... | 98 |

|      |                                                                                    |     |
|------|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.   | Análise dos Dados da Investigação Descritiva.....                                  | 109 |
| 2.1. | Caracterização da Amostra de Acordo com as Especificidades Sociais.....            | 109 |
| 2.2. | Caracterização da Amostra de Acordo com os Interesses e as Posições Políticas..... | 116 |
| 2.3. | Análise das Hipóteses .....                                                        | 121 |
|      | Conclusão .....                                                                    | 140 |
|      | Bibliografia.....                                                                  | 145 |
|      | Apêndices .....                                                                    | 158 |

## Índice de Quadros

|                                                                                                    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro I - Síntese das Abordagens à Natureza da Representação Política .....                       | 41 |
| Quadro II- Síntese da Distinção entre Partidos de Origem Interna e Partidos de Origem Externa..... | 48 |
| Quadro III – Órgãos Autárquicos .....                                                              | 67 |
| Quadro IV– Cálculo da Amostra Estratificada por Concelho .....                                     | 82 |

## **Índice de Ilustrações**

|                                           |    |
|-------------------------------------------|----|
| Ilustração I – Funil da Causalidade ..... | 21 |
|-------------------------------------------|----|

## **Índice de Tabelas**

|                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela I – Medidas de Estatística Descritiva (em percentagem).....                         | 99  |
| Tabela II – Relação entre os Rendimentos e o Número de Elementos do Agregado Familiar..... | 115 |
| Tabela III – Distribuição das Razões Apontadas para o Desinteresse pela Política....       | 117 |

## Índice de Gráficos

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico I – Identificação com os Partidos na Europa de 1976-2002.....                                               | 13  |
| Gráfico II – Evolução dos Partidos nas Eleições Legislativas.....                                                   | 95  |
| Gráfico III – Evolução dos Partidos nas Eleições Autárquicas.....                                                   | 97  |
| Gráfico IV – Médias dos Resultados Obtidos pelos Partidos nas Eleições Legislativas.....                            | 102 |
| Gráfico V – Médias dos Resultados Obtidos pelos Partidos nas Eleições Autárquicas.....                              | 103 |
| Gráfico VI – Comparação entre os Resultados Eleitorais da Coligação PCP-PEV nas Legislativas e nas Autárquicas..... | 105 |
| Gráfico VII – Comparação entre os Resultados Eleitorais do PS nas Legislativas e nas Autárquicas.....               | 106 |
| Gráfico VIII – Comparação entre os Resultados Eleitorais do PPD-PSD nas Legislativas e nas Autárquicas.....         | 107 |
| Gráfico IX – Comparação entre os Resultados Eleitorais do CDS-PP nas Legislativas e nas Autárquicas.....            | 108 |
| Gráfico X – Distribuição dos Inquiridos por Idade.....                                                              | 110 |
| Gráfico XI – Distribuição dos Inquiridos por Concelho.....                                                          | 111 |
| Gráfico XII – Distribuição dos Inquiridos por Graus de Ensino.....                                                  | 112 |
| Gráfico XIII – Distribuição dos Inquiridos por Situação Face ao Emprego.....                                        | 113 |
| Gráfico XIV – Distribuição dos Inquiridos por Profissão.....                                                        | 113 |
| Gráfico XV – Distribuição dos Inquiridos por Número de Elementos do Agregado Familiar.....                          | 114 |
| Gráfico XVI – Distribuição dos Eleitores pelos Grupos Sociais.....                                                  | 116 |
| Gráfico XVII – Satisfação dos Eleitores com a Política.....                                                         | 118 |
| Gráfico XVIII – Utilidade dos Partidos Políticos.....                                                               | 119 |
| Gráfico XIX – Identificação dos Eleitores com os Partidos.....                                                      | 120 |
| Gráfico XX – Situações em que os Eleitores Votam no Partido com que se Sentem Identificados.....                    | 121 |
| Gráfico XXI – Voto dos Eleitores nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009.....                               | 122 |
| Gráfico XXII – Razões que Levaram os Eleitores a Votarem no mesmo Partido.....                                      | 123 |

|                                                                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico XXIII – Razões que Levaram os Eleitores a Votarem em Partidos Diferentes.....                                                            | 123 |
| Gráfico XXIV – Motivações para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas.....                                                                | 124 |
| Gráfico XXV – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e o Género.....                                    | 127 |
| Gráfico XXVI – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e a Idade.....                                    | 128 |
| Gráfico XXVII – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e o Concelho de Residência.....                  | 129 |
| Gráfico XXVIII – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e as Habilitações Literárias.....               | 130 |
| Gráfico XXIX – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e a Situação Face ao Emprego.....                 | 131 |
| Gráfico XXX – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e a Profissão.....                                 | 132 |
| Gráfico XXXI – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e o Número de Elementos do Agregado Familiar..... | 133 |
| Gráfico XXXII – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e os Rendimentos do Agregado Familiar.....       | 134 |
| Gráfico XXXIII – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e o Grupo Social.....                           | 135 |
| Gráfico XXXIV – Associação entre o Grau de Interesse pela Política e a Simpatia pelos Partidos.....                                              | 136 |
| Gráfico XXXV – Associação entre o Grau de Interesse pela Política e o Partido com o qual os Eleitores se Identificam.....                        | 137 |
| Gráfico XXXVI – Associação entre o Grau de Informação Política e a Simpatia pelos Partidos.....                                                  | 138 |
| Gráfico XXXVII – Associação entre o Grau de Informação Política e o Partido com o qual os Eleitores se Identificam.....                          | 138 |

## INTRODUÇÃO

Em Évora, distrito pertencente à Região Alentejo e consequentemente tido como um dos últimos bastiões do Comunismo em Portugal, verificou-se aparentemente nos últimos anos uma alteração do sentido do voto do eleitorado nas diferentes eleições. Relacionado com esse aspeto, a identificação partidária dos eleitores pode ter-se alterado também. Deste modo, objetiva-se com a presente dissertação analisar em que medida a identidade partidária dos eleitores do distrito de Évora influencia a decisão do seu voto nas eleições para as Câmaras Municipais. Concretamente, pretende-se avaliar se a identificação dos eleitores com os partidos políticos tem maior peso na decisão do seu voto do que a simpatia e identificação com os candidatos e do que qualquer outra motivação. Pretende-se ainda associar a simpatia e identificação dos eleitores com os partidos com o seu grau de interesse e informação política e, ainda as motivações para o voto nas eleições autárquicas com as suas características sociais e pessoais.

Ao nível do poder local existe uma maior proximidade entre candidatos e eleitores, que se explica pela reduzida abrangência geográfica dos municípios quando comparados com a totalidade do território nacional. Esta proximidade afirma a utilidade da reflexão sobre a importância da identidade partidária enquanto motivação para o voto nas eleições para eleger o presidente da câmara. Interessa estimar até que ponto a proximidade entre representantes e representados possibilita uma maior valorização dos atributos e qualidades pessoais dos candidatos em prejuízo da identidade e identificação que os eleitores sentem em relação aos partidos.

O poder local assume nos dias de hoje uma importância cada vez maior na qualidade de vida dos cidadãos, tanto pela proximidade como pela capacidade que manifesta em dar resposta às suas necessidades e aspirações de forma célere e eficaz. A intervenção das autarquias abrange áreas tão importantes como a educação, a cultura, a intervenção social e a gestão e manutenção dos espaços públicos e do património. Neste sentido, a crescente complexidade e abrangência das atribuições e competências do poder local, por um lado tornam imperativo que os cargos políticos locais sejam exercidos por pessoas manifestamente capazes de dar resposta aos desafios impostos pela gestão dos recursos económicos e humanos da autarquia, e por outro, impelem os eleitores a uma maior responsabilidade na escolha e atribuição do seu voto nas eleições para a Câmara Municipal. Sendo os partidos políticos os principais meios de efetivação da representação política, importa avaliar se os

eleitores lhes reconhecem essa capacidade, se se identificam com algum partido e se essa identificação faz com que lhe permaneçam fieis na votação para a eleição do presidente da câmara.

As conclusões do estudo podem contribuir para uma melhor compreensão do papel dos partidos políticos na política local e da importância da identidade partidária enquanto motivação para o voto dos eleitores ao nível do poder autárquico. Estas duas problemáticas estão ainda em desenvolvimento na ciência política, pelo que se justifica a pertinência do estudo.

Neste contexto definem-se os objetivos específicos da dissertação:

- Investigar a importância da identidade partidária enquanto motivação para o voto dos eleitores nas eleições autárquicas – eleição para a câmara municipal;
- Analisar a evolução dos resultados das eleições autárquicas – eleição para a câmara municipal – e das legislativas nos concelhos do distrito de Évora;
- Verificar se existem semelhanças entre os resultados obtidos, por cada partido, nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas ao longo dos anos, nos catorze concelhos do distrito de Évora;
- Conhecer as motivações que determinam os votos dos eleitores nas eleições para a câmara municipal;
- Associar a identificação e simpatia dos eleitores face aos partidos com o interesse pela política e com o seu nível de informação política;
- Conhecer a importância que os eleitores atribuem aos partidos políticos enquanto meios de efetivação da representação política;
- Analisar o grau de satisfação dos eleitores com o funcionamento global da política;
- Analisar a importância que os eleitores atribuem aos candidatos na decisão do seu voto para as eleições para as câmaras municipais;
- Verificar se os eleitores votam no mesmo partido ou em partidos diferentes nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas.

Propõe-se como ponto de partida da investigação a seguinte questão: Será a identidade partidária o critério decisivo na escolha do voto para as eleições autárquicas<sup>1</sup>, eleição para a câmara municipal, nos concelhos do distrito de Évora?

---

<sup>1</sup> Sempre que ao longo da dissertação se leia eleições autárquicas, entenda-se que se considera apenas a eleição para a Câmara Municipal.

O estudo da problemática da importância da identidade partidária na direção do voto dos eleitores na eleição para a câmara municipal permitirá a confirmação ou rejeição dos postulados que se apresentam:

Primeira Hipótese: Os eleitores votam no mesmo partido político nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas.

Segunda Hipótese: Nas eleições autárquicas os eleitores votam de acordo com a sua identificação com os partidos e com os ideais que estes preconizam;

Terceira Hipótese: Nas eleições autárquicas o voto dos eleitores é motivado pela simpatia e identificação com os candidatos;

Quarta Hipótese: A Motivação para o voto dos eleitores nas eleições autárquicas encontra-se associada às suas características sociais;

Quinta Hipótese: A identificação dos eleitores com os partidos encontra-se associada ao seu nível de interesse e informação política.

Estruturalmente, a dissertação encontra-se dividida em duas partes. A primeira parte é constituída por quatro capítulos que tratam do enquadramento teórico e da revisão da literatura com recurso à pesquisa e análise de referências bibliográficas de documentos como livros, trabalhos de investigação, leis e diplomas legais, que consubstanciam a fase conceptual do processo de investigação.

O capítulo I da primeira parte – Comportamento Eleitoral: Identidade Partidária e a Imagem do Candidato como Motivação para o Voto – inicia-se com a análise do conceito de identidade partidária e com exposição da sua relação com o voto duro e com a fidelidade dos eleitores aos partidos, ao longo do tempo e nos diferentes momentos eleitorais. Diversos estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos da América dão conta do declínio da identidade partidária e do desenvolvimento do desalinhamento partidário a partir da década de 60. Deste modo, e surgindo a personalização da política como uma possível explicação para os fenómenos, entende-se importante a clarificação deste conceito e da influência que exerce na escolha do voto dos eleitores.

Considerando a relação existente entre a personalização da política e a identidade partidária, na medida em que, a primeira conduz possivelmente ao declínio da segunda, optou-se pelo estudo aprofundado da importância destas duas motivações na decisão do voto dos eleitores.

Reserva-se também neste capítulo lugar para a apresentação dos três modelos de comportamento eleitoral conhecidos na ciência política: Modelo Sociológico; Modelo

Psicossociológico; Modelo do Voto Económico ou Teoria da Escolha Racional. Depois de apresentados os modelos faz-se uma pequena reflexão sobre a importância que cada um deles atribui à identidade partidária enquanto motivação para o voto dos eleitores.

Realiza-se ainda, uma breve alusão aos diversos tipos de voto, bem como às motivações que lhes dão origem, salvaguardando contudo, que as motivações dos eleitores poderão não se esgotar nas apresentadas na dissertação.

No capítulo II – A Representação Política – clarifica-se o conceito de representação política e relacionam-se as vertentes e as concepções da sua natureza propostas por Pitkin e por Martins. Liga-se ainda, a representação com o conceito de eleição política e efetua-se uma breve alusão aos mecanismos e regras reguladoras da eleição da Assembleia da República e dos Órgão de Gestão Autárquica.

No Capítulo III – Os Partidos Políticos como Meios de Efetivação da Representação Política – apresenta-se o conceito de partido político e alude-se à sua evolução desde o seu surgimento, na primeira metade do século XIX, até aos dias de hoje. No respeitante à origem distinguem-se, à luz do pensamento de Duverger, partidos de origem interna, que surgiram no interior do parlamento por associação de um grupo de deputados, e partidos de origem externa que surgiram fora do parlamento e do processo eleitoral para neles penetrarem.

A estrutura e organização dos partidos políticos são também alvo de estudo, distinguindo-se os partidos ‘burgueses’ ou de comités, os partidos de enquadramento das massas populares, os partidos centralizados ou totalitários e os *catch-all party* (partidos agarra tudo). Apresentam-se as perspetivas restrita e alargada das funções dos partidos, dando-se especial expressão à primeira, por se encontrar diretamente relacionada com as suas funções representativas e, por esse motivo, ser de grande interesse para a problemática em estudo.

Conclui-se o capítulo com a caracterização jurídica dos partidos portugueses, com a exposição dos cinco princípios orientadores da sua atuação, consagrados na Lei dos Partidos Políticos Portugueses (LPPP) e com a caracterização dos quatro principais partidos políticos, nomeadamente Partido Comunista Português, Partido Socialista, Partido Social Democrata e Partido Popular.

O capítulo IV – Poder Local – tem início com a caracterização, génese e evolução do poder local em Portugal. Examina-se a autonomia e tutela das autarquias, a sua estrutura e os órgãos deliberativos e executivos que as compõem, a relação que estabelecem com o poder central e as competências que lhes estão atribuídas. Este capítulo pretende,

fundamentalmente, mostrar a importância do papel desempenhado pelo poder local no concernente ao desenvolvimento local e à qualidade de vida dos cidadãos.

A segunda parte da dissertação é constituída por dois capítulos. No capítulo V – Metodologia – identificam-se os eixos da investigação, classificam-se as variáveis em estudo, delimita-se a população e a respetiva amostra representativa e apresentam-se os métodos utilizados na recolha da informação, bem como as técnicas de análise de dados utilizadas. Os métodos utilizados na investigação são qualitativo e quantitativo.

No capítulo VI – Análise dos Resultados – comentam-se os dados obtidos pela análise dos resultados eleitorais nos concelhos do distrito de Évora nas eleições autárquicas e legislativas realizadas entre 1976 e 2009 inclusive, e pela aplicação do questionário a uma amostra representativa dos eleitores do distrito. Ainda neste capítulo são apresentadas as conclusões obtidas com a realização do estudo.

As citações e referências bibliográficas estão de acordo com a norma da *American Psychological Association* (APA). As citações indiretas, ou seja aquelas retiradas de uma fonte que não a original, encontram-se acompanhadas por uma nota de rodapé onde consta a referência da obra original e da obra consultada.

## **PARTE I**

## **CAPÍTULO I**

# **COMPORTAMENTO ELEITORAL — A IDENTIDADE PARTIDÁRIA E A IMAGEM DO CANDIDATO COMO MOTIVAÇÃO PARA O VOTO**

## **1. IDENTIDADE PARTIDÁRIA NA ORIGEM DA FIDELIDADE AOS PARTIDOS**

A averiguação da importância da identidade partidária como motivação para o voto nas eleições para a câmara municipal nos concelhos do distrito de Évora torna imperativo, não só o estudo dos conceitos de identidade partidária e de voto duro, como também de personalização da política e de voto por imagem. A personalização da política é, teoricamente, apontada por diversos autores, como a causa do declínio da identidade partidária dos eleitores e, consequentemente do desalinhamento partidário, pelo que se justifica, neste trabalho, a confrontação dos dois tipos de voto – voto duro e voto por imagem.

### **1.1. Origem e Dimensões do Conceito**

A identidade concebida como uma representação que permite aos indivíduos o reconhecimento da sua posição social e das suas relações com os restantes indivíduos ou grupos, pode também definir-se em termos políticos. A identificação política é construída com base em crenças, valores, opiniões, conhecimentos e expectativas, e permite a compreensão da cultura política de uma determinada sociedade (Martínez & Salcedo, 2000).

Cada ser, cada grupo, cada comunidade, é uma combinação absolutamente original, única e irrepetível de fatores. Entre indivíduos, grupos ou comunidades pode haver semelhanças, mas jamais existirão igualdades. A identidade é o reconhecimento e a consciência da nossa própria memória, do nosso próprio eu, inconfundível e inalterável. Essa consciência é normalmente acompanhada por preferências políticas e por tomadas de decisão em relação aos problemas políticos. (Arnoletto, 2007, p41, tradução livre)

A identificação política influencia o comportamento dos cidadãos e implica um sentimento de pertença em relação a um qualquer grupo, que se demarca dos restantes pelas suas opiniões políticas. Tomando o partido como um grupo de referência define-se<sup>2</sup> identificação partidária como uma vinculação psicológica entre um indivíduo e um partido político. Esse vínculo implica um sentimento de pertença do primeiro em relação ao segundo, como o seu grupo de referência (Campbell, Converse, Miller & Stokes, 1965). Esta

---

<sup>2</sup> Partindo da definição de identidade política é possível contextualizar a importância da identidade e fidelidade partidária nos sistemas político e partidário. A ligação entre os cidadãos e os partidos funciona como estímulo à participação política e influencia o comportamento eleitoral dos indivíduos. A formulação clássica do conceito de identificação partidária surgiu nos anos 50 nos EUA, pelos estudos desenvolvidos na Universidade de Michigan. Este conceito proposto por Campbell et al., (1965) assumiu uma posição central na explicação do comportamento eleitoral dos cidadãos, proposta pelo modelo psicossociológico do voto, como teremos oportunidade de explorar no ponto 2 deste capítulo.

identificação é motivada pelos vários níveis psíquicos, incluindo os inconscientes, e é considerada como uma das atitudes políticas mais estáveis e que tende a reforçar-se ao longo do tempo (Arnoletto, 2007).

Concebida como resultado da socialização familiar e como meio para a caracterização da orientação afetiva dos indivíduos em relação aos partidos, a identidade partidária pode manifestar-se em vários graus de intensidade e ser positiva ou negativa (Campbell et al., 1965). Ou seja, conforme os estímulos políticos a que são expostos os indivíduos poderão valorizar em maior ou menor escala a sua identificação com um determinado partido no momento da decisão do voto. Um eleitor fortemente identificado com o seu partido político é aquele que lhe é fiel no ato eleitoral e que alia a identidade à fidelidade partidária, ao passo que um eleitor identificado em menor escala pode, num determinado momento, votar num outro partido, que não o seu, ou abster-se sem que isso afete a sua identificação partidária<sup>3</sup>.

Sustentada por uma componente psicológica, que vai muito além da afinidade ideológica ou programática, a identidade partidária estrutura os sistemas de crenças e expectativas dos indivíduos, assumindo-se como elemento fundamental na perceção e compreensão das complexidades políticas (Campbell et al., 1965). Deste modo, funciona como um guia para a formação das opiniões, ideias e princípios políticos dos indivíduos. Os partidos descodificam e filtram as mensagens políticas, tornando-as mais fáceis e acessíveis, por forma a captarem eficazmente a atenção dos eleitores. Por conseguinte, conseguem, por parte dos eleitores, maior envolvimento na vida política e a sua fidelidade no processo eleitoral.

A componente psicológica que caracteriza a identidade partidária permite a sua diferenciação em relação a alguns conceitos que lhes são similares, nomeadamente, a simpatia em relação a um partido, a intenção do voto e a preferência partidária (López, 2008). Estes conceitos traduzem tendências centralizadas num determinado momento eleitoral, não imprimindo por isso um vínculo durável e relativamente estável entre indivíduos e partidos. Por serem de motivações transitórias, tanto a simpatia por um partido, como a intenção de voto e a preferência partidária, são vulneráveis à influência dos fatores de curto prazo que caracterizam o momento eleitoral em questão. Contrariamente a estes conceitos, a identidade

---

<sup>3</sup> A previsão da possibilidade de um eleitor identificado com um partido votar noutro num momento eleitoral específico é uma das questões mais ambíguas do conceito de identidade partidária proposto por Campbell et al. (1965) e pelo modelo psicossociológico do comportamento eleitoral e que posteriormente deu origem a críticas ao modelo.

partidária, só poderá ser afetada pelos fatores de longo prazo ou distais (Campbell et al., 1965).

As mudanças na identidade partidária são muito raras e apenas ocorrem sob a forma de reações a acontecimentos de grande impacto para os indivíduos, especialmente alterações viscerais na organização social e política de um país, mudança de emprego, casamento ou mudança de área de residência, etc. (Campbell et al., 1965).

O desenvolvimento do conceito de identidade partidária reporta-nos inevitavelmente para a importância das três funções que desempenha na vida política dos eleitores: a) contribui para a formação das opiniões individuais, reforçando desse modo, a capacidade de julgamento político; b) promove a participação individual na política e o nível de participação política na sociedade; e c) protege o sistema partidário do aparecimento de novas forças políticas e, estabiliza o sistema político no geral (Abramson, 1983, p 93, tradução livre).

Ao contribuir para o reforço da capacidade de julgamento dos cidadãos, pela simplificação das mensagens políticas, a identidade partidária funciona como estímulo à sua participação política e contribui, por sua vez, para a estabilidade do sistema político-partidário. Em suma, a identificação dos cidadãos com os partidos funciona como um elemento motivador e estabilizador das democracias representativas. Com efeito, se a democracia é um regime de governo e organização de um Estado onde através de mecanismos de participação direta ou indireta<sup>4</sup>, o povo tem a titularidade das decisões políticas, a democracia representativa define-se como uma forma de governo na qual as decisões políticas são tomadas por representantes eleitos pelo povo (Martins, 2008). Cabe ao eleitor a responsabilidade da escolha dos representantes políticos, através do exercício do voto livre, é-lhe reconhecido um papel fundamental em qualquer democracia representativa.

## **1.2. A Identidade Partidária e a Fidelidade na Origem do Voto Partidário ou Duro**

A identidade partidária afirma-se como um vínculo psicológico estável, que os indivíduos estabelecem com um determinado partido (Figueiredo, 1991). Ao longo da vida, os indivíduos vão recebendo estímulos, através da família e dos pares, que lhes permitem construir a sua identidade com o partido que interpretam ser o que mais se aproxima das suas

---

<sup>4</sup> As democracias podem ser representativas ou participativas. Considerando o âmbito da dissertação dar-se-á especial ênfase à democracia representativa e às questões das escolhas dos eleitores, contudo para um estudo mais aprofundado propõe-se a consulta das seguintes obras: Arblaster (1988); Aron (1997); Bobbio (2004); Bobbio, (2009); Crick (2006) e Rousseau, (1999).

opiniões e ideais políticos. Uma vez fortemente identificados com esse partido, os cidadãos tendem a ser-lhe fiéis nos sucessivos momentos eleitorais. A sua fidelidade partidária é superior a todas as alterações sociais e políticas que possam caracterizar uma eleição. O facto de os eleitores permanecerem fiéis ao seu partido, mesmo quando não se reveem nos seus candidatos ou nos seus programas eleitorais, ilustra a força da identificação que sentem em relação a este (Campbell et al., 1965).

A forte identidade partidária traduz-se na fidelidade aos partidos e, concludentemente, no chamado voto partidário ou voto duro. O voto duro define-se como o voto do eleitor “...que permanece fiel a um partido em várias eleições ao longo do tempo” e que é “...emitido por militantes e simpatizantes permanentes (...) que o apoiam independentemente dos candidatos e programas que ofereça ao eleitorado, ou da situação que o país atravessa, porque têm uma forte identificação com ele.” (Martínez & Salcedo, 2000, p 101, tradução livre). Este tipo de voto chega a ser irracional, pois o vínculo psicológico que liga os eleitores aos partidos revela-se mais forte na decisão do voto do que a defesa dos seus interesses individuais e das suas posições políticas. Em suma, os eleitores que possuem fortes graus de identificação partidária escolhem votar no seu partido mesmo quando este não corresponde às suas expetativas.

### **1.3. O Desalinhamento Partidário e a Volatilidade Eleitoral**

A partir das décadas de 60 e 70 diversos estudos realizados dão conta do declínio da identidade partidária nos EUA e na Europa [Schmitt & Holmberg, (1995) e Dalton & Wattenberg, (2000)]. Os vínculos entre eleitores e partidos políticos diminuíram de intensidade, e sinal disso mesmo, é a crescente volatilidade do comportamento eleitoral dos indivíduos de eleição para eleição e a diminuição da influência da identidade e fidelidade partidária nas suas escolhas eleitorais.

O declínio do partidarismo foi inicialmente explicado pelas mudanças e acontecimentos políticos, sociais e económicos de grande impacto característicos de cada democracia (Schmitt & Holmberg, 1995). Tais acontecimentos englobam crises económicas e/ou sociais que, levando ao descontentamento com as posições dos partidos nessas mesmas crises, estariam na base do declínio das identidades partidárias do eleitorado. Relativamente a este assunto, Schmitt & Holmberg concluíram:

A existência de uma tendência global no partidarismo da Europa Ocidental é de enfraquecimento dos laços partidários. Mas os desenvolvimentos específicos em cada país e em cada partido são tão variados, que qualquer perspectiva ‘global’ dissimila mais do que revela. (Schmitt & Holmberg, 1995, p 21, tradução livre)

Estas conclusões não explicam, no entanto, o declínio da identidade partidária nas sociedades onde não se verificam mobilidades sociais e políticas significativas. Evidenciando a limitação do desfecho do estudo de Schmitt & Holmberg, Dalton & Wattenberg afirmam que:

Aquilo que é invulgar acerca do desalinhamento partidário é a existência de tendências comuns entre uma larga variedade de democracias industriais avançadas. Num único país tais desenvolvimentos poderiam estar ligados às provações e adversidades específicas a que os partidos estão sujeitos. Quando o padrão é comum a uma larga variedade de nações, contudo, tal sugere que um conjunto de fatores está a afetar o fenómeno em estudo. (Dalton & Wattenberg, 2000, p 36, tradução livre)

Nesta perspetiva, surge a tese do desalinhamento partidário, que sustenta que a identidade dos eleitores para com os partidos sofreu uma erosão geral, que se deve fundamentalmente à modernização social e política experimentada por todas as sociedades industriais avançadas (Dalton & Wattenberg, 2000). As mudanças sociais e políticas de longo prazo nas sociedades modernas deterioraram, aparentemente, a necessidade política e cognitiva da identidade partidária nos indivíduos. Os eleitores não identificados com nenhum partido, em específico, decidem o seu voto cada vez mais tarde e são cada vez mais permeáveis às influências dos acontecimentos das campanhas eleitorais.

A tese do desalinhamento partidário identifica os seguintes fatores como responsáveis pelo fenómeno da diminuição da identificação partidária e da volatilidade do voto: a) o aumento do nível de instrução dos cidadãos; b) o aumento da disposição dos eleitores para a obtenção de informação política; c) a personalização da política<sup>5</sup> e a redução das diferenças ideológicas entre os partidos; e d) a afirmação dos meios de comunicação social enquanto instrumentos de divulgação de informação política (Dalton & Wattenberg, 2000).

Ao tornarem-se mais instruídos, os cidadãos, tornam-se também mais hábeis e eficientes na procura e obtenção das informações políticas necessárias à tomada de decisão no momento do voto. Deste modo, a identidade partidária concebida como ‘atalho’ no processo de angariação e decodificação das informações e mensagens políticas perdeu relevância nas sociedades industriais avançadas. O facto de algumas das funções tradicionalmente

---

<sup>5</sup> A personalização da política será uma questão estudada no ponto seguinte.

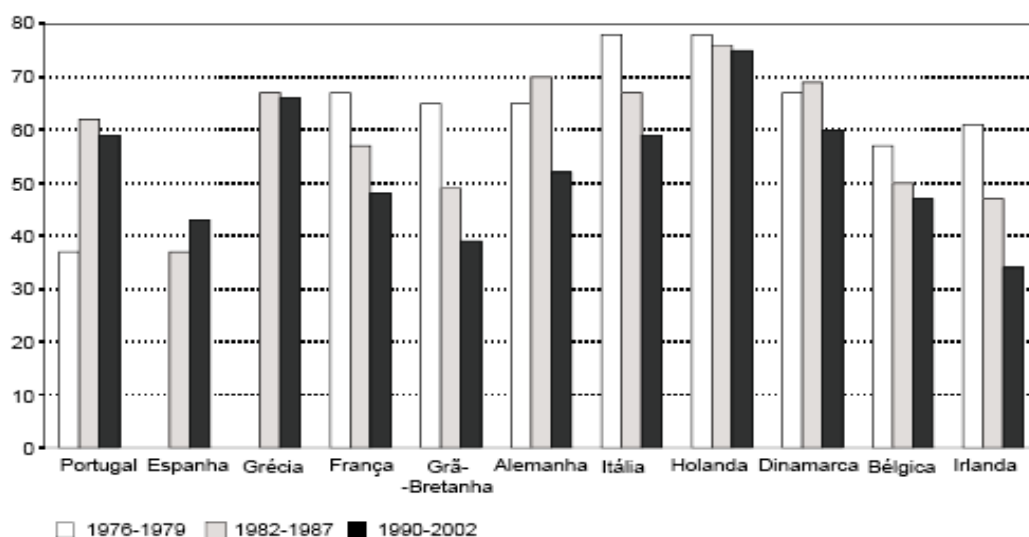
desenvolvidas pelos partidos políticos passem a ser exercidas em paralelo pelos meios de comunicação social fez com que os eleitores os prefiram e identifiquem como instrumentos de redução dos custos inerentes à aquisição da informação política. Ou seja, por corresponderem às aspirações racionais e economicistas dos eleitores das sociedades modernas, os meios de comunicação social passam a assumir um papel informativo na política.

Perante a manifesta importância dos meios de comunicação social no sistema político, os próprios partidos também procuraram adaptar-se à nova realidade das democracias e às expectativas dos novos eleitores, mais sofisticados e informados, adotando métodos e formas institucionais inovadoras. Os partidos procuram tornar-se mais atraentes dando maior ênfase aos seus candidatos e líderes e organizando campanhas eleitorais centradas nos seus membros partidários e no contacto pessoal com os cidadãos. Em larga medida, substituíram as tradicionais campanhas de rua e de proximidade pelos debates e comunicações políticas, por intermédio dos meios de comunicação social.

### 1.3.1. Evolução do Desalinhamento Partidário na Europa

A identificação com os partidos políticos tem vindo a decrescer, na Europa, em todos os países, com exceção da Espanha e da Holanda onde se manteve estável ao longo dos anos (Freire, 2005). O gráfico seguinte permite uma análise evolutiva da identificação partidária dos cidadãos de onze democracias europeias, através das percentagens médias por década e considerando os anos de 1976 até 2002.

**Gráfico I – Identificação com os Partidos na Europa de 1976-2002**



Fonte: Freire (2005), p 20

Freire (2005) considerou os seguintes anos da década de 70: 1976, 1977, 1978 e 1979. Porém, para Portugal e Espanha apenas lhe foi possível recolher dados referentes ao ano de 1979 e para a Grécia não lhe foi possível recolher quaisquer dados relativos a esta década. Assim, considerado o reduzido número de dados recolhidos nas novas democracias (Portugal, Grécia e Espanha) não é exequível retirar grandes conclusões no que respeita ao índice de identidade partidária dos seus eleitores na década de 70. Na mesma década averigua-se que a Bélgica é o país que apresenta menor identidade partidária (com cerca de 58%) e que as restantes democracias apresentam percentagens superiores a 60%.

Na década de 80 os anos considerados foram: 1982, 1984, 1985 e 1987, à exceção do caso português onde o autor apenas obteve dados referentes aos anos de 1985 e 1987. A Espanha surge como a democracia que apresenta menores níveis de identificação com os partidos. Já a Holanda apresenta os níveis mais elevados de todas as democracias em estudo.

Comparando as percentagens referentes às décadas de 70 e 80 verifica-se que em Portugal e na Alemanha os níveis de identificação partidária aumentaram e que em França, Grã-Bretanha, Itália, Bélgica e Irlanda diminuíram. Por sua vez, os níveis de identificação partidária na Dinamarca e na Holanda mantiveram-se relativamente idênticos, ainda que com uma tênue descida.

Os anos considerados na década de 90 foram: 1990, 1991, 1994, 1999 e 2002, sendo que para este último, não foi possível ao autor recolher dados para Grécia, Grã-Bretanha, Itália, Holanda, Dinamarca e Bélgica. A Irlanda e Grã-Bretanha apresentam nesta década os índices mais baixos de identificação partidária, com percentagens inferiores a 40%, e a Holanda manifesta os índices mais altos, com uma percentagem de 86%.

Como conclusão global do gráfico, importa salientar que à exceção da Espanha, que apresenta percentagens na ordem do 40%, Portugal e Grécia exibiram nas décadas de 80 e 90 níveis de identificação com os partidos idênticos aos das democracias avançadas implicadas no estudo. De modo geral, o desalinhamento partidário tem aumentado, tanto nas antigas democracias (França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Dinamarca, Bélgica, Irlanda) como nas novas democracias (Grécia e Portugal), ainda que nestas últimas de forma menos expressiva e por esse motivo não conclusiva (Freire, 2005).

## **1.4. A Personalização da Política**

O desalinhamento partidário e a volatilidade eleitoral são fenómenos que têm vindo a intensificar-se nas democracias europeias ao longo dos anos, conforme o exposto no ponto 1.3.1. desta dissertação. Motivados por mudanças sociais e políticas de longo prazo, pelo crescente grau de informação política dos eleitores e pela afirmação dos meios de comunicação social na informação política, estes dois fenómenos determinaram o reajustamento e modernização da ação dos partidos. A personalização da política surge, deste modo, como uma nova prática política.

### **1.4.1. A Personalização da Política e a sua Aplicação Prática aos Níveis Nacional e Local**

Procurando fazer face às novas aspirações do eleitorado, os partidos políticos alteram a sua forma de fazer campanha eleitoral e, por esse motivo, alteram também os meios utilizados para a sua efetivação. Se noutros tempos recorriam aos militantes para a divulgação das informações, ideias e propostas políticas, na atualidade, servem-se da comunicação social, mais especificamente da televisão, para o fazerem (Salgado, 2002). As campanhas eleitorais dos partidos centram-se, agora, muito mais na figura dos seus líderes do que propriamente nos seus programas ou ideias políticas. “A televisão necessita de imagens visuais relativamente acessíveis para veicular mensagens, e a personalidade de um político fornece uma imagem que nenhum programa partidário jamais poderá igualar.” (Freire, Lobo e Magalhães, 2007, p 227)

A televisão afigura-se como impulsionadora da chamada personalização da política nas democracias representativas das sociedades modernas. Fá-lo ao permitir a aproximação entre os eleitores e os candidatos dos partidos, através das imagens das campanhas eleitorais e dos debates entre os líderes. Este fenómeno, também frequentemente denominado de americanização da política, por ir ao encontro das estratégias e campanhas eleitorais desenvolvidas nos EUA há já largos anos, dá um novo significado ao papel do líder partidário. As organizações partidárias reajustaram e adaptaram as suas ações de acordo com as características pessoais dos líderes, deixando estes de ser meras peças dos sistemas competitivos eleitorais, para passarem a ser entendidos como atalhos ou guias que motivam as escolhas eleitorais dos cidadãos (Berrocal, 2004).

A nova estrutura e organização dos partidos políticos, bastante mais personalizada, confere à liderança um importante papel nas novas democracias e no comportamento eleitoral dos votantes. Admite-se que, para estes últimos, o reconhecimento e avaliação da imagem dos candidatos é bastante mais fácil e envolve menores custos que a análise e escolha dos programas eleitorais. Um bom dirigente partidário poderá determinar o sucesso de um partido, ao passo que um mau dirigente poderá, igualmente, determinar o seu fracasso<sup>6</sup>.

Quando maior for a proximidade entre os candidatos e os eleitores mais intensa será a relação estabelecida entre eles. Nesta perspetiva, a personalização da política tem ainda mais relevância ao nível do poder local do que ao nível do nacional. A votação para as eleições autárquicas, especialmente em cidades ou vilas de menor dimensão, propicia a valorização da imagem, qualidades e história de vida dos candidatos no momento da decisão do voto (Criado & Fuentes, 2010).

A forte personalização da política, verificada no âmbito do poder local, não é contudo sinónimo do falhanço dos partidos políticos. Os partidos modernizados promovem a personalização por retirarem dela importantes vantagens, designadamente o facto de se servirem da popularidade e prestígio social dos candidatos para alcançarem resultados eleitorais satisfatórios. “A liderança local amplia os efeitos da própria identificação partidária, isto é, potencia o aumento do número de votos no partido político encabeçado pelo líder”. (Criado & Fuentes, 2010, p 14, tradução livre)

Em suma, a personalização da política assenta na proximidade entre candidatos e eleitores, seja essa proximidade real, como acontece no âmbito do poder local, ou ilusória e possibilitada por intermédio dos meios de comunicação social, como se verifica no âmbito da política nacional. Tanto num caso quanto no outro, trata-se de um fenómeno que pretende a simplificação das questões políticas e a diminuição dos custos implicados na obtenção das informações que permitam a distinção das posições e ideologias dos partidos, pela enfatização da imagem dos dirigentes partidários. Posto isto, por si só a personalização da política não constitui risco ou ameaças à estabilidade das democracias representativas, das organizações partidárias e/ou do bem-estar dos eleitores, na medida em que é regulada por mecanismos pré-estabelecidos que permitem a avaliação do desempenho dos líderes e a sua substituição quando não se ocupam da defesa dos interesses dos representados (Pasquino, 1990).

---

<sup>6</sup> Ao defender a inexistência de política sem líderes, a personalização da política nas democracias representativas da atualidade, é bastante contraditória se analisarmos que estas se centram no povo e para o povo e não em conceitos de liderança. Esta problemática vai para além do âmbito da dissertação, pelo que apenas se deixa o reparo.

#### **1.4.2. A Influência da Personalização da Política na Escolha do Voto**

A crescente personalização da política faz com que, cada vez mais, os eleitores decidam o seu voto em função da imagem dos candidatos. O denominado ‘voto por imagem’ é determinado por atributos da personalidade do líder, pela sua capacidade de comunicação, aparência física, características sociodemográficas e percurso de vida e formação profissional (Sartori, 1982). Os eleitores motivados pela imagem pessoal do candidato desvalorizam os fatores de longo prazo como as identidades sociais, políticas e ideológicas, e os programas eleitorais e as qualidades intelectuais e políticas dos líderes, em detrimento das suas habilidades e capacidades mediáticas. Os eleitores acreditam nos líderes capazes de os emocionar, divertir e seduzir através de uma imagem assente em princípios de responsabilidade, respeito, honestidade, credibilidade e coerência (Castro, 1994).

O recurso a uma linguagem clara e acessível a todos os tipos de eleitores, até aos menos esclarecidos e informados, e a credibilidade e coerência dos ideais e princípios políticos defendidos e valorizados pelos candidatos, durante o decorrer da campanha eleitoral, são elementos determinantes para o sucesso ou fracasso do partido que representam (Rico, 2008). Os eleitores valorizam a coerência e repudiam a inconstância nas declarações e posições políticas. Ao serem enfatizados pelos meios de comunicação social, os lapsos e contradições poderão resultar na descredibilização e desacreditação dos políticos.

Os meios de comunicação social, mais especificamente a televisão, são elementos fundamentais na criação e difusão da imagem dos candidatos. Estes deverão empenhar-se no acesso à televisão e na rentabilização eficaz desse mesmo acesso, pela demonstração de perspicácia na forma como se apresentam e na escolha dos temas que abordam nos debates e comunicações públicas (Pasquino, 1990).

A valorização da imagem pública dos líderes torna as campanhas eleitorais cada vez mais competitivas e os resultados finais das eleições mais imprevisíveis e voláteis, na medida em que a imagem poderá ser uma variável determinante numa eleição política (Jiménez, 2010). A campanha eleitoral converte-se numa verdadeira batalha de imagens para obter votos e por esse motivo exige uma cautelosa preparação que poderá passar pela realização de estudos de opinião, que permitam apurar qual o tipo de candidato que os eleitores pretendem ver durante a campanha.

A adequação da imagem e comunicação dos líderes às aspirações e expectativas do eleitorado é imprescindível, para que este se sinta aliciado e seduzido pelas ideias, posições e

convicções que determinam a sua atuação política, para que os identifiquem como um atalho confiável para a obtenção das informações que *a posteriori* determinarão o seu voto (Rico, 2008). O candidato deve adequar e transformar a sua imagem de acordo com a conjuntura do momento. “Na busca de votos, o político deve marcar a si mesmo com os sinais das qualidades que o tornam merecedor do apoio popular. Pode ser ‘o homem comum’, ‘o salvador’, ‘o correto’, ‘o pai’, ‘a mãe’, ‘o competente’, ‘o inovador’ ou ‘o apaixonado’ “. (Grohmann & Ferreira, 2009, p 7)

Em suma, a comunicação verbal e não-verbal e as características e atributos pessoais dos líderes políticos permitem a construção da sua imagem pública, que pode afigurar-se como fator determinante na decisão de voto dos eleitores, especialmente daqueles mais afastados da vida política e por esse motivo, menos informados e como menor disponibilidade para despende de muito tempo para a descodificação de mensagens e programas políticos complexos.

## **2. MODELOS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL**

A explicação da direção do voto dos eleitores, bem com as motivações que os levam a votar num determinado partido ou candidato, são questões às quais a ciência política tem procurado dar resposta. O estudo do comportamento eleitoral é marcado, grosso modo, por três grandes correntes de investigação: a) Modelo Sociológico; b) Modelo Psicossociológico; c) Modelo do Voto Económico ou Teoria da Escolha Racional.

### **2.1. Modelo Sociológico**

O estudo do comportamento eleitoral teve início com o modelo sociológico da Escola de Columbia e centra-se na influência que o contexto social exerce no comportamento e escolhas eleitorais dos votantes<sup>7</sup> (Mieres, 1994).

A abordagem sociológica parte de uma perspetiva macro e defende que os fatores históricos, culturais, sociais e económicos geram clivagens sociais que traduzem os diferentes comportamentos dos eleitores face ao voto. Esta abordagem atribui uma determinante socioeconómica à conduta política e eleitoral dos indivíduos, que permite explicar o facto de

---

<sup>7</sup> A consolidação da teoria sociológica deve-se essencialmente à realização do estudo de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944), apresentado na obra *The People's Choice*. Pela aplicação de inquéritos por questionário nos Estados Unidos da América (EUA), os autores concluíram que as escolhas dos eleitores são influenciadas por fatores sociais como o estatuto socioeconómico, a religião e a área de residência

eleitores em situação social semelhante desenvolverem condutas políticas e eleitorais, também elas semelhantes (Mieres, 1994). Tal ideia foi expressa por Castro (1994, p 34) ao defender que “as pessoas que desenvolvem necessidades e interesses semelhantes, tendem a ver o mundo da mesma maneira e a dar interpretações parecidas a experiências comuns”.

A relação entre os grupos sociais onde os eleitores se inserem, a sua opção política e o papel fundamental dos contatos pessoais na definição das opções eleitorais, reportam para a conclusão de que as decisões dos cidadãos são atos de coesão grupal e não apenas atos individuais. Assim, “as decisões individuais têm que ser compreendidas dentro dos diversos grupos sociais. Elas supõem a estabilização ou a mudança de atitudes, crenças, ideologias em termos de associação com outros membros dos principais grupos de solidariedade que envolvem o eleitor.” (Figueiredo, 1991, p 42)

Nesta perspetiva, embora a decisão do voto se afigure como um ato individual, não o é genuinamente, pois embora o eleitor escolha livre e individualmente, essa decisão foi influenciada pela sua interação social com os elementos constituintes dos grupos aos quais pertence, nomeadamente, a família, profissão, religião, etc.

Para que exista identidade partidária são necessárias, segundo a abordagem sociológica, três condições: 1º – é necessário que os grupos sociais desenvolvam uma identidade interna que lhes permita identificarem-se como tal; 2º – é imprescindível a existência de partidos políticos ideologicamente identificados com esses mesmos grupos sociais, no que respeita às questões políticas; 3º – os grupos sociais terão que reconhecer esses partidos como representantes, de modo a que estabeleçam com eles um vínculo de representação (Mealha, 2011). Uma vez definidas as identidades partidárias, os partidos procuram, através do discurso político-partidário, a manutenção de uma base social sólida que lhes facilite a captação permanente dos votos dos eleitores de um determinado grupo social.

Neste sentido, o modelo sociológico defende que as campanhas eleitorais têm maior impacto nos eleitores que possuem interesse pela vida política e que já definiram a sua opção de voto, do que propriamente nos eleitores indecisos (Lazarsfeld, Berelson & Gaudet 1944). Assim, as campanhas eleitorais desempenham um papel pouco relevante na angariação de novos apoiantes, mas são fundamentais no reforço da decisão do voto e na solidificação e consolidação dos simpatizantes.

O modelo sociológico apresenta algumas lacunas no que respeita à volatilidade do comportamento eleitoral, em função dos fatores causais e específicos de cada eleição. Ou seja, o modelo explica a importância dos fatores sociais de longo prazo na estabilidade do

comportamento eleitoral, mas não explica as mudanças desse comportamento entre eleições, nem as razões que levam determinados indivíduos pertencentes a um grupo social a não seguirem o mesmo sentido de voto dos restantes membros do grupo (Freire, 2001).

As limitações apontadas ao modelo sociológico do comportamento eleitoral fizeram emergir o modelo psicossociológico que objetiva estabelecer uma ligação entre a influência dos fatores sociais, históricos e estruturais de longo prazo e os fatores sociais e políticos de curto prazo.

## **2.2. Modelo Psicossociológico**

O modelo Psicossociológico teve origem nos estudos da Universidade de Michigan nos EUA. Defende que o estudo do comportamento eleitoral deverá centrar-se no indivíduo e não no meio em que este se insere, conforme reiterado pelo modelo sociológico. De acordo com a perspetiva psicossociológica, o comportamento dos eleitores no momento do voto tem por base a estrutura da sua personalidade e as suas crenças, motivações e atitudes. Esta perspetiva não nega a influência que os fatores macroestruturais exercem na decisão do voto, mas reconhece-lhes incapacidade para, individualmente, explicarem o comportamento dos eleitores numa determinada eleição (Campbell et al., 1965).

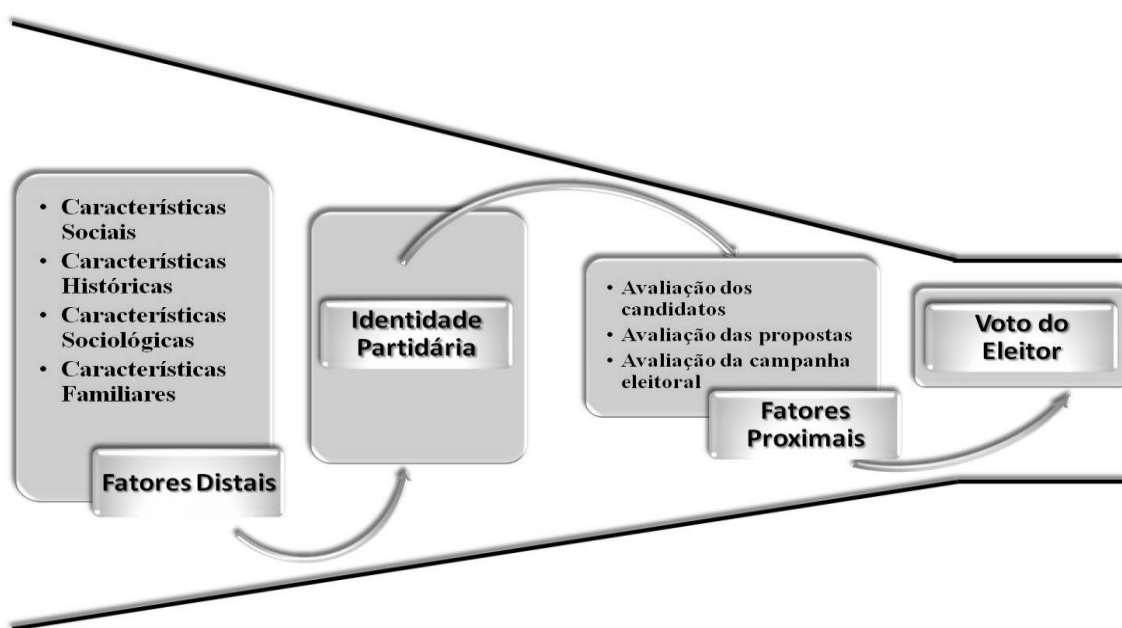
Na ótica psicossociológica os fatores externos como a religião, a família e a situação económica e social de um país, condicionam as atitudes dos cidadãos nas escolhas eleitorais, mas são os sentimentos conscientes, acerca dos partidos e dos problemas políticos que têm maior peso nessas mesmas escolhas.

A abordagem psicossociológica reconhece à identidade partidária e ao envolvimento político um papel central na compreensão do comportamento eleitoral. A identidade partidária efetiva-se através de um processo de socialização primária do indivíduo, por influência da família e dos pares, definindo-se como uma afinidade psicológica, estável e duradoura, em relação a um partido político que não implica uma ligação concreta ao partido, como a militância ou votação (Freire, 2001). Desta forma, a identidade partidária é concebida como um filtro percetivo, através do qual os eleitores valorizam o que é favorável à orientação do partido político com o qual se identificam e desvalorizam o que lhe é desfavorável.

Com o propósito de clarificar as relações existentes entre as variáveis condicionantes do comportamento eleitoral Campbell et al. (1965) propôs, como protótipo explicativo, o funil da causalidade. Na entrada do funil situam-se os fatores distais, designadamente as

caraterísticas sociológicas, históricas, sociais e familiares dos eleitores, que influenciam a sua identidade partidária. Por sua vez, a identidade partidária dos indivíduos influenciará os fatores proximais, nomeadamente a forma como os indivíduos interpretam e avaliam os candidatos, os temas políticos apresentados, as propostas e a campanha eleitoral em si. Na saída do funil encontra-se o voto como resultante de todas as influências, conforme esquematiza a ilustração seguinte.

**Ilustração I – Funil da Causalidade**



Fonte: Elaboração Própria

Pela interpretação do esquema, claramente se identifica o papel central que a identidade partidária ocupa na corrente psicossociológica do comportamento eleitoral, considerando que se, por um lado, surge como resultante dos fatores distais ou de longo prazo, pelo outro, assume-se como agente moderador do efeito dos fatores proximais ou de curto prazo. Isto é, ao avaliarem os fatores proximais os indivíduos terão por base a sua identidade partidária e todas as opiniões e princípios políticos que a mesma lhes fornece. Embora numa eleição específica os fatores proximais possam alterar a direção do voto do eleitor, essa mesma alteração não significa, necessariamente, a afetação ou abalo da sua identidade partidária (Campbell et al., 1965).

A defesa da estabilidade da identidade partidária e da lealdade aos partidos políticos tem sido a principal limitação apontada ao modelo psicossociológico. Tal limitação surge na

década de 60, pela constatação do enfraquecimento progressivo da ligação entre os cidadãos e os partidos políticos, tanto nos EUA como na Europa<sup>8</sup>.

De modo geral, as críticas recaem sobre a dificuldade manifesta do modelo em explicar, simultaneamente, as razões da identificação de alguns eleitores com um determinado partido e a alteração da direção do seu voto nos diferentes atos eleitorais. Contrariamente ao afirmado pela abordagem psicossociológica, os eleitores ajustam a sua identidade face aos partidos de acordo com os fatores de curto prazo e específicos de cada momento eleitoral.

### **2.3. Modelo do Voto Económico ou Teoria da Escolha Racional**

O modelo do voto económico do comportamento eleitoral também denominado de teoria da escolha racional do voto foi apresentado por Anthony Downs (1999). Este modelo defende a possibilidade de explicar o comportamento dos eleitores pela sua racionalidade. Estes agem intencionalmente e de acordo com os seus interesses, procurando que a direção do seu voto os maximize.

A teoria proposta por Downs (1999) estabelece uma analogia direta entre empresas e partidos políticos e entre eleitores e consumidores. Tal como as empresas, os partidos políticos procuram a maximização dos seus ganhos e, tal como os consumidores, também os eleitores procuram a diminuição dos custos e a otimização dos ganhos. A decisão do voto é concebida como produto de uma ação racional, orientada e executada de acordo com cálculos de interesses próprios e com o princípio da maximização da utilidade da ação (Downs, 1999).

A racionalidade do eleitor define-se, na opinião de Downs, mediante cinco condições:

Um homem racional é aquele que se comporta como se segue: 1 – ele consegue tomar sempre uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; 2 – ele consegue classificar todas as alternativas diante de si em ordem de preferência, de tal modo que cada uma é ou preferida, ou indiferente, ou inferior a cada uma das outras; 3 – o seu *ranking* de preferências é transitivo; 4 – ele sempre escolhe dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar no seu *ranking* de preferências; e 5 – ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas. (Downs, 1999, p28).

O comportamento eleitoral racional é condicionado pela hierarquização dos interesses dos eleitores e das alternativas políticas existentes. De acordo com o objetivo da maximização da ação política, o eleitor escolhe o partido ou candidato que apresenta maior probabilidade de lhe proporcionar melhores ganhos. Em suma, a teoria da escolha racional do comportamento

---

<sup>8</sup> Para um estudo mais aprofundado ver, Dalton e Wattenberg (1984) e Schmitt & Holmberg, (1995)

eleitoral alicerça o principal objetivo do processo eleitoral na satisfação dos interesses particulares, tanto para os eleitores como para os partidos políticos.

À luz da abordagem do voto económico, a motivação para a participação política também é alvo de cálculos racionais.

Nesse cálculo, o eleitor desconta os custos com que vai suportar por decidir votar – a procura e a obtenção de informação, por exemplo – e os custos do próprio ato de votar – o tempo e a energia gastos para se deslocar às urnas. Como é muito baixa a probabilidade de que um único voto mude o resultado de uma eleição, o voto tem um valor infinitesimal. (Castro, 1994, p 37)

O eleitor racional apenas vota se tiver certezas no que respeita às probabilidades do seu partido alcançar resultados favoráveis nas eleições e se os benefícios esperados forem realmente vantajosos. Existindo incerteza em relação a uma das duas condicionantes, e não existindo uma forte coerência entre a ideologia do partido e as suas atitudes, o eleitor tenderá a optar por não exercer o direito de voto e a entender a abstenção como a forma mais eficiente de maximizar os seus ganhos e de não deter custos (Downs, 1999).

Uma das limitações apontadas ao modelo do voto económico sustenta-se, exatamente, na sua manifesta incapacidade em explicar a participação política e as motivações partidárias. Mesmo realizando cálculos racionais que ponderem os ganhos e os custos da ação política, contrariamente ao que seria esperado, os eleitores continuam a suportar os custos do ato de votar mesmo quando conscientes da reduzida relevância do seu voto para os resultados finais (Figueiredo, 1991). Assim, a questão da motivação para a participação política afigura-se como um paradoxo que afeta a credibilidade da teoria da escolha racional, verificando que a mesma não considera as expectativas de cada eleitor em relação ao comportamento dos restantes, nem as motivações partidárias que incentivam o eleitor a votar.

Outra limitação anotada à teoria da racionalidade, prende-se com o facto de a maioria dos eleitores comuns não disporem de um nível de informação satisfatório no que respeita ao campo político, o que não lhes possibilita a identificação clara dos seus reais interesses políticos e, consequentemente, a realização de escolhas racionais (Campbell, et al., 1965).

No sentido do suprimento desta limitação verificou-se uma reformulação do conceito de racionalidade, anteriormente proposto por Downs (1999), que o tornou bastante mais abrangente. O novo conceito prevê como racionais as escolhas realizadas a partir das informações recolhidas através do contexto cultural dos indivíduos, ou seja, não será necessário um elevado grau de informação e sofisticação política e ideológica para a

realização de escolhas racionais (Mealha, 2011). As informações relevantes para a decisão do voto poderão ser provenientes também de fatores ligados à vida pessoal de cada indivíduo. “As informações que as pessoas adquirem para negociar as suas vidas diárias são mais tarde aplicadas nos julgamentos e escolhas políticas destas pessoas” (Popkin, 1994, p 22, tradução livre). Assim, cidadãos que não dedicam muito do seu tempo à vida política e à recolha de informações sobre essa matéria, cujas escolhas eleitorais são influenciadas por questões culturais e morais, não são necessariamente eleitores irracionais.

O alargamento da abrangência do conceito de racionalidade compromete a teoria no seu todo, na medida em que o eleitor pode escolher um determinado candidato ou partido por uma série de motivos não racionais (valores, emoções, simpatia, carisma, etc.), só racionalizando esses mesmos motivos para justificar a sua escolha (Mealha, 2011).

#### **2.4. Relação Entre a Identidade Partidária e os Modelos do Comportamento Eleitoral**

Enquanto motivação para a direção do voto, a identidade partidária, tem sido mais ou menos valorizada consoante a abordagem do comportamento eleitoral que se estude. O modelo psicossociológico do voto foi inequivocamente o modelo que deu maior importância à influência que a identidade partidária exerce no comportamento eleitoral dos cidadãos. Este modelo valorizou a identidade partidária como principal motivação para o voto dos eleitores e desenvolveu-se essencialmente em torno deste conceito.

Embora tenham desvalorizado a importância da identidade partidária enquanto motivação para o voto, o modelo sociológico e o modelo do voto económico ou teoria da escolha racional, teceram algumas considerações no que respeita à relação entre os conceitos.

O modelo sociológico defende que o comportamento eleitoral dos cidadãos é essencialmente influenciado por fatores de longo prazo como as suas histórias de vida e as suas características sociais e económicas. À luz deste modelo, indivíduos com características e necessidades semelhantes tendem a desenvolver identidades, condutas e escolhas políticas também idênticas (Mieres, 1994). Deste modo, o modelo sociológico concebe, ainda que de forma indireta e pouco demarcada, a identidade partidária como um fator importante na decisão do voto dos eleitores.

A teoria da escolha racional do voto critica a identidade partidária conforme o modelo psicossociológico a preconizou. Rejeita-a como atitude política que permanece estável, e inalterável, perante a incapacidade dos partidos em fazerem com que os eleitores se sintam

identificados e representados por eles (Downs, 1999). Ainda que usando argumentos que apontam para o declínio da sua importância na escolha e direção do voto dos eleitores, a abordagem racional dá alguma relevância à discussão do conceito de identidade partidária.

O modelo do voto económico defende que a identidade partidária é influenciada por diversos fatores contextuais que caracterizam cada momento eleitoral. Por esse motivo pode sofrer alterações que ocasionam a transformação do voto do eleitor (Downs, 1999). Nesta perspetiva, e reportando para a primeira função da identidade partidária identificada por Abramson (1983) – contribuir para a formação das opiniões individuais e para o conhecimento político dos cidadãos – a identificação com os partidos explica-se pelo facto destes se constituírem como referenciais que os eleitores utilizam na obtenção e processamento da informação política essencial à tomada de decisão (Downs, 1999). Com o intuito de diminuir os custos implicados na obtenção de informações sobre as questões políticas em debate durante o processo eleitoral, os indivíduos utilizam os partidos políticos como ‘atalhos’ nesse processo.

### 3. AS MOTIVAÇÕES DOS ELEITORES E OS TIPOS DE VOTOS

O ato de votar sintetiza e reflete as lealdades políticas e eleitorais, as expectativas, as necessidades, os desejos, as paixões e os gostos pessoais dos eleitores. Ao votar o eleitor não é apenas um cidadão no exercício da sua cidadania, mas também um conjunto de circunstâncias com múltiplos fatores que influenciam o seu comportamento e definem a orientação do seu voto (Zepada & Franco, 2011). Nesta perspetiva, salvaguarda-se que os modelos do comportamento eleitoral apresentados no ponto 2 não detêm o monopólio da análise das razões e motivações dos eleitores.

Grosso modo, apresentam-se em seguida alguns tipos de votos e as respetivas motivações que lhes dão origem, identificados por Zepada e Franco (2011). Salvaguarda-se, contudo, que as motivações dos eleitores poderão não se esgotar nas aqui identificadas:

- a) *Voto Racional*<sup>9</sup> – A informação recolhida pelos eleitores sobre as questões políticas permite-lhes decidir de maneira livre, individual e racional a orientação do seu voto, de acordo com o cálculo dos interesses próprios (Downs, 1999). O voto do eleitor resulta da ponderação e hierarquização da sua escala de

---

<sup>9</sup> O voto racional foi proposto pelo modelo do voto económico, pelo que as suas características já foram analisadas no ponto 2 do capítulo.

preferências (Aguiar, 2007). Os eleitores racionais ponderam os custos e os ganhos envolvidos no ato de votar, num determinado partido ou candidato e optam por aquele que lhes apresentar as propostas mais rentáveis.

- b) *Voto Personalizado ou por Candidato* – Os eleitores decidem o seu voto mediante uma personalização da política, isto é, escolhem entre os candidatos, mais do que entre os partidos ou as ideologias e propostas eleitorais que estes apresentam. A imagem, carisma, história pessoal e as competências dos candidatos que se propõem a um determinado cargo político assumem-se, fundamentalmente nas democracias emergentes, como fatores determinantes na decisão do voto por parte do eleitorado.
- c) *Voto Ideológico* – O voto ideológico prevê a capacidade dos eleitores em posicionarem as suas orientações político-ideológicas no espectro da divisão esquerda/direita e, conseqüentemente, um elevado grau de sofisticação e informação política (Freire et al., 2007). Os cidadãos votam no partido que se encontra ideologicamente mais próximo das suas crenças, princípios, valores e paradigmas.
- d) *Voto Partidário* – O voto partidário assenta na identidade e fidelidade dos eleitores em relação a uma determinada instituição partidária, pela qual estabelecem um vínculo psicológico. Este tipo de voto é também chamado de voto duro ou cultural, dada a sua reduzida vulnerabilidade aos acontecimentos das campanhas eleitorais e à sua formação numa perspetiva de médio e longo prazo (Campbell et al., 1965). Os eleitores leais aos partidos políticos atribuem-lhes o seu voto mesmo quando, ocasionalmente, não se identificam com as suas propostas ou com os seus candidatos.
- e) *Voto Negativo* – Este é um voto de protesto provocado pela antipatia, descontentamento, desmotivação, desacordo e irritação social em relação a um partido, a um candidato ou à sua plataforma político-ideológica. O eleitor opta por votar negativamente sempre que reconhecer a um determinado partido ou candidato, que estatisticamente tem possibilidades de alcançar o poder, uma profunda desabilidade política para a governação. Quando um eleitor pretende que um partido não obtenha resultados favoráveis nas eleições, escolhe votar num outro, que não sendo preferido, poderá contribuir para a concretização do seu principal objetivo.

- f) *Voto Corporativo* – Os eleitores tendem a votar de acordo com as orientações e diretrizes dos líderes das organizações políticas e sociais às quais pertencem. Não importa escolher o voto de acordo com os seus interesses pessoais, mas sim, de acordo com as diretrizes do seu líder, prevenindo desta forma, todas e quaisquer retaliações que poderiam advir do ato político.
- g) *Voto Utilitário* – Os partidos políticos utilizam durante as suas campanhas eleitorais estratégias que captam os votos dos eleitores em situação de carência económica grave, para quem mais importante que o rumo da política é a satisfação imediata de algumas carências básicas. A distribuição de benefícios ou géneros é o suficiente para que os eleitores decidam o seu voto por um partido.
- h) *Voto Útil* – É também comumente denominado de voto estratégico e assenta, frequentemente, nas expectativas de fracasso de um determinado partido (Bourdain, 2007). Este voto implica que o eleitor decida não votar no seu partido preferido, por não lhe reconhecer condições de derrotar um outro partido tido como indesejável. Pela ação do efeito psicológico, o eleitor decide a migração do seu voto no sentido dos candidatos mais fortes e em prejuízo dos candidatos mais fracos e converte a sua segunda opção em primeira (Fulgencio, 2007).
- i) *Voto de Medo* – O voto do eleitor é motivado por uma série de medos, ameaças e intimidações que o levam a temer pelo presente e pelo futuro do país ou comunidade. Este tipo de voto é geralmente provocado por indução dos partidos políticos que desejam manter ou alcançar o poder político. Com recurso a estratégias de comunicação política que privilegiam e objetivam gerar suspeitas de cenários futuros adversos e prejudiciais à sociedade, caso os seus adversários políticos ganhem as eleições, os partidos políticos fomentam o medo no eleitorado.
- j) *Voto Circunstancial* – A conjuntura circunstancial em que se desenvolvem as eleições influencia as escolhas dos eleitores. Quando as eleições se desenvolverem num ambiente de crise económica e social ou de escândalos que envolvam os membros do governo, naturalmente os partidos da oposição obterão melhores resultados eleitorais. Se, pelo contrário, ocorrerem em cenários de estabilidade económica e social, os partidos da oposição sairão prejudicados em função dos resultados favoráveis obtidos pelo partido do governo.

- k) *Voto no Vencedor* – Este tipo de voto é também denominado de voto por arrastamento e caracteriza-se pelo facto dos eleitores decidirem votar nos candidatos ou partidos que identificam como vencedor, ou que é tido como tal nos meios de comunicação social. O voto no vencedor pressupõe um afastamento dos eleitores em relação ao processo político-eleitoral e ao debate político. A decisão é tomada com base na informação fornecida pelos meios de comunicação social durante as campanhas eleitorais e nas previsões apontadas pelas sondagens. Os eleitores direccionam o seu voto para o partido mais mediático, por pensarem ser essa a forma mais eficaz de não o desperdiçarem com partidos perdedores.
- l) *Voto Branco* – É aquele que o eleitor deposita na urna conforme lhe foi entregue na mesa de voto. O eleitor opta por deixar o voto em branco, como forma de manifestar o seu profundo desagrado em relação aos candidatos e/ou partidos políticos. Este voto é o manifesto de que o eleitor não se identifica com nenhum dos candidatos concorrentes.

\*

A identidade partidária entendida como um vínculo psicológico entre um cidadão e um determinado partido político pode ser apontada como motivação para as escolhas eleitorais dos indivíduos. No entanto, na Europa e na América é notório o declínio da identidade dos cidadãos em relação aos partidos e o desenvolvimento do desalinhamento partidário. Isto é, diminuíram os vínculos entre os indivíduos e os partidos e cresceu a volatilidade do comportamento eleitoral destes de eleição para eleição.

A personalização da política surge como possível justificação para o declínio da identidade partidária e para o desenvolvimento da volatilidade eleitoral, tanto ao nível das eleições autárquicas como ao nível das eleições legislativas. Os partidos políticos centram cada vez mais as suas ações e campanhas eleitorais na figura do candidato, o que consequentemente conduz ao voto personalizado. A valorização da imagem dos candidatos torna os resultados eleitorais mais imprevisíveis e voláteis.

O declínio da identidade partidária dos cidadãos em relação aos partidos políticos, o aumento do desalinhamento partidário e a personalização da política afetam, consequentemente, a função representativa dos partidos. Os cidadãos passam a identificar e

distinguir os partidos mais pelos rostos que os representam do que propriamente pelos ideais que preconizam.

Existe uma forte relação entre os conceitos de eleição, representação política e de partidos, na medida em que, o primeiro coincide simultaneamente com o momento da autorização dos representados por intermédio do voto e, como o momento da avaliação das posições tomadas pelos representantes durante o mandato anterior, representantes que não só representam os cidadãos como também os partidos políticos pelos quais foram eleitos. Assim, o estudo da influência da identidade partidária dos cidadãos na escolha do seu voto para as eleições autárquicas torna necessária e imperativa a reflexão sobre o conceito de representação política nas suas diferentes vertentes e conceções e sobre a importância do papel dos partidos enquanto meios da sua efetivação. Neste sentido, o capítulo II trata do conceito de representação política e da sua relação com as eleições e o capítulo III esclarece a importância dos partidos políticos como principais meios de efetivação da representação política.

## **CAPÍTULO II**

### **A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

## **1. A NATUREZA E AS VERTENTES DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

A representação política surge como um mecanismo de organização das democracias, onde pela via da eleição, os cidadãos têm oportunidade de participar nas questões políticas como governados ou como governantes. Nesta perspetiva, o conceito assume uma multiplicidade de sentidos que se prendem com a essência da função representativa, questão que tem exacerbado e fundamentado o debate sobre o tema. Se, por um lado, se podem encontrar perspetivas que defendem afincadamente a representação política e a sua importância nas sociedades modernas, pela extensão e complexidade destas, por outro há os que a entendem como indesejada e como uma ameaça à liberdade de cada indivíduo para deliberar sobre as questões políticas.

Rousseau (1999), grande opositor da representação política, defende que o representante e qualquer jurisdição do governo deixam de fazer sentido sempre que o povo, por ele compreendido como corpo soberano, se reúne. O autor ilustra toda a sua resistência ao conceito afirmando que: “O povo Inglês pensa ser livre; está muito enganado, só o é durante a eleição dos membros do parlamento; logo que eles são eleitos, é escravo, não é nada. Nos curtos momentos da sua liberdade, o uso que faz dela merece bem que a perca” (Rousseau, 1999, p 101).

É como certa mágoa e desilusão que Rousseau (1999) admite que a autoridade soberana (o povo) cedeu às objeções e dificuldades colocadas pelo governo, para que deixasse de intervir e participar na atividade política. Concretiza afirmando:

Logo que o serviço público deixa de ser a principal tarefa dos cidadãos e que eles preferem servir com a bolsa a servirem com a sua pessoa, o Estado já está próximo da ruína. É preciso combater? Pagam às tropas e ficam em casa. É preciso ir ao conselho? Nomeiam deputados e ficam em casa. À força da preguiça e do dinheiro têm finalmente soldados para defenderem a pátria e representantes para a vender. (Rousseau, 1999, p 99)

O estudo da representação política reporta-nos inevitavelmente para uma grande diversidade de opiniões, muitas vezes antagónicas entre si, não apenas pela divergência na interpretação da sua pertinência para a vida política das sociedades modernas, mas também pela diversidade de vertentes e perspetivas de análise do conceito. Pitkin (1972) defende que a questão central da representação política não incide sobre o próprio conceito, mas sobre a composição dos governos representativos e sobre a relação entre representantes e

representados. Deste modo, agrupou as abordagens da natureza da representação política em três concepções: 1) concepção formalista, que se centra na transferência da autoridade; 2) concepção descritiva, que se centra na semelhança, proximidade e figuração; 3) concepção que entende a representação como uma ação a favor de outros.

De seguida associam-se as tipologias da representação política propostas por Pitkin (1972), anteriormente apresentadas, com as propostas por Martins (2008) que agora de identificam: i) a representação como uma relação entre representados e representantes; ii) a representação como uma forma indireta de governo; iii) a representação como um processo de tomada de decisões.

### **1.1. A Representação como uma Relação entre Representantes e Representados: a Concepção Formalista**

A primeira vertente de análise do conceito de representação, proposta por Martins (2008), defende a existência de uma relação entre representados e representantes, baseada numa identificação entre eles, e na distinção das suas características e funções para que se efetive a representação política.

Também a concepção formalista da representação política se centra na formalização da relação entre representados e representantes e na transição do poder político dos primeiros para os segundos. Pitkin (1972) propôs duas variantes da concepção formalista, a autorização (*authorization*) e a responsabilidade (*accountability*). A primeira baseia-se na autorização transferida dos representados para os representantes, para que os últimos tomem decisões que defendam os interesses do povo. A ideia de responsabilidade (*accountability*), embora também pressuponha a atribuição de poderes aos representantes, conjectura simultaneamente a prestação de contas e a responsabilização destes, pelas decisões tomadas durante o mandato.

#### **1.1.1. Autorização (*authorization*)**

Na sua obra ‘*O Leviatã*’, Hobbes (2003) centrou-se na relação entre representantes e representados e procurou compreender a relevância da autorização na efetivação da representação política. Estudou fundamentalmente a legitimidade dos pactos e acordos estabelecidos entre eleitos e eleitores e a forma como estes poderiam contribuir para uma sociedade política mais eficiente.

A autorização possibilita manter a conexão entre os representantes e os representados, permitindo por um lado, uma margem razoável de liberdade aos primeiros na tomada de decisões e impondo-lhes, pelo outro, limites no sentido de assegurar que a representação política cumpra a sua principal finalidade – a defesa da vontade geral (Pitkin, 1972). Deste modo, a transferência da autoridade para o corpo de representantes deve processar-se pela sua eleição através do voto. Contudo, essa autoridade não lhes dá o poder para decidirem de acordo com o que interpretam ser o melhor para o povo, mas sim de acordo com o que o próprio povo concebe ser melhor para si.

### 1.1.2. Responsabilidade (*accountability*)

A *accountability* traduz-se numa prestação de contas e baseia-se na capacidade e direito que os eleitores têm de exigir aos representantes explicações, devidamente fundamentadas, sobre as ações realizadas durante o mandato (Pitkin, 1972). Trata-se, deste modo, de uma avaliação retrospectiva de representados para representantes, que poderá conduzir à penalização ou ao reconhecimento do mérito, dos últimos.

A *accountability* refere-se ao controlo que o poder do povo exerce sobre os representantes, não permitindo que estes decidam livremente sem que o povo tenha oportunidade de avaliar as decisões tomadas (Miguel, 2005). É neste sentido que Arato (2002) defende que a *accountability* ao limitar, restringir e controlar o comportamento dos representantes fortalece, consequentemente, a democracia representativa.

A multifuncionalidade das sociedades modernas exige aos representantes o esforço de identificarem qual o peso que devem dar a cada uma das muitas áreas de intervenção, para que a avaliação geral do povo lhes seja favorável (Miguel, 2005).

Embora a *accountability* objetive a defesa da soberania popular, esta é, na opinião de Miguel (2005), comprometida quando parte significativa das decisões é tomada por entidades externas não sujeitas à sanção do eleitorado, nomeadamente pelos organismos multilaterais internacionais (União Europeia e Organização das Nações Unidas) e pelas agências de financiamento (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Portugal vive uma crise económica, pelo que recorreu, em 2011, à ajuda externa para resgate da dívida soberana. Neste sentido, o país encontra-se atualmente sujeito às imposições das agências de financiamento situação que poderá constituir, na opinião de alguns eleitores, um risco à soberania do povo português.

## **1.2. A Representação como uma Forma Indireta de Governo: A Conceção Descritiva**

A representação como uma forma indireta de governo prevê a atribuição dos poderes políticos do povo a indivíduos capazes de representarem os seus interesses, ficando assegurada a sua soberania no exercício do poder, ainda que de forma indireta (Martins, 2008). É nesta perspetiva que Avritzer (2007) considera as eleições como a forma mais democrática de escolher os representantes na política contemporânea. Reconhece-se ao povo a capacidade de, num determinado momento, escolher aqueles que entende estarem mais capacitados para deliberar sobre o bem comum, mas não se lhe reconhece capacidade para governar. Gussi (2009) sustenta que a liderança e a representação política estão intimamente ligadas, sendo aquela a chave para a compreensão do relacionamento entre representantes e representados.

A conceção descritiva assenta fundamentalmente no modo de ser dos representantes, sendo as suas características pessoais mais relevantes que as suas capacidades políticas e não importando o que fazem mas sim o que são (Pitkin, 1972). Durante muito tempo o mimetismo surgiu associado à representação por se considerar que esta apenas se efetiva pela proximidade entre representante e representado, pois o que um e o outro eram e pensavam teria que ser idêntico.

Na ótica da conceção descritiva, o organismo político deverá ser concebido como um microcosmos que reflete fielmente as características do corpo político (Martins, 2008). Neste sentido, esta conceção supõe a existência de uma relação de proximidade entre representantes e representados, que assegure a relevância dos interesses e desejos do povo no processo de tomada de decisão (Aurélio, 2009). Pitkin (1972) admite que a proximidade entre eleitos e eleitores poderá constituir a principal limitação da conceção descritiva, na medida em que, poderá comprometer a representação do interesse geral. Considera que cada representante procurará defender os interesses do grupo a que pertence e não a generalidade dos interesses, conjeturando-se uma representação parcelar e não uma representação global como é desejável.

### **1.2.1. Representação Simbólica**

A representação simbólica é um sub-modelo da conceção descritiva e teoricamente reforça a ideia de que a representação deve implicar simbolização (Martins, 2008). Ao abrigo

desta conceção os representantes são meros símbolos que desempenham funções figurativas em vez de funções governativas. O representante deverá ser um espelho do povo. É um exemplo de representação simbólica a figura do Presidente da República na Alemanha.

### **1.2.2. Representação Carismática**

O conceito de representação carismática foi proposto, na sua perspetiva tradicional, pelo sociólogo Max Weber (2004) e experimentou, ao longo dos tempos, alterações que lhe imprimiram uma maior objetividade e racionalidade dando lugar à perspetiva moderna do conceito.

Ao estudar a representação carismática, Weber (2004) contribuiu para a compreensão de fenómenos sociais, políticos e religiosos que se registaram por todo o mundo, todos eles conduzidos por líderes adorados e respeitados por verdadeiras multidões. O autor recorreu ao termo ‘*carisma*’ para explicar o facto de alguns cidadãos se revelarem capazes de influenciarem e de reunirem à sua volta um grande número de pessoas que os identificam como seres superiores.

A palavra carisma deriva do grego ‘*charisma*’, que significa dom ou graça e é na convicção de Weber (2004), um dom pessoal, extraordinário e divino que é dado a alguém e que lhe confere poderes e qualidades sobrenaturais. O carisma é algo que não depende de estatutos sociais nem de costumes tradicionais, mas sim dos fatores internos e extra-quotidianos de cada indivíduo. Neste sentido, “Aquele que possui o carisma precisa, então, de realizar milagres, concretizar atos heróicos, e acima de tudo provar que ele é um enviado pelos deuses.” (Cardoso, 2011, p104).

#### **1.2.2.1. Perspetiva Tradicional da Representação Carismática**

Na sua perspetiva tradicional, a representação carismática define-se como uma forma de representação ‘apropriada’ e mística, que se desenvolve pela devoção afetiva em relação ao líder, possuidor de dotes e faculdades sobrenaturais, que fazem com que os seus seguidores depositem nele uma confiança absolutamente cega (Weber, 2004). Esta representação implica um ‘efeito de presença’ do dominado em relação ao dominante, que se traduz fundamentalmente na alineação da vontade do primeiro, em detrimento da vontade do segundo (Mendonça, 2004). Assim, a influência que o líder exerce sobre os seus seguidores é de tal forma irracional, que poderá no limite, significar uma anulação das identidades destes.

Os homens-bomba são exemplo dos perigos da identificação cega e da anulação da vontade própria. Na ilusão de que a vontade do líder é a sua vontade, abdicam da vida para defenderem os interesses e caprichos do ser sobrenatural que lhes serve de referência – o líder. O ‘efeito de presença’ da representação carismática cria, no representado, a fantasia da satisfação plena da sua vontade no momento da dominação do líder (Mendonça, 2004)<sup>11</sup>.

#### 1.2.2.2. Perspetiva Moderna da Representação Carismática

A partir dos anos 80 do século XX, o carisma sofreu alterações no que respeita à ‘pureza’ do conceito, perdendo as características originais para ganhar uma maior objetividade e racionalidade. O carisma passa a ser um atributo que os seguidores reconhecem aos seus líderes, com base na sua imagem, características pessoais e na capacidade de comunicação, deixando de ser entendido como um dom sobrenatural ou divino (Cardoso, 2011).

Na política moderna a representação carismática alicerça-se em três componentes fundamentais: a antevisão, a empatia e o ‘*empowerment*’ (Choi, 2006). Pelo recurso a discursos criativos e atraentes, o líder carismático consegue manifestar as suas ideias e opiniões políticas e criar uma sensação de antevisão do futuro desejável nos seus seguidores. Esta favorece, consequentemente, o entusiasmo e o envolvimento com a figura do líder. A empatia é um elemento crucial no desenvolvimento da representação carismática, por permitir perceber os motivos, emoções e valores dos representados e por envolver uma interação entre estes e o líder, tornando o último mais admirável e desejado. Para além de anteverem o futuro e de desenvolverem uma forte relação empática com os seus seguidores, os líderes eficazes, devem ainda promover o *empowerment*, definido como:

Um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sociocultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania. (Pinto, 1998, p 247)

Ao desenvolverem o *empowerment*, através da divisão do poder e do desenvolvimento da pro-atividade dos representados, os líderes provocam-lhes sentimentos de utilidade e

---

<sup>11</sup> Mendonça (2004) defende ainda que o ‘efeito de presença’ pode surgir como ameaça ao pluralismo democrático, na medida em que, este se extingue, quando a vontade do líder se transforma na vontade de todos os cidadãos.

importância no que respeita às decisões políticas, bem como ao entusiasmo em relação à sua política.

A perspetiva moderna da representação carismática enfatiza os atributos pessoais e extraordinários do líder e a identificação desses mesmos atributos por parte dos eleitores (Cardoso, 2011). Ao identificarem-se com as qualidades e características do líder, os eleitores tendem a realizar as suas escolhas eleitorais de acordo com a relação de confiança, respeito e cumplicidade emocional que estabelecem com ele, optando por lhe serem fiéis e por lhe atribuírem o seu voto.

Embora o carisma tenha perdido a vertente sobrenatural e mística realçada pela perspetiva tradicional da representação carismática, continua a assentar em traços individuais da personalidade do líder e, por esse motivo, poderá desencadear comportamentos narcisistas e/ou autoritários. Deste modo, os perigos do ‘efeito de presença’ da representação carismática, já anteriormente identificados, não se esgotaram nem se extinguíram com a modernização e racionalização do conceito. Quando a identificação com o líder é de tal modo forte que não permite a análise racional das suas ações e ideias políticas, essa identificação cega pode constituir-se como um perigo para os representados. O ‘lado negro’ da representação carismática revela-se quando as intensões do líder não têm por base o bem-estar da comunidade ou país, mas sim, a satisfação de interesses próprios e egoístas.

### **1.3. A Representação como um Processo de Tomada de Decisões: A Controvérsia entre o Mandato Livre e o Mandato Imperativo**

A representação como um processo de tomada de decisões políticas reporta-nos para uma visão pragmática que corrobora a necessidade da existência de mecanismos efetivos de decisão nas sociedades modernas (Martins, 2008). A representação é, à luz desta vertente, um método que permite a organização do processo de tomada de decisões políticas. O equilíbrio entre a autonomia dos representantes, que lhes permite tomar decisões tendo por base unicamente o julgamento próprio, e a proximidade aos interesses e desejos dos eleitores, não é consensual nos diferentes autores que dedicam o seu estudo a esta temática. Como método, a representação política tem, ao longo do tempo, fomentado a discussão sobre como se deverá processar a delegação dos poderes aos representantes, se através de mandato livre/fiduciário ou do mandato imperativo.

### **1.3.1. Mandato Imperativo**

Numa visão bastante radicalizada, o modelo de delegação sustenta que a verdadeira representação política somente ocorreria quando o representante agisse de acordo com instruções explícitas dos representados. Não podendo fazer qualquer julgamento ou emitir qualquer opinião acerca de um determinado tema, sob pena da sua conduta ser considerada desviante e punida pelo *recall* – o direito de revogação do mandato a qualquer momento (Martins, 2008).

Defensor da soberania popular, Rousseau (1999) associa legitimamente este modelo ao ‘mandato imperativo’ e defende que os representados detêm o direito de reprová-lo a qualquer momento as decisões políticas de quem os representa. Tal como Rousseau (1999) também John Stuart Mill (1998) defendeu o ‘mandato imperativo’ e a legitimidade da representação pela impossibilidade da participação direta dos cidadãos nas questões políticas. Parte de um argumento pragmático, considerando que embora existam diferentes graus de capacidade dos indivíduos para a prática da vida política, concebe como ideal máximo a participação e soberania do povo nas decisões políticas. Mill (1998) defende que uma vez estabelecido o governo representativo se devia manter o princípio da deliberação pública através da existência de um espaço onde as opiniões dos cidadãos pudessem ser expressas e debatidas livremente, evitando que o controlo da qualidade da representação fosse efetuado unicamente *a posteriori*.

Alegando a inobservação de atendimento às expectativas e exigências do sentido da representação política, Pitkin (1972) critica o modelo de delegação e observa que este envolve uma maior complexidade e pluralidade de determinantes. O representante político representa não apenas um cidadão, mas toda a coletividade. É um político profissional, que envolvido numa estrutura ampla de instituições políticas, discute temas contraditórios que o obrigam a decidir no sentido de abdicar de uns em prol de outros. É nesta ótica que a autora interpreta o modelo de delegação insuficiente e limitativo das ações dos representantes.

### **1.3.2. Modelo Fiduciário**

O modelo fiduciário sublinha que a dificuldade e complexidade dos assuntos políticos superam as capacidades dos homens comuns, pelo que somente um especialista poderá lidar adequadamente com estas questões. Assim, os representantes dotados de sabedoria e bom-

senso deverão ter autonomia para tomar decisões. Devem seguir as suas convicções próprias e objetivas e não os interesses e vontades dos representados.

Principal defensor do modelo fiduciário, Edmund Burke (1774) associa-o à ideia de ‘mandato livre’ e sustenta que os representantes deverão agir e deliberar consoante a sua definição de interesse comum. Afirmar a representação como sendo uma questão de razão e não de vontade.

Em oposição a Rousseau (1999), Burke (1774) atesta que os interesses da nação são mais do que a soma dos interesses de todos os cidadãos, de tal maneira que aquando da eleição os representantes passarão a representar não apenas os que os elegeram, mas sim toda a população. No parlamento não deve existir lugar para discussão de interesses privados e fracionários, importando única e exclusivamente os interesses, que de uma forma ou de outra, terão relevância para todos os estratos da sociedade. Poderá assumir-se que após a eleição dos representantes estes passaram a representar uma terceira entidade: uma nação que se crê ser mais que a junção de todas as partes (Burke, 1774).

Pitkin (1972) sustenta que o modelo fiduciário e, consequentemente o ‘mandato livre’, não prevê a existência de uma relação de proximidade entre eleitos e eleitores tal como acontece na conceção descritiva. Relembre-se que esta estipula que a representação apenas se efetiva pela existência de uma relação de proximidade entre os representantes e os representados. Deste modo, quanto mais sábios e dotados de razão forem os representantes, maior será a capacidade para decidirem autonomamente e mais viável será a representação. Porém, a autonomia defendida é relativa, pois embora não se encontrem vinculadas às indicações dos representados, as ações e decisões dos representantes estão vinculadas à ética e valores institucionais (Sartori, 1982).

### **1.3.3. Relativização da Controvérsia**

Pitkin (1972) assumiu uma posição intermédia no que respeita à relação e vinculação existente entre representantes e representados e defendeu que a controvérsia entre o mandato imperativo e o mandato livre se centra, fundamentalmente, na forma de agir do representante. Também Martins (2008), concebe a existência de condicionantes que relativizam a controvérsia entre mandato livre e imperativo e que fazem admitir o primeiro como algo meramente abstrato. O autor afirma que:

Há que confrontar os pressupostos dos modelos com a *praxis* política, para salientar um conjunto de factores que a influenciam: i) as pressões a que estão sujeitos os governantes; ii) o conflito entre a realização do interesse nacional e a realização de interesses parcelares; iii) o desinteresse dos cidadãos pelos assuntos públicos; iv) a profissionalização da actividade política; v) o papel dos partidos e dos grupos de interesses que suportam as candidaturas dos eleitos; vi) o facto de os representantes não actuarem de forma isolada dado que são, essencialmente, indivíduos interrelacionados, comprometidos numa teia de complexidades e de dependências que condicionam a vida parlamentar e governativa. (Martins, 2008, p 54)

Neste sentido, os representantes não poderão ser persistentemente contrários aos representados, na medida em que tal atitude significaria uma completa separação entre eles. Ou seja, mesmo quando os representantes agem de acordo com o mandato livre e de forma independente, são responsabilizados pelas suas ações perante os eleitores (Pitkin, 1972). O representante deverá ser dotado de capacidade de ação e julgamento, com um certo grau de liberdade para deliberar, mas sem que se coloque em oposição aos desejos de quem o elegeu.

No que respeita aos eleitores, deverão existir limites e arranjos institucionais que lhes permitam exigir uma resposta sempre que se sintam lesados com os contornos e direções que a representação da sua vontade assume (Pitkin, 1972). Deste modo, nas sociedades modernas com o aparecimento dos partidos políticos esta controvérsia atenua-se e admite novos contornos, se se considerar que os representantes não estarão limitados aos interesses e desejos dos representados, nem poderão agir livremente porque se encontram condicionados pelas orientações dos partidos aos quais se encontram vinculados.

O Quadro I esquematiza as diferentes concepções da natureza da representação política, de acordo com os seus sub-modelos, questão central, relação entre representantes e representados e consequências. A exposição sintetizada de cada modelo permite uma análise comparativa das suas características e especificidades.

**Quadro I - Síntese das Abordagens à Natureza da Representação Política**

| Conceções                                            | Sub-Modelos                                          | Questão Central                               | Relação Representante/ Representado | Consequências                              |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------------|
| <b>Formalista</b><br><i>Formalistic</i>              | <b>Autorização</b><br>( <i>authorization</i> )       | Existência de autoridade sem responsabilidade | Autonomia                           | Liberdade de ação dos representantes       |
|                                                      | <b>Responsabilidade</b><br>( <i>accountability</i> ) | Existência de responsabilidade com autoridade | Autonomia                           | Liberdade de ação dos representantes       |
| <b>Descritiva</b>                                    | <b>Simbólico</b>                                     | Figuração                                     | Simbolização em vez de decisão      | Possibilidade de Representação Autoritária |
|                                                      | <b>Carismático</b>                                   | Ser por oposição a fazer                      | Identificação sem semelhança        | Representação Microcós mica                |
| <b>Representação como uma ação a favor de outros</b> | <b>Fiduciário</b><br>( <i>trustee model</i> )        | Relação de confiança                          | Representação da Nação              | Autonomia (Mandato Livre)                  |
|                                                      | <b>Delegado</b><br>( <i>delegate model</i> )         | Relação de subordinação                       | Representação dos eleitores         | Dependente (Mandato Imperativo)            |

Fonte: Martins (2008) Adaptado

## 2. ELEIÇÕES E A RELAÇÃO COM A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O direito ao sufrágio dá aos eleitores a oportunidade de exercerem o poder político de forma igual, direta, secreta e periódica. No momento das eleições os representados são chamados a votar no sentido de escolherem os representantes que pretendem ver no poder e de avaliarem o desempenho e ações dos eleitos em exercício de funções até ao momento.

Miguel admite que “A eleição ocupa uma posição de destaque absoluto já que bifronte é o episódio fundador ao mesmo tempo que a meta orientadora da relação entre representantes e representados” (Miguel, 2003, p 131). Assim, as eleições coincidem, por um lado com o momento da autorização dos representados por intermédio do voto e, por outro com a efetivação da *accountability*, quando os eleitores decidem votar, ou não, num determinado representante em virtude das posições, por ele assumidas, nas questões mais polémicas ao longo do mandato.

Entendidas como mecanismos de prestação de contas, as eleições constituem-se, no entanto, como limitação à efetivação da representação política, por não assegurarem totalmente a realização da vontade geral (Young, 2000). Ou seja, contrariamente ao que acontece no momento inicial de autorização da representação, o momento do controlo e da avaliação do desempenho dos representantes nos mandatos anteriores é ainda bastante

incipiente, mantendo-se limitado à sansão política. Os mandatos são períodos longos, durante os quais os representantes tomam inúmeras decisões que afetam a vida dos cidadãos. Logo, a avaliação e controlo das suas ações deveriam realizar-se pelo recurso a procedimentos intermédios que permitam uma maior proximidade e a discussão entre eleitos e eleitores (Young, 2000).

Nas democracias modernas as eleições assumem funções determinantes, que podem ser agrupadas em quatro planos concetuais distintos: i) Garantia da participação política dos cidadãos através da expressão das suas vontades políticas; ii) Produção de representação política, que permite a resolução da questão da inviabilidade da participação direta e imediata dos cidadãos nas decisões políticas emergentes nas sociedades modernas; iii) Contributo para a formação do executivo do governo e da oposição que tem como principais objetivos o controlo e a fiscalização do primeiro; iv) Oferta de legitimidade democrática a quem governa (Pinto et al., 2009).

De forma a assegurar o cumprimento das funções para as quais foram instituídas, as eleições são reguladas por um conjunto de regras formais que estabelecem os atos e os comportamentos dos vários atores envolvidos no processo de competição política. De acordo com aquele conjunto de regras o processo eleitoral deve obedecer às seguintes fases: 1) Organização do Corpo Eleitoral; 2) Marcação das Eleições; 3) Apresentação das Candidaturas; 4) Constituição das Assembleias de Voto (determinação dos locais onde se exerce o voto); 5) Campanha eleitoral; 6) Expressão do sufrágio (votação); 7) Apuramento dos resultados; 8) Divulgação e oficialização dos resultados (Farrell, 1997). Faz-se no Apêndice 1 uma breve alusão às dimensões de análise do conceito de sistema eleitoral.

## **2.1. Eleições Legislativas em Portugal**

A Assembleia da República é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses e é o segundo órgão de soberania previsto na Constituição da República Portuguesa (doravante CRP), art.º 110.º. As eleições legislativas objetivam a eleição dos 230 deputados constituintes da Assembleia da República (art.º 147º CRP e n.º 1 do art.º 13º da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, doravante LEAR) e realizam-se de quatro em quatro anos. Podem candidatar-se às eleições legislativas os partidos políticos isoladamente ou em coligação, podendo contudo, nas suas listas constar cidadãos não filiados nesses mesmos partidos (art.º 151.º da CRP e art.º 21.º da LEAR).

Na contagem e conversão dos votos em mandatos, nas eleições legislativas recorre-se ao sistema proporcional e ao método da média mais alta de Hondt, conforme determinam o n.º 5 do art.º 113.º, o art.º 149.º da CRP e o art.º 16º da LEAR.

Pela aplicação do método de Hondt, nas eleições legislativas, a distribuição dos mandatos pelos círculos eleitorais é efetuada de acordo com o exposto no art.º 16º da LEAR: a) Apura-se em separado o número de votos recebidos por cada lista no círculo eleitoral respetivo; b) O número de votos apurados por cada lista é dividido, sucessivamente, por 1, 2, 3, 4, 5, etc., sendo os quocientes alinhados pela ordem decrescente da sua grandeza numa série de tantos termos quantos os mandatos atribuídos ao círculo eleitoral respetivo; c) Os mandatos pertencem às listas a que correspondem os termos da série estabelecida pela regra anterior, recebendo cada uma das listas tantos mandatos quantos os seus termos na série; d) No caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes da série serem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver obtido menor número de votos.

No Apêndice 2 apresenta-se um exemplo fictício que possibilita uma melhor compreensão dos cálculos efetuados na aplicação do método de Hondt.

O território nacional é dividido em círculos eleitorais plurinominais, periodicamente atualizados, no que respeita à sua relevância (art.º 150.º da CRP). Essa atualização efetiva-se pela elaboração de um mapa com o número e distribuição dos mandatos a eleger por cada círculo, sendo o número de deputados eleitos por cada círculo plurinomial do território nacional, proporcional ao número de eleitores nele inscritos (n.º 2 do art.º 149.º da CRP e n.º 2 do art.º 13.º da LEAR).

No apuramento dos resultados das eleições legislativas são ponderados os seguintes círculos eleitorais: i) círculos eleitorais do território continental que coincidem com os distritos administrativos e que são denominados pelo nome das capitais de distrito (n.º 2 do art.º 12º da LEAR); ii) um círculo eleitoral na Região Autónoma da Madeira e outro na Região Autónoma dos Açores denominados pelos mesmos nomes (n.º 3 do art.º 12.º LEAR); iii) dois círculos eleitorais que agrupam os sufrágios expressos pelos eleitores residentes fora do território nacional (n.º 4 do art.º 12.º da LEAR) que elegem apenas dois deputados cada, independentemente do número de recenseados (n.º 3 do art.º 13 da LEAR).

## **2.2. Eleições Autárquicas em Portugal**

As eleições autárquicas, também denominadas de eleições para os órgãos das autarquias locais, realizam-se de quatro em quatro anos e destinam-se à eleição das assembleias de freguesia, das assembleias municipais e das câmaras municipais. Em conformidade com o n.º 1 do art.º 16º da Lei Eleitoral para os Órgãos da Administração Local (doravante LEOAL) podem apresentar candidaturas às eleições autárquicas as seguintes entidades: a) Partidos Políticos; b) Coligações de partidos políticos constituídas para fins eleitorais; c) Grupos de Cidadãos Eleitores.

Para efeito das eleições autárquicas, existe um único círculo eleitoral que corresponde à totalidade do território respetivo à autarquia local (art.º 10º da LEOAL). A conversão dos votos em mandatos pela aplicação do método da média mais alta de Hondt cumpre, de acordo com o art.º 13º da LEOAL, as seguintes regras: a) Apuram-se os votos conseguidos por cada lista no círculo eleitoral; b) O número de votos apurados por cada lista é dividido, sucessivamente por 1,2,3,4 etc., sendo os quocientes alinhados pela ordem decrescente da sua grandeza numa série de tantos termos quantos os números de mandatos a preencher; c) Os mandatos pertencem às listas a que correspondem os termos da série estabelecida pela regra anterior, recebendo cada uma das listas tantos mandatos quantos os seus termos na série; d) No caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes da série serem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver obtido o menor número de votos.

\*

A representação política permite aos cidadãos participar nas questões políticas como representantes ou como representados. Contudo, o debate sobre este conceito não tem sido pacífico, se por um lado há autores que defendem a importância da representação política na organização das democracias, por outro há, os que a entendem como uma ameaça à liberdade dos cidadãos.

A eleição é um importante momento no processo de representação, apreciando que é através dela que os eleitores têm nas suas mãos o poder de escolherem os representantes a quem pretendem entregar a responsabilidade da governação e do exercício do poder.

### **CAPÍTULO III**

## **OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO PRINCIPAIS MEIOS DE EFETIVAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

## 1. PARTIDOS POLÍTICOS

Com o desenvolvimento do conceito moderno de representação política, com o alargamento do direito ao sufrágio e com a substituição do mandato imperativo pelo mandato representativo (livre), tornou-se crucial a redefinição do papel do parlamento na atividade política, o que, consequentemente provocou a génese dos partidos. Considerando a origem da palavra ‘partido’ que vem do latim ‘*part*’ e que significa a representação de algo que não é a totalidade (Pinto, Correia & Seara, 2009), facilmente se identifica a estreita relação entre as entidades partidárias e o conceito de representação política, sendo o último o objeto das primeiras. Deste modo, falar de representação implica falar também de partidos políticos, avaliando que a estes pertence, em grande medida a sua efetivação na política da atualidade<sup>12</sup>.

A ciência política apresenta diferentes definições de partidos políticos, facto que se deve essencialmente à complexidade do conceito. Para os defensores do liberalismo clássico os partidos são verdadeiros canais de oposição pública que pretendem influenciar as decisões políticas e governamentais, limitando o papel do Estado em relação ao indivíduo (Cremonese, 2010). Para os apoiantes da conceção marxista, os partidos são instituições indispensáveis à representação dos interesses coletivos e funcionam como mediadores na relação entre cidadãos e Estado, constituindo-se como atores principais nos governos e nos parlamentos (Cremonese, 2010).

Na obra ‘Os Partidos Políticos’, Maurice Duverger (2002) propôs a definição clássica de partidos que mais se assemelha às definições apontadas na atualidade. Definiu-os como organizações políticas que se caracterizam pela existência articulada de fações parlamentares e comités eleitorais e que pressupõem a atuação conjunta e organizada de um grupo de cidadãos com vista à eleição dos seus membros.

Os partidos políticos deverão obrigatoriamente apresentar as seguintes características: a) o carácter durável, ou seja, a permanência no tempo para além dos atos eleitorais; b) a constituição de uma organização completa, estendendo-se até à escala local; c) o envolvimento de uma vontade deliberativa de exercer e influenciar diretamente o poder; d) a manifestação da vontade de angariar um suporte popular de militantes e eleitores (Charlot, 1974).

---

<sup>12</sup> Esta questão conduz ao chamado monopólio da representação por parte dos partidos políticos, que não foi objeto de estudo por ultrapassar o âmbito da dissertação.

Em suma pode definir-se partido político como uma união/associação voluntária de pessoas com ideologias e interesses políticos comuns, com carácter duradouro, que tem como principal finalidade a conquista e exercício do poder. Estas organizações assumem a mediação entre o Estado e a Sociedade em geral e transformam demandas políticas em ações, tratando-se no fundo de uma forma institucionalizada de participação política.

## **1.1. Origem dos Partidos Políticos**

A origem e o desenvolvimento dos partidos políticos encontram-se diretamente arrolados ao alargamento do sufrágio popular e ao desenvolvimento das democracias (Duverger, 2002). Tornou-se indispensável a organização dos eleitores por afinidades e ideologias, através de comités capazes de dar a conhecer os candidatos e de canalizar os votos na sua direção. Embora alguns partidos políticos tenham surgido fora destes ciclos, existe para Duverger (2002), uma relação direta entre o nascimento dos partidos e o desenvolvimento dos grupos parlamentares e dos comités eleitorais.

Analisando a origem e evolução histórica dos partidos reconhecem-se dois grandes momentos: 1º) O nascimento dos partidos políticos na primeira metade do século XIX, pelo desenvolvimento de comités no seio dos parlamentos; e 2º) O surgimento dos partidos de origem externa pelo apoio das massas operárias, na segunda metade do século XIX.

### **1.1.1. Origem Eleitoral e Parlamentar – Partidos de Origem Interna**

Num primeiro momento, os partidos políticos surgiram no interior do Parlamento pela associação de um grupo de deputados que se uniam por afinidades. Essas afinidades não se relacionavam com critérios ideológicos, mas sim com a proximidade geográfica e com interesses comuns, particularmente os interesses eleitorais e os interesses ligados à partilha de cargos e outros ‘bens’ políticos (Duverger, 2002). Entende-se por ‘bens’ políticos os interesses individuais dos sujeitos constituintes da elite política. Estas características e formas de funcionamento conferem a este tipo de partidos uma maior descentralização e pouca coerência e disciplina.

Duverger (2002) propôs que o surgimento dos partidos políticos de origem interna obedece, normalmente, a um mecanismo composto por três passos: 1º) Criação de grupos parlamentares; 2º) Surgimento de comités eleitorais; 3º) Relação permanente entre os grupos parlamentares e os comités eleitorais. Todavia, acautela que: “Na prática a pureza deste

esquema teórico é alterada de diversas maneiras. Os grupos parlamentares nasceram geralmente antes dos comités eleitorais: de facto, já existiam assembleias políticas antes de serem realizadas eleições.” (Duverger, 2002 p 16).

Os comités eleitorais e os grupos parlamentares são as ‘*células madres*’ dos partidos políticos propriamente ditos, pois foi a coordenação permanente entre os primeiros e os segundos que deu origem aos verdadeiros partidos (Duverger, 2002).

### 1.1.2. Origem Extra-parlamentar – Partidos de Origem Externa

Os partidos de origem extra-parlamentar são posteriores aos de origem interna e surgem fora do parlamento e do processo eleitoral, para neles influir e penetrar. São partidos disciplinados, coerentes e centralizados, que nascem a partir duma cúpula pré-existente e cuja origem se encontra diretamente associada à defesa de causas ideológicas comuns (Duverger, 2002). Emergem através da atividade de organismos exteriores ao parlamento e às eleições e pretendem: a) afirmar-se como alternativa ideológica e eleitoral às elites dominantes; e b) defender os interesses dos grupos sociais até então excluídos do processo político (Lopes & Freire, 2002)

A origem diferenciada dos partidos políticos reflete-se na sua estrutura, forma de funcionamento e objetivos conforme sintetiza o Quadro II.

**Quadro II- Síntese da Distinção entre Partidos de Origem Interna e Partidos de Origem Externa**

| Características/Origem                                 | Partidos de Origem Interna                                                                                                          | Partidos de Origem Externa                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Características quanto à Estrutura</b>              | Partidos descentralizados e menos ideológicos                                                                                       | Partidos centralizados e ideológicos                                                                                                                        |
|                                                        | Surgem partindo da base                                                                                                             | Surgem partindo do topo                                                                                                                                     |
|                                                        | Os parlamentares desempenham um importante papel nos partidos intra-parlamentares, por serem parte integrante da direção dos mesmos | Os parlamentares são pouco influentes para os partidos extra-parlamentares, existindo mesmo por parte dos últimos, uma desconfiança em relação os primeiros |
| <b>Características quanto à Forma de Funcionamento</b> | Partidos mais desorganizados e incoerentes                                                                                          | Partidos mais coerentes e disciplinados                                                                                                                     |
|                                                        | As relações e os vínculos entre os deputados surgem por circunstância da coexistência no parlamento                                 | Dispõem de uma organização já existente que permite a articulação de todas as suas células base                                                             |
| <b>Características quanto aos Objetivos</b>            | A conquista de assentos nas assembleias políticas é o principal objetivo destes partidos políticos                                  | Distanciamento em relação ao parlamento. Embora importante, a luta eleitoral não é a principal ação.                                                        |

Fonte: Maurice Duverger (2002) Adaptado

## **1.2. Estrutura e Organização dos Partidos Políticos**

No que respeita à estrutura e organização dos partidos políticos, Duverger (2002), identifica três tipos sociológicos distintos: i) Partidos ‘Burgueses’ ou de Comitês; ii) Partidos de Enquadramento das Massas Populares; iii) Partidos Centralizados ou Totalitários. O autor distingue cada tipo de partido pelos seus elementos de base, pela sua organização e ainda pela dependência ou independência em relação às instituições dirigentes.

### **1.2.1. Partidos ‘Burgueses’ ou de Comitês**

Os partidos ‘Burgueses’ ou de comitês, também comumente denominados de partidos de notáveis ou de quadros, surgiram na Europa Ocidental durante o século XIX, tendo sobrevivido sob a forma de partidos conservadores e liberais. Estes partidos são constituídos pelos considerados politicamente ilustres (notáveis), e caracterizam-se pelo seu carácter restrito e pela sua estrutura organizativa informal e descentralizada.

Na ótica de Weber (2000) os partidos de notáveis, como o próprio os denominou, não assentam em objetivos ideológicos e em princípios de bem comum, mas sim na procura do exercício do poder. Estes partidos têm um carácter parlamentar e aristocrático organizando-se em comitês eleitorais que procedem à preparação das campanhas e das eleições. A definição de partidos de notáveis proposta por Weber foi enriquecida por Duverger (2002). O politólogo francês sustenta que os partidos de quadro assentam em comitês eleitorais pouco extensos, independentes uns dos outros e geralmente descentralizados. Estes partidos não manifestam interesse em conseguir um grande número de filiados ou participantes, mas sim em seleccionar pessoas notáveis, de prestígio e de bens que conduzam o partido de forma individual (Duverger, 2002). Esses mesmos comitês são círculos fechados, de difícil acesso, com uma área de abrangência territorial bastante vasta e com um carácter intermitente e semi-periódico. A sua atividade é única e exclusivamente limitada aos momentos eleitorais e às combinações parlamentares (Stock, Teixeira & Revez, 2005).

Pela análise organizacional dos Partidos ‘Burgueses’ ou de Comitês facilmente se lhes reconhece uma representação política bastante limitada e frágil. Tratando-se de partidos de notáveis e personalidades, as massas tendem a não ter um papel direto e não se sentirem representadas.

### **1.2.2. Partidos de Enquadramento das Massas Populares**

Com o alargamento do direito de sufrágio e a adoção do sistema de representação proporcional, surgiram, na transição do século XIX para o século XX, os chamados partidos de massas ou de integração social. Estes partidos surgem associados aos sentimentos de pertença, de identidade social e às transformações quer económicas quer sociais produzidas pelo processo de industrialização, que colocaram em cena as massas populares e a sua reivindicação por melhores condições de vida. A mobilização política das massas populares fez emergir nos partidos políticos a necessidade de reforçar a sua capacidade de intervenção, complexificando a sua estrutura organizativa e disponibilizando de um corpo político permanente e profissionalizado (Stock et al., 2005)

Os partidos de enquadramento de massas populares pretendem traduzir a opinião do maior número de população possível, pelo que existe um sistema de filiação concreto acompanhado por um rigoroso mecanismo de cotizações individuais, que permitem a sustentabilidade financeira do partido. A ideologia tem um papel muito importante no interior destes partidos em que as rivalidades tomam a proporção duma luta de tendências e se estendem não somente ao domínio político, mas também aos domínios económico, social e familiar (Duverger, 2002).

Weber (2000), estudou pormenorizadamente os partidos de massas como condição de força política organizada e com apetência para a conquista do poder. Sustentou que os mesmos criaram um ator político profissional, dedicado a tempo completo ao partido, e que deixa de ter legitimidade para tomar decisões individualmente, passando a estar sujeito à disciplina de voto no parlamento e ao controlo por parte do partido que permitiu a sua eleição.

A representação nos partidos de enquadramento de massas populares adquire um sentido mais lato que nos Partidos de Comités. Contudo, o risco de manipulação da opinião não se extingue inteiramente. O elevado grau de organização pode impedir que as massas estejam verdadeiramente presentes no processo político (Duverger, 2002).

### **1.2.3. Partidos Centralizados ou Totalitários**

Os partidos centralizados ou totalitários têm uma ideologia política organizada e poderosa, que em geral monopoliza o poder político e que pretende estar acima do próprio Estado (Sartori, 1982). Estes partidos não permitem a justa competição pelo poder político, eliminando todos os partidos ou organizações políticas que pretendam competir pelo poder.

Por vezes os partidos totalitários mascaram a sua hegemonia pela criação de agremiações políticas secundárias, que sobrevivem pela dependência destes e que não estão autorizadas a competirem pelo poder de forma igualitária (Sartori, 1982).

São exemplos de Partidos Políticos Centralizados os partidos comunista e fascista, por terem em comum uma centralização muito forte, que se opõe à semidescentralização dos partidos de enquadramento de massas populares. Estes partidos assentam em métodos autocráticos e procuram assegurar a disciplina de forma restrita (Duverger, 2002).

Os partidos centralizados ou totalitários desenvolvem-se, frequentemente pela força da imagem de líderes carismáticos, como foram Hitler, Franco, Mussolini, Salazar etc.. Estes, não respeitando os princípios da representação, exerceram o poder de forma autoritária e repressiva das vontades da sociedade em geral. Neste sentido, os partidos centralizados surgem associados aos sistemas partidários não competitivos, que podem ser sistemas de partido hegemónico ou sistemas de partido único (Sartori, 1982)<sup>13</sup>.

#### **1.2.4. *Catch-all Party* (Partido Agarra Tudo)**

No âmbito das transformações da estrutura social após a 2ª Guerra Mundial, do aumento do nível de vida das massas e da transformação tecnológica no campo da comunicação política, Kirchheimer e Kogan<sup>14</sup> propuseram no ano de 1965 a existência de um novo tipo de partido não identificado por Duverger (2002), o *catch-all party* (Kirchheimer & Kogan cit in, Lopes & Freire, 2002). A afirmação dos meios de comunicação social e a personalização da política ditaram a transformação dos tradicionais partidos políticos em *catch-all party*. Estes partidos, adaptados às novas exigências do eleitorado, desenvolvem a sua atividade de forma moderna e acessível aos novos eleitores, mais pragmáticos e preocupados com os custos envolvidos na recolha da informação política necessária à escolha e direcionamento do voto (Pasquino, 1990).

O *catch-all party* é “uma organização situada entre a sociedade civil e o Estado, que procura influenciar o Estado do seu exterior e, ao mesmo tempo, controlar temporariamente as políticas públicas com vista a satisfazer as exigências de curto prazo dos seus pragmáticos ‘consumidores’ (Lopes, 2004, p 11). Esta classificação de partidos ‘agarra tudo’, explicita o

---

<sup>13</sup> Sobre Sistemas Partidários ver em pormenor as classificações de Duverger (2002) e de Sartori (1982).

<sup>14</sup>Kirchheimer, Mary & Maurice, Kogan (1992). *Encyclopedia of Government and Politics*, Routledge, Londres cit in Lopes, Fernando, & Freire, André (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais – Uma Introdução*, Celta Editora, Oeiras.

fim da noção de partido como representante de sectores específicos da sociedade e o início do partido como uma organização aberta a um diversificado leque de sectores sociais.

Estes partidos objetivam, assim, a mobilização de eleitores pertencentes a todas as classes sociais e o estabelecimento de relações com o maior número de grupos de interesse possível, não sendo motivo de preocupação a perda de intensidade ideologia e de coesão interna. Neste sentido, os *catch-all party* caracterizam-se pela sua fraca conotação ideológica, pelo pragmatismo das suas ações, pela preferência por temas consensuais, pela grande latitude de ação dos seus dirigentes e ainda pela marginalização dos seus militantes (Aguiar, 1988).

### 1.3. Funções dos Partidos Políticos

A história dos partidos políticos revela-nos que, num primeiro estágio foram reprimidos, por exemplo, pela doutrina de Rousseau (1999), sob o argumento de colocarem em risco a unidade da república e de fomentarem a fragmentação da vontade geral, dificultando a sua livre manifestação. Contudo, apesar das críticas tecidas ao longo da história, os partidos políticos são na atualidade entendidos como instrumentos indispensáveis à efetivação das democracias representativas, sendo nelas chamados a cumprir funções de extrema importância e pertinência.

As funções dos partidos políticos podem dividir-se em duas perspetivas – a perspetiva restrita, que define os partidos como instrumentos que representam e articulam as opiniões dos seus membros, e a perspetiva alargada que permite uma maior perceção das funções desempenhadas pelos partidos nas democracias representativas (Calvez, 1968). A perspetiva alargada sugere uma análise segmentada das funções dos partidos de acordo com três vertentes funcionais: a) Partido no Eleitorado – Os partidos têm a função de simplificar as escolhas dos eleitores através da apresentação de alternativas governativas e do fornecimento de informações políticas; b) Partido como Organizações – Nesta vertente os partidos procedem ao recrutamento das elites políticas e articulam e agregam os interesses dos apoiantes; c) Partido no Governo – Quando alcançam o poder os partidos desenvolvem funções governativas que se centram essencialmente no cumprimento do programa eleitoral apresentado durante a campanha (Martins, 2008).

A perspetiva restrita, assume neste estudo maior consideração, por sintetizar as funções diretamente relacionadas com as atividades representativas dos partidos, e por salientar a sua importância enquanto meios de defesa dos interesses sociais dos representados.

A forma como os partidos desempenham as suas funções representativas determina a eficácia ou ineficácia na captação da fidelidade partidária dos seus apoiantes nos diferentes momentos eleitorais ao longo do tempo, questão que assume uma importância primordial na dissertação.

### 1.3.1. Perspetiva Restrita

Duverger (1985) certifica que a associação direta de algumas das funções dos partidos à representação política remete para uma perspetiva restrita do seu papel no processo representativo, da qual destaca e desenvolve as seguintes funções: a) Enquadramento de Eleitores; b) Seleção de Candidatos; c) Enquadramento de Eleitos; d) Representação da Opinião do Eleitorado.

A última função identificada por Duverger – representação da opinião do eleitorado – será analisada com maior pormenor. Centrando-se no papel de mediação, desempenhado pelos partidos, entre o poder político e a sociedade esta função assume um maior interesse para a dissertação.

- a) *Função de Enquadramento dos Eleitores* – Os partidos trabalham objetivamente na formação da opinião política dos cidadãos por meio do enquadramento ideológico, isto é, através da apresentação de propostas e conceções sobre o modo mais adequado e eficiente de intervenção na resolução dos problemas e necessidades da sociedade. Os partidos políticos fornecem a informação necessária aos cidadãos para que estes votem em consciência e exijam dos representantes eleitos uma ação firme e de acordo com o programa político proposto *a priori*.
- b) *Função de Seleção de Candidatos* – Traduz a função de recrutamento político dos recursos humanos constituintes dos partidos. Esta função é muito importante e afirma os partidos como os principais motores de recrutamento de pessoal para as atividades de conquista e exercício do poder. Os elementos recrutados são escolhidos para disputarem eleições e, conseqüentemente, para protagonizarem o processo da representação política.
- c) *Função de Enquadramento de Eleitos* – É uma função determinante para o bom funcionamento e coesão dos partidos políticos e pode ser analisada em duas vertentes: i) Contato entre eleitos e eleitores: expressa-se pela comunicação política e objetiva a manutenção do apoio e adesão às atividades políticas, por parte dos eleitores, com vista à reeleição e/ou ao apoio à governação diária; ii)

Enquadramento dos eleitos: refere-se à imperatividade de manter a unidade partidária entre os membros constituintes dos partidos, pelos quais foram eleitos e pelo respeito das orientações políticas dos governos que integram.

#### **1.3.1.1. Função de Representação da Opinião do Eleitorado**

Na comunidade existem grupos de pessoas que possuem opiniões políticas semelhantes sobre determinados assuntos. Contudo, se essas pessoas se encontrarem separadas e não uniformizarem o seu pensamento, o mesmo jamais desencadeará qualquer ação política. É, nesta perspetiva, imperioso que existam grupos que orientem todos os que pensam da mesma forma, para que as suas opiniões se reúnam e possam contribuir para a ascensão dos seus representantes às atividades governamentais (Rozas, 2008).

Na sua função representativa, os partidos assumem um importante papel de intermediários entre a sociedade e o poder político, procurando articular os interesses de todos os sectores da sociedade, através da aglutinação das opiniões individuais e da sua transformação em opiniões coletivas (Freire & Viegas, 2009). A dimensão eleitoral dos partidos políticos exige-lhes, deste modo, a elaboração de programas e propostas, que de forma abrangente reúnam todos os interesses e necessidades dos eleitores e que os canalizem para um determinado sentido. Os interesses antagónicos dos diferentes sectores da sociedade são transformados, pelos partidos, em interesses compatíveis. Este processo tem como principal objetivo atrair o maior número de apoiantes possível, e por conseguinte, um maior número de votos (Rozas, 2008).

Na sua dimensão partidária os partidos podem deter o poder político ou exercer o direito de oposição. Quer numa ou noutra posição, estes deverão ter como principal preocupação a defesa e representação dos interesses e pontos de vista dos seus simpatizantes e militantes nas discussões e decisões políticas desenvolvidas no parlamento (Freire & Viegas, 2009).

Os partidos enquanto meios de efetivação da representação política limitam, na opinião de Martins (2008), a plena satisfação das necessidades e interesses dos representados, avaliando que, para além de representarem as suas opiniões também as formam e deformam através das informações políticas que transmitem e dos programas e propostas que apresentam. Afirmam ainda, que muitas vezes as propostas mascaradas por ideais de defesa da

conveniência dos representados e que se imaginam claras e inequívocas têm por trás objetivos ocultos, que pretendem alcançar benefícios para os partidos e para os seus membros.

A concretização de objetivos menos claros por parte dos partidos torna relevante a questão da pertinência da representação partidária<sup>15</sup>, pela consciência de que esta poderá deixar de ser uma mediação transparente para se tornar num obstáculo ao exercício da soberania do povo. Deste modo, “criados e institucionalizados para preencher o fosso que o parlamentarismo liberal mantinha entre o poder e o povo, e para ‘aprofundar a democracia’, os partidos podem, por sua vez, alargar ainda mais esse fosso.” (Aurélio, 2009, p49).

Em suma deverá ser principal objetivo dos partidos políticos a representação da opinião dos seus apoiantes e não a satisfação dos interesses pessoais das elites políticas que os constituem. Nesta perspetiva, o que importa verdadeiramente é o equilíbrio entre a democraticidade e a governabilidade, sem que nenhum dos dois princípios seja lesado em detrimento do outro (Calvez, 1968).

## **2. PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL**

### **2.1. Caracterização Jurídica dos Partidos Políticos Portugueses**

À semelhança do que aconteceu nos restantes países da Europa, também em Portugal se assistiu, durante largos anos, à marginalização dos partidos políticos. Durante o Estado liberal as organizações partidárias foram completamente ignoradas no plano jurídico, tendo apenas merecido uma referência, ainda que residual, na revisão de 1919 à CRP de 1911. Com o Estado Novo e a sua oposição aos partidos políticos essa tendência não se alterou, tendo o estatuto geral dos partidos, surgido apenas em 1976 com a atual CRP.

Conforme prevê a Lei dos Partidos Políticos Portugueses (doravante LPPP) no n.º1 do art.º4º, a criação de um partido político é um processo independente e livre de qualquer tipo de autorização por parte do poder político ou do poder judicial. Há no entanto, limites à sua constituição que se podem classificar como limites de natureza específica, de natureza geral e formais (Pinto, et al., 2009).

As limitações de natureza específica manifestam-se pela proibição da criação de partidos políticos com programas e objetivos de âmbito regional (n.º 4 do art.º 51.º da CRP e

---

<sup>15</sup> A questão da pertinência da representação partidária conduz a uma segunda questão que se relaciona com a crise da representação. Questão que não estando diretamente relacionada com o âmbito da dissertação não foi alvo de estudo.

art.º 9.º da LPPP). De forma geral, a livre constituição de um partido político, apenas se encontra limitada pela preservação da natureza unitária do Estado, conforme se lê no n.º 2 do art.º 10.º da CRP. Limitação que na prática se traduz na impossibilidade de constituição de partidos com natureza armada, paramilitar ou militarizada, com ideologia fascista e/ou com carácter racista (n.º 4 do art.º 46.º da CRP e o art.º 8.º da LPPP).

Os limites formais à constituição dos partidos fixados pela CRP e pela LPPP proíbem a utilização de denominações, siglas e símbolos que sejam semelhantes às de outro partido já existente, que se baseiem no nome de uma pessoa e que contenham expressões diretamente relacionadas com qualquer religião ou instituição nacional (n.º 3 do art.º 51 da CRP e art.º 12º da LPPP).

No que respeita aos fins dos partidos políticos a CRP e a LPPP clarificam que os mesmos se centram na representação política, no exercício do poder e na pedagogia política. Os partidos deverão concorrer para a formação e expressão da vontade popular, para o exercício do poder político, através da participação nos órgãos de governação, a nível nacional, regional e local e contribuir para a melhoria do nível de informação e formação política dos cidadãos (art.º 10 da CRP e Artigos 1º e 2º da LPPP).

### **2.1.1. Princípios Fundamentais da Atividade Partidária**

Pela sua complexidade, a forma de organização e modalidades de desenvolvimento das atividades dos partidos políticos, compreendem um conjunto de cinco princípios basilares consagrados na LPPP, nomeadamente: i) princípio democrático; ii) princípio da transparência; iii) princípio da liberdade de filiação; iv) princípio da filiação direta e única; v) princípio da liberdade de associação. Este conjunto de princípios diretores garante, por um lado, a liberdade de ação dos partidos políticos e assegura, pelo outro, a transparência dessa mesma ação, permitindo a clara perceção da sua índole, fins e dos meios aos quais legitimamente poderão recorrer.

#### **2.1.1.1. Princípio Democrático**

O princípio democrático é um elemento estruturante da ordem constitucional portuguesa, pelo que facilmente se compreende a sua importância na estruturação interna dos partidos políticos portugueses.

No plano legal, o princípio democrático encontra-se traduzido no art.º 5º da LPPP e encerrado em diversos números da mesma lei. Pode fazer-se uma separação entre dois planos distintos do seu teor: a) o plano material – que se relaciona com o modo como são exercidos os direitos dos militantes e b) o plano organizacional – que se prende com os critérios de organização e funcionamento internos dos partidos políticos. O plano material poderá ainda ser dividido em dois princípios distintos, o princípio da proibição da discriminação e o princípio da universalidade (Pinto et al., 2009).

Conforme se pode ler no n.º 2 do art.º 19º da LPPP, o princípio da proibição da discriminação determina a impossibilidade de vedar a adesão a um partido político ou de excluir um filiado por questões relacionadas com o sexo, raça, ascendência, língua, território de origem, religião, instrução, situação económica ou condição social. O princípio da proibição da discriminação não apenas determina as proibições no seio das organizações partidárias, como também esclarece que ninguém poderá ser prejudicado, privilegiado ou beneficiado em razão da filiação a um determinado partido político (n.º 3 do art.º 20º da LPPP). O princípio da universalidade reserva a igualdade de direitos de todos os filiados de um partido perante os seus estatutos (n.º 2 do art.º 5º da LPPP), e o direito de participação de todos os membros na vida interna dos partidos (n.º 1 do art.º 5º da LPPP).

Analisando o plano organizacional do princípio democrático da atividade partidária, destaca-se, por exemplo, a consagração da regra do sufrágio pessoal e secreto para as eleições e referendos internos (art.º 33º da LPPP), pelo que os órgãos dos partidos gozam de legitimidade própria, fruto da eleição democrática dos seus membros (art.º 27º e art.º 28º da LPPP). Este princípio tem como consequências: a) a separação dos poderes através da constituição de uma assembleia representativa, de um órgão de direção política e de um órgão de jurisdição (art.º 25º da LPPP) e b) o respeito pelo princípio da renovação, por via da proibição da existência de cargos partidários vitalícios à exceção dos cargos honorários (art.º 29º da LPPP).

#### **2.1.1.2. Princípio da Transparência**

Pelas funções que desempenham nos regimes políticos democráticos das sociedades modernas, os partidos políticos não poderiam jamais assentar em princípios de secretismo. Os n.º 1, 2 e 3 do art.º 6º da LPPP estabelecem a obrigatoriedade de os partidos publicarem e

comunicarem ao Tribunal Constitucional os seus estatutos, a identidade dos titulares dos seus órgãos, os seus princípios e programas e as atividades gerais a nível nacional e internacional, prosseguindo publicamente os seus objetivos. Também a proveniência e utilização dos fundos do partido são imperiosamente de conhecimento público (n.º 4 do art.º 6º da LPPP).

#### **2.1.1.3. Princípio da Liberdade de Filiação**

O n.º 1 do art.º 19º da LPPP, dedicado à liberdade de filiação, salvaguarda que ninguém pode ser obrigado a filiar-se num partido político, nem a ser coagido a nele permanecer quando deixa de se identificar com os seus fins e projetos. O n.º 1 do art.º 22 da mesma lei contempla que a sujeição à disciplina interna do partido político jamais poderá afetar o exercício dos direitos individuais e o cumprimento dos deveres previstos na CRP.

Para além de estabelecer que o direito de filiação apenas se encontra ao alcance dos cidadãos com direitos políticos, conforme o art.º 7º da LPPP, o princípio da liberdade de filiação, estabelece restrições, que se justificam pela necessidade de proteger bens jurídico-constitucionais mais relevantes, como a garantia da independência e da imparcialidade dos cidadãos que exercem funções de soberania e cargos públicos de maior importância. Essas restrições encontram-se nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 21º da LPPP i) Proíbem a apresentação de inscrição e a filiação dos militares ou agentes militarizados e dos agentes de segurança pertencentes aos quadros permanentes e em serviço efetivo; ii) Vedam a prática de atividades político-partidárias de carácter público aos magistrados judiciais, aos magistrados do Ministério Público e aos diplomatas de carreira; iii) Proíbem os diretores-gerais da Administração Pública, os presidentes dos órgãos executivos dos institutos públicos e os membros de entidades administrativas independentes, de exercer atividades dirigentes em órgãos de direção política.

#### **2.1.1.4. Princípio da Filiação Direta e Única**

Ao não prever a filiação de pessoas não detentoras de direitos políticos, a LPPP rejeita a filiação de pessoas coletivas e inviabiliza, conseqüentemente, a índole indireta dos partidos políticos em Portugal (Pinto et al., 2009). Também a não exclusividade da filiação é alvo de proibição, não apenas na LPPP (n.º 2 do art.º 20º), como também na CRP (n.º 2 do art.º 51º).

### **2.1.1.5. Princípios da Liberdade de Associação**

Por vezes os partidos políticos procuram associações, e são totalmente livres de o fazer, com um ou mais partidos similares ou ideologicamente próximos, no sentido de prosseguirem ações comuns e de forma a alcançarem objetivos e fins específicos (n.º1 do art.º11 da LPPP). Contudo, considerando a progressiva internacionalização dos problemas enfrentados pelos partidos, têm-se verificado não apenas o estabelecimento de associações internas, mas também de associações externas, pelo que a legislação portuguesa consagra um duplo sentido ao princípio da liberdade de associação: o princípio da livre associação interna e o princípio da livre associação internacional (Pinto, et al., 2009). Este último abre aos partidos políticos nacionais a possibilidade de estabelecerem associações com entidades partidárias estrangeiras similares ou de integrarem federações internacionais de partidos (art.º 36º da LPPP).

## **3. OS QUATRO PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS PORTUGUESES**

Neste subcapítulo far-se-á uma apresentação sucinta dos quatros partidos que têm maior expressão eleitoral no distrito de Évora, Partido Comunista Português (PCP), Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PPD-PSD) e Centro Democrático e Social, Partido Popular (CDS-PP) <sup>16</sup>. Embora o Bloco de Esquerda (BE) seja na atualidade o quinto maior partido político em Portugal não será apresentado neste ponto. Justifica-se a decisão com o facto de o partido não ter grande expressão no distrito, ao nível das eleições legislativas e de nunca ter apresentado listas para as eleições autárquicas em nenhum dos concelhos.

### **3.1. Partido Comunista Português – PCP<sup>17</sup>**

O PCP foi fundado em 1921 e define-se como um partido de esquerda, comunista e marxista-leninista. Álvaro Cunhal, o mais emblemático líder do partido em Portugal, afirma o marxismo-leninismo como: “(...) um instrumento indispensável para a análise científica da realidade, dos novos fenómenos e da evolução social e para a definição de soluções corretas

---

<sup>16</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre os partidos políticos portugueses recomenda-se a leitura das seguintes obras: Amaral (1995); Freire (2006); Jalali (2007); Lisi (2009); Maxwell (1999); Sousa (2000)

<sup>17</sup> Considerando que o PCP concorre em coligação com o PEV (Partido Ecologista “Os Verdes”), ao longo da dissertação sempre que se mencione a coligação será sob a forma de PCP-PEV.

para os problemas concretos que a situação objetiva e a luta colocam às forças revolucionárias.” (Cunhal, 1985, p 37)

O Partido Comunista Português teve um papel fundamental na oposição ao regime ditatorial protagonizado por Oliveira Salazar e foi o único partido, que embora ilegalizado, permaneceu organizado e disposto a fazer oposição a este regime, pela conquista e consolidação da democracia (Correia, 2007). Os seus membros foram, na época, obrigados a viver na clandestinidade sob ameaça de serem presos, torturados ou assassinados.

Identificam-se como objetivos supremos do PCP “(...) a construção em Portugal do socialismo e do comunismo que permitirão por fim à exploração do homem pelo homem e assegurar ao povo português o efetivo poder político, o bem-estar, a cultura, a igualdade de direitos dos cidadãos e o respeito pela pessoa humana, a liberdade, e a paz.” (art.º 5 dos Estatutos do PCP)

Na atualidade o PCP é liderado por Jerónimo de Sousa e o seu grupo parlamentar na Assembleia da República é constituído por catorze deputados eleitos na XII legislatura (Sítio oficial da Assembleia da República Portuguesa, 22-07-2012 – <http://www.parlamento.pt/>).

### **3.2. Partido Socialista – PS**

O PS assume-se como um partido de centro-esquerda no espectro político e foi fundado em 19 de Abril de 1973 na cidade de Bad Munstereifel na Alemanha, onde por ocasião do Congresso da Ação Socialista, militantes portugueses desta organização propuseram a sua transformação em Partido Socialista (Sítio oficial do PS, 22-07-2012 – <http://www.ps.pt/>)

O pensamento e ação do PS em Portugal são orientados pela persecução dos seguintes objetivos: 1) Procura inequívoca da democracia; 2) Aplicação do socialismo democrático na solução dos problemas nacionais; 3) Defesa dos direitos humanos e da Paz, 4) Organização da sociedade portuguesa como base nos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade; 5) Combate a todo o tipo de desigualdades e discriminações; 6) Defesa de uma economia de bem-estar para todos os cidadãos; 7) Combate de todas as tendências de dominação do poder económico que desprezem as necessidades e os interesses dos povos. (Declaração de Princípios do PS, 2002).

Atualmente o PS tem como Secretário-Geral, António José Seguro, e o seu grupo parlamentar na Assembleia da República é constituído por setenta e quatro deputados eleitos

na XII legislatura (Sítio oficial da Assembleia da República Portuguesa, 22-07-2012 – <http://www.parlamento.pt/>).

### **3.3. Partido Social Democrata – PPD-PSD**

O Partido Social Democrata foi fundado em 6 de Janeiro de 1974 com o nome Partido Popular Democrático (PPD) e por personalidades como Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota. A 3 de Outubro de 1976, com a sua legalização, o partido passou a denominar-se Partido Social Democrata (PSD). O PPD-PSD respeita três linhas de pensamento distintas que se complementam entre si: linha Católica-Social, que surgiu como reação ao corporativismo de Estado; linha Social-Liberal que se encontra ideologicamente ligada à ‘ala liberal’; e linha Tecnocrática- Social que se preocupa essencialmente com o desenvolvimento económico (Sítio oficial do PSD, 22-07-2012 – <http://www.psd.pt>).

A atividade do partido é regulada pelos seguintes valores e opções fundamentais: 1) Princípio do Estado de Direito – O Estado deve estar ao serviço da pessoa e não a pessoa ao serviço do Estado; 2) Os Direitos, Liberdades e Garantias dos portugueses são indispensáveis à preservação da autonomia pessoal, bem como à participação política e cívica; 3) O pluralismo das ideias e correntes políticas, cuja garantia de livre expressão constitui pressuposto indispensável ao gozo dos direitos e liberdades fundamentais de todo o cidadão; 4) O princípio democrático, como garantia da participação por igual de todos os cidadãos na organização e na escolha dos objetivos do poder na sociedade; 5) O princípio da afirmação da sociedade civil. O estado não deve chamar a si aquilo que os indivíduos estão vocacionados para fazer, garantindo dessa forma um amplo espaço de liberdade à iniciativa e criatividade das organizações da sociedade civil; 6) O diálogo e a concertação, como formas de entendimento e aproximação entre homens livres; 7) A justiça e a solidariedade social como preocupações permanentes na edificação de uma sociedade mais livre; 8) A valorização da paz; 9) Direito à diferença, como circunstância inerente à condição humana (Declaração de Princípios do PPD-PSD, 1974).

O PPD-PSD é atualmente liderado por Pedro Passos Coelho e foi o partido mais votado na XII legislatura, governando o país em coligação com o CDS-PP. O grupo parlamentar do partido na Assembleia da República é constituído por 108 deputados (Sítio oficial da Assembleia da República Portuguesa, 22-07-2012 – <http://www.parlamento.pt/>).

### **3.4. Centro Democrático e Social, Partido Popular – CDS-PP**

O CDS-PP foi fundado em 19 de Julho de 1974 pela iniciativa de personalidades como Freitas do Amaral, Amaro da Costa, Basílio Horta e João Porto (Sítio oficial do CDS-PP, 22-07-2012 – <http://www.cds.pt/>). Este partido define-se como um partido que se inspira na democracia cristã e abre portas a conservadores e a liberais clássicos, sendo um dos seus principais fins “propor para a sociedade portuguesa um modelo assente nos valores éticos, sociais e democráticos do humanismo personalista de inspiração cristã.” (alínea b) do art.º 2 dos Estatutos do CDS-PP).

O CDS-PP é orientado pelos seguintes princípios constantes na sua declaração de princípios aprovada em 1974: 1) Consagração do humanismo personalista; 2) Desenvolvimento de um sistema democrático capaz de reduzir as desigualdades sociais existentes e de conduzir a um rápido progresso económico e social; 3) Implementação de uma nova conceção de iniciativa privada com base no aprofundamento da solidariedade nacional e da fraternidade social; 4) Construir, pela cooperação, uma nova posição de Portugal no mundo; 5) Construção de governos democráticos, responsáveis, dinâmicos e eficientes. (Declaração de Princípios do CDS-PP, 1974)

Atualmente o CDS-PP é presidido por Paulo Portas e constitui governo em coligação com o PPD-PSD desde 2011. O grupo parlamentar do partido na Assembleia da República é constituído por 24 deputados (Sítio oficial da Assembleia da República Portuguesa, 22-07-2012 – <http://www.parlamento.pt>).

\*

A substituição do mandato imperativo pelo mandato livre e o alargamento do direto ao sufrágio criaram as condições necessárias à génese dos partidos políticos, que acabaram por se assumir como os principais meios de efetivação da representação política. Estes definem-se como uma associação voluntária de pessoas, que tem como principais objetivos a eleição dos seus membros e a conquista e exercício do poder político.

Em Portugal, à semelhança do que se verificou no resto da Europa, os partidos políticos foram marginalizados durante largos anos pelo regime autoritário, só tendo conquistado a verdadeira liberdade de ação após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Na atualidade existem, em Portugal, diversos partidos organizados dos quais se destacam o PCP, o PS, o PPD-PSD e o CDS-PP.

## **CAPÍTULO IV**

### **PODER LOCAL**

## **1. O PODER LOCAL EM PORTUGAL**

### **1.1. Génese e Evolução**

Os municípios remontam aos tempos da ocupação romana e são por esse motivo anteriores à fundação de Portugal e ao próprio Estado. Porém, tal como os conhecemos atualmente, os municípios portugueses enquanto comunidades políticas são originários da Reconquista Cristã. A sua verdadeira origem está na Idade Média e mais especificamente no século XII (Bilhim, 2004). São, então, o produto das circunstâncias da reconquista aos árabes e da nova organização territorial das comunidades da época. Os senhores feudais e a nobreza encontravam-se demasiado ocupados com a guerra e com a defesa dos seus interesses próprios, principalmente os de carácter económico, pelo que os homens de bem assumiram a representação de toda a comunidade local na gestão dos domínios administrativos e da justiça. As liberdades das novas comunidades auto-organizadas foram fixadas pelo rei através das cartas de foral onde, para além das obrigações tributárias a pagar à coroa como contrapartida das liberdades conquistadas, se encontravam explícitos e regulados os limites da administração concelhia (Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, doravante SEALOT, 1998).

Entre os séculos XII e XVI as cartas de foral, elaboradas pelo rei, regulavam a relação estabelecida entre a autoridade régia e os municípios. No entanto, essa relação nem sempre foi pacífica e registou-se a alternância entre períodos de maior e menor autonomia dos municípios, consoante os interesses da coroa e a sua disponibilidade para a gestão e administração do território local (Caetano, 1990).

Mais tarde, por influência do liberalismo e de uma visão centralizadora do poder local, importada da França Napoleónica, os concelhos portugueses experimentaram uma uniformização jurídica e administrativa. Tal impôs uma maior hierarquização de todo o sistema político e uma centralização do poder em Lisboa, que persistiu com a Instauração da República ocorrida em 5 de Outubro de 1910. A partir desta data, os municípios passam a ser dirigidos por um magistrado nomeado pelo Governo (SEALOT, 1998).

Com o Estado Novo, regime político autoritário que se iniciou em 1926 e perdurou até 1974, verificaram-se significativas alterações no funcionamento dos municípios, que reformaram a sua definição dentro do aparelho do Estado e que quase determinaram a sua aniquilação. A reforma do Código Administrativo operada por Marcelo Caetano entre 1936 e

1940 insistiu na centralização do poder local e ditou a divisão do território nacional em quatro níveis de circunscrições administrativas: a freguesia, o concelho, o distrito e a província (Catarino, Faro & Vargas, 2007). Os municípios fortemente centralizados, sobreviviam pela comparticipação de subsídios tutelados pelo governo. Os presidentes de Câmara e os regedores de freguesia eram nomeados pelo poder central, passando as funções do poder local pela fiscalização, controlo e cumprimento das regras estabelecidas centralmente (Catarino, et al., 2007). Em suma, durante o Estado Novo houve uma clara predominância do centro sobre a periferia e os municípios não passavam de intuições administrativas e politicamente diminuídas, sendo que até as poucas iniciativas de descentralização foram realizadas pela iniciativa do poder central (Bilhim, 2004).

Com a queda do Estado Novo e com a instauração do regime democrático após a Revolução de 25 de Abril de 1974, o poder local entrou numa fase de verdadeira afirmação, devida às alterações ocorridas na sociedade portuguesa e às liberdades conquistadas. Durante os anos de 1974 e 1976 houve especial preocupação em demolir as estruturas centralizadas herdadas do antigo regime, pelo que só em 1976, com a promulgação da CRP, se consagrou o genuíno poder local democrático e se realizaram as primeiras eleições autárquicas (SEALOT, 1998).

Embora a CRP de 1976 clarificasse no seu art.º 237º aspetos como o estatuto jurídico, a organização e a autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, estas continuaram dependentes do poder central até 1979, ano em que foi promulgada a lei das finanças locais (Catarino, et al., 2007). A lei nº 1 de 2 de Janeiro de 1979 reconhece autonomia financeira às autarquias locais e prevê que estas passem a dispor de património, de finanças próprias e de quadros privados de pessoal. O Governo passa a intervir apenas no exercício de tutela administrativa legalmente definida e que visa a verificação da legalidade e cumprimento das regras estabelecidas. A referida lei estabeleceu, no n.º 3 do art.º 1, que o regime da autonomia financeira dos municípios assenta nos seguintes poderes dos órgãos autárquicos:

- a) Elaborar, aprovar e alterar planos de atividades e orçamentos;
- b) Elaborar e aprovar balanços e contas;
- c) Dispor de receitas próprias, ordenar e processar as despesas e arrecadar as receitas que por lei forem destinadas às autarquias;
- d) Gerir o património autárquico.

Um passo também importante para a afirmação do poder local foi a criação da Associação Nacional de Municípios Portugueses com DL n.º 99/84. No que respeita à definição das políticas locais, esta associação é uma pessoa coletiva de direito público que medeia a relação entre o governo e os municípios portugueses. Reforça, também, a capacidade de negociação e contestação dos municípios, quando descontentes com certas medidas governamentais.

Os municípios ou freguesias podem, ainda ao abrigo do art.º 1º da Lei n.º 54/98, “associar-se, designadamente, para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central e da cooperação com esta na participação em organizações internacionais”. Nos termos da lei civil, se as associações de municípios ou de freguesias possuírem associados de todos os distritos e regiões autónomas do país podem constituir-se também como pessoas coletivas e assumir um carácter nacional (art.º 2 e 3 da Lei 54/98)

## **1.2. A Autonomia e a Tutela das Autarquias Locais**

Para além de consagrada na Constituição de 1976, a autonomia das autarquias locais foi também confirmada pela Carta Europeia de Autonomia Local (doravante CEAL), aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa.

No seu preâmbulo, a CEAL define as autarquias como um dos principais fundamentos dos regimes democráticos, salvaguardado, no art.º 1º, o princípio da autonomia local como elemento que deverá, tanto quanto possível, ser reconhecido pela legislação interna e pela Constituição dos Estados-Membros do Conselho da Europa. A autonomia local define-se como “o direito das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob a sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos” (n.º. 1 do art.º 3º da CEAL). Dentro dos limites da lei e de acordo com o âmbito da autonomia local explícito no art.º 4º da CEAL, as autarquias têm completa liberdade de iniciativa relativamente a qualquer questão que não seja excluída da sua competência ou atribuída a uma outra autoridade, devendo o exercício das responsabilidades públicas incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos. Ainda no mesmo art.º se salienta que as atribuições confiadas às autarquias locais devem ser plenas e exclusivas, não podendo ser postas em causa ou limitadas por qualquer autoridade central ou regional, a não ser pelos termos da lei.

A liberdade de iniciativa e a autonomia das autarquias locais não extinguem o direito de tutela administrativa do Estado, sendo esta efetivada *a posteriori* e externamente através de inspeções, inquéritos e sindicâncias que objetivam a verificação do cumprimento da lei. Em conformidade com o n.º 3 do art.º 242º da CRP, “a dissolução dos órgãos autárquicos só poderá ter por causa ações ou omissões ilegais graves”.

A tutela administrativa das autarquias locais é de acordo com a Lei 27/96, da responsabilidade do Governo, sendo assegurada de forma articulada pelos ministérios das Finanças e do Equipamento e do Planeamento e da Administração do Território, no âmbito das respetivas competências.

### 1.3. A Estrutura e os Órgãos da Administração Local

A organização democrática do Estado prevê a existência de autarquias locais, definindo-se estas como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (art.º 236º da CRP). Em Portugal as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, embora estas últimas estejam ainda por instituir (Bilhim, 2004).

As autarquias locais são constituídas pelas assembleias regional, municipal e de freguesia e pelas juntas regional, de freguesia e pela câmara municipal, conforme sintetiza o quadro seguinte.

**Quadro III – Órgãos Autárquicos**

|                             | <b>Freguesia</b>        | <b>Município</b>     | <b>Região Administrativa</b> |
|-----------------------------|-------------------------|----------------------|------------------------------|
| <b>Órgãos Deliberativos</b> | Assembleia de Freguesia | Assembleia Municipal | Assembleia Regional          |
| <b>Órgãos Executivos</b>    | Junta de Freguesia      | Câmara Municipal     | Junta Regional               |

Fonte: Elaboração própria

Nas eleições autárquicas, os eleitores locais escolhem os representantes que passarão a constituir os órgãos autárquicos e a desempenhar as suas respetivas funções. Em harmonia com o n.º 1 do art.º 239º da CRP, “a organização autárquica compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável”.

No âmbito das regiões administrativas, as juntas regionais são órgãos executivos e as assembleias regionais são órgãos deliberativos (art.º 260º e 261º da CRP). A assembleia regional é composta por membros diretamente eleitos e por membros eleitos pelo sistema de representação proporcional e pela média mais alta de Hondt, pelo colégio eleitoral formado pelos membros das assembleias municipais da mesma área e designados por eleição direta (art.º 261º da CRP).

Ao nível dos municípios, a câmara municipal constitui-se como órgão executivo colegial e é composta por um número adequando de membros, sendo o presidente o primeiro candidato da lista mais votada. A assembleia municipal é um órgão deliberativo e é constituída pelos presidentes da junta de freguesia e por membros eleitos, em número igual ao número de freguesias mais um, pelos eleitores do município (art.º 239º da CRP).

Ao nível das freguesias a assembleia de freguesia é o órgão deliberativo e a junta de freguesia o órgão executivo (art.º 245º e 246º da CRP).

#### **1.4. Características da Administração Local Portuguesa e a Relação com o Poder Central**

No que respeita às suas característica e à forma como são efetivadas as suas competências, a administração local pode ser de três tipos (Bilhim, 2004):

- a) Modelo Patrocinador – Este modelo foi desenvolvido no sul da Europa e prevê a satisfação dos interesses locais através dos bens públicos, permitindo aos eleitos a utilização das suas competências e liberdades na distribuição de determinados favores aos apoiantes, como forma de captar os seus votos.
- b) Modelo de Crescimento Económico – Este modelo desenvolveu-se na América do Norte e reivindica como principal tarefa para os governos locais a promoção do crescimento económico da zona.
- c) Modelo Estado de Providência – Modelo desenvolvido na Europa do Norte que defende o fornecimento de um vasto quadro de bens públicos para os governos locais.

Em Portugal aplica-se o modelo patrocinador, na medida em que se identifica como principal função do político eleito a satisfação: a) dos interesses locais através de bens públicos, e b) uma clara tendência para a utilização do aparelho burocrático local para distribuir favores pelos apoiantes (Catarino, et al., 2007).

Entendida como uma ação de promoção e proteção dos interesses locais, a governação local exige ao autarca uma enorme capacidade de garantir fundos e de os distribuir adequadamente mediante os interesses da população (Catarino, et al., 2007). A organização da política autárquica centra-se, deste modo, numa personalização da política local na figura do presidente de Câmara. Note-se que esta característica poderá constituir um risco para a prossecução das políticas de desenvolvimento, visto que a distribuição dos fundos pelos diversos concelhos poderá ser influenciada pelos conhecimentos pessoais dos políticos, o que confere ao processo contornos pouco transparentes e justos (Bilhim, 2004).

A realidade das autarquias locais poderá sofrer alterações com a proposta de Lei 44/XII apresentada e aprovada pelo conselho de ministros do governo PPD-PSD/CDS-PP a 2 de Fevereiro de 2012. Sob o argumento da necessidade de dar resposta à nova conjuntura económica e financeira do país, do reforço da coesão nacional, da melhoria da prestação dos serviços públicos locais e da otimização da atividade dos diversos entes autárquicos, o Governo propõe uma reforma da administração local que passará essencialmente pela adoção de um novo paradigma de gestão pública local. O novo paradigma de gestão pública implicará a reorganização do território autárquico e a fusão de algumas freguesias, o que por sua vez, implicará alterações à estrutura governativa e à gestão das novas freguesias resultantes do processo de agregação.

O Governo chama os órgãos autárquicos a pronunciarem-se sobre a proposta de reforma através da apresentação do Documento Verde da Reforma da Administração Local. Este procedimento prende-se com a pretensão de uma solução mais adequada à realidade local<sup>18</sup>.

#### **1.4.1. Relação entre a Administração Local e o Poder Central: a Importância da Descentralização**

Nos Estados democráticos a relação entre o poder central e o poder local prima pela descentralização. Verifica-se um movimento no sentido de uma nova repartição de competências entre os vários níveis de administração, baseado na devolução de poderes para entidades de âmbito territorial (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, doravante PRACE, 2006). Este processo permite uma maior proximidade aos

---

<sup>18</sup> Para um conhecimento mais pormenorizado das propostas do Governo nesta matéria recomenda-se a leitura integral da proposta de Lei 44/XII.

cidadãos, uma maior adaptabilidade às preferências locais, uma menor burocracia e uma maior eficácia e eficiência na execução das novas competências atribuídas às autarquias locais (SEALOT, 1998).

A descentralização surge como alternativa à burocratização dos serviços públicos, pretendendo aproximá-los das populações e permitindo a participação efetiva dos interessados na sua gestão (n.º 1 do art.º 267º da CRP). No entanto, o processo de descentralização deverá ocorrer “sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de ação da administração e dos poderes de superintendência e tutela dos órgãos competentes” (n.º 2 do art.º 267º da CRP).

É, por consequência, notório o progresso da administração local portuguesa no sentido da descentralização das competências e da desconcentração das decisões, sendo também visível a transferência dos recursos humanos, financeiros e de património necessários e indispensáveis à sua execução (SEALOT, 1998). Contudo, no respeitante à adequabilidade entre as novas competências e os recursos atribuídos às autarquias, existe alguma polémica. Muitos autarcas portugueses defendem que o alargamento das competências não foi acompanhado, proporcionalmente, pelo alargamento dos recursos disponibilizados (Teixeira, 1997). Esta situação coloca, na opinião dos próprios autarcas, grandes dificuldades financeiras às autarquias e, conseqüentemente, grandes desafios políticos.

### **1.5. Competências das Autarquias Locais**

As competências e atribuições das autarquias locais encontram-se fixadas na Lei 159/99 de 14 de Setembro, bem como a delineação da intervenção das administrações central e local. (art.º 1º). As competências transferidas para os municípios são, normalmente, de carácter universal. Podem, contudo, assumir um carácter não universal, quando as autarquias manifestem interesse por outras competências que não as previstas universalmente. A atribuição de competências não universais efetua-se mediante contratualização entre a administração central e os municípios interessados (art.º 6 da Lei 159/99).

Em consonância com o art.º 13º do Capítulo II da Lei 159/99, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano
- b) Energia
- c) Transportes e Comunicações
- d) Educação

- e) Património, cultura e ciência
- f) Tempos livres e desporto
- g) Saúde
- h) Ação Social
- i) Habitação
- j) Proteção civil
- k) Ambiente e saneamento básico
- l) Defesa do consumidor
- m) Promoção do desenvolvimento
- n) Ordenamento do território e urbanismo
- o) Polícia municipal
- p) Cooperação externa

\*

Conclui-se que o desenvolvimento local e qualidade de vida das populações se encontram em grande parte limitados à forma como os executivos autárquicos desenvolvem as suas competências e gerem e repartem, pelas diversas áreas de intervenção e de acordo com as prioridades e necessidade identificadas pelos cidadãos, os financiamentos que lhes são atribuídos. A consciência da importância da administração local no bem-estar das populações reporta, por conseguinte, para a necessidade de os eleitores encararem com seriedade e responsabilidade o ato de votar nas eleições para as câmaras municipais.

A história dos municípios portugueses realça a alternância entre períodos de maior e menor autonomia destes, primeiro em relação ao poder régio e mais tarde em relação ao poder central. O Poder local entrou numa fase de verdadeira afirmação após a Revolução de 25 de Abril de 1974. A relação entre o poder local e o poder central passou a primar pela maior autonomia do primeiro e pela descentralização de um maior número de atribuições e competências.

## **PARTE II**

## **CAPÍTULO V**

### **METODOLOGIA**

## **1. IDENTIFICAÇÃO DOS EIXOS DA INVESTIGAÇÃO**

Contextualizados teoricamente os temas relacionados com a problemática em estudo, procura agora dar-se resposta à pergunta de partida enunciada: Será a identidade partidária o critério decisivo na escolha do voto para as eleições autárquicas, eleição para a câmara municipal, nos concelhos do distrito de Évora?

O conhecimento da resposta à pergunta de partida torna imperativa a criação de hipóteses estatisticamente verificáveis, que se formulam como um “ (...) enunciado formal de relações previstas entre duas ou mais variáveis. (...) a hipótese inclui as variáveis em estudo, a população alvo e o tipo de investigação a realizar.” (Fortin, 2003, p102). Aludindo à presente investigação, pretende-se a verificação das seguintes formulações:

Primeira Hipótese: Os eleitores votam no mesmo partido político nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas.

Segunda Hipótese: Nas eleições autárquicas os eleitores votam de acordo com a sua identificação com os partidos e com os ideais que estes preconizam;

Terceira Hipótese: Nas eleições autárquicas o voto dos eleitores é motivado pela simpatia e identificação com os candidatos;

Quarta Hipótese: A Motivação para o voto dos eleitores nas eleições autárquicas encontra-se associada às suas características sociais;

Quinta Hipótese: A identificação dos eleitores com os partidos encontra-se associada ao seu nível de interesse e informação política.

## **2. IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS**

A variável é um conceito operacional e classificatório que através da participação de um conjunto teoricamente relevante, assume diferentes valores (Carmo & Ferreira, 1998). “As variáveis são qualidades, propriedades ou características de objetos, de pessoas ou de situações que são estudadas numa investigação. Uma variável pode tomar diferentes valores para exprimir graus, qualidades e diferenças.” (Fortin, 2003, p 36).

De acordo com a sua utilização numa determinada investigação experimental, as variáveis podem ser de vários tipos, designadamente variáveis dependentes, variáveis independentes, variáveis atributos e variáveis estranhas (Fortin, 2003).

A variável independente é uma variável estímulo, que o experimentador manipula e altera no sentido de verificar a sua relação com um qualquer fenómeno observado no decorrer do estudo. A variável dependente é o fator que é observado e medido para determinar o efeito da variável independente. Isto é, a variável dependente denomina-se desta forma pelo facto do seu valor variar em função das alterações efetuadas na variável independente (Carmo & Ferreira, 1998).

As variáveis atributo são as características individuais dos sujeitos estudados e relacionam-se com características demográficas como a idade, o sexo, a nível de instrução, os rendimentos etc. (Fortin, 2003).

Denominam-se de variáveis estranhas, as variáveis que podem causar efeitos inesperados na investigação, através da influência que exercem sobre a variável dependente e independente (Fortin, 2003).

Considerando os propósitos do presente estudo identificam-se as variáveis de acordo com a classificação apresentada por Fortin (2003), excetuando as variáveis estranhas e atributo, pelo facto de não terem sido identificadas variáveis destes dois tipos.

Variável Dependente 1 (VD 1) – Resultados obtidos pelos partidos, PPD-PSD, PS e CDS-PP e pela coligação PCP-PEV nas eleições Autárquicas e Legislativas de 1976 até 2009;

Variável Dependente 2 (VD 2) – Voto dos Eleitores do distrito de Évora nas Eleições Autárquicas e Legislativas de 2009;

Variável Dependente 3 (VD 3) – Voto dos Eleitores do distrito de Évora nas Eleições Autárquicas;

Variável Dependente 4 (VD 4) – Simpatia dos eleitores do distrito de Évora com os partidos políticos;

Variável Dependente 5 (VD 5) – Identificação dos eleitores do distrito de Évora com os partidos;

Variável Dependente 6 (VI 6) – Motivações para o voto dos eleitores do distrito de Évora nas eleições autárquicas;

Variável Independente 1 (VI 1) – A influência da identidade partidária dos eleitores do distrito de Évora no seu voto para as eleições autárquicas;

Variável Independente 2 (VI 2) – A influência da simpatia e identificação dos eleitores do distrito de Évora com os candidatos dos partidos, no seu voto para as eleições autárquicas;

Variável Independente 3 (VI 3) – Género;

Variável Independente 4 (VI 4) – Idade;

Variável Independente 5 (VI 5) – Concelho de residência;

Variável Independente 6 (VI 6) – Habilitações literárias;

Variável Independente 7 (VI 7) – Situação face ao emprego;

Variável Independente 8 (VI 8) – Profissão;

Variável Independente 9 (VI 9) – Número de elementos do agregado familiar;

Variável Independente 10 (VI 10) – Rendimentos do agregado familiar;

Variável Independente 11 (VI 11) – Grupos sociais;

Variável Independente 12 (VI 12) – Interesse dos eleitores do distrito de Évora pela política em geral;

Variável Independente 13 (VI 13) – Razões para o desinteresse dos eleitores pela política;

Variável Independente 14 (VI 14) – Grau de Satisfação dos eleitores do distrito de Évora com a política;

Variável Independente 15 (VI 15) – Grau de informação e sabedoria dos eleitores do distrito de Évora sobre as questões políticas;

Variável Independente 16 (VI 16) – Principal utilidade dos partidos políticos;

Variável Independente 17 (VI 17) – Situações em que os eleitores do distrito de Évora votam no mesmo partido político;

Variável Independente 18 (VI 18) – Motivações para o voto no mesmo partido;

Variável Independente 19 (VI 19) – Motivações para o voto em partidos diferentes.

### **3. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO**

O plano de investigação que se apresenta permite uma clara identificação do plano lógico utilizado, no sentido da obtenção de respostas à questão que se pretende investigar.

#### **3.1. O Método e o Tipo de Investigação**

No desenvolvimento do estudo aplica-se o método quantitativo, que consiste essencialmente, em encontrar relações entre variáveis e em fazer descrições e retirar conclusões pelo recurso ao tratamento estatístico dos dados recolhidos (Carmo & Ferreira, 1998).

No que respeita ao método de investigação serão utilizados dois métodos distintos: o método de investigação histórica e o método de investigação descritiva, considerando a

classificação proposta por Gay<sup>19</sup>. A utilização dos dois métodos de investigação fundamenta-se na pretensão de confrontar a volatilidade ou permanência das preferências dos eleitores do distrito de Évora, traduzidas pelos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nas eleições autárquicas e legislativas, com a relevância da identidade partidária enquanto motivação para o voto nas eleições para a câmara municipal. A confrontação das conclusões dos dados resultantes da utilização dos dois métodos permite avaliar a coincidência ou a divergência existe entre os resultados eleitorais e os dados resultantes da aplicação do inquérito por questionário, a uma amostra representativa da população.

### **3.1.1. Método de Investigação Histórica**

O método de investigação histórica prevê a realização de um estudo que permita a compreensão e explicação de acontecimentos passados, que por sua vez poderão auxiliar na compreensão de acontecimentos atuais e na previsão de acontecimentos futuros (Gay cit in Carmo & Ferreira, 1998). No desenvolvimento deste método de investigação procede-se à recolha da totalidade dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos concelhos do distrito de Évora, nas eleições autárquicas (apenas na eleição para a Câmara Municipal) e legislativas ocorridas em Portugal entre 1976 e 2009, inclusive. Os dados recolhidos serão analisados evolutiva e comparativamente de acordo com o tipo de eleição, com o concelho e com o período temporal considerado. Serão relevados os resultados referentes aos seguintes partidos: PS, PPD-PSD e CDS-PP e à coligação PCP-PEV. Os resultados dos restantes partidos concorrentes nas eleições consideradas, serão agrupados e denominados como ‘Outros Partidos’.

A análise evolutiva dos resultados obtidos pelos partidos em cada concelho do distrito de Évora e a comparação dos mesmos, em eleições autárquicas e legislativas, permitirá possivelmente retirar conclusões no que respeita à volatilidade ou permanência das preferências dos eleitores em relação aos partidos políticos.

Embora tenham procedimentos relativamente semelhantes, nomeadamente no que respeita ao método de conversão de votos em mandatos (Método de Hondt) e na distribuição dos mesmos, pelas diversas entidades partidárias concorrentes, as eleições autárquicas e legislativas são bastante distintas na sua natureza e abrangência, nomeadamente no que

---

<sup>19</sup> Gay, L.R. (1981). *Educational Research: Competencies for Analysis & Application*, 2ª Ed., Columbus. Cit in. Ferreira, Manuela & Carmo, Hermano (1998). *Metodologia de Investigação – Guia para Autoaprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

respeita à proximidade entre representantes e representados e às competências dos municípios locais e do governo. Estas diferenças podem determinar comportamentos distintos nos eleitores aquando da decisão do seu voto para uma e para outra eleição, isto é, as motivações para o voto poderão ser desiguais. A aplicação do método de investigação histórica possibilitará conclusões sobre a semelhança ou distinção entre a evolução dos partidos em ambas as eleições, ao longo dos anos e nos diferentes concelhos. No entanto, não permitirá conhecer as motivações que levam os eleitores a decidirem o seu voto em benefício de um partido e em prejuízo dos restantes.

Porém, e embora de grande importância para o estudo, o método de investigação histórica, efetivado pela análise dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nas eleições autárquicas e legislativas nos concelhos do distrito de Évora, revela-se insuficiente na concretização dos objetivos estabelecidos. Deste modo, recorre-se paralelamente ao método de investigação descritiva.

### **3.1.2. Método de Investigação Descritiva**

Este método implica o estudo e compreensão do objeto da investigação e a recolha de dados que permitam testar hipóteses e dar resposta a questões que lhe digam diretamente respeito. Numa investigação descritiva, os dados são recolhidos pelo recurso a entrevistas, inquéritos por questionários ou através da observação direta de uma determinada situação real (Carmo & Ferreira, 1998). Na concretização do método descritivo utiliza-se uma investigação do tipo experimental que tem como fundamental objetivo estabelecer uma relação de causa-efeito entre variáveis. Isto é, o investigador manipula uma ou mais variáveis independentes, no sentido de apurar qual a sua influência na variável experimental ou dependente (Carmo & Ferreira, 1998).

Com a aplicação do inquérito por questionário pretende-se o suprimento das limitações não ultrapassadas pela análise histórica dos resultados eleitorais e, por conseguinte, retirar conclusões sobre a influência da identidade e fidelidade partidária na decisão do voto dos eleitores nas eleições autárquicas. Este instrumento permitirá ainda associar a identidade partidária e as motivações para o voto nas autárquicas com as variáveis independentes identificadas no ponto anterior.

### **3.2. A Recolha dos Dados e População Alvo**

A aplicação de dois métodos de investigação, método de investigação histórica e método de investigação descritiva, exige consequentemente a utilização de dois processos distintos de recolha de dados.

#### **3.2.1. Método de Investigação Histórica**

Os dados necessários à realização da investigação histórica são facultados por entidades pública oficiais como a Direção Geral da Administração Interna (DGAI) e a Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Os resultados das eleições autárquicas, eleição para a Câmara Municipal, encontram-se disponíveis no sítio da CNE na Internet, ao passo que os resultados das legislativas por concelho, por não se encontrarem disponíveis *online* foram solicitados e gentilmente facilitados pela DGAI.

Os resultados recolhidos constam na base de dados que se inclui no Apêndice 3.

#### **3.2.2. População Alvo e Abrangência Geográfica e Temporal**

A população que serve de base à investigação abrange a totalidade dos eleitores<sup>20</sup> dos catorze concelhos do distrito de Évora: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Mourão, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

No respeitante à abrangência temporal, são considerados os resultados oficiais das eleições autárquicas, eleição para a Câmara Municipal, e das eleições legislativas realizadas entre os anos de 1976 e 2009 inclusive.

---

<sup>20</sup> Em conformidade com o art. 49º da Constituição da República Portuguesa têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de dezoito anos, ressalvadas as incapacidades previstas na lei geral. Nos artigos 2º Lei Eleitoral para a Assembleia da República e 3º da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais podem ler-se as incapacidades eleitorais ativas. Não gozam de capacidade eleitoral ativa:

- a) Os interditos por sentença com trânsito em julgado;
- b) Os notoriamente reconhecidos como dementes, ainda que não interditos por sentença, quando internados em estabelecimento psiquiátrico ou como tais declarados por uma junta de dois médicos;
- c) Os que estejam privados de direitos políticos, por decisão judicial transitada em julgado.

### **3.2.3. Método de Investigação Descritiva**

Os dados necessários à realização da investigação descritiva são provenientes da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa da população em estudo.

#### **3.2.3.1 População, Amostra Representativa e Métodos de Amostragem**

A população é um conjunto de elementos que têm uma ou mais características em comum e que os diferencia dos restantes grupos (Hout, 2002). O número de elementos de uma população designa-se por dimensão e representa-se por ‘N’. Quanto à sua dimensão a população poder ser finita ou infinita, consoante seja inferior ou superior a 100 000 elementos, respetivamente.

A amostra é um sub-conjunto da população que deverá ser representativo da mesma e sobre a qual é efetuado o estudo que permitirá retirar conclusões para toda a população (Fortin, 2003). A dimensão da amostra representa-se por ‘n’.

Enquadrando a população e a amostra definidas para o estudo, tem-se que:

População – Totalidade dos eleitores do distrito de Évora.  $N = 145\,929$  eleitores, de acordo com o número de eleitores inscritos nas eleições legislativas de 2011.

Amostra – Uma parte dos eleitores do distrito de Évora. A dimensão da amostra é de  $n = 385$  eleitores.

Denomina-se de plano de amostragem o processo através do qual é descrita a estratégia utilizada na seleção da amostra representativa da população a estudar (Hout, 2002). Existem duas grandes categorias de métodos de amostragem: as amostragens probabilísticas e as amostragens não probabilísticas. As amostragens probabilísticas “servem para assegurar uma certa precisão na estimação dos parâmetros da população, reduzindo o erro amostral”, e caracterizam-se pelo facto “de cada elemento da população ter uma probabilidade conhecida e diferente de zero, de ser escolhido, aquando da tiragem ao acaso para fazer parte da amostra.” (Fortin, 2003, p 204). As amostragens probabilísticas podem ser de quatro tipos: 1) Amostragem aleatória simples – todos os elementos da população têm igual probabilidade de ser escolhidos para pertencerem à amostra; 2) Amostragem aleatória estratificada – cada elemento da população não tem uma probabilidade igual de ser escolhido para formar a amostra; 3) Amostragem em cachos – a amostra é formada aleatoriamente e os elementos são

retirados em grupos em vez de serem retirados em unidades; 4) Amostragem sistemática – existe uma lista ordenada dos elementos da população que deverão pertencer à amostra.

No presente estudo utiliza-se o método de amostragem probabilístico, com uma amostragem do tipo aleatória estratificada proporcional. Este tipo de amostragem caracteriza-se por selecionar uma amostra através da divisão da população em sub-grupos homogêneos denominados de estratos, de forma proporcional em relação à população (Carmo & Ferreira, 1998). A amostra aleatória estratificada é utilizada quando a população é reconhecida por diferentes características precisas, como a idade, sexo ou local de residência.

Sendo a população em estudo constituída por mais de 100 000 elementos, e por isso infinita, calcula-se a amostra representativa com recurso à fórmula seguinte:

$$n_0 = \frac{z^2 \times \hat{p} \times \hat{q}}{d^2}$$

Em que:

$n$  – Tamanho da Amostra

$z$  – Nível de confiança escolhido expresso em  $n$  desvio(s) padrão(s)

$p$  – Percentagem (%) com a qual o fenómeno se verifica

$q$  – Percentagem (%) complementar (100-p)

$d$  – Erro amostrar máximo permitido

Partindo da suposição de que se pretende estimar uma proporção (característica qualitativa) e definindo um nível de confiança de 95% e um erro máximo de 5% (diferença máxima que se admite entre a estimativa e o parâmetro), matematicamente é possível determinar a dimensão mínima para a amostra, desde que os elementos sejam escolhidos através de um procedimento aleatório.

Não dispondo de qualquer informação preliminar relativamente à variabilidade presente na população, utiliza-se  $\hat{p} = 0,5$  (e  $\hat{q} = 0,5$ ) valor que maximiza a variância da população e que, conseqüentemente, irá dar origem a uma amostra de maior dimensão.

Desta forma, para um nível de confiança  $1 - \alpha = 0,95$  e um erro máximo  $d = 0,05$  tem-se:

$$n_0 = \frac{z^2 \times \hat{p} \times \hat{q}}{d^2} = \frac{(1,96)^2 \times 0,5 \times 0,5}{(0,05)^2} = 384,16$$

A amostra deverá ter no mínimo 385 eleitores para se obter resultados com um nível de confiança de 95% e um erro máximo de 5%.

A fração de amostragem  $\frac{n}{N} = \frac{385}{145929} = 0,263827 < 5\%$ , ou seja, a dimensão da amostra não excede 5% da população o que significa que é legítimo utilizar o pressuposto de independência dos elementos quando a amostra é pequena comparativamente à população. Não é necessário utilizar o fator de correção para populações finitas.

Considerando os objetivos da investigação revela-se relevante a divisão da população alvo em 14 estratos, coincidentes com os concelhos do distrito de Évora, designadamente: 1) Alandroal; 2) Arraiolos; 3) Borba; 4) Estremoz; 5) Évora; 6) Mourão; 7) Montemor-o-Novo; 8) Mora; 9) Portel; 10) Redondo; 11) Reguengos de Monsaraz; 12) Vendas Novas; 13) Viana do Alentejo; 14) Vila Viçosa. Esta estratificação da população fundamenta-se com a diferente representação que cada concelho tem na população (total dos eleitores do distrito) em termos percentuais.

Utilizando a amostragem estratificada proporcional tem-se para cada um dos concelhos do distrito uma amostra de valores aproximados, conforme o quadro seguinte.

**Quadro IV– Cálculo da Amostra Estratificada por Concelho**

| Estrato                | Total de Eleitores | Cálculo da Amostra Estratificada                                          | Amostra por Concelho |
|------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| <b>Alandroal</b>       | 5365               | $n_1 = n \times \frac{N_1}{N} = 385 \times \frac{5365}{145929} = 14,15$   | 14                   |
| <b>Arraiolos</b>       | 6362               | $n_2 = n \times \frac{N_2}{N} = 385 \times \frac{6362}{145929} = 16,38$   | 17                   |
| <b>Borba</b>           | 6490               | $n_3 = n \times \frac{N_3}{N} = 385 \times \frac{6490}{145929} = 17,12$   | 17                   |
| <b>Estremoz</b>        | 12880              | $n_4 = n \times \frac{N_4}{N} = 385 \times \frac{12880}{145929} = 33,18$  | 33                   |
| <b>Évora</b>           | 47957              | $n_5 = n \times \frac{N_5}{N} = 385 \times \frac{47957}{145929} = 126,32$ | 126                  |
| <b>Mourão</b>          | 2504               | $n_6 = n \times \frac{N_6}{N} = 385 \times \frac{2504}{145929} = 6,61$    | 7                    |
| <b>Montemor-o-Novo</b> | 15351              | $n_7 = n \times \frac{N_7}{N} = 385 \times \frac{15351}{145929} = 40,40$  | 40                   |
| <b>Mora</b>            | 4911               | $n_8 = n \times \frac{N_8}{N} = 385 \times \frac{4911}{145929} = 12,96$   | 13                   |

| Estrato                        | Total de Eleitores | Cálculo da Amostra Estratificada                                               | Amostra por Concelho |
|--------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Portel                         | 5823               | $n_9 = n \times \frac{N_9}{N} = 385 \times \frac{5823}{145929} = 19,35$        | 19                   |
| Redondo                        | 6198               | $n_{10} = n \times \frac{N_{10}}{N} = 385 \times \frac{6198}{145929} = 16,35$  | 16                   |
| Reguengos de Monsaraz          | 9247               | $n_{11} = n \times \frac{N_{11}}{N} = 385 \times \frac{9247}{145929} = 24,40$  | 24                   |
| Viana do Alentejo              | 5000               | $n_{12} = n \times \frac{N_{12}}{N} = 385 \times \frac{5000}{145929} = 13,19$  | 13                   |
| Vendas Novas                   | 10383              | $n_{13} = n \times \frac{N_{13}}{N} = 385 \times \frac{10383}{145929} = 27,39$ | 27                   |
| Vila Viçosa                    | 7458               | $n_{14} = n \times \frac{N_{14}}{N} = 385 \times \frac{7458}{145929} = 19,48$  | 19                   |
| Total de Eleitores no Distrito | 145929             | Total da Amostra                                                               | 385                  |

Fonte: Elaboração Própria

### 3.2.4 Inquérito Por Questionário

Antes de empreender a colheita dos dados o investigador deve refletir sobre o instrumento que melhor se enquadra nos objetivos e nas hipóteses da sua investigação, cabendo-lhe escolher o instrumento que mais lhe convenha (Fortin, 2003).

O inquérito por questionário “permite colher informações junto dos participantes relativas aos factos, às ideias, aos comportamentos, às preferências, aos sentimentos, às expetativas e às atitudes.” (Fortin, 2003, p 245).

O questionário aplicado divide-se em quatro partes: I – Informações de Classificação; II – Interesse pela Política; III – Partidos Políticos; IV – Eleições Autárquicas e Decisão de Voto.

Pensa-se que a análise das respostas dadas pelos eleitores ao questionário permitirá retirar conclusões sobre as hipóteses inicialmente estabelecidas (veja-se o ponto 4 na página 91).

Enquanto instrumento de recolha de dados o questionário foi aplicado à amostra estratificada dos eleitores pertencentes ao concelho de Alandroal (14 eleitores), para assegurar a validação do mesmo. A aplicação prévia do questionário a um reduzido número de eleitores teve como principal objetivo a correção e eliminação de todas e quaisquer incorreções que o mesmo pudesse apresentar. Neste sentido, após a conclusão da fase do pré-teste

reformularam-se algumas questões e tornou-se definitivo o questionário que passaria a ser aplicado à totalidade da amostra e que se apresenta no Apêndice 4.

A aplicação e análise do questionário foram da responsabilidade do investigador.

### **3.3. Processos de Medida**

A medição de variáveis estatísticas consiste na atribuição de quantidades numéricas a acontecimentos, a características, a objetos e a pessoas que permitam a representação do valor que essas mesmas propriedades possuem (Fernandes, 1999).

De acordo com o tipo de variável em estudo o investigador deverá optar pela escala que melhor permita a sua medição. As escalas de medida devem ser entendidas como os modos de expressar a qualidade ou a quantidade dos dados, consoante se tratem de variáveis quantitativas ou de variáveis qualitativas respetivamente (Fernandes, 1999).

Fortin (2003) explica e enumera quatro tipos de escalas de medida por ordem de precisão (ordem crescente): Escala Nominal; Escala Ordinal; Escala de Intervalos; Escala de Razão ou de proporção.

- 1) *Escala de medida Nominal* – é utilizada para atribuir números a características ou classes. Os números atribuídos não possuem valor numérico, pelo que não podem ser ordenado por grandeza ou adicionados e subtraídos.

Os requisitos para a utilização de uma escala nominal são: a) as categorias devem ser exaustivas, devendo todos os elementos pertencer a uma das categorias; b) as categorias devem ser mutuamente exclusivas, não podendo os elementos pertencer a mais do que uma categoria.

- 2) *A escala de medida Ordinal* – é utilizada quando se pretende atribuir um significado aos números atribuídos a cada categoria. Para além de demarcar a diferença entre as categorias esta escala permite também demarcar a sua diferença por ordem de grandeza. Os números indicam a graduação e não quantidades numéricas, não podendo ser adicionados ou subtraídos.

- 3) *Escala de medida de Intervalos* – A utilização desta escala exige que os números atribuídos às categorias sejam contínuos e espaçados com intervalos iguais relativamente à amplitude do fenómeno observado. Os números atribuídos possuem valor numérico, pelo que podem ser adicionados e subtraídos. Contudo,

não se tratando de números absolutos o cálculo efetua-se a partir de um zero arbitrário.

- 4) *Escala de medida de Razão ou de Proporção* – A escala de razão é a escala mais precisa e para além de possuir as características enunciadas para as escalas anteriores, possui também o zero absoluto, que corresponde à ausência do fenómeno. Os números representam a quantidade real da característica que se pretende medir e por esse motivo podem ser submetidos a todas as operações matemáticas. Exemplos de características que podem ser medidas através de escalas de razão são: o peso e o volume.

No estudo serão utilizadas as quatro escalas de medição apresentadas – escalas nominal, ordinal, de intervalos e de razão. As três primeiras escalas terão especial interesse no desenvolvimento do método de investigação descritiva, e consequentemente, na análise do questionário a aplicar à amostra, ao passo que a escala de razão, será utilizada na investigação histórica baseada na análise dos resultados obtidos pelos partidos políticos nas eleições autárquicas e legislativas nos concelhos do distrito de Évora.

Para além da distinção das diferentes escalas de medida utilizadas nos estudos estatísticos é também importante a distinção dos dois tipos de variáveis quanto ao valor que podem assumir nas escalas de medição (Fortin, 2003):

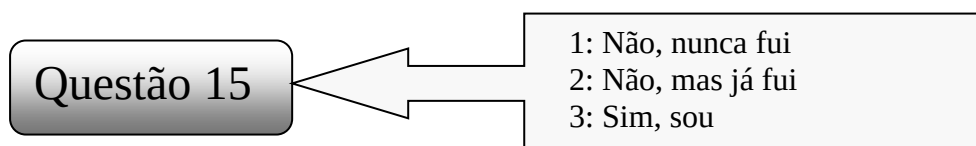
1) Variáveis discretas – Quando o valor que podem tomar é facilmente enumerável e inteiro. Estas variáveis compreendem as variáveis medidas pelas escalas nominais e ordinais.

2) Variáveis contínuas – Quando podem assumir valores numa escala contínua e quando esses valores podem ser número fracionários. As variáveis contínuas são medidas pelas escalas de intervalos e de razão.

Nos pontos 3.3.1. e 3.3.2., são apresentados para cada variável em estudo, o número da questão do questionário que lhe está associada, o código atribuído a cada categoria, bem como a escala de medição utilizada e a classificação da variável.

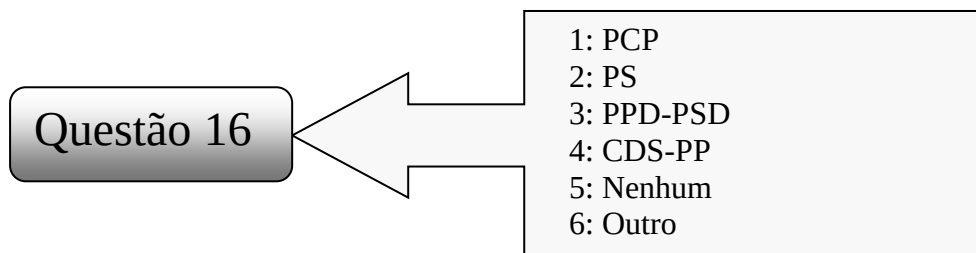
### 3.3.1. Códigos atribuídos às Variáveis Dependentes

➤ Variável: Simpatia por um Partido



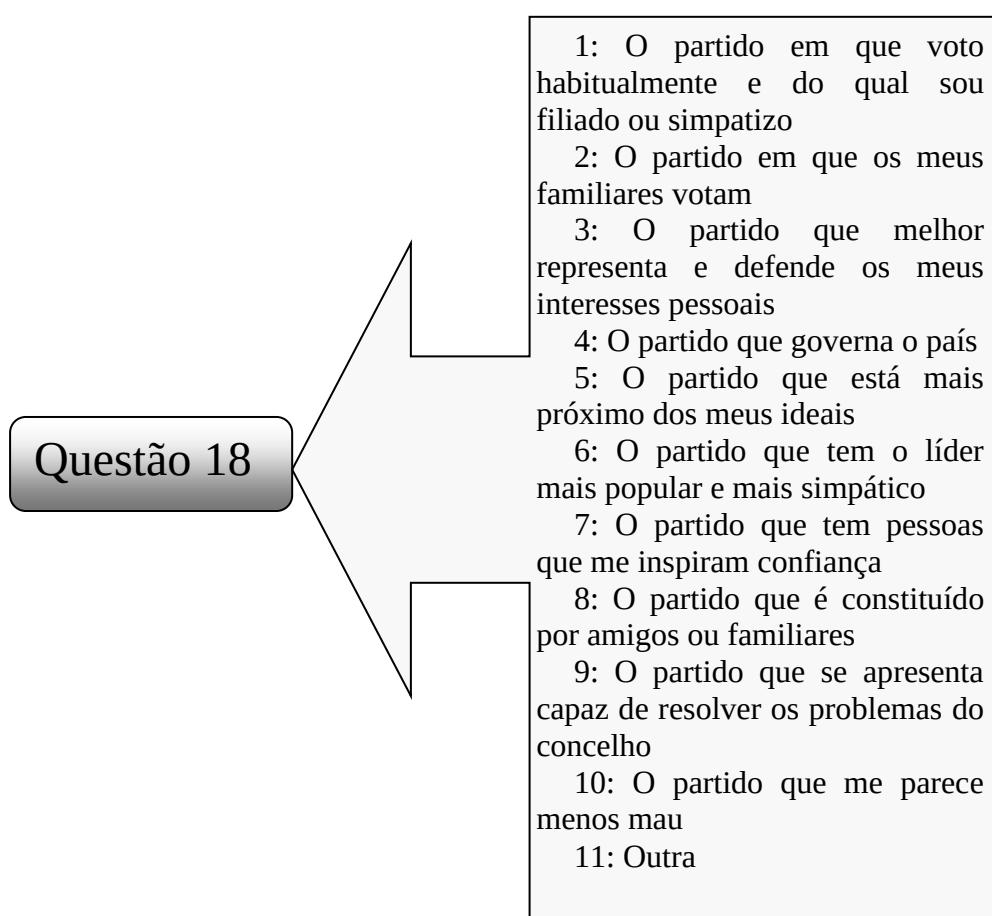
Escala Nominal com 3 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Identificação com um Partido



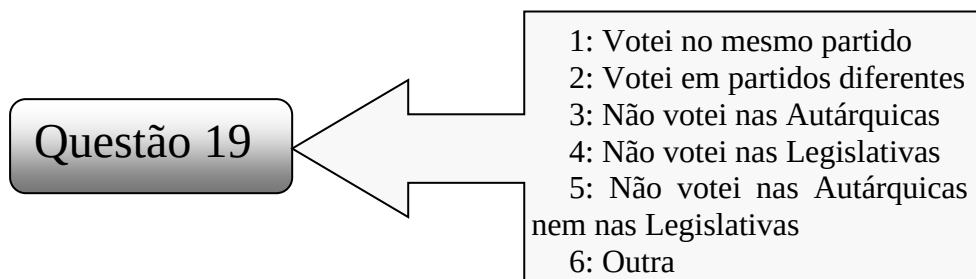
Escala Nominal com 6 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Motivações para o voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas



Escala Nominal com 11 categorias; Variável qualitativa

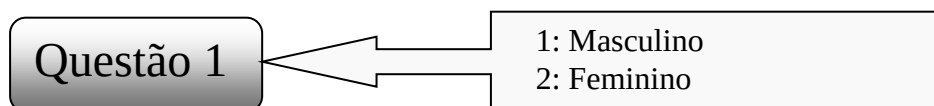
- Variável: Voto dos eleitores nas Eleições Autárquicas e Legislativas de 2009



Escala Nominal com 6 categorias; Variável qualitativa

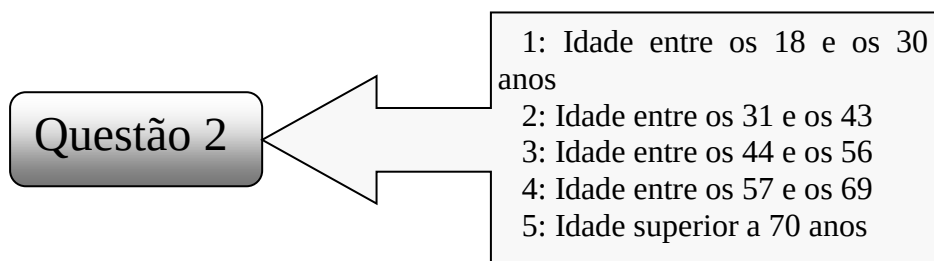
### 3.3.2. Códigos atribuídos às Variáveis Independentes

- Variável: Género



Escala Nominal com 2 categorias; Variável qualitativa

- Variável: Idade



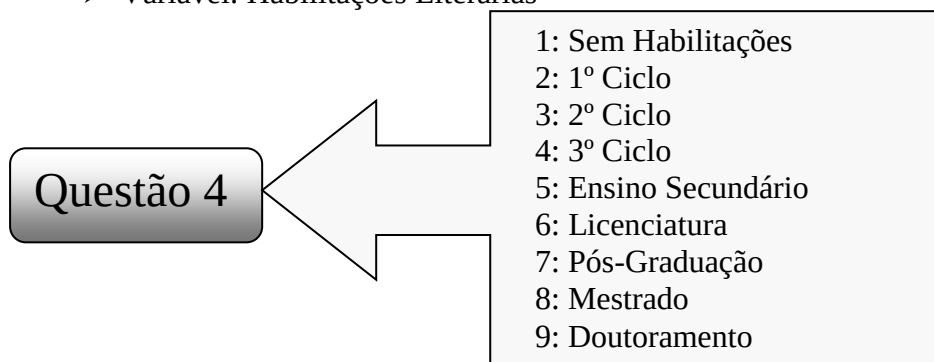
Escala de intervalos com 5 categorias; Variável quantitativa contínua

➤ Variável: Concelho de Residência



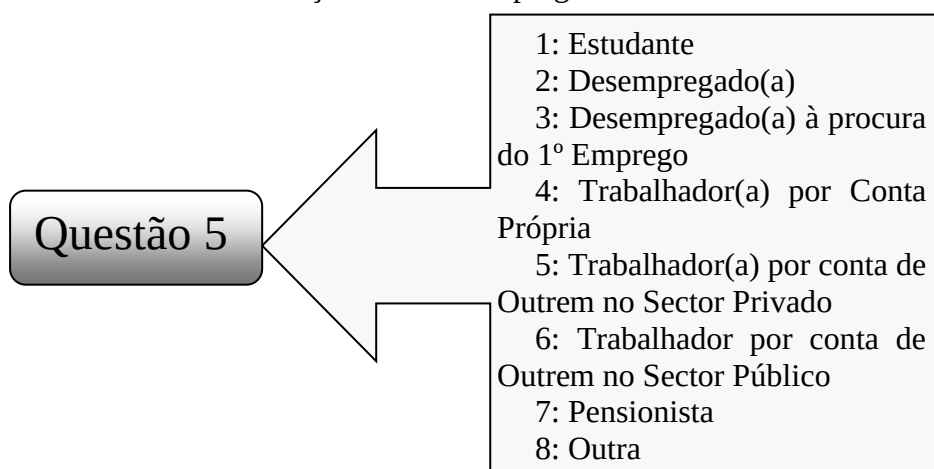
Escala Nominal com 14 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Habilitações Literárias



Escala Ordinal com 9 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Situação Face ao Emprego



Escala Nominal com 8 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Profissão



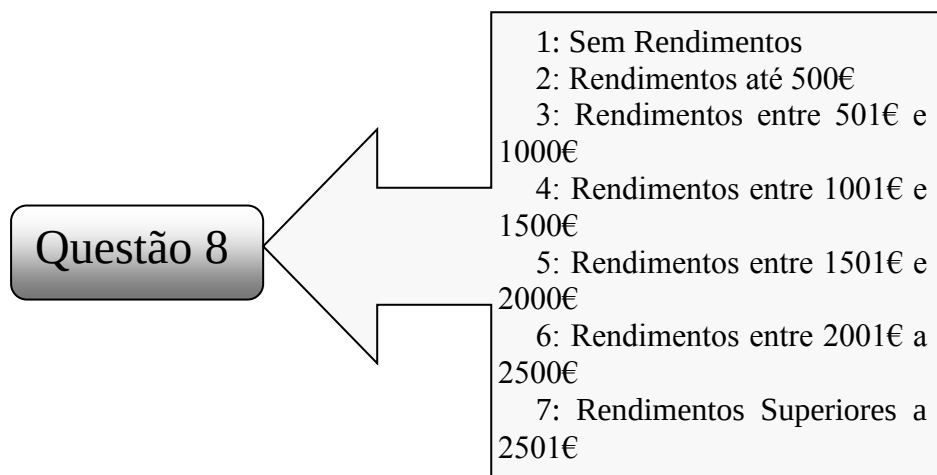
Escala Nominal com 7 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Número de Elementos do Agregado Familiar



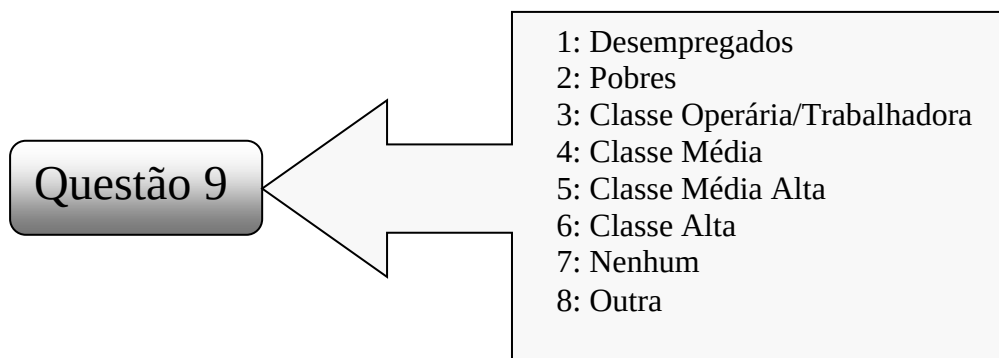
Escala Nominal; Variável quantitativa discreta

➤ Variável: Rendimentos do Agregado Familiar



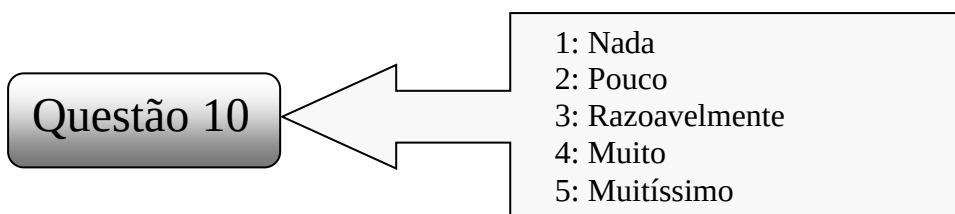
Escala de Intervalos com 7 categorias; Variável quantitativa contínua

➤ Variável: Grupos Sociais



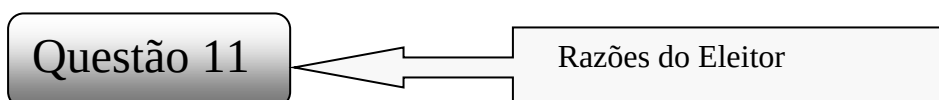
Escala Nominal com 8 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Interesse pela Política em Geral



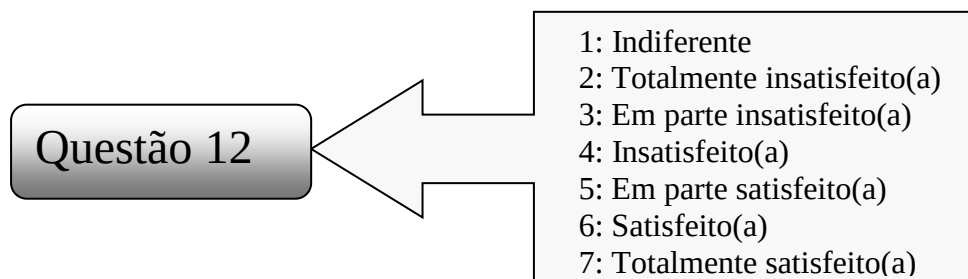
Escala Ordinal com 5 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Razões para o Desinteresse dos Eleitores pela Política



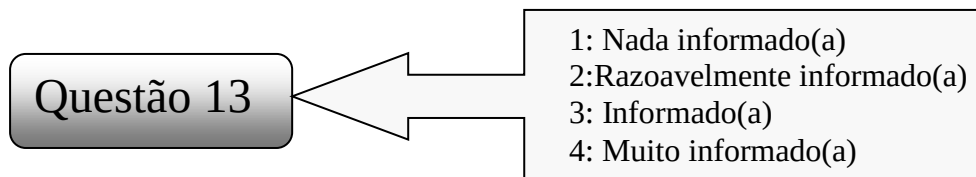
Escala Nominal com diversas categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Satisfação dos Eleitores com a Política



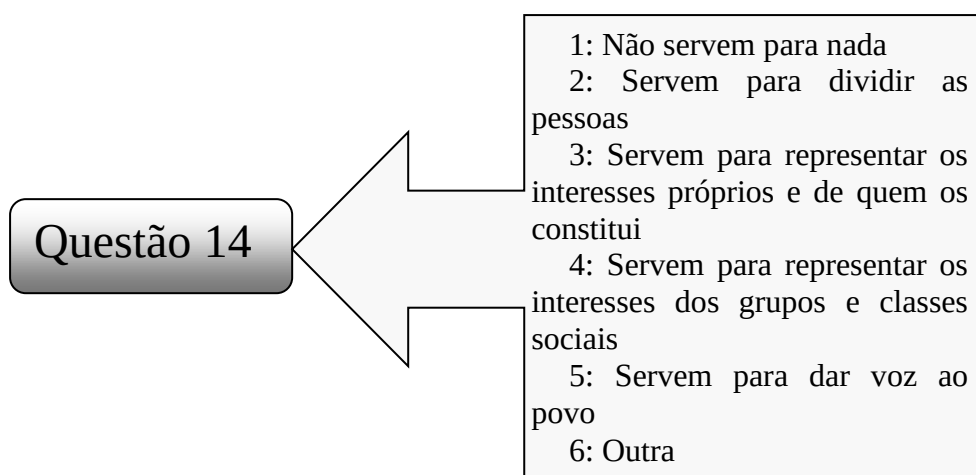
Escala Ordinal com 7 categorias; Variável qualitativa

- Variável: Grau de Informação e Sabedoria dos Eleitores sobre as Questões Políticas



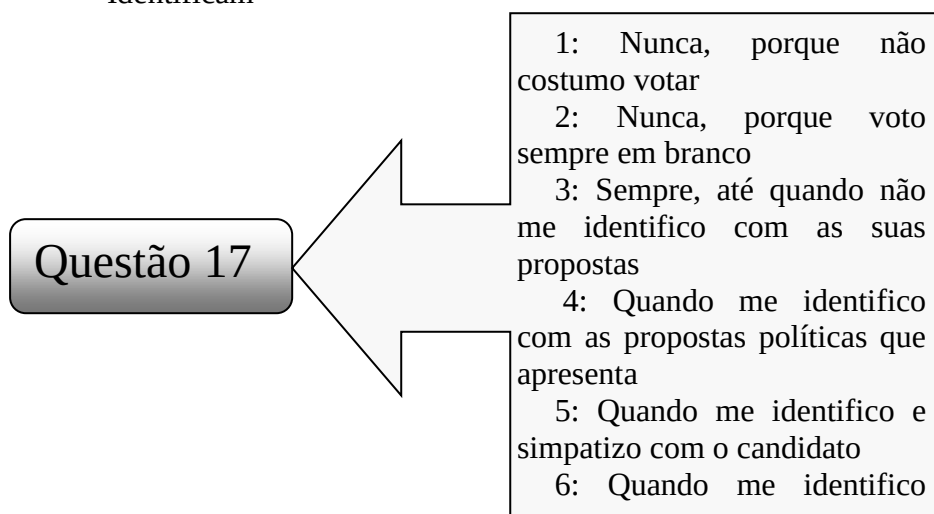
Escala Ordinal com 4 categorias; Variável qualitativa

- Variável: Principal Utilidade dos Partidos Políticos



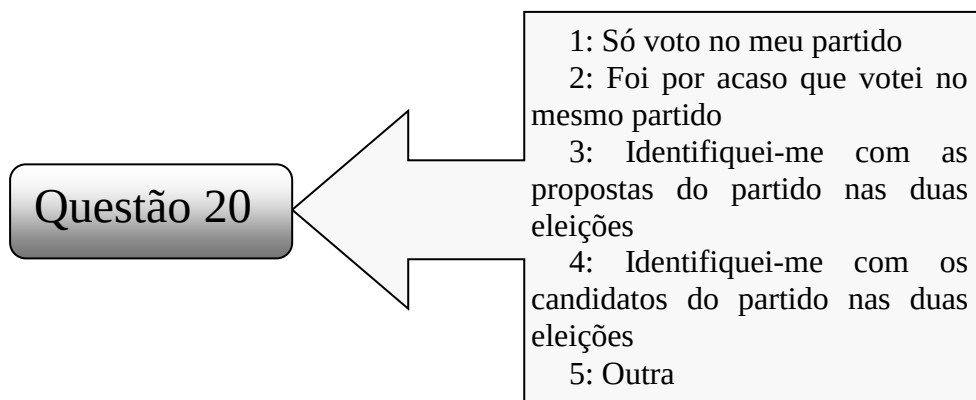
Escala Nominal com 6 categorias; Variável qualitativa

- Variável: Situações em que os Eleitores Votam no Partido com que se Identificam



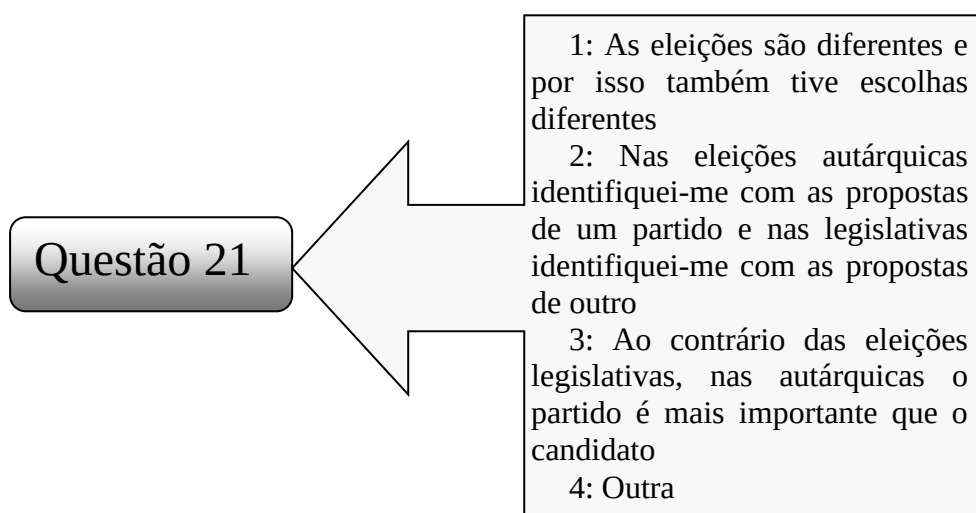
Escala Nominal com 6 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Motivações para o voto no mesmo Partido



Escala Nominal com 5 categorias; Variável qualitativa

➤ Variável: Motivações para o voto em Partidos diferentes



Escala Nominal com 4 categorias; Variável qualitativa

#### 4. MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados são o resultado final dos processos de observação e experimentação, pelo que a sua interpretação deverá conter instrumentos que permitam evidenciar as suas principais características (Vairinhos, 1996).

A escolha dos métodos de análise dos dados recolhidos numa determinada investigação depende do método de investigação utilizado e do tipo de variável em estudo. Neste sentido, na presente utilizam-se técnicas de estatística descritiva e técnicas de inferência estatística.

Define-se estatística descritiva com “ o conjunto das técnicas e das regras que resumem a informação recolhida sobre uma população, e isso sem distorção nem perda de

informação” (Huot, 2002, p 60). Isto é, a estatística descritiva permite a análise e organização dos dados através da criação de instrumentos adequados, como tabelas de frequências relativas, absolutas e acumuladas e representações gráficas (Hout, 2002).

Na análise dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos políticos nos concelhos do distrito de Évora nas eleições legislativas e autárquicas realizadas entre 1976 e 2009 serão utilizadas técnica de estatística descritiva, dado que os dados recolhidos resumem as escolhas da totalidade dos eleitores (população) que exerceram o direito ao sufrágio. Os dados serão tratados com recurso ao programa de tratamento estatístico Excel 2007.

Se a estatística descritiva se utiliza quando o objeto do estudo é a população, a inferência estatística utiliza-se quando se pretende estudar não a população mas uma amostra representativa desta. Entende-se inferência estatística como um processo através do qual é possível tirar conclusões acerca da população, usando informações recolhida numa amostra representativa da mesma (Hout, 2002). Deste modo, os resultados obtidos através da aplicação do questionário a uma amostra constituída por 385 eleitores do distrito de Évora, divididos proporcionalmente pelos catorze concelhos, serão analisados através da utilização de técnicas de inferência estatística e com recurso ao programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), na versão 17.0, cujos *outputs* se incluem no Apêndice 5.

## **CAPÍTULO VI**

### **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

## 1. ANÁLISE DOS DADOS DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

Com a análise dos dados da investigação histórica, resultados das eleições autárquicas e legislativas ocorridas nos concelhos do distrito de Évora entre 1976 e 2009 inclusive, pretende-se a verificação do seguinte pressuposto: Os eleitores votam no mesmo partido político nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas.

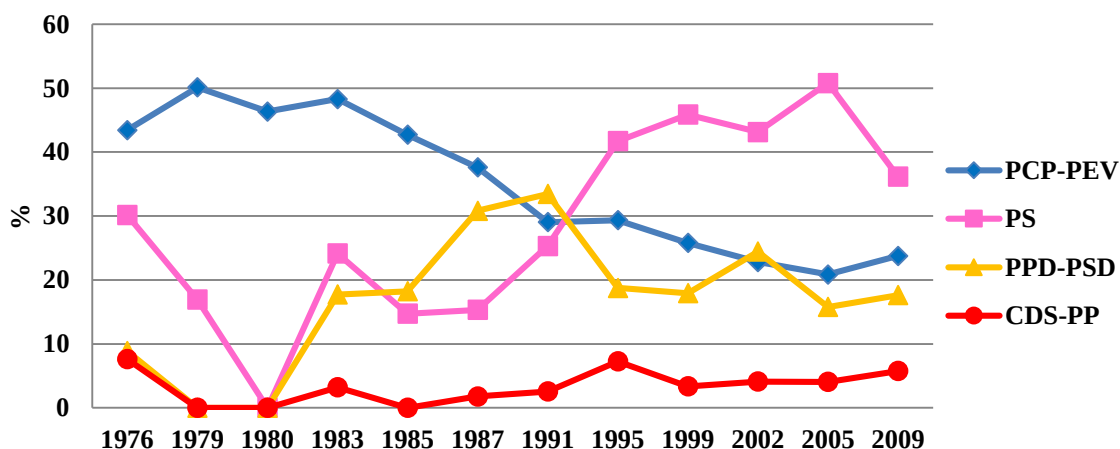
### 1.1. Análise Evolutiva dos Partidos nas Eleições Autárquicas e Legislativas

No estudo da importância da identidade partidária na votação para as eleições autárquicas nos concelhos do distrito de Évora torna-se importante a análise e comparação da evolução dos partidos políticos ao longo dos anos. Deste modo, nos gráficos II e III apresentam-se, respetivamente, a evolução dos partidos em estudo PS, PPD-PSD e CDS-PP e da coligação PCP-PEV, nas eleições legislativas e autárquicas realizadas entre 1976 e 2009, inclusive.

Serviram de base à elaboração dos dois gráficos os dados constantes no Apêndice 3. Contudo, dada a quantidade vasta de dados recolhidos optou-se pelo cálculo da média dos resultados obtidos por cada partido em todos os concelhos do distrito e em cada ano de eleições. Esta opção fundamenta-se com a necessidade de simplificar a interpretação das representações gráficas.

#### 1.1.1. Eleições Legislativas

Gráfico II – Evolução dos Partidos nas Eleições Legislativas



Fonte: Elaboração Própria

Analisando os resultados obtidos pela coligação PCP-PEV nas eleições legislativas observa-se que esta teve uma evolução decrescente tendo o número de votos conquistados diminuído ao longo dos anos. A coligação registou o seu melhor resultado nas eleições de 1979 (50,12%) e o seu pior resultado nas eleições de 2005 (20,87%). No ano de 2009, último considerado pelo estudo, a PCP-PEV cresceu ligeiramente em relação às eleições de 2002 e 2005.

Embora o PS tenha globalmente crescido, registou também alguns períodos em que a diminuição do número de votos foi bastante expressiva, foi exemplo as eleições de 1979, onde o partido perdeu aproximadamente 50% dos votos conquistados em 1976.

Nas eleições de 1980 o PS concorreu em coligação com a União de Esquerda Socialista Democrática sob a denominação de Frente Republicana e Socialista, motivo pelo qual se verifica a inexistência de voto no PS nesse ano. Esta coligação ficou em terceiro lugar no distrito de Évora e elegeu um deputado.

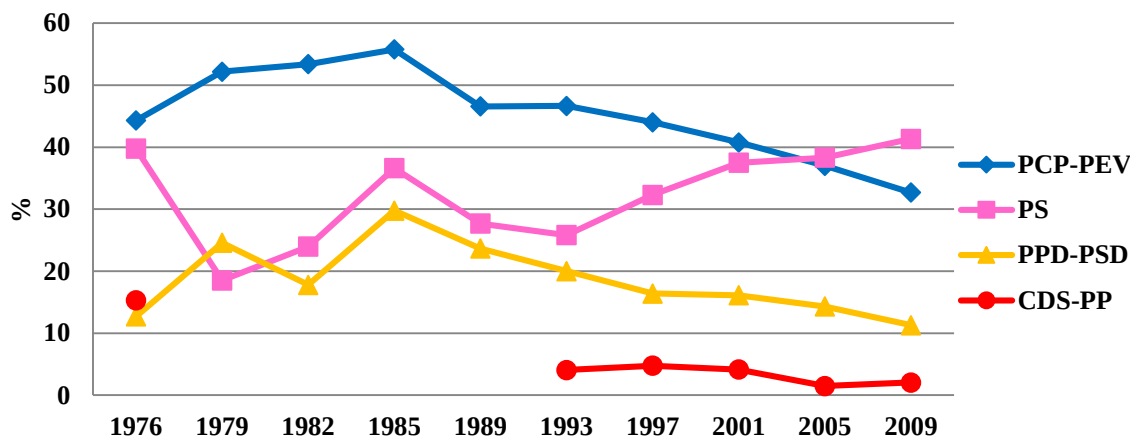
Também nos anos de 1985, 2002 e 2009 o partido perdeu alguns votos, ainda que em menor escala. Nas restantes eleições o PS aumentou o número de votos e alcançou o seu melhor resultado em 2005 com 50,78% dos votos. Entre os anos de 1987 e 1999 o partido evoluiu positiva e gradualmente sem que se registasse qualquer diminuição do número de votos, passando de 15,32% de votos para 45,86%.

O PPD-PSD teve uma evolução positiva, mas porém pouco acentuada. O número de votos aumentou gradualmente nas eleições decorridas entre 1976 e 1991, ano em que obteve a percentagem máxima de 33,44%. Também nas eleições de 2002 e 2009 se observou o crescimento do partido. Nas eleições de 1995, 1999 e 2005 o PPD-PSD registou algumas perdas no que respeita ao número de votos que não excederam, contudo, os 15%.

A evolução do CDS-PP revela que, embora este partido tenha crescido ligeiramente ao longo do tempo, nunca teve grande expressão no distrito de Évora, não atingindo nunca uma percentagem de votos igual ou superior a 10%.

### 1.1.2. Eleições Autárquicas

Gráfico III – Evolução dos Partidos nas Eleições Autárquicas



Fonte: Elaboração Própria

Nas eleições autárquicas a coligação PCP-PEV decresceu ao longo do tempo, diminuído gradualmente o número de votos conquistados. A coligação evoluiu positivamente nas eleições de 1976 até 1985, aumentado de 44,31% dos votos para 55,36%. Contudo, a partir de 1989 entrou em decréscimo e registou o seu pior resultado em 2009, com uma percentagem de 32,68% dos votos.

Embora no geral a evolução do PS seja positiva, este partido registou uma diminuição nas autárquicas de 1979, 1989 e 1993. No entanto, essa diminuição teve maior expressão nas eleições de 1979, onde o partido perdeu 21,24% dos votos conquistados em 1976 e atingiu o valor mínimo de 18,52%. Nas eleições realizadas entre os períodos de 1982-1985 e de 1997-1999 o PS evoluiu positivamente e alcançou a sua percentagem máxima absoluta de votos nas eleições de 2009, com um resultado de 41,34%.

Analisando a evolução do PPD-PSD nas eleições autárquicas verifica-se que o partido teve uma evolução negativa, crescendo apenas nas eleições decorridas nos anos de 1979 e 1985. Nas restantes eleições autárquicas, consideradas no estudo, o partido registou uma diminuição no número de votos, sendo a diferença entre a percentagem máxima e mínima obtida de 18,46%.

Nas eleições autárquicas o CDS-PP decresceu ao longo do tempo e teve inclusivamente um período de dez anos consecutivos, de 1979 a 1989, sem apresentar listas em nenhum dos concelhos do distrito de Évora. Em 1979 o partido registou o seu melhor resultado, 15,31% do total da votação e em 2009 o pior, 2,06%.

\*

Após a análise evolutiva dos partidos nas eleições autárquicas e legislativas importa comparar o percurso de cada partido numa e noutra eleição, realçando as suas semelhanças e diferenças. Deste modo conclui-se que no Distrito de Évora:

- Ao longo dos anos a coligação PCP-PEV sofreu em ambas as eleições uma diminuição gradual da percentagem de votos. Essa diminuição foi, contudo, um pouco maior nas eleições legislativas que nas eleições autárquicas, onde a diferença entre as percentagens máximas e mínimas são, respetivamente, de 29,25% e 23,08%.
- O PS evoluiu positivamente nas eleições autárquicas e legislativas. No entanto, verifica-se que o percurso do partido nas eleições legislativas foi marcado por uma maior oscilação dos resultados obtidos. Se nas eleições autárquicas o partido termina com uma tendência positiva, nas eleições legislativas não se verifica o mesmo: em 2009 regista-se uma diminuição do número de votos em relação às eleições de 1995, 1999, 2002 e 2005.
- Relativamente ao número total de votos do distrito, a evolução do PPD-PSD nas eleições legislativas e autárquicas foi ascendente nas primeiras e descendente nas segundas.
- O CDS-PP é o partido com menor expressão no que respeita às percentagens de votos conquistados nas eleições legislativas e autárquicas. Não registou, ao longo do tempo, grandes diferenças nos resultados eleitorais obtidos numa e noutra eleição. Contudo, regista um ligeiro crescimento nas legislativas e um ligeiro decréscimo nas autárquicas.

## **1.2. Comparação dos Resultados Obtidos pelos Partidos, por Concelho, nas Eleições Legislativas e Autárquicas**

A comparação dos resultados obtidos por um mesmo partido e no mesmo concelho é de extremo interesse para o estudo da importância da identidade partidária nas escolhas dos eleitores nas eleições para a câmara municipal, pois permitem analisar as semelhanças e as diferenças existentes entre os resultados obtidos pelo mesmo partido nos dois tipos de eleição. Deste modo, analisam-se de seguida os resultados eleitorais da coligação PCP-PEV, do PS, do

PPD-PSD e do CDS-PP nas eleições autárquicas e legislativas realizadas entre 1976 e 2009, inclusive.

A grande dimensão do período de tempo considerado pelo estudo e a grande quantidade de dados que lhe estão associados obrigou à adoção de estratégias de simplificação da interpretação dos dados recolhidos. Neste sentido, calculou-se a média a mediana e o desvio padrão para os resultados eleitorais obtidos por cada partido, individualmente, nos catorze concelhos do distrito de Évora e em todas as eleições autárquicas e legislativas, realizadas no intervalo de tempo considerado. Os resultados que serviram de base ao cálculo das três medidas de tendência central enunciadas são os apresentados no Apêndice 3.

**Tabela I – Medidas de Estatística Descritiva (em percentagem)**

|                                          | <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            |
|------------------------------------------|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|
| <b>Medidas de Estatística Descritiva</b> | <b>Concelhos</b>       | <b>LEG</b>     | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b>     | <b>AUT</b> | <b>LEG</b>    | <b>AUT</b> |
| <b>Média</b>                             | <b>Alandroal</b>       | 43,18          | 45,03      | 27,68      | 26,93      | 12,91          | 10,14      | 1,41          | 0,38       |
| <b>Mediana</b>                           |                        | 44,28          | 49,21      | 24,51      | 27,70      | 13,30          | 8,18       | 0,00          | 0,00       |
| <b>Desvio-Padrão</b>                     |                        | 11,98          | 21,19      | 17,17      | 16,80      | 8,16           | 8,02       | 2,07          | 0,84       |
| <b>Média</b>                             | <b>Arraiolos</b>       | 45,88          | 57,56      | 22,95      | 16,43      | 14,27          | 8,43       | 1,50          | 0,16       |
| <b>Mediana</b>                           |                        | 44,74          | 62,58      | 22,16      | 20,96      | 15,30          | 0,00       | 0,00          | 0,00       |
| <b>Desvio-Padrão</b>                     |                        | 9,28           | 19,32      | 13,13      | 10,96      | 9,02           | 10,52      | 2,51          | 0,53       |
| <b>Média</b>                             | <b>Borba</b>           | 28,59          | 39,35      | 15,86      | 38,74      | 1,77           | 0,83       | 14,63         | 0,09       |
| <b>Mediana</b>                           |                        | 24,86          | 46,12      | 15,32      | 37,36      | 0,00           | 8,30       | 9,42          | 0,00       |
| <b>Desvio-Padrão</b>                     |                        | 13,91          | 19,17      | 10,81      | 19,39      | 2,44           | 9,51       | 14,12         | 0,31       |
| <b>Média</b>                             | <b>Estremoz</b>        | 23,96          | 33,35      | 29,20      | 25,36      | 23,42          | 13,15      | 2,84          | 4,02       |
| <b>Mediana</b>                           |                        | 20,40          | 38,34      | 30,18      | 25,24      | 25,46          | 10,96      | 0,00          | 1,76       |
| <b>Desvio-Padrão</b>                     |                        | 10,47          | 15,39      | 16,08      | 13,71      | 14,04          | 13,76      | 3,98          | 9,16       |
| <b>Média</b>                             | <b>Évora</b>           | 19,64          | 42,04      | 29,14      | 23,56      | 29,57          | 18,34      | 2,59          | 1,88       |
| <b>Mediana</b>                           |                        | 21,16          | 45,20      | 25,44      | 17,42      | 30,46          | 17,26      | 0,00          | 1,45       |
| <b>Desvio-Padrão</b>                     |                        | 11,81          | 16,17      | 11,51      | 16,42      | 15,79          | 10,27      | 3,50          | 2,33       |
| <b>Média</b>                             | <b>Mourão</b>          | 23,33          | 17,42      | 35,76      | 35,81      | 20,41          | 20,19      | 2,22          | 2,35       |
| <b>Mediana</b>                           |                        | 25,84          | 9,14       | 35,18      | 33,81      | 22,69          | 25,68      | 0,00          | 0,00       |
| <b>Desvio-Padrão</b>                     |                        | 14,06          | 15,94      | 18,89      | 22,24      | 12,26          | 17,53      | 3,35          | 4,16       |
| <b>Média</b>                             | <b>Montemor-o-Novo</b> | 46,66          | 49,32      | 23,91      | 21,85      | 14,17          | 9,46       | 1,47          | 0,48       |
| <b>Mediana</b>                           |                        | 45,82          | 53,87      | 22,65      | 19,59      | 15,25          | 13,41      | 0,00          | 0,00       |
| <b>Desvio-Padrão</b>                     |                        | 10,82          | 20,05      | 12,76      | 17,95      | 8,35           | 7,85       | 1,94          | 1,11       |

|                                   | Partidos              | PCP-PEV |       | PS    |       | PPD-PSD |       | CDS-PP |      |
|-----------------------------------|-----------------------|---------|-------|-------|-------|---------|-------|--------|------|
| Medidas de Estatística Descritiva | Concelhos             | LEG     | AUT   | LEG   | AUT   | LEG     | AUT   | LEG    | AUT  |
| Média                             | Mora                  | 41,38   | 49,52 | 22,20 | 16,36 | 18,16   | 13,64 | 1,95   | 0,34 |
| Mediana                           |                       | 40,91   | 51,47 | 22,92 | 17,18 | 19,94   | 14,76 | 0,00   | 0,00 |
| Desvio-Padrão                     |                       | 7,91    | 17,46 | 12,61 | 14,97 | 10,79   | 13,04 | 2,63   | 1,13 |
| Média                             | Portel                | 45,88   | 45,85 | 28,20 | 38,58 | 11,18   | 3,24  | 1,04   | 0,04 |
| Mediana                           |                       | 45,30   | 48,90 | 26,77 | 41,14 | 11,72   | 1,73  | 0,00   | 0,00 |
| Desvio-Padrão                     |                       | 10,47   | 18,41 | 15,78 | 18,76 | 7,61    | 4,30  | 1,43   | 0,12 |
| Média                             | Redondo               | 33,04   | 40,09 | 27,81 | 17,16 | 16,59   | 15,32 | 2,43   | 0,68 |
| Mediana                           |                       | 32,87   | 48,44 | 26,72 | 18,02 | 17,48   | 11,92 | 0,00   | 0,00 |
| Desvio-Padrão                     |                       | 10,51   | 22,59 | 15,14 | 9,45  | 10,04   | 10,68 | 3,33   | 1,53 |
| Média                             | Reguengos de Monsaraz | 24,02   | 24,13 | 37,95 | 46,11 | 17,63   | 11,98 | 1,85   | 1,16 |
| Mediana                           |                       | 23,41   | 28,00 | 36,81 | 49,66 | 17,96   | 11,09 | 0,00   | 0,00 |
| Desvio-Padrão                     |                       | 10,94   | 12,58 | 17,68 | 16,79 | 10,05   | 13,09 | 2,48   | 2,72 |
| Média                             | Vendas Novas          | 36,05   | 47,30 | 25,33 | 24,15 | 18,70   | 9,64  | 2,55   | 1,38 |
| Mediana                           |                       | 33,37   | 52,34 | 25,82 | 25,34 | 19,26   | 13,11 | 0,00   | 0,00 |
| Desvio-Padrão                     |                       | 8,80    | 15,92 | 12,00 | 11,80 | 11,58   | 9,69  | 3,31   | 3,18 |
| Média                             | Viana do Alentejo     | 41,39   | 46,92 | 25,71 | 28,58 | 13,98   | 10,03 | 1,71   | 0,43 |
| Mediana                           |                       | 39,58   | 50,61 | 24,51 | 29,06 | 14,14   | 12,36 | 0,00   | 0,00 |
| Desvio-Padrão                     |                       | 10,61   | 17,68 | 13,71 | 13,63 | 9,02    | 7,42  | 2,60   | 0,81 |
| Média                             | Vila Viçosa           | 27,61   | 39,06 | 30,10 | 24,41 | 20,57   | 18,58 | 4,12   | 5,16 |
| Mediana                           |                       | 25,97   | 39,50 | 30,92 | 26,24 | 21,85   | 16,08 | 4,19   | 1,99 |
| Desvio-Padrão                     |                       | 14,10   | 15,93 | 15,78 | 15,41 | 12,83   | 13,13 | 3,20   | 7,62 |

Fonte: Elaboração Própria

A média é uma medida de tendência central que aponta para o valor em torno do qual se concentram os dados de uma determinada distribuição. Esta medida é, no entanto, muito sensível aos valores muito elevados e aos valores muito baixos — limitação frequentemente apontada à análise e utilização da média.

A mediana é uma medida do centro da localização dos dados da distribuição, que se define como o valor que a divide ao meio, isto é, 50% dos dados são iguais ou inferiores à mediana e 50% dos dados são iguais ou superiores à mediana. Como medida de tendência central a mediana é mais robusta do que a média, considerando que não é tão sensível aos valores muito elevados e aos valores muito baixos.

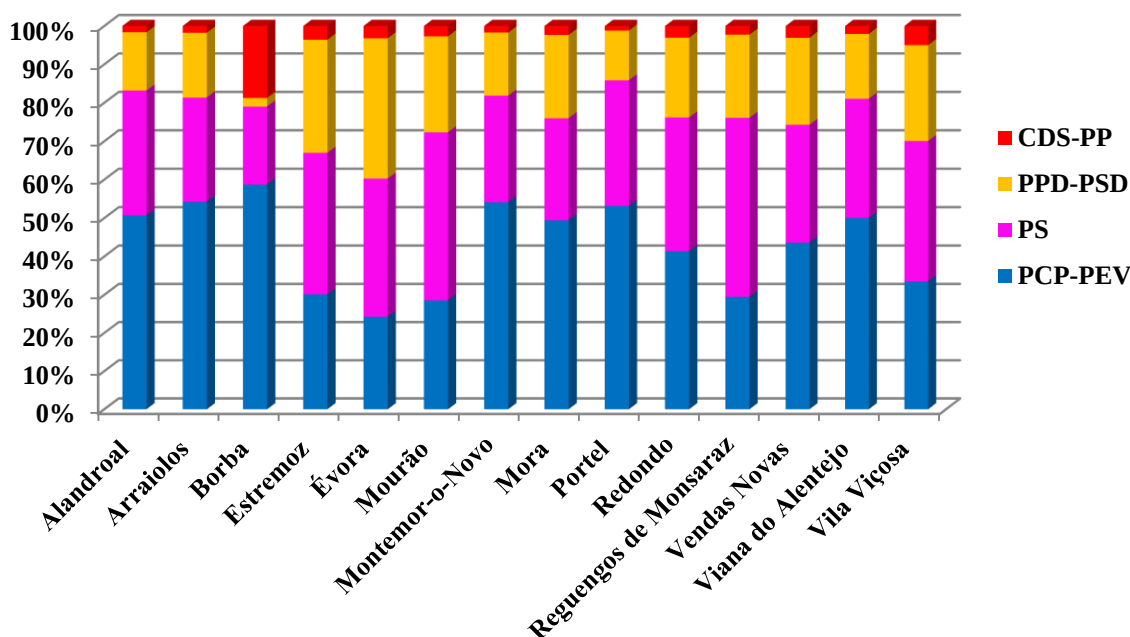
Pela análise da tabela apresentada observa-se que os valores assumidos pelas médias e pelas medianas em cada partido político e em cada concelho são bastante próximos. A diferença entre ambos não excede os 8%. Neste sentido, a proximidade entre a mediana e a média permite concluir que se está perante uma distribuição aproximadamente simétrica e que a utilização da média não implica, aparentemente, ricos elevados.

O desvio padrão é uma medida de dispersão que permite retirar conclusões sobre o afastamento ou proximidade da maioria dos dados em relação à média. Quanto menor for o desvio padrão, menor será o afastamento dos dados em relação à média e vice-versa. Os desvios-padrão para cada partido e em cada concelho do distrito concentram-se entre os 0% e os 22,59%. Apenas a coligação PCP-PEV regista desvios-padrão superiores a 20% nos concelhos de Alandroal, Montemor-o-Novo e Redondo. Pode concluir-se que, em geral, os dados da distribuição não se encontram muito dispersos em relação à média.

Pelas conclusões retiradas em relação à localização e à dispersão dos dados da distribuição, através da comparação das médias com as medianas e da análise dos desvios-padrão, e depois de despistado o risco da utilização da média, reúnem-se as condições necessárias para a análise das médias dos resultados obtidos pelos partidos PS, PPD-PSD e CDS-PP e pela coligação PCP-PEV, nas eleições legislativas e autárquicas nos concelhos do distrito de Évora.

No gráfico IV representam-se as médias dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nas eleições legislativas nos catorze concelhos do distrito.

**Gráfico IV – Médias dos Resultados Obtidos pelos Partidos nas Eleições Legislativas**



Fonte: Elaboração Própria

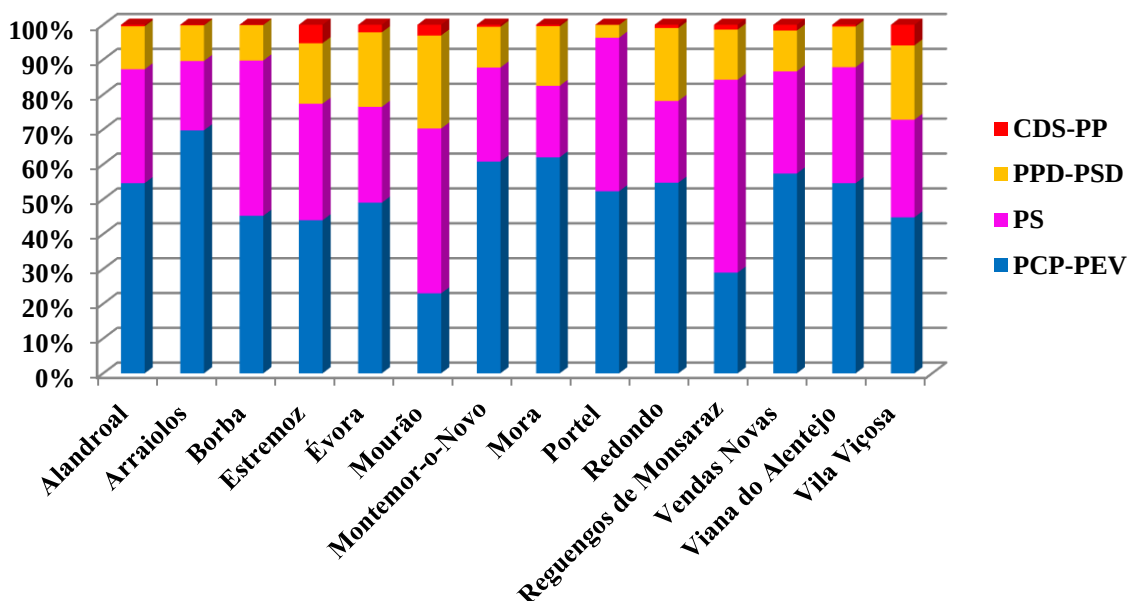
Na maioria dos concelhos a coligação PCP-PEV foi quem conquistou melhores resultados nas eleições legislativas. Contribuíram para este efeito os concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Redondo, Vendas Novas e Viana do Alentejo onde as médias dos resultados obtidos pelo partido se situam entre os 33,04% dos votos e os 45,88%. Destaca-se, Évora como o concelho onde o partido conquistou uma menor percentagem de votos (19,64%).

Seguindo-se à coligação PCP-PEV, o PS é o partido com melhores resultados médios no distrito. Este partido foi o mais votado nos concelhos de Estremoz, Évora, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Vila Viçosa. Nestes cinco concelhos o PS registou resultados entre os 29,14% dos votos e os 35,76%. Borba destaca-se como o concelho onde o partido registou o seu pior resultado médio, com uma percentagem de votos igual a 15,85%.

O PPD-PSD surge como a terceira força política no distrito de Évora. Contudo, importa realçar que este partido registou resultados médios claramente inferiores aos registados pela PCP-PEV e pelo PS, e que não foi o partido mais votado em nenhum dos concelhos em estudo. O PPD-PSD atingiu a sua percentagem média máxima no concelho de Évora (29,57%) e a mínima no concelho de Borba (1,77%).

Como partido menos votado surge o CDS-PP que conquistou a percentagem média máxima de 14,63% dos votos no concelho de Borba e a percentagem mínima de 1,04% no concelho de Portel. Salvaguarda-se, no entanto, que embora a percentagem máxima alcançada seja de 14,63% dos votos, em onze concelhos do distrito de Évora o partido não atingiu os 5%. Deste modo Borba é uma exceção.

**Gráfico V – Médias dos Resultados Obtidos pelos Partidos nas Eleições Autárquicas**



Fonte: Elaboração Própria

Observa-se pela análise dos resultados médios das eleições autárquicas (Gráfico V) que, similarmente, ao verificado nas eleições legislativas a coligação PCP-PEV foi quem conquistou melhores resultados. Foi o mais votado em doze dos catorze concelhos do distrito, designadamente, Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Redondo, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa. A PCP-PEV conquistou uma percentagem máxima de 57,56% dos votos dos eleitores no concelho de Arraiolos e uma percentagem mínima de 17,42% no concelho de Mourão.

O PS foi o partido mais votado nos concelhos de Mourão e Reguengos de Monsaraz com uma percentagem de votos de 35,81% e 46,11%, respetivamente. Embora apenas tenha sido preferido em dois dos concelhos do distrito, o PS é o segundo partido político que regista melhores resultados nas eleições autárquicas, com uma percentagem mínima de votos de

16,43%, no concelho de Mora. De resto, este valor não se afasta muito da percentagem mínima registada pela PCP-PEV (17,42%).

O PPD-PSD não foi, em média, o partido mais votado em nenhum dos concelhos do distrito. As percentagens de votos alcançadas pelo partido situam-se entre os 3, 24% e os 20,19%, resultados correspondentes aos concelhos de Portel e Mourão, respetivamente.

Tal como se observou nas eleições legislativas, também nas eleições autárquicas o CDS-PP foi o partido que registou resultados menos positivos, não tendo ultrapassado os 5,12% dos votos (resultado médio de Vila Viçosa). Em mais de metade dos concelhos do distrito de Évora o CDS-PP não alcançou 1% dos votos dos eleitores.

\*

Conclui-se pela análise dos gráficos IV e V que:

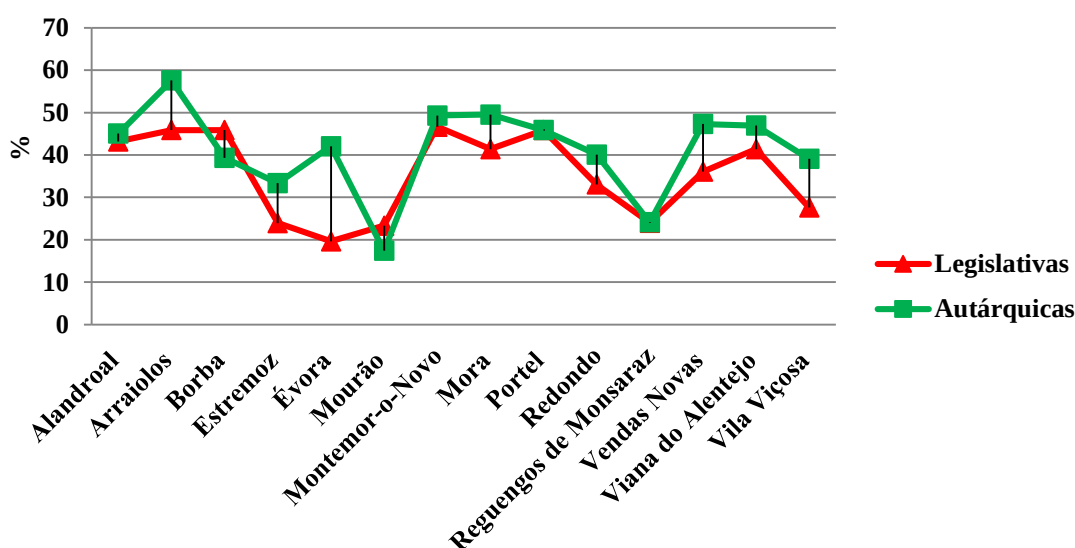
- A coligação PCP-PEV foi, em média, a mais votado nos concelhos estudados, tanto nas eleições legislativas como nas eleições autárquicas. A coligação foi alvo da preferência dos eleitores em aproximadamente 64% dos concelhos nas eleições legislativas e em cerca de 86% dos concelhos nas eleições autárquicas.
- O PS foi nas eleições legislativas e autárquicas o segundo partido mais votado, tendo sido preferido em aproximadamente 36% dos concelhos nas legislativas e em cerca de 14% nas autárquicas.
- O PPD-PSD foi o terceiro partido mais votado nas legislativas e nas autárquicas e não foi o partido mais votado em nenhum dos concelhos do distrito de Évora. As percentagens de voto obtidas pelo partido não alcançaram, numa e noutra eleição, os 30% dos votos dos eleitores.
- O CDS-PP é o partido com menor expressão no distrito tanto nas eleições legislativas como nas autárquicas. Os resultados do partido, numa e noutra eleição, rondaram, na maioria dos concelhos, os 3% dos votos, percentagem francamente baixa.

\*

Após a análise dos resultados médios obtidos por cada partido nos concelhos do distrito de Évora nas eleições legislativas e autárquicas faremos a análise comparativa dos resultados obtidos numa e noutra eleição. Esta análise possibilitará uma visão mais clara das

semelhanças e diferenças existentes entre os resultados obtidos pelos partidos nos dois tipos de eleição. Deste modo, elaborou-se para cada um dos quatro partidos estudados uma representação gráfica que permite observar essas semelhanças e essas diferenças. Para auxiliar a análise dos gráficos VI, VII, VIII e IX aconselha-se a consulta da tabela e do gráfico apresentados no Apêndice 6.

**Gráfico VI – Comparação entre os Resultados Eleitorais da Coligação PCP-PEV nas Legislativas e nas Autárquicas**



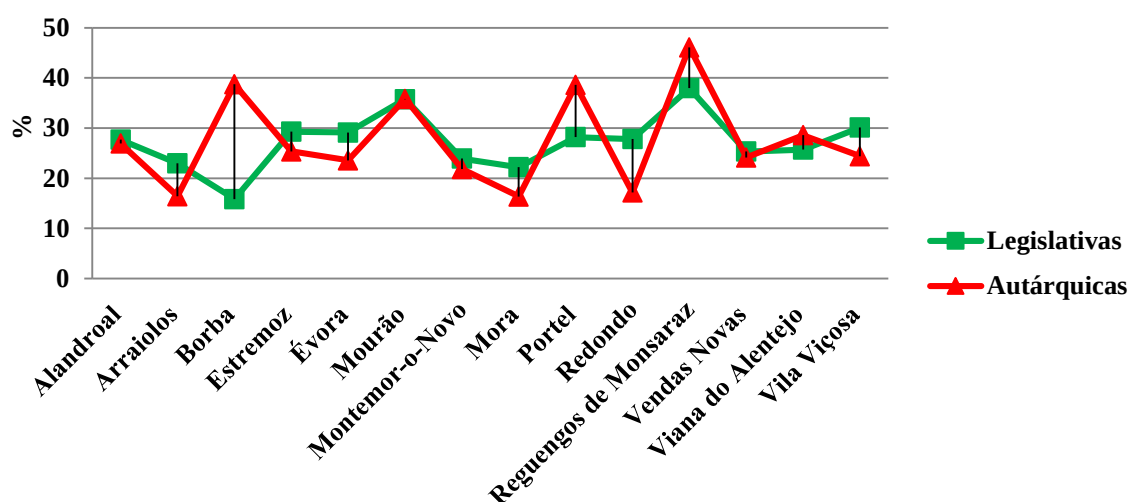
Fonte: Elaboração Própria

No gráfico VI constata-se que a diferença entre os resultados obtidos pela PCP-PEV nas eleições autárquicas e legislativas se situa entre os 0,03% e os 22,40%, valores correspondentes aos concelhos de Portel e Évora, respetivamente. O concelho de Évora surge como exceção, pois a diferença entre a percentagem de votos conquistados numa e noutra eleição é consideravelmente mais elevada neste concelho que nos restantes.

Nos concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Montemor-o-Novo, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo, ou seja em mais de metade dos concelhos, as diferenças entre as percentagens de votos registadas pela coligação concentraram-se entre os 0,03% e os 7,05%, pelo que são praticamente insignificantes. Em concelhos como Arraiolos, Estremoz, Mora, Vendas Novas e Vila Viçosa a coligação experimentou diferenças entre os resultados das legislativas e das autárquicas entre os 8,14% e os 11,68%. Percentagens, também pouco significativas.

Em termos gerais analisa-se que a coligação PCP-PEV conquistou resultados bastante semelhantes ao nível do poder local e ao nível do poder legislativo. Contudo, evidencia-se uma ligeira tendência para obter melhores resultados nas eleições autárquicas, sendo que esta tendência apenas não se verificou nos concelhos de Borba e Mourão, onde a coligação PCP-PEV obteve resultados ligeiramente superiores nas eleições legislativas.

**Gráfico VII – Comparação entre os Resultados Eleitorais do PS nas Legislativas e nas Autárquicas**



Fonte: Elaboração Própria

No concelho de Borba o PS registou a maior diferença entre a percentagem de votos obtidos nas autárquicas e nas legislativas, com 22,8%, e no concelho de Mourão, a menor, com 0,06%. Tal como se verificou com o concelho de Évora em relação à PCP-PEV, também o concelho de Borba se destaca dos restantes concelhos do distrito por uma diferença mais expressiva entre os resultados do PS nas duas eleições.

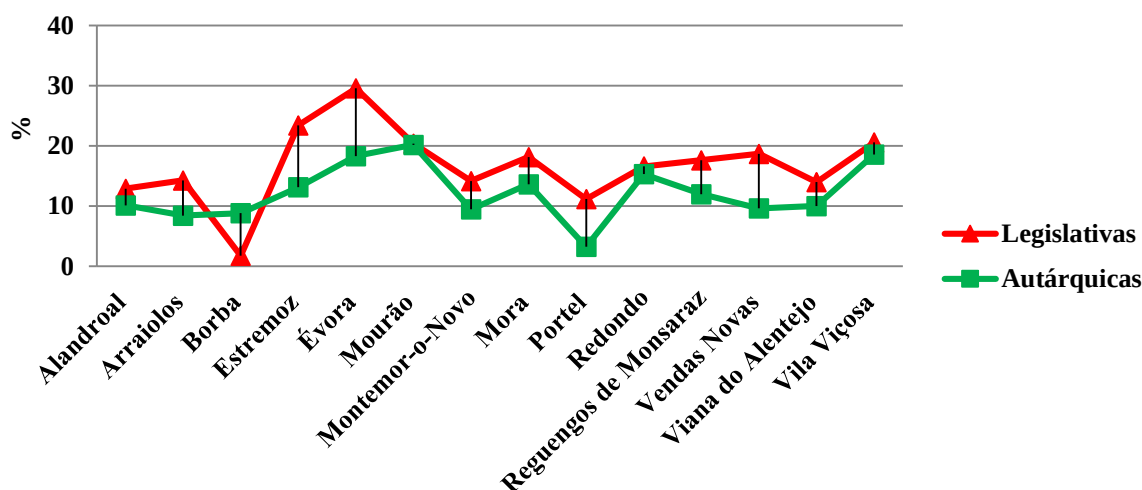
Em aproximadamente 71% dos concelhos a designar, Alandroal, Arraiolos, Estremoz, Évora, Mourão, Montemor-o-Novo, Mora, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa, as diferenças entre os resultados médios são praticamente insignificantes, situando-se as mesmas num intervalo entre os 0,06% e os 6,52%. Em 21% dos concelhos, Portel, Redondo e Reguengos de Monsaraz, o partido registou diferenças percentuais entre os resultados das legislativas e das autárquicas que se concentram entre os 8,16% e os 10,64%. Embora um pouco maiores estas percentagens não são muito significativas.

Pela análise do gráfico VII verifica-se ainda, que o PS obteve nas eleições legislativas melhores resultados médios em oito concelhos e nas autárquicas melhores resultados médios

em cinco concelhos. Há, deste modo, uma muito ligeira tendência do partido para obter melhores resultados nas eleições legislativas do que nas autárquicas.

Em suma, os resultados obtidos pelo PS nos dois tipos de eleição em estudo não apresentam diferenças muito indicativas.

**Gráfico VIII – Comparação entre os Resultados Eleitorais do PPD-PSD nas Legislativas e nas Autárquicas**

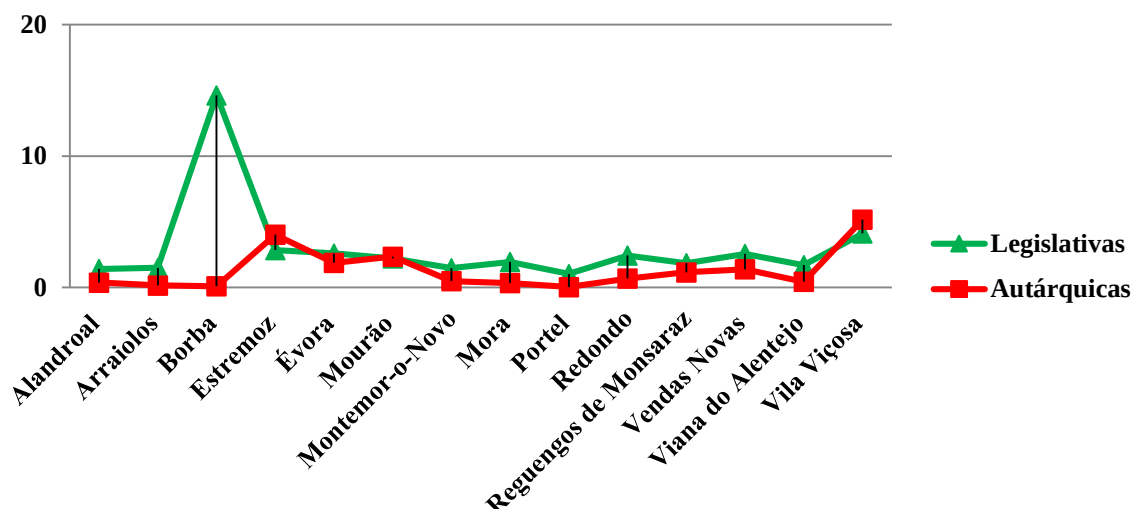


Fonte: Elaboração Própria

Analisando o gráfico VIII observa-se que tal como a coligação PCP-PEV e o PS, o PPD-PSD também não registou, na generalidade dos concelhos do distrito de Évora, diferenças consideráveis entre os resultados médios das legislativas e os das autárquicas. A maior diferença percentual entre os resultados das duas eleições é de 11,23% e corresponde ao concelho de Évora. Nos concelhos de Alandroal, Mourão, Redondo e Vila Viçosa as diferenças notadas são praticamente inexistentes, concentrando-se abaixo dos 2,77%.

Ainda que ligeira, verifica-se uma tendência do partido em conseguir melhores resultados nas eleições legislativas. Essa tendência é notória na quase totalidade dos concelhos. O concelho de Borba, onde o PPD-PSD assinala resultados médios ligeiramente superiores nas eleições autárquicas, é a única exceção à tendência.

**Gráfico IX – Comparação entre os Resultados Eleitorais do CDS-PP nas Legislativas e nas Autárquicas**



Fonte: Elaboração Própria

O CDS-PP é de todos os partidos estudados o que assinala as menores diferenças entre os resultados médios das eleições legislativas e das eleições autárquicas, sendo essas praticamente inexistentes. Destaca-se como única exceção o concelho de Borba, onde o CDS-PP conquistou 14,63% dos votos dos eleitores nas legislativas e apenas 0,09% nas autárquicas, pelo que a diferença entre os resultados das duas eleições ronda os 14%. Contudo, embora mais substancial, não se pode afirmar considerável a diferença nos resultados do concelho.

Nos restantes concelhos do distrito de Évora o partido não foi para além dos 5% em ambas as eleições e as diferenças entre os resultados não ultrapassaram os 1,75%.

\*

Comparando os resultados médios obtidos por cada um dos partidos nos concelhos do distrito de Évora nas eleições autárquicas e legislativas, retiraram-se as seguintes conclusões, que permitem afirmar que muito possivelmente os eleitores votam no mesmo partido nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas. A inexistência de diferenças significativas entre os resultados médios obtidos pelos partidos numa e noutra eleição, embora não permitam afirmar com certeza absoluta que os mesmos eleitores votam no mesmo partido nas

autárquicas e nas legislativas, porque o voto é secreto, permitem afirmar que o número de eleitores que votam em cada partido nas duas eleições é fortemente semelhante.

- Os concelhos de Borba e Évora são os que registam uma maior percentagem de diferença entre os resultados médios das autárquicas e das legislativas, no PS e na coligação PCP-PEV, respetivamente. Contudo, o facto de essas diferenças se situarem abaixo dos 23%, e de se verificarem em apenas dois concelhos, permite considerá-las significativas, mas não capazes de influenciarem as conclusões do estudo.
- Nos concelhos de Alandroal, Arraiolos, Estremoz, Mourão, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa, as diferenças entre as percentagens médias de votos conquistados nas legislativas e nas autárquicas pela PCP-PEV, pelo PS, pelo PPD-PSD e pelo CDS-PP concentram-se abaixo dos 15%.
- Embora pouco expressivas, a coligação PCP-PEV foi quem registou maiores diferenças médias entre os resultados das eleições legislativas e das autárquicas, seguindo-se do PS, do PPD-PSD e do CDS-PP (ordem decrescente).
- Na generalidade as diferenças entre os resultados médios das eleições legislativas e autárquicas não são expressivas em nenhum dos concelhos nem em nenhum dos partidos políticos estudados. As diferenças identificadas poderão estar associadas a questões como a abstenção ou a volatilidade do número de votantes, ao longo dos anos considerados, e não propriamente com a alteração das motivações dos eleitores na escolha do voto.

## **2. ANÁLISE DOS DADOS DA INVESTIGAÇÃO DESCRITIVA**

A análise dos dados da investigação descritiva tem por base as informações provenientes da aplicação de um questionário a uma amostra, estratificada por concelho, de 385 eleitores do distrito de Évora.

### **2.1. Caracterização da Amostra de Acordo com as Especificidades Sociais**

A Parte I do questionário pretendia averiguar dados e características pessoais dos inquiridos, tais como o género, a idade, o concelho de residência, as habilitações literárias, a situação face ao emprego, a profissão, o número de elementos do agregado familiar, os

rendimentos mensais do agregado familiar e os grupos sociais a que os indivíduos pensam pertencer.

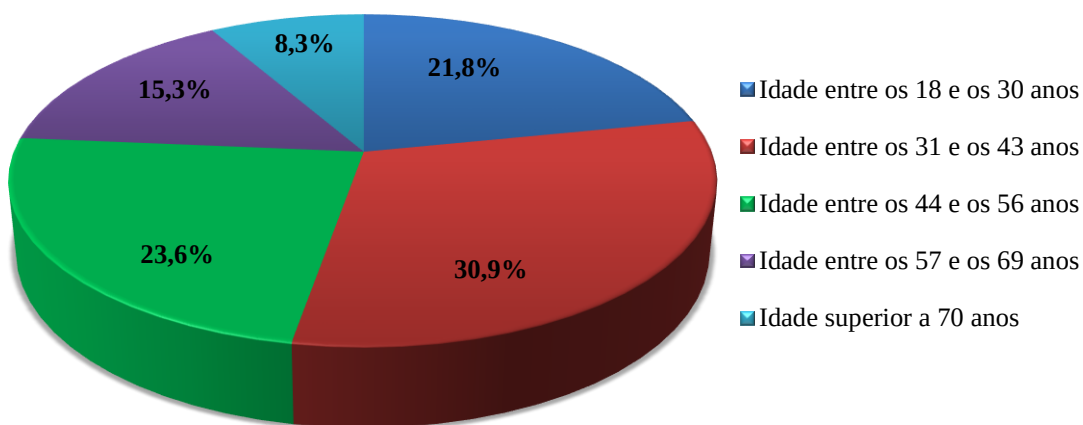
➤ **Género**

A amostra é constituída por elementos dos dois sexos, sendo que 47,5% dos inquiridos pertencem ao sexo masculino (n=183) e que 52,5% pertencem ao sexo feminino (n=202).

➤ **Idade**

O gráfico X indica a distribuição dos inquiridos pelos cinco intervalos de idades previstos no questionário.

**Gráfico X – Distribuição dos Inquiridos por Idade**



Fonte: Elaboração Própria

A amostra é constituída por elementos de todos os intervalos de idades previstos no questionário. Verifica-se que 30,9% dos eleitores têm idades compreendidas entre 31 e 41 anos e que 23,6% têm idades entre 44 e 56 anos. Por sua vez, 21,8% dos eleitores são jovens com idades entre os 18 e os 30 anos.

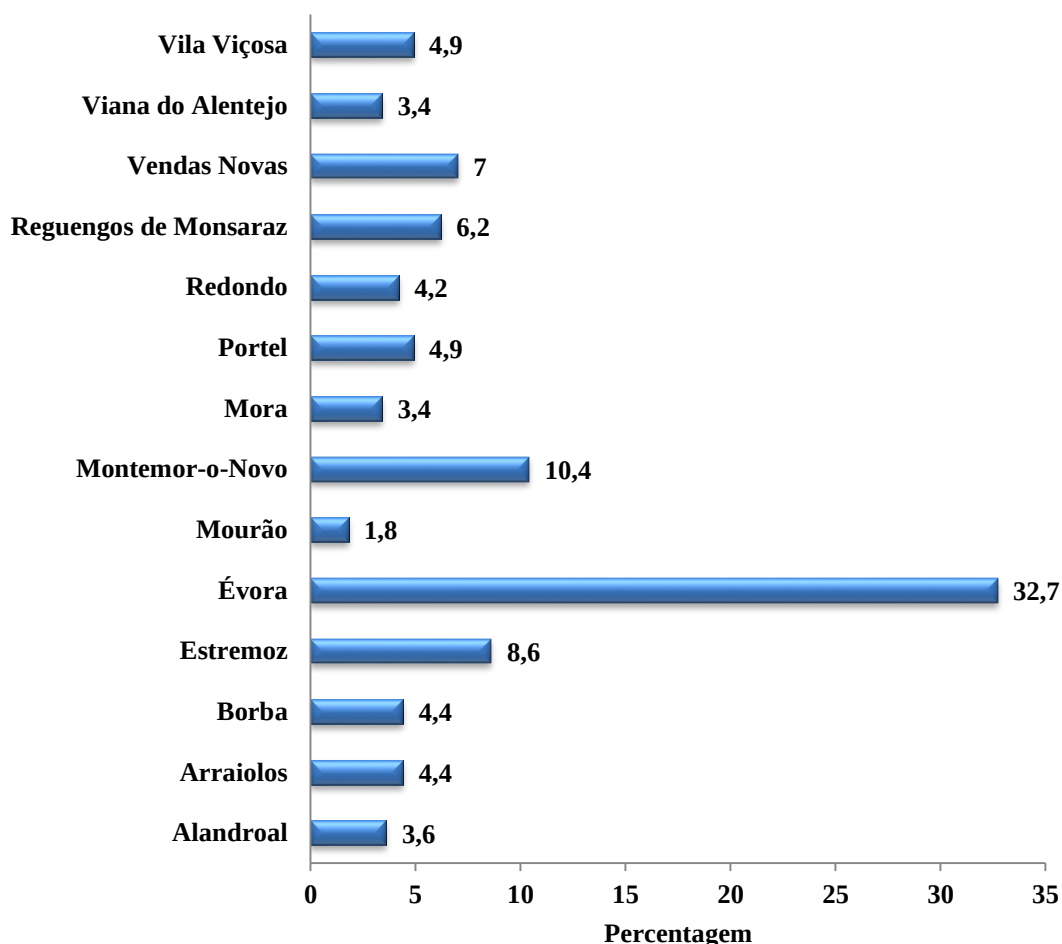
Os eleitores com idades entre os 57 e os 69 anos e com idades superiores a 70 anos representam, respetivamente, 15,3% e 8,3% da amostra.

➤ **Concelho de Origem**

Tratando-se de uma amostra estratificada por concelho, as frequências e percentagens de questionários a aplicar em cada concelho já eram conhecidas *a priori*. As percentagens de

indivíduos que responderam ao questionário em cada concelho são as constantes no gráfico XI.

**Gráfico XI – Distribuição dos Inquiridos por Concelho**

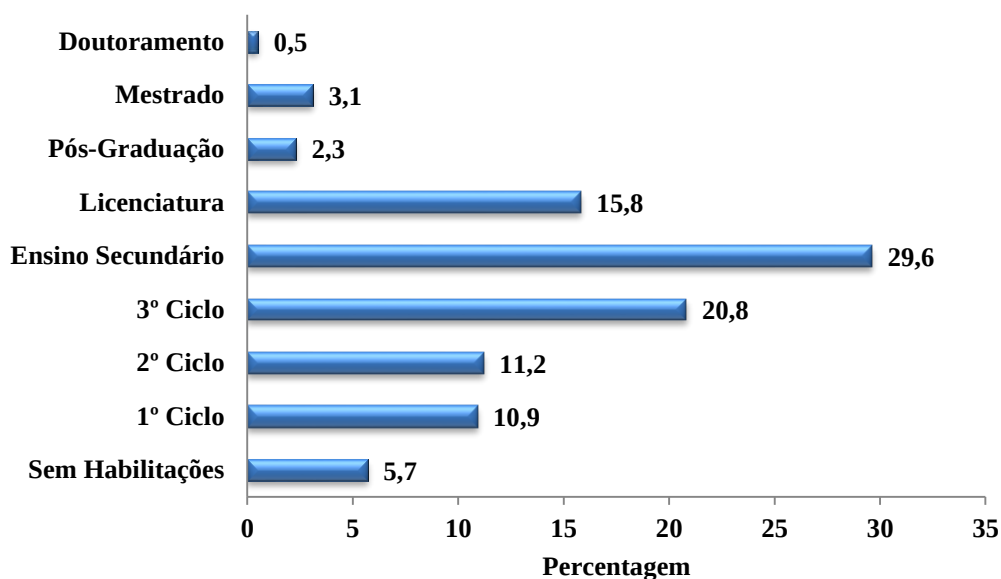


Fonte: Elaboração Própria

De acordo com o princípio da proporcionalidade, o número de questionários aplicados em cada concelho dependeu do número de eleitores. Por ser o mais populoso do distrito foram aplicados, no concelho de Évora 32,7% dos questionários (n=126), e por ser o menos populoso foram aplicados, no concelho de Mourão apenas 1,8% da totalidade dos questionários (n=7).

### ➤ **Habilitações Literárias**

**Gráfico XII – Distribuição dos Inquiridos por Graus de Ensino**



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à variável habilitações literárias constata-se que 29,6% dos inquiridos possuem o ensino secundário e que 20,8% possuem o 3º ciclo. Pode afirmar-se que mais de 50% dos eleitores inquiridos se enquadram, no conjunto, neste dois graus de ensino. Do total dos inquiridos 10,9% e 11,2% possuem, respetivamente, o 1º e o 2º ciclo. Dos restantes, 0,5% possuem Doutoramento, 3,1% Mestrado, 2,3% Pós-graduação e 15,8% Licenciatura. Neste sentido, a licenciatura é de todos os graus de ensino superior considerados, o que apresenta uma maior percentagem de inquiridos. Os eleitores que não possuem habilitações literárias representam 5,7% da amostra.

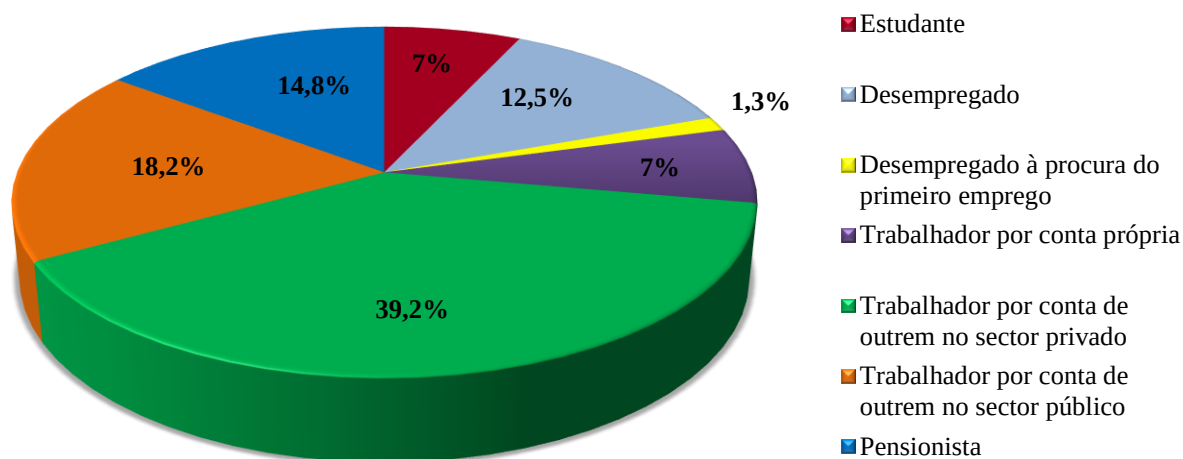
### ➤ **Situação Face ao Emprego**

No que respeita à situação face ao emprego e através da análise do gráfico XIII verifica-se que 39,2% dos eleitores inquiridos são trabalhadores por conta de outrem no sector privado (n=151) e 18,2% são trabalhadores por conta de outrem no sector público (n=70).

Os estudantes e os trabalhadores por conta própria estão representados na amostra em igual percentagem, 7%.

Os desempregados à procura do primeiro emprego têm uma representatividade de apenas 1,3%, ao passo que os desempregados e os pensionistas correspondem, respetivamente a 12,5% e 14,8%.

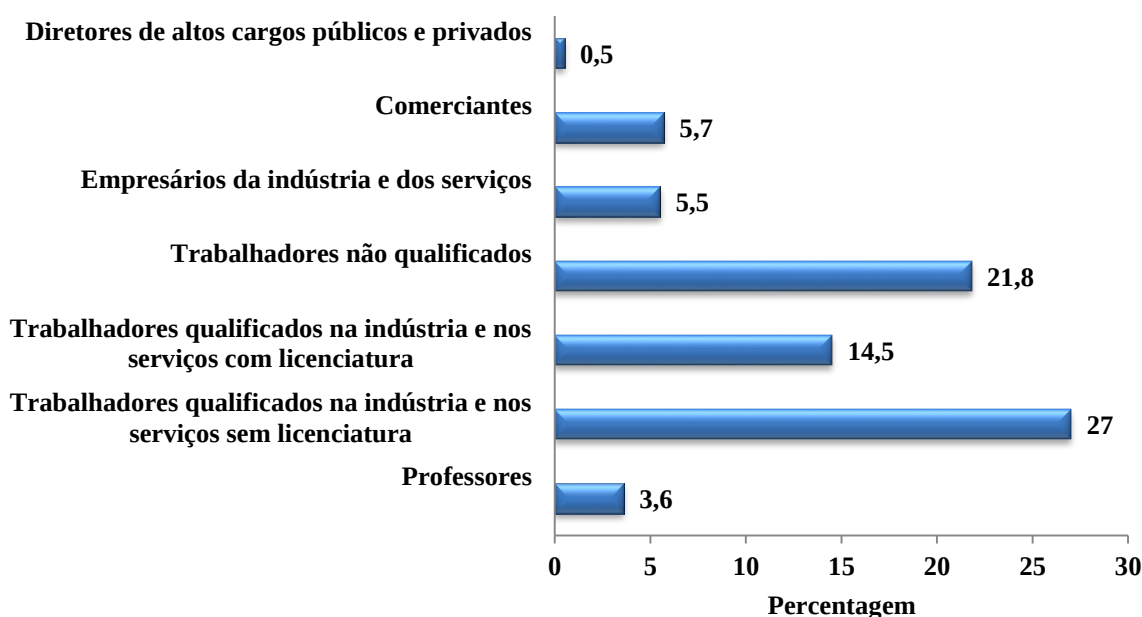
**Gráfico XIII – Distribuição dos Inquiridos por Situação Face ao Emprego**



Fonte: Elaboração própria

#### ➤ Profissão

**Gráfico XIV – Distribuição dos Inquiridos por Profissão**



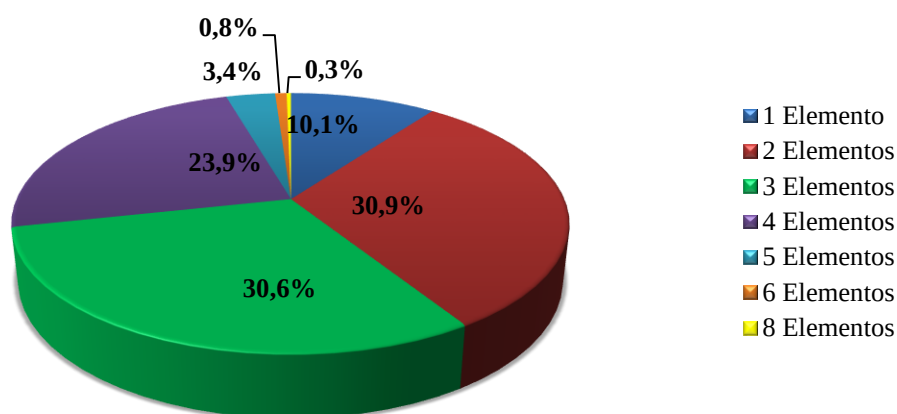
Fonte: Elaboração Própria

Pela análise do gráfico XIV verifica-se que 21% dos inquiridos são trabalhadores não qualificados, 27% são trabalhadores qualificados na indústria e nos serviços, sem licenciatura, e que 14,5% são trabalhadores qualificados na indústria e nos serviços, com licenciatura. Os diretores de altos cargos públicos e privados são a categoria profissional menos representada na amostra, com uma percentagem de eleitores de apenas 0,5%, seguindo-se dos professores (3,6%), dos empresários da indústria e dos serviços (5,5%) e dos comerciantes (5,7%).

#### ➤ Número de Elementos e Rendimentos do Agregado Familiar

No atinente ao número de elementos do agregado familiar avalia-se, conforme representa o gráfico XV, que a grande maioria dos eleitores inquiridos, cerca de 80%, têm agregados familiares constituídos por 2, 3 e 4 elementos, ao que correspondem, respetivamente, as percentagens de 30,9%, 30,6% e 23,9%.

**Gráfico XV – Distribuição dos Inquiridos por Número de Elementos do Agregado Familiar**



Fonte: Elaboração Própria

A Tabela II relaciona as variáveis elementos do agregado familiar e rendimentos do agregado familiar. O cruzamento das duas variáveis permite uma análise pormenorizada da amostra no que respeita aos rendimentos mensais dos agregados familiares dos eleitores que responderam ao questionário.

**Tabela II – Relação entre os Rendimentos e o Número de Elementos do Agregado Familiar**

|                                |          | Elementos do Agregado Familiar |      |      |      |      |     |     | Total |
|--------------------------------|----------|--------------------------------|------|------|------|------|-----|-----|-------|
|                                |          | 1                              | 2    | 3    | 4    | 5    | 6   | 8   |       |
| Sem Rendimentos                | Contagem | 2                              | 4    | 0    | 3    | 0    | 0   | 0   | 9     |
|                                | % Total  | 5%                             | 1,0% | ,0%  | 8%   | 0%   | 0%  | 0%  | 2,3%  |
| Rendimentos até 500€           | Contagem | 9                              | 5    | 1    | 2    | 4    | 1   | 0   | 2     |
|                                | % Total  | ,3%                            | ,9%  | 2,9% | 5%   | ,0%  | 3%  | 0%  | 0,9%  |
| Rendimentos entre 501 e 1000€  | Contagem | 16                             | 55   | 38   | 33   | 5    | 2   | 0   | 149   |
|                                | % Total  | 4,2%                           | 14,% | 9,9% | 8,6% | 1,3% | ,5% | ,0% | 38,7% |
| Rendimentos entre 1001 e 1500€ | Contagem | 7                              | 28   | 37   | 20   | 0    | 0   | 0   | 92    |
|                                | % Total  | 1,8%                           | 7,3% | 9,6% | 5,2% | ,0%  | ,0% | ,0% | 23,9% |
| Rendimentos entre 1501 e 2000€ | Contagem | 2                              | 7    | 22   | 15   | 1    | 0   | 1   | 48    |
|                                | % Total  | ,5%                            | 1,8% | 5,7% | 3,9% | ,3%  | ,0% | ,3% | 12,5% |
| Rendimentos entre 2001 e 2500€ | Contagem | 3                              | 6    | 6    | 14   | 3    | 0   | 0   | 32    |
|                                | Total    | ,8%                            | 1,6% | 1,6% | 3,6% | ,8%  | ,0% | ,0% | 8,3%  |
| Rendimentos superiores a 2501€ | Contagem | 0                              | 4    | 4    | 5    | 0    | 0   | 0   | 3     |
|                                | % Total  | ,0%                            | 1,0% | 1,0% | 1,3% | ,0%  | ,0% | ,0% | 3,4%  |

Fonte: Elaboração Própria

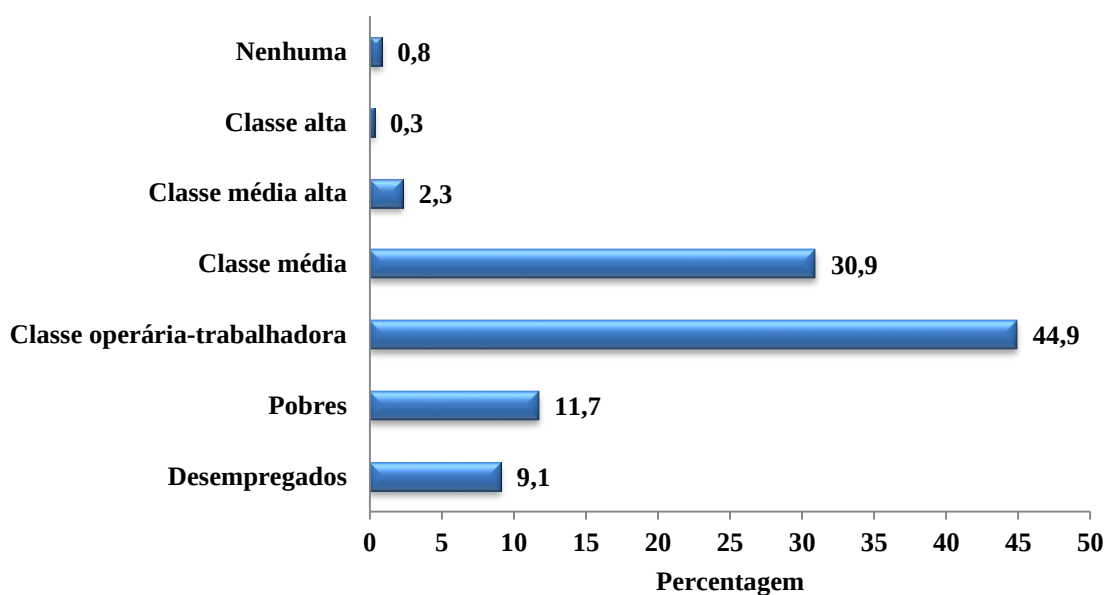
A maioria dos inquiridos constituintes da amostra afirmam ter rendimentos do agregado familiar entre os 501€ e os 1000€ e entre os 1001€ e os 1500€, com expressões percentuais de 38,7% e de 23,9%, respetivamente. Aproximadamente 30% dos inquiridos referem ter rendimentos até 500€ (10,9%), entre os 1501€ e os 2000€ (12,5%) e entre os 2001€ e os 2500€ (8,3%).

Os indivíduos sem rendimentos e com rendimentos superiores a 2501€ representam 2,3% e 3,4% da amostra, respetivamente.

Analisando a relação entre o número de elementos do agregado familiar e os rendimentos mensais constata-se que grande parte dos que afirmam pertencer a agregados familiares constituídos por 1,2, 3, 4, 5 e 6 elementos dispõem de rendimentos mensais entre os 501€ e os 1000€. Aproximadamente 20% das pessoas com agregados familiares constituídos por 2, 3 e 4 elementos referem possuir rendimentos entre os 1001€ e os 1500€.

➤ **Grupos Sociais**

**Gráfico XVI – Distribuição dos Eleitores pelos Grupos Sociais**



Fonte: Elaboração Própria

A amostra é maioritariamente constituída por eleitores que consideram pertencer à classe operária e trabalhadora, 44,9% (n=173), e à classe média, 30,9% (n=119). Os que afirmam pertencer aos pobres e os desempregados representam, respetivamente, 11,7% e 9,1% da amostra. Aproximadamente 2,5% dizem incluir-se na classe média alta e na classe alta. Os que não se identificam com nenhum grupo social correspondem 0,8% dos inquiridos.

## **2.2. Caracterização da Amostra de Acordo com os Interesses e as Posições Políticas**

As partes II e III do questionário objetivaram a recolha de dados essenciais à caracterização da amostra de acordo com os seus interesses e posições políticas. Neste sentido, os eleitores inquiridos responderam a questões relacionadas com o grau de interesse e satisfação com política em geral, com a utilidade dos partidos enquanto meios de efetivação da representação política e com a simpatia e identificação com os partidos políticos portugueses.

➤ **Interesse pela Política em Geral**

Quanto ao interesse pela política verifica-se, pela análise das respostas válidas, que as opiniões da maioria dos eleitores se dividem entre o ‘pouco interessado’ e o ‘razoavelmente interessado’, sendo que 38,4% escolheram a primeira opção e que 34% escolheram a segunda.

Os inquiridos que referiram não ter interesse pela política, ter muito interesse e ter muitíssimo interesse representam, respetivamente, 18,2%, 7,3% e 2,1% da amostra.

Os eleitores nada interessados pela política foram posteriormente questionados sobre a(s) razão(ões) que motiva(m) o seu desinteresse, apresentadas na Tabela III.

**Tabela III – Distribuição das Razões Apontadas para o Desinteresse pela Política**

| <b>Razões</b>                                                   | <b>% Válida</b> |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------|
| <b>Não gosto de política</b>                                    | 33,3%           |
| <b>Não se faz nada por Portugal</b>                             | 8,3%            |
| <b>Falta de honestidade dos políticos</b>                       | 12,5%           |
| <b>A má imagem dos políticos e o péssimo trabalho que fazem</b> | 18,1%           |
| <b>Desilusão com a política</b>                                 | 9,7%            |
| <b>A desacreditação dos políticos</b>                           | 15,3%           |
| <b>Não ligo à Política</b>                                      | 2,8%            |

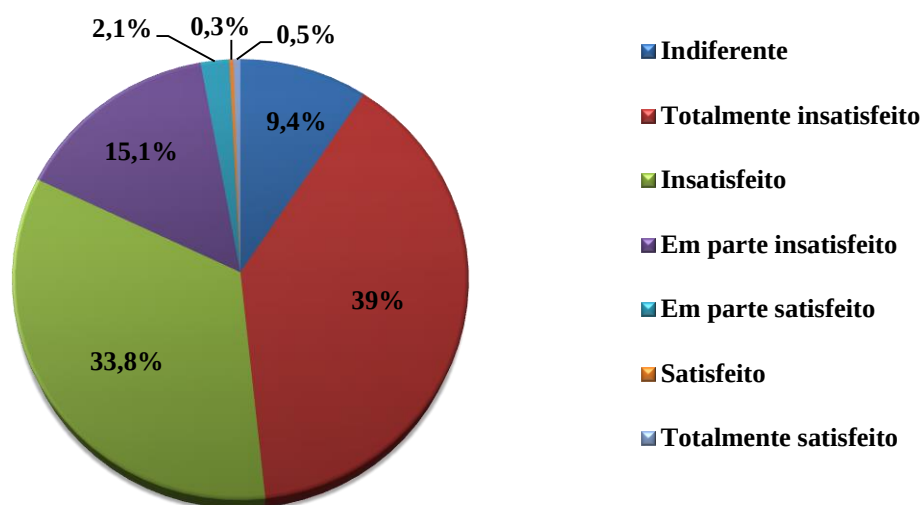
Fonte: Elaboração Própria

O não gostar de política é a razão preferida pelos eleitores inquiridos, com uma representatividade de 33,3%. Seguem-se a má imagem dos políticos, associada ao seu péssimo trabalho e a sua falta de credibilidade, e a desacreditação dos políticos com 18,1% e 15,3%, respetivamente.

Conclui-se pela análise das razões apresentadas que o desinteresse dos eleitores pela política é essencialmente motivado por questões relacionadas com os seus gostos pessoais e com a sua insatisfação em relação ao desempenho dos políticos.

### ➤ Satisfação com a Política

**Gráfico XVII – Satisfação dos Eleitores com a Política**



Fonte: Elaboração Própria

Pela análise do gráfico XVII verifica-se que no que respeita à satisfação com a política, as opiniões se dividem essencialmente entre o ‘totalmente insatisfeito’, o ‘insatisfeito’ e o ‘em parte insatisfeito’ com as respetivas percentagens, 39%, 33,8% e 15,1%. O que revela que em geral os eleitores não estão satisfeitos com a política.

Os inquiridos para quem a satisfação com a política é um assunto indiferente representam 9,4% da amostra.

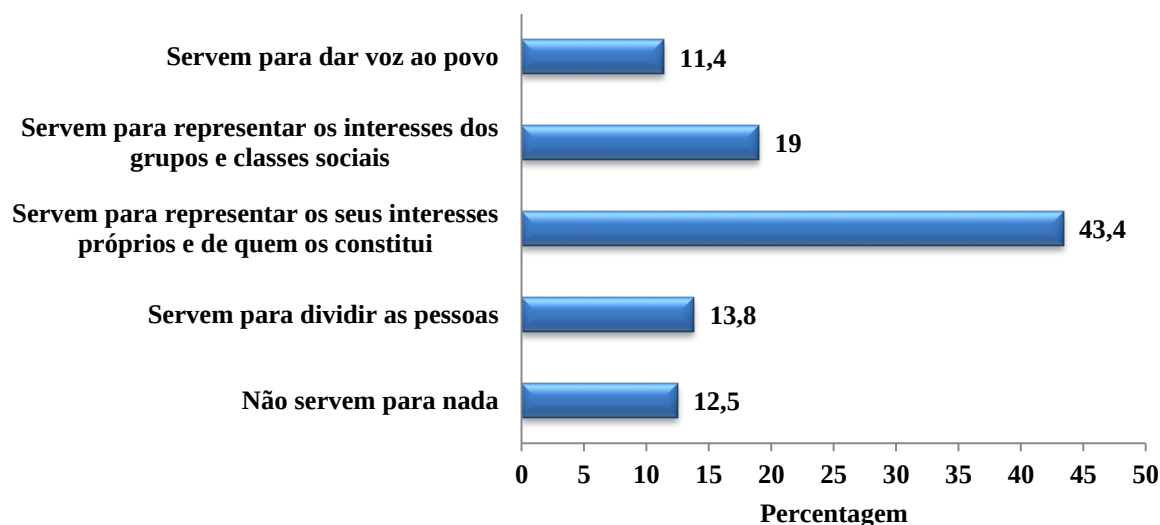
### ➤ Informação sobre as Questões Políticas

No que respeita ao grau de informação sobre as questões políticas observa-se que a maioria dos eleitores (51,2%) se consideram informados. Os eleitores ‘pouco informados’, ‘nada informados’ e ‘muito informados’ representam, respetivamente, 37,9%, 9,9% e 1% da amostra representativa.

### ➤ Principal Utilidade dos Partidos Políticos

43,4% dos eleitores identificam como principal utilidade dos partidos políticos a representação quer dos seus interesses próprios quer dos interesses de quem os constitui. As restantes utilidades dos partidos, enunciadas no questionário, obtiveram percentagens de respostas que estão compreendidas entre os 11,4% e os 19%, como se constata no gráfico XVIII.

**Gráfico XVIII – Utilidade dos Partidos Políticos**



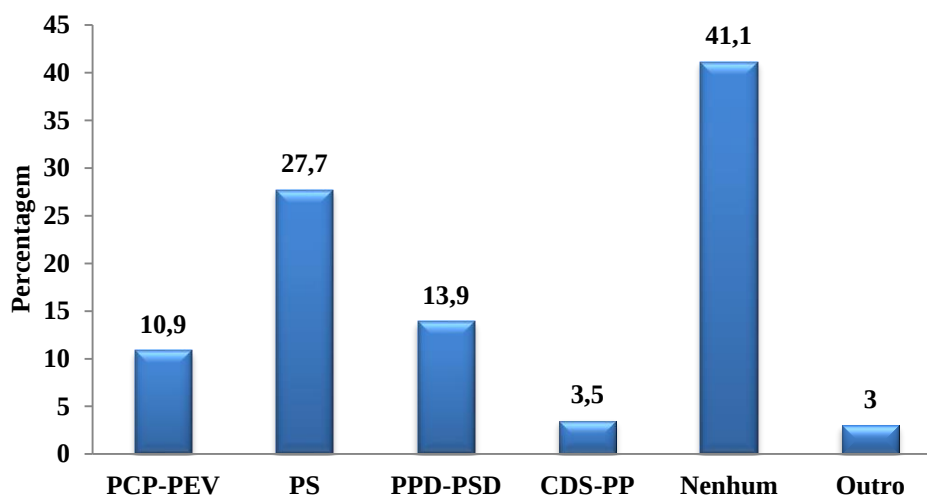
Fonte: Elaboração Própria

#### ➤ **Simpatia e Identidade com os Partidos Políticos**

No respeitante à simpatia e identidade dos eleitores para com os partidos políticos afere-se que: 44,7% da amostra representativa afirma não ser simpatizante de nenhum partido; 48,6% é simpatizante de um partido; e 6,8% não é simpatizante de nenhum partido, mas já foi. Conclui-se, neste sentido, que a maioria dos inquiridos, 55,5%, não são, no momento, simpatizantes de nenhum partido político.

Analisando o gráfico XIX verifica-se que o PS é o partido com maior percentagem de indivíduos identificados, 27,7%, e que o CDS-PP é o partido com menor percentagem, 3,5%. Os eleitores que se identificam com PPD-PSD e com PCP representam, respetivamente, 13,9% e 19,9% da amostra. Os eleitores que não se identificam com nenhum dos quatro partidos, correspondem a 41,1% da totalidade dos inquiridos, percentagem que de resto não se afasta muito da percentagem de pessoas que afirmaram não simpatizar com nenhum partido político (44,7%).

**Gráfico XIX – Identificação dos Eleitores com os Partidos**



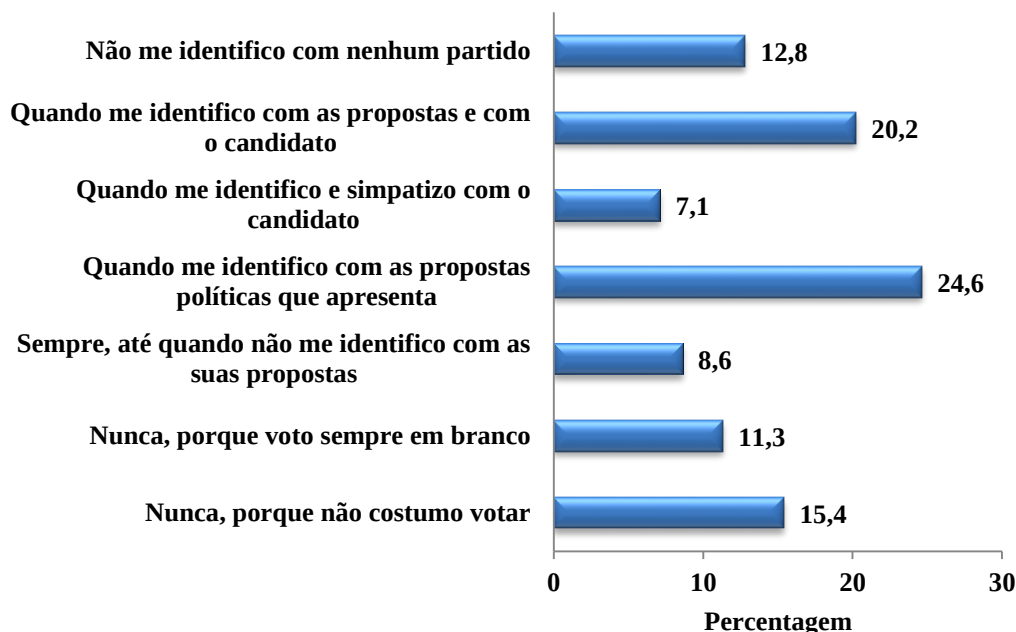
Fonte: Elaboração Própria

Com a aplicação do questionário procurou-se, ainda, perceberem em que situações, os eleitores, votam no partido político com que se identificam. Tendo-se observado, pela análise do gráfico XX, que 12,8% dos inquiridos reafirmaram<sup>21</sup> não se identificarem com nenhum partido, que 11,3% afirmam nunca votarem no seu partido porque votam sempre em branco e que 15,4% nunca votam no seu partido porque não costumam votar.

Os inquiridos que referem votar no seu partido quando se identificam com as suas propostas políticas, representam 24,6% da amostra, os que reconhecem dar-lhe o seu voto quando se identificam em simultâneo com as suas propostas e com o seu candidato, representam 20,2%, os eleitores que votam no partido com que se identificam quando se revêm e simpatizam com o candidato, representam 7,1% e os que afirmam votar no seu partido até mesmo quando não se identificam com as suas propostas, têm uma representatividade de 8,6%.

<sup>21</sup> Note-se que 41,1% dos inquiridos afirmaram não se identificarem com nenhum partido político na questão 16 e que na questão 17 apenas 12,8% dos eleitores afirmaram esta posição. Neste sentido, constata-se alguma incoerência no que respeita às respostas dadas às duas questões. A incoerência verificada pode dever-se, por exemplo, ao facto de a questão 16 ter a opção ‘nenhum’ e de a questão 17 não ter nenhuma resposta que englobe os inquiridos que não se identificam com nenhum partido. Sendo que para afirmarem não se identificar com nenhum partido, os eleitores, escolheram a opção ‘outra qual’.

**Gráfico XX – Situações em que os Eleitores Votam no Partido com que se Sentem Identificados**



Fonte: Elaboração Própria

### 2.3. Análise das Hipóteses

A análise do questionário aplicado a uma amostra de 385 eleitores do distrito de Évora permite retirar conclusões sobre a importância da identidade partidária na decisão do seu voto para as eleições autárquicas. Objetiva-se com a análise das respostas válidas a confirmação ou rejeição das hipóteses em estudo e previamente estabelecidas na metodologia (Capítulo IV).

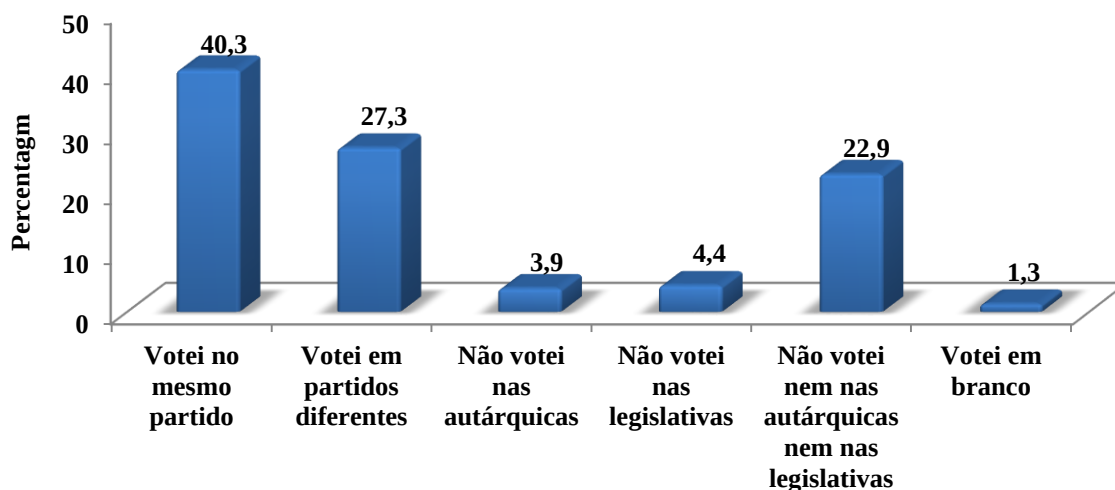
➤ **1ª Hipótese – Os eleitores votam no mesmo partido nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas.**

A análise dos dados resultantes da investigação histórica confirmaram o pressuposto dos eleitores do distrito de Évora votarem no mesmo partido nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas. Corroborando a hipótese verificou-se que os resultados obtidos pelos partidos concorrentes, em cada concelho, nos dois tipos de eleição são semelhantes. Contudo, entendeu-se interessante também, a verificação desta hipótese através da análise das respostas dadas pelos eleitores à seguinte questão: Nas eleições autárquicas (eleição para a Câmara

Municipal) e legislativas (para a Assembleia da República) ocorridas no ano de 2009 votou no mesmo partido ou mudou?<sup>22</sup>

No gráfico XXI apresentam-se a distribuição das respostas válidas dos eleitores pelas várias alíneas que lhes foram apresentadas.

**Gráfico XXI – Voto dos Eleitores nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009**



Fonte: Elaboração Própria

Cumpr-se que 40,3% dos eleitores pertencentes à amostra votaram no mesmo partido e que 27,3% votaram em partidos diferentes. Aproximadamente 22% dos eleitores referem não ter votado nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas, 3,9% mencionam não ter votado nas autárquicas e 4,4% afirmam não ter votado nas legislativas. Os inquiridos que afirmam ter votado em branco representam 1,3% da amostra considerada.

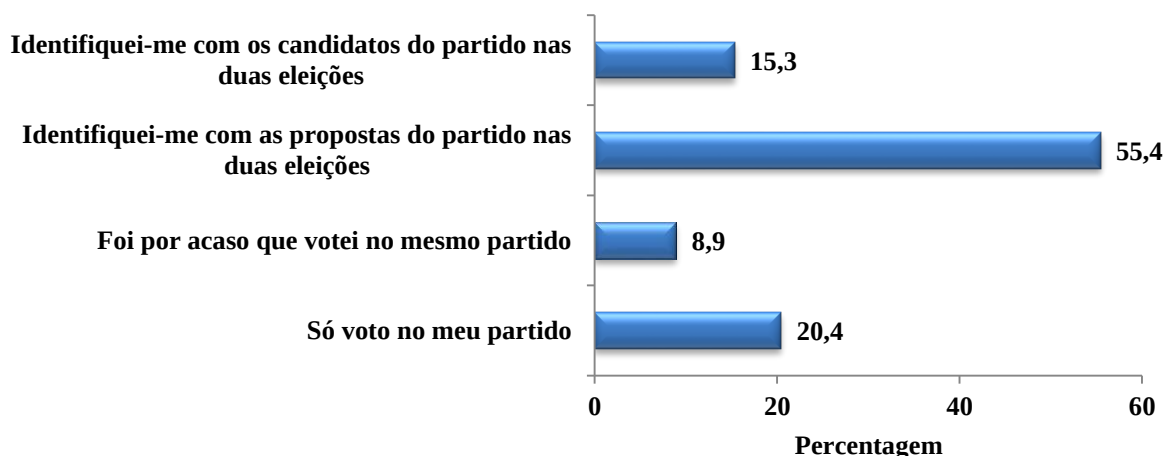
Para além de questionados acerca das suas escolhas eleitorais nas duas eleições de 2009, os inquiridos que responderam ‘votei no mesmo partido’ e ‘votei em partidos diferentes’ foram ainda questionados sobre as motivações que os levaram a votar, respetivamente, no mesmo partido e em partidos diferentes<sup>23</sup>.

Dos inquiridos que referiram ter votado no mesmo partido, 55,4%, ou seja a maioria, relataram tê-lo feito porque se identificaram com as propostas do partido nas duas eleições, conforme se observa no gráfico XXII

<sup>22</sup> Questão 19 do questionário.

<sup>23</sup> Variáveis que correspondem respetivamente às questões 20 e 21 do questionário.

**Gráfico XXII – Razões que Levaram os Eleitores a Votarem no mesmo Partido**

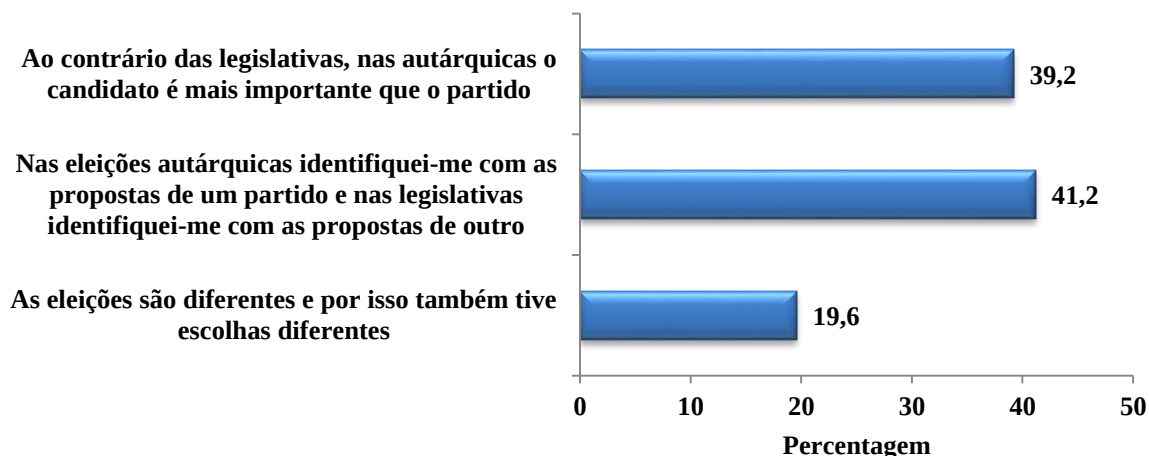


Fonte: Elaboração Própria

As opções ‘só voto no meu partido’ e ‘identifiquei-me com os candidatos do partido nas duas eleições’ foram, respetivamente, escolhidas por 20,4% e 15,3% dos eleitores. Dos que votaram no mesmo partido, 8,9% assumiram ter tomado essa decisão por acaso.

No que respeita às razões que levaram os eleitores a votarem em partidos diferentes verifica-se, pela análise do gráfico XXIII, que as respostas se dividiram de forma semelhante por duas razões, designadamente, ‘ao contrário das legislativas, nas autárquicas o candidato é mais importante que o partido’ (39,2%) e ‘nas eleições autárquicas identifiquei-me com as propostas de um partido e nas legislativas identifiquei-me com as propostas de outro’ (41,2%). Os restantes eleitores, 19,6%, afirmam ter tido escolhas diferentes porque as eleições também são diferentes.

**Gráfico XXIII – Razões que Levaram os Eleitores a Votarem em Partidos Diferentes**



Fonte: Elaboração Própria

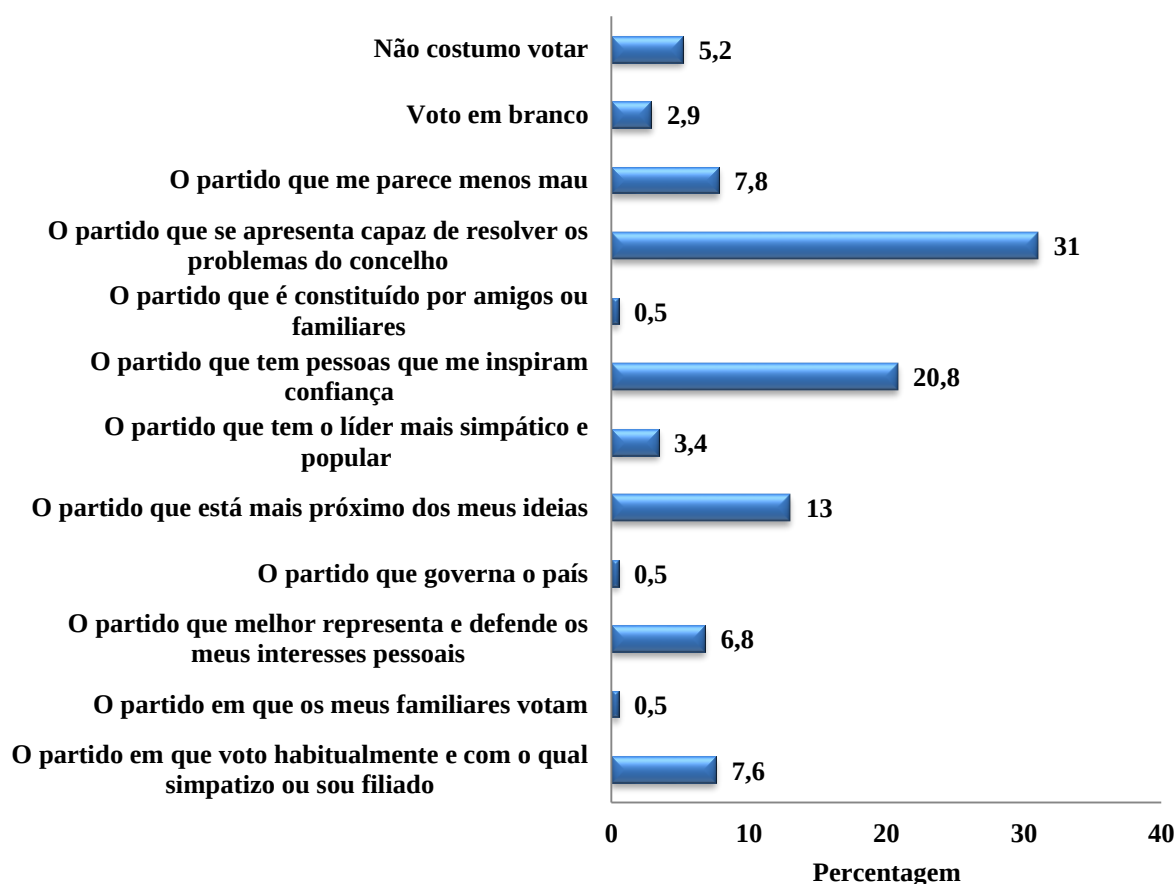
\*

Avaliando que aproximadamente 60% dos eleitores, que se deslocaram às urnas nas eleições autárquicas e legislativas de 2009, afirmaram ter votado no mesmo partido e que 55,4% desses eleitores declaram tê-lo feito por se identificarem com as propostas do partido nas duas eleições, dá-se como comprovada a hipótese de os eleitores votarem no mesmo partido nas eleições autárquicas e legislativas.

➤ **2ª Hipótese – Nas eleições autárquicas os eleitores votam de acordo com a sua identificação com os partidos e com os ideais que estes preconizam.**

Tendo como objetivo conhecer as motivações dos eleitores na escolha do voto para as eleições autárquicas, incitou-se os constituintes da amostra a escolherem, de entre um conjunto de motivações, aquela que tem maior peso na escolha do seu voto<sup>24</sup>. O gráfico XXIV representa a distribuição das respostas dos inquiridos pelas diferentes motivações.

**Gráfico XXIV – Motivações para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas**



Fonte: Elaboração Própria

<sup>24</sup> Variável correspondente à questão 18 do questionário

Observa-se, pela análise do gráfico, que 8,1% dos inquiridos não identificaram nenhuma motivação, dos quais 5,2% referiram não costumar votar e 2,9% votar em branco.

Dos eleitores que identificaram a motivação que tem maior peso na decisão do seu voto nas eleições autárquicas tem-se que a motivação mais escolhida foi ‘O partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho’, com 31% das respostas, e que as menos escolhidas foram ‘O partido que é constituído por familiares e amigos’, ‘O partido que governa o país’ e ‘O partido em que os meus familiares votam’. Cada uma destas opções obteve, individualmente, 0,5% das respostas.

Os eleitores motivados pela simpatia do líder político e pela confiança nas pessoas que o constituem, representam respetivamente, 3,4% e 20,8% da amostra representativa.

Os eleitores motivados pela simpatia ou fidelização com os partidos e com os ideais que preconizam correspondem a 20,6% da totalidade dos inquiridos, dos quais 7,6% reconhecem votar habitualmente no partido do qual são simpatizantes ou filiados e 13% reconhecem votar no partido que está mais próximo dos seus ideais.

As motivações ‘O partido que me parece menos mau’ e ‘O partido que melhor representa e defende os meus interesses pessoais’ constituíram as preferências de 7,8% e 6,8% dos eleitores.

\*

Conclui-se que, embora a identidade partidária dos eleitores do distrito de Évora seja uma motivação importante na decisão do seu voto nas eleições autárquicas, não é a sua principal motivação, na medida em que surge como terceira na preferência dos inquiridos.

➤ **3ª Hipótese – O voto dos eleitores nas eleições autárquicas é motivado pela simpatia e identificação com os candidatos.**

Pela análise do gráfico XXIV verifica-se que, as duas motivações relacionadas com a simpatia e identificação com os candidatos – ‘o partido que tem pessoas que me inspiram confiança’ e ‘o partido que tem o líder mais simpático e popular’ – são, no conjunto, a motivação com maior peso na decisão do voto, para 24,2% dos eleitores abrangidos pelo estudo.

\*

Conclui-se que a simpatia e identificação com os candidatos dos partidos tem maior peso que a identidade partidária dos eleitores do distrito de Évora na decisão do seu voto nas eleições autárquicas. Contudo, esta não é a principal motivação para o voto dos eleitores do distrito, neste tipo de eleição.

➤ **4ª Hipótese – A Motivação para o voto dos eleitores nas eleições autárquicas encontra-se associada às suas características sociais.**

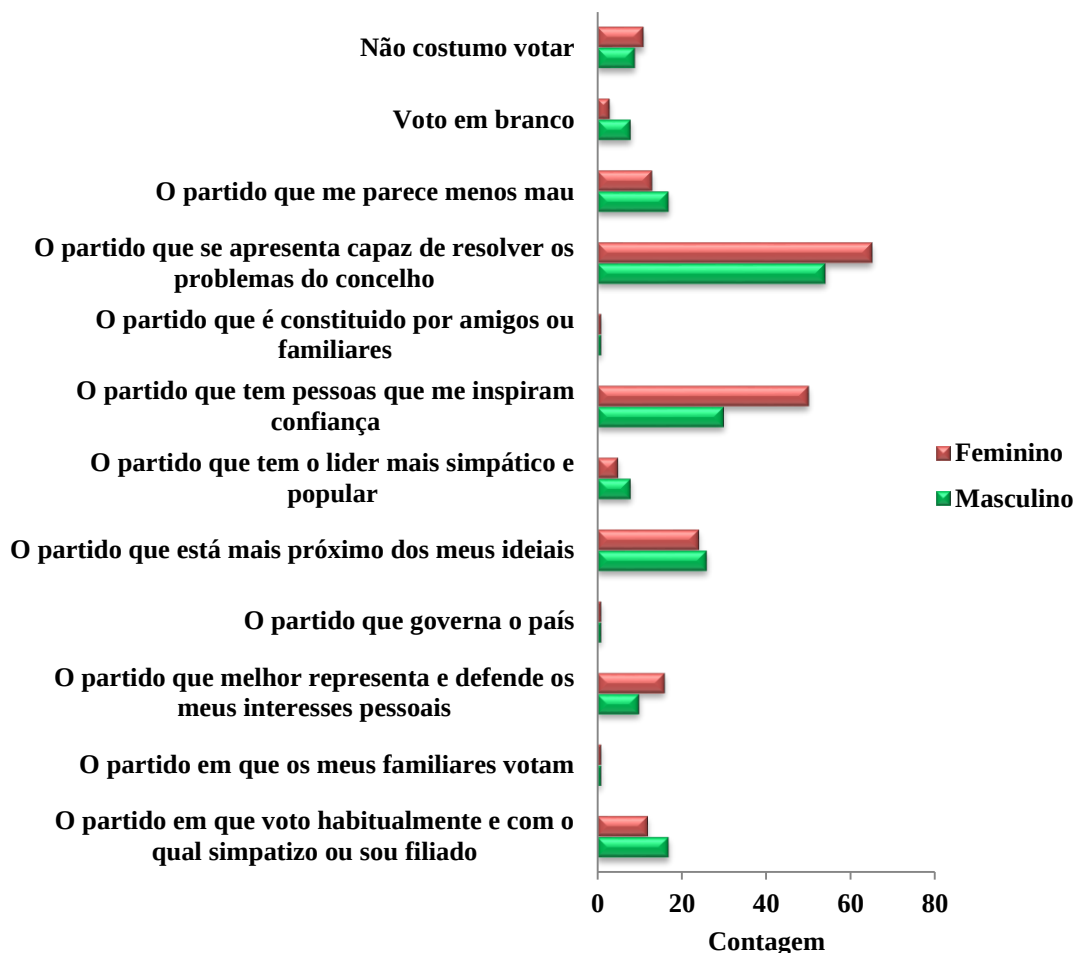
Para averiguar esta hipótese procedeu-se ao estudo da associação entre a variável razões que podem motivar o voto dos eleitores nas eleições autárquicas e as variáveis sexo, idade, concelho de residência, habilitações literárias, situação face ao emprego, profissão, números de elementos do agregado familiar, situação face aos rendimentos do agregado familiar e grupo social<sup>25</sup>, com recurso ao teste Qui-quadrado e às medidas de associação adequadas à natureza dos dados. No entanto, como os pressupostos de aplicabilidade do teste Qui-quadrado não se verificaram, utilizaram-se somente os coeficientes de associação e a análise de frequências.

Quanto à existência de associação entre as motivações para a escolha do voto nas autárquicas e o género dos eleitores inquiridos, não foi detetada associação significativa (coeficiente de associação V de Cramer = 0,169,  $p=0,441$ ). O que é corroborado pelos resultados apresentados no gráfico XXV, onde se pode ver a não existência de qualquer tendência de resposta consoante o género.

---

<sup>25</sup> Variáveis que correspondem, respetivamente, às questões 18, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 do questionário

**Gráfico XXV – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e o Género**

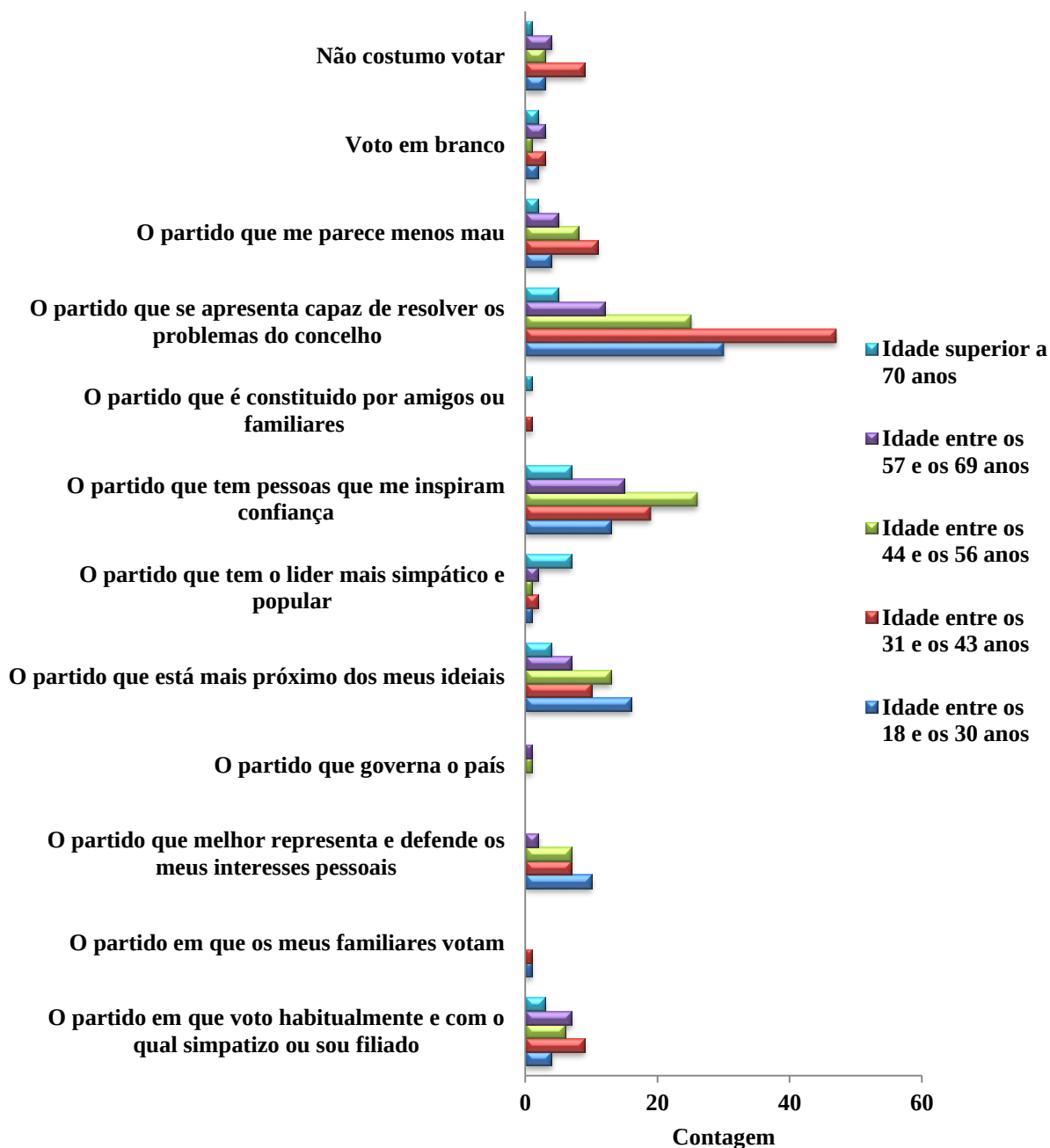


Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à existência de associação entre as motivações para a escolha do voto nas autárquicas e a idade dos eleitores, foi detetada uma associação significativa fraca (coeficiente de associação V de Cramer=0,232,  $p=0,000$ ).

Da análise dos resultados do gráfico XXVI, verifica-se que os inquiridos com idade entre os 18 e 30 e entre 31 e os 43 anos têm tendência a votar no partido que acham ser mais capaz de resolver os problemas do concelho, enquanto os mais velhos, idades superiores ou iguais a 57 anos, têm tendência a votar no partido que tem pessoas que lhes inspiram confiança ou então no partido em que votam habitualmente e com o qual simpatizam ou são filiados.

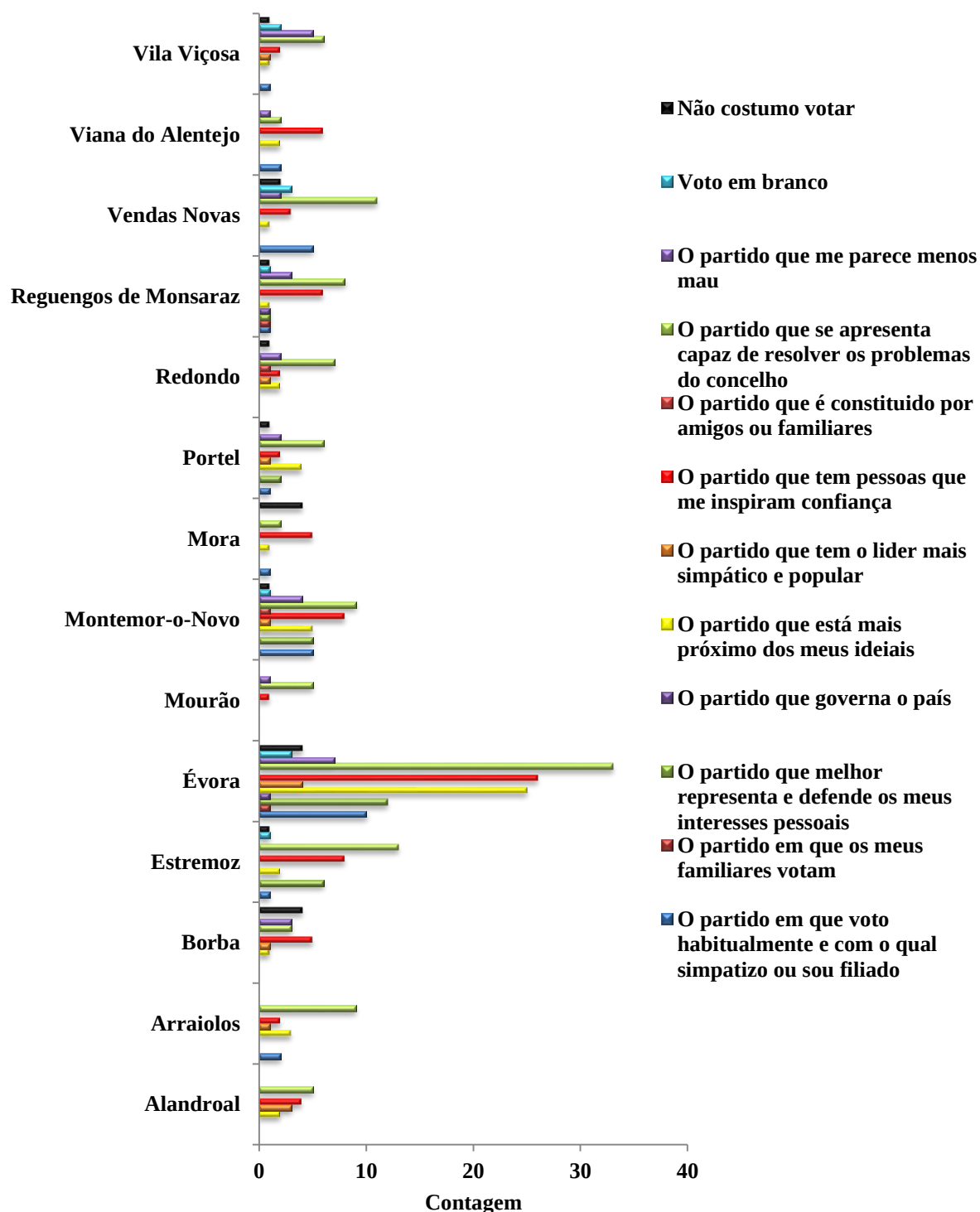
**Gráfico XXVI – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e a Idade**



Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito à associação entre as motivações para a escolha do voto nas autárquicas e concelho de residência, foi detetada uma associação significativa fraca (coeficiente de associação V de Cramer = 0,210,  $p=0,009$ ).

**Gráfico XXVII – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e o Concelho de Residência**

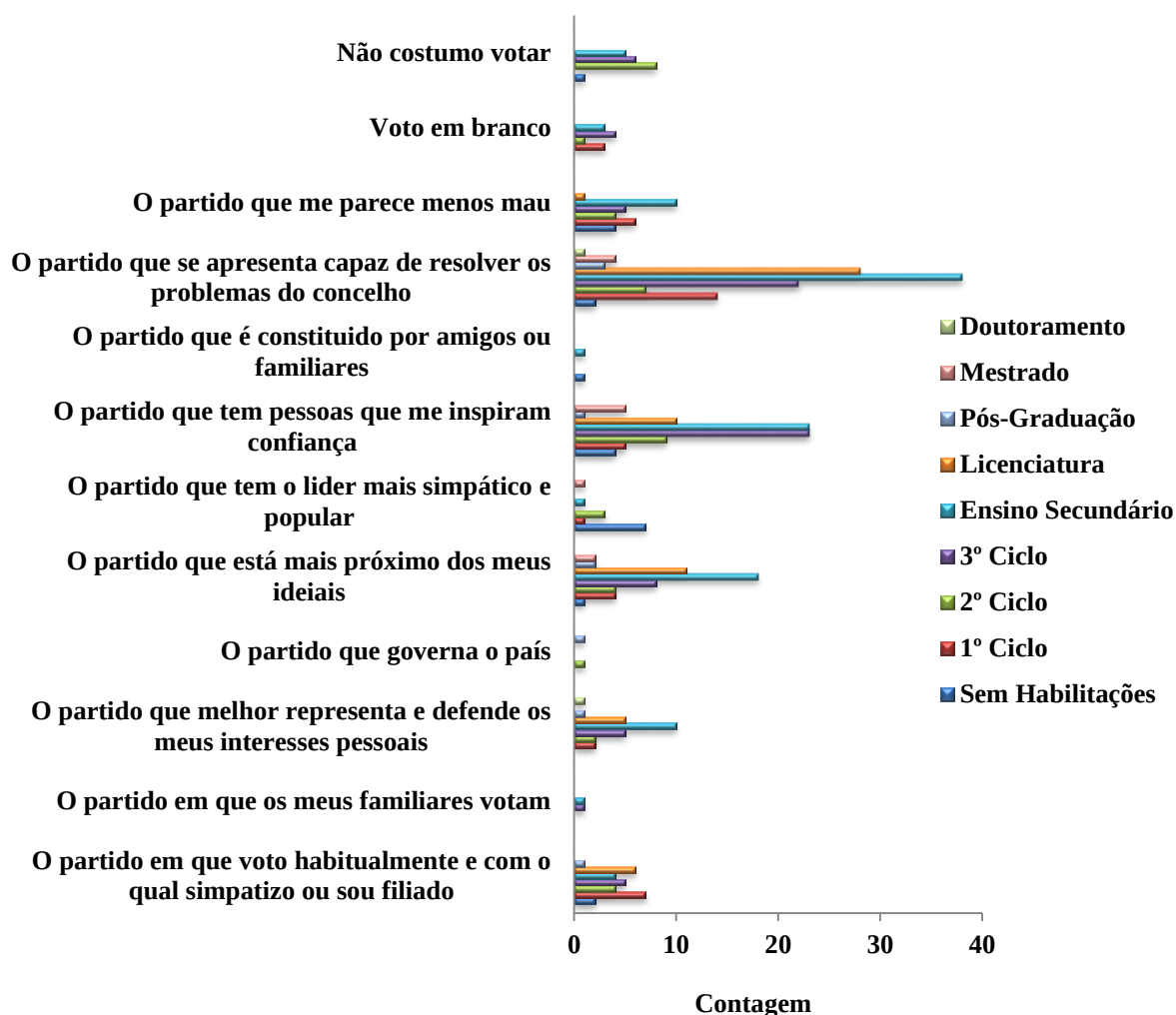


Pela análise do gráfico XXVII, afere-se que os eborenses têm tendência em votar no partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho, no partido que tem

peçoas que lhes inspiram confiança e no partido que está mais próximo dos meus ideais. Nos eleitores de Mora e de Borba observa-se uma preferência em votarem no partido que tem peçoas que lhes inspiram confiança. Os eleitores inquiridos pertencentes aos restantes concelhos manifestam uma maior tendência para votarem no partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho.

Relativamente às habilitações literárias, foi encontrada uma associação significativa fraca em relação às motivações para o voto dos eleitores nas eleições autárquicas (coeficiente de associação V de Cramer=0,242,  $p=0,000$ ).

**Gráfico XXVIII – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e as Habilitações Literárias**



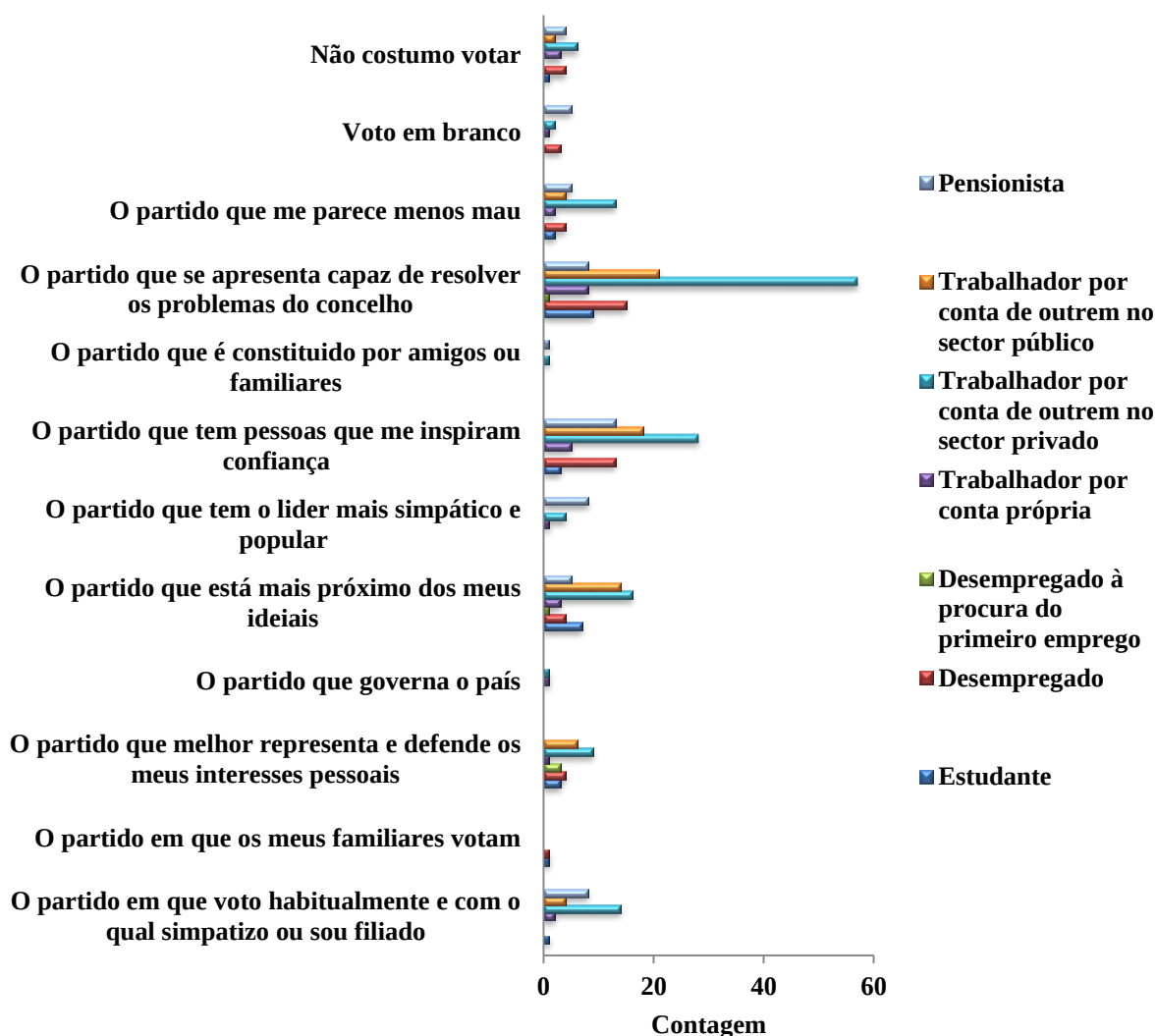
Fonte: Elaboração Própria

Conforme ilustra o gráfico XXVIII, os inquiridos com o ensino secundário, assim como os licenciados, têm tendência em votar no partido que se apresenta capaz de resolver os

problemas do concelho. Já os eleitores que possuem o 3º ciclo têm tendência em votar no partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho e também no partido que tem pessoas que lhes inspiram confiança.

Analisando a situação face ao emprego, também foi encontrada uma associação significativa fraca em relação às motivações para o voto dos eleitores nas eleições autárquicas (coeficiente de associação V de Cramer=0,242,  $p=0,000$ ).

**Gráfico XXIX – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e a Situação Face ao Emprego**



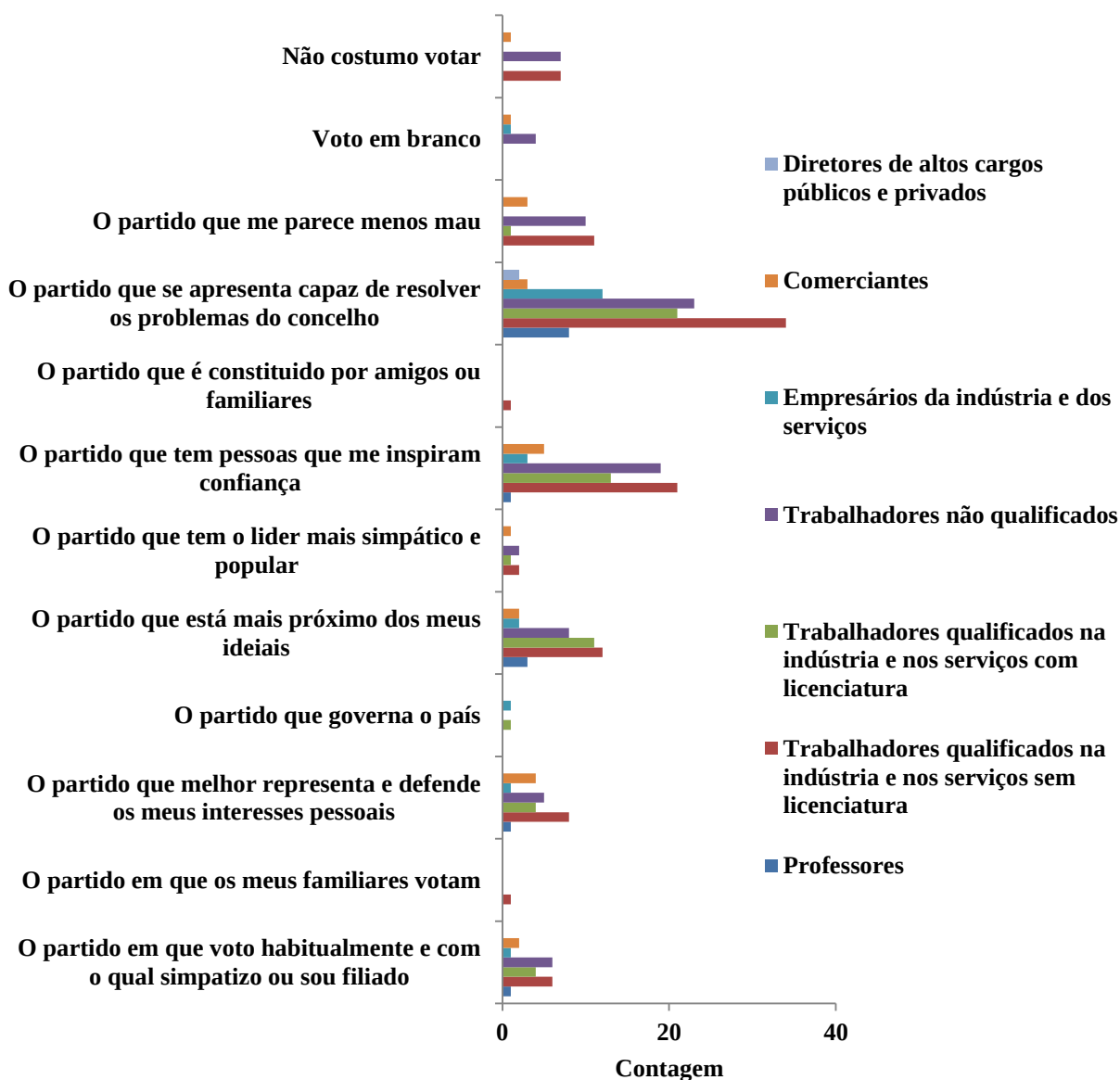
Fonte: Elaboração Própria

O gráfico XXIX demonstra que os trabalhadores por conta de outrem quer no setor privado quer no público, tendem a votar no partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho, os pensionistas têm tendência em votar no partido que tem pessoas

que lhes inspiram confiança e os desempregados distribuem as suas tendências de voto, pelo partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho e pelo partido que tem pessoas que lhes inspiram confiança.

Não foi detetada associação significativa entre a categoria profissional e as motivações para a decisão do voto nas eleições autárquicas (coeficiente de associação V de Cramer=0,183,  $p=0,652$ ). A tendência de voto das várias categorias profissionais dirige-se maioritariamente para o partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho, conforme representa o gráfico XXX.

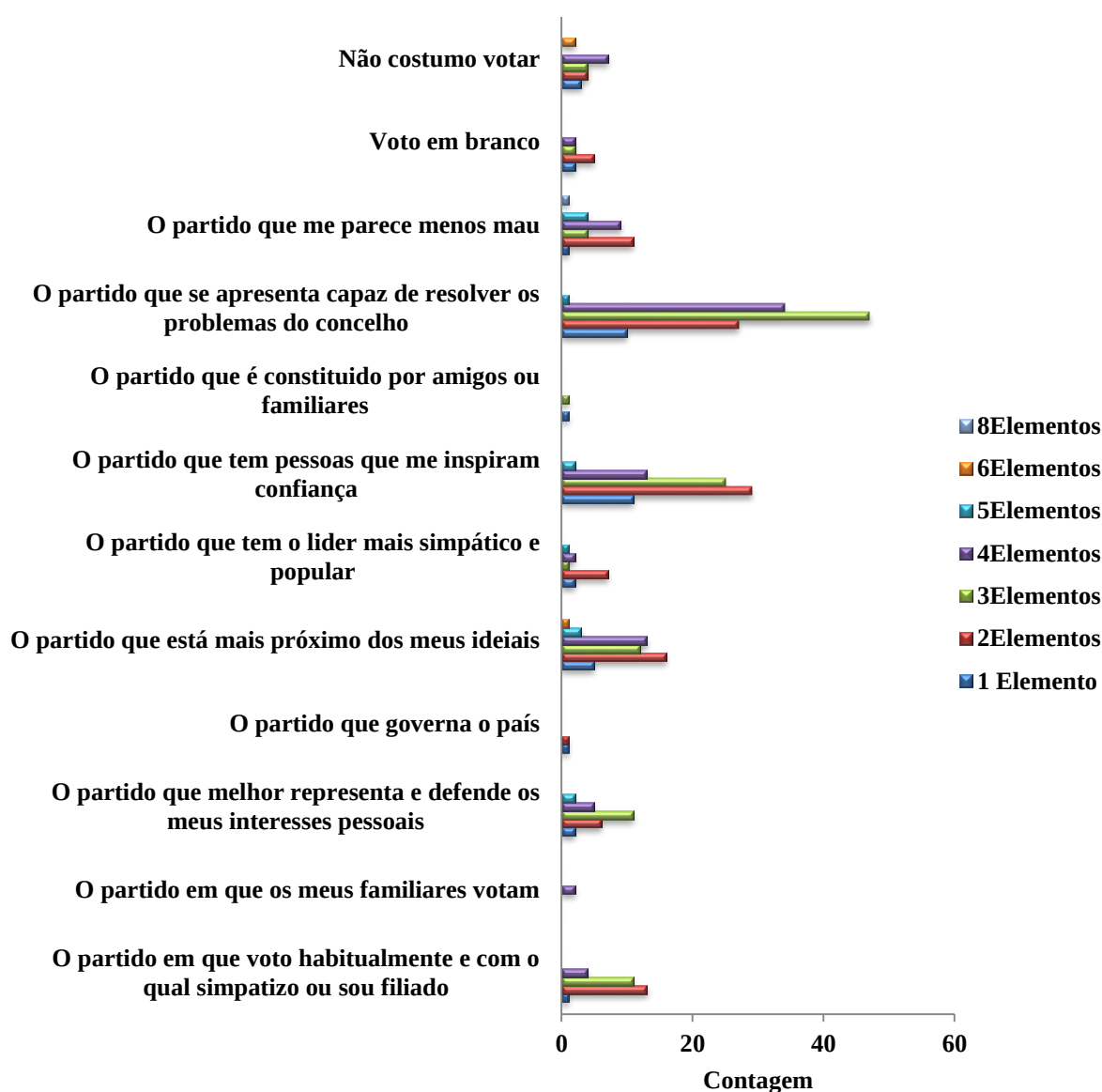
**Gráfico XXX – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e a Profissão**



Fonte: Elaboração Própria

Para o estudo da associação entre o número de elementos do agregado familiar e as motivações para a escolha do voto dos eleitores nas eleições autárquicas, recorreu-se ao coeficiente de associação Eta, pois trata-se de avaliar a associação entre uma variável quantitativa e uma qualitativa medida em escala nominal. O valor encontrado foi  $\eta = 0,249$ , que mostra uma associação fraca entre as duas variáveis e além disso significa que 0,062 da proporção da variação das respostas à questão 18 é explicada pelo número de elementos do agregado familiar.

**Gráfico XXXI – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e o Número de Elementos do Agregado Familiar**

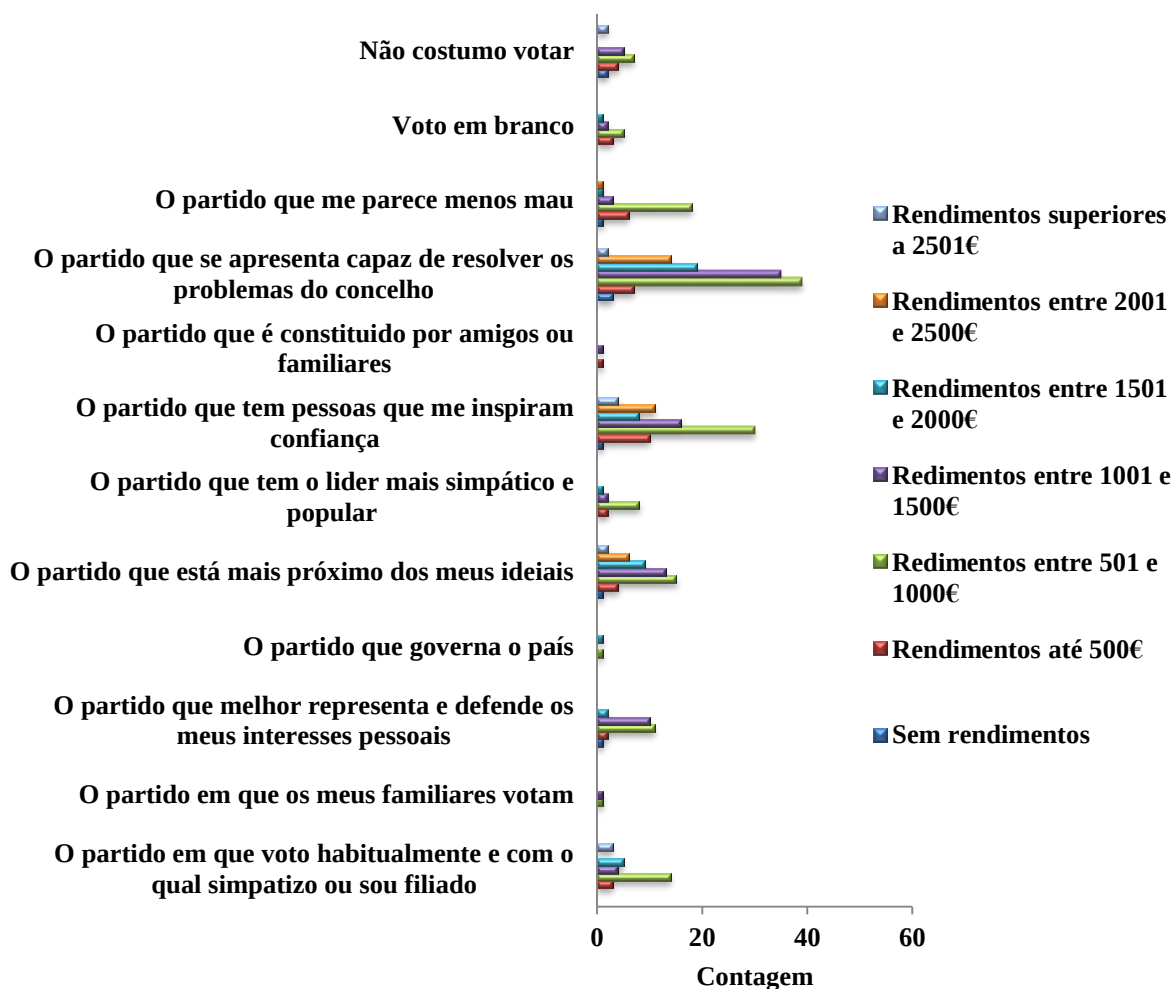


Fonte: Elaboração Própria

Como se pode verificar no gráfico XXXI, todos os tipos de agregados familiares têm tendência a votar no partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho, à exceção dos que têm um e dois elementos.

Quanto ao rendimento mensal do agregado familiar, não foi detetada associação significativa com as motivações para o voto dos eleitores nas eleições autárquicas (coeficiente de associação V de Cramer=0,184,  $p=0,147$ ). No gráfico XXXII, verifica-se que a tendência de resposta à questão 18 é idêntica entre as várias categorias de rendimento mensal do agregado familiar.

**Gráfico XXXII – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e os Rendimentos do Agregado Familiar**

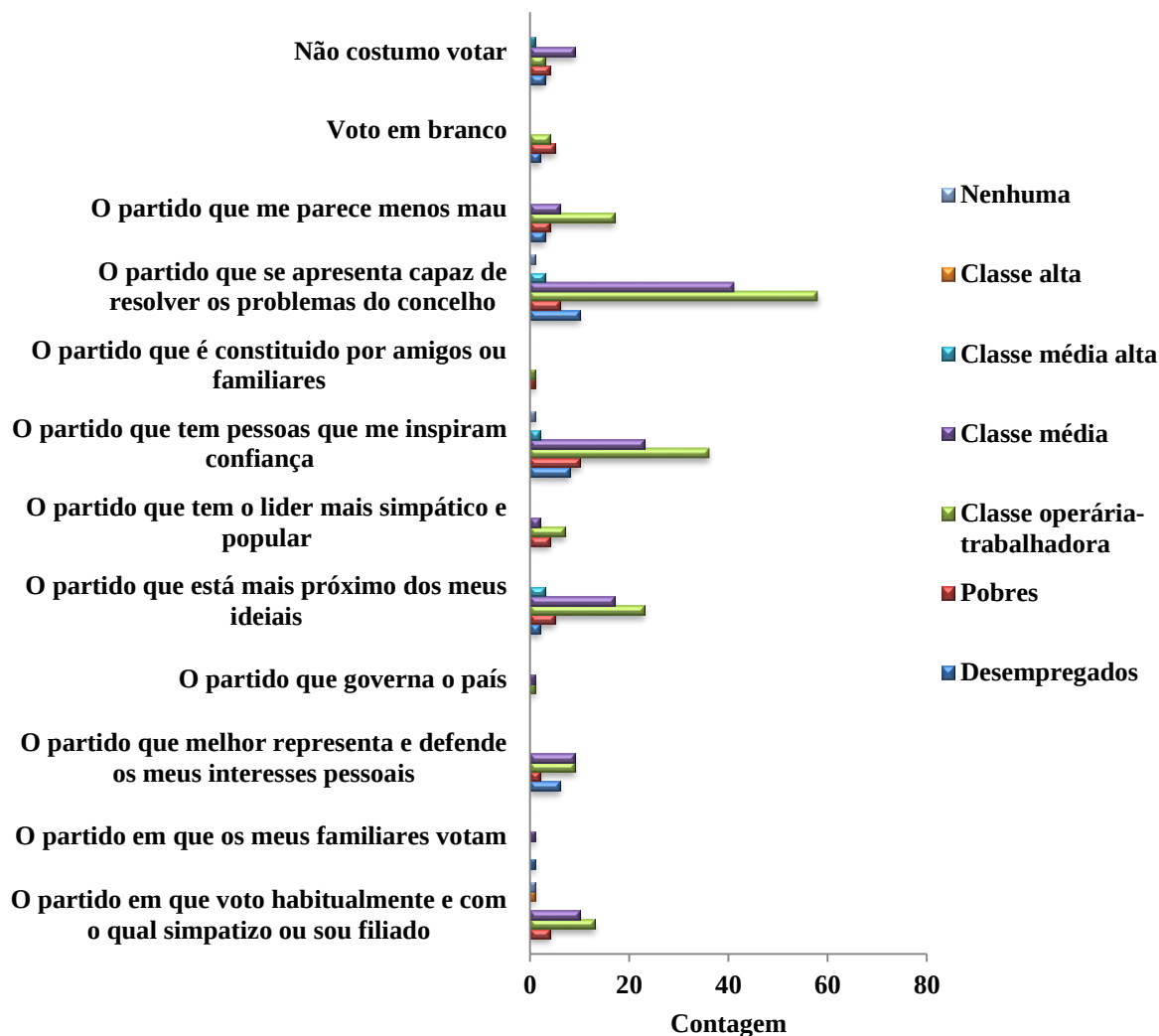


Fonte: Elaboração Própria

Também não foi detetada associação significativa entre o grupo social a que os inquiridos pensam pertencer e as motivações que referem determinar o seu voto nas eleições

autárquicas (coeficiente de associação V de Cramer=0,186, p=0,122), tal como se pode ver também nos resultados apresentados no gráfico XXXIII. A tendência de resposta à questão 18 é idêntica em todas as categorias dos grupos sociais.

**Gráfico XXXIII – Associação entre a Motivação para o Voto dos Eleitores nas Eleições Autárquicas e o Grupo Social**



Fonte: Elaboração Própria

\*

Tendo sido analisadas as associações entre as variáveis relacionadas com as características pessoais e sociais dos eleitores inquiridos e as razões que os motivam a votar num determinado partido nas eleições autárquicas constata-se que: Não existem associações significativas quando consideradas as variáveis género, profissão, rendimento mensal do

agregado familiar e classe social; As associações são significativas fracas quando consideradas as variáveis idade, concelho, habilitações literárias, situação face ao emprego e número de elementos do agregado familiar.

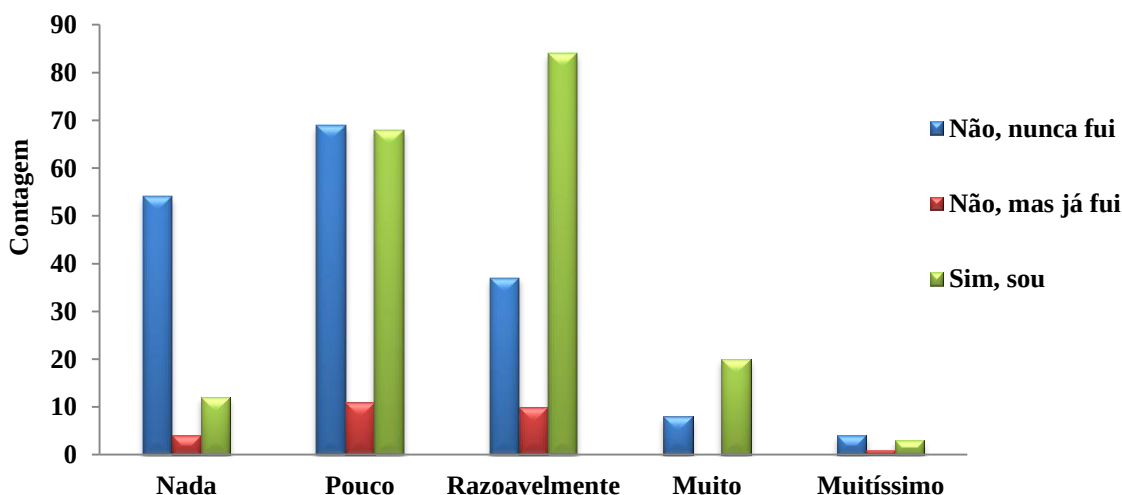
Conclui-se a inexistência de associações fortes entre as características sociais dos eleitores do distrito de Évora e as motivações que os fazem dirigir o seu voto no sentido de um determinado partido nas eleições autárquicas.

➤ **5ª Hipótese – A identificação dos eleitores com os partidos encontra-se associada ao seu nível de interesse e informação política.**

Para estudar esta hipótese de investigação procedeu-se ao estudo da associação entre as variáveis interesse pela política e grau de informação dos eleitores sobre as questões políticas com as variáveis simpatia dos eleitores para com os partidos políticos e identificação dos eleitores com um partido político<sup>26</sup>. Para tal recorreu-se a medidas de associação adequadas, uma vez que os pressupostos do teste Qui-quadrado não se verificaram.

Foram detetadas associações significativas fracas entre o interesse pela política e o ser simpatizante de um partido (coeficiente de associação V de Cramer=0,263,  $p=0,000$ ) e entre o partido com o qual os eleitores se identificam (coeficiente de associação V de Cramer=0,234,  $p=0,000$ ).

**Gráfico XXXIV – Associação entre o Grau de Interesse pela Política e a Simpatia pelos Partidos**



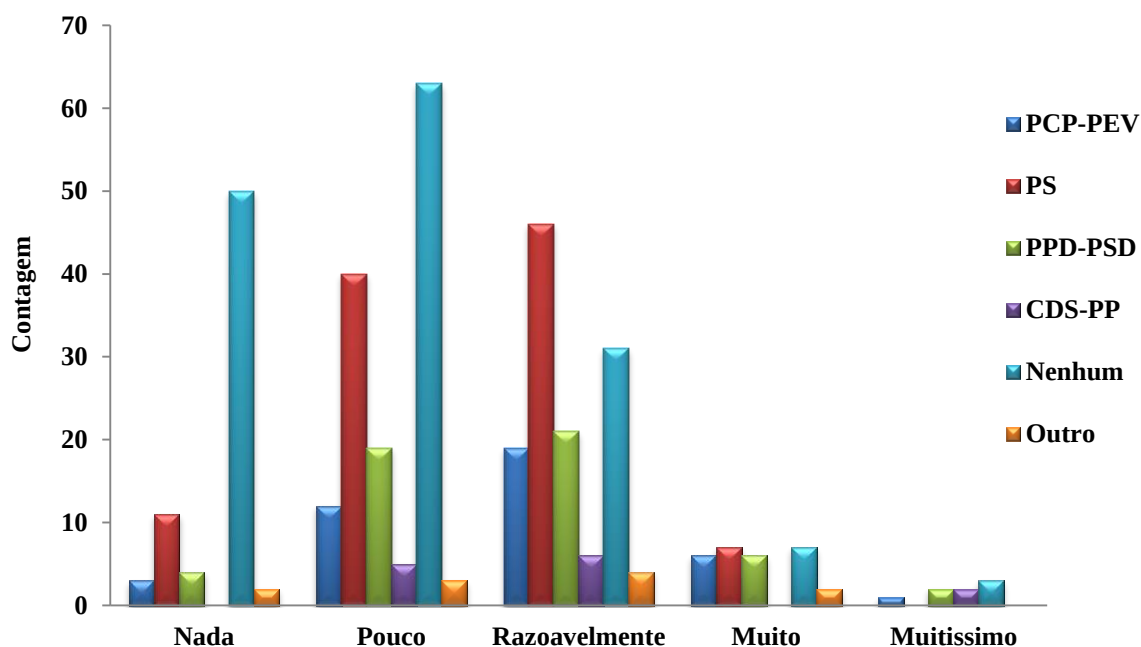
Fonte: Elaboração Própria

<sup>26</sup> Correspondentes às questões 10, 13, 15 e 16 do questionário aplicado, respetivamente.

Da análise do gráfico XXXIV, verifica-se uma tendência, muito fraca, para que os eleitores inquiridos com menor interesse pela política (nada ou pouco), sejam simultaneamente, os que nunca simpatizaram com nenhum partido político e, para que os inquiridos com maior interesse pela política sejam, também, os que são ou já foram simpatizantes de algum partido.

Verifica-se, pela análise do gráfico XXXV, que os menos interessados por questões políticas (nada ou pouco) têm uma tendência, muito fraca, para não se identificarem com partido algum e os razoavelmente interessados por questões políticas têm tendência a identificarem-se com o PS.

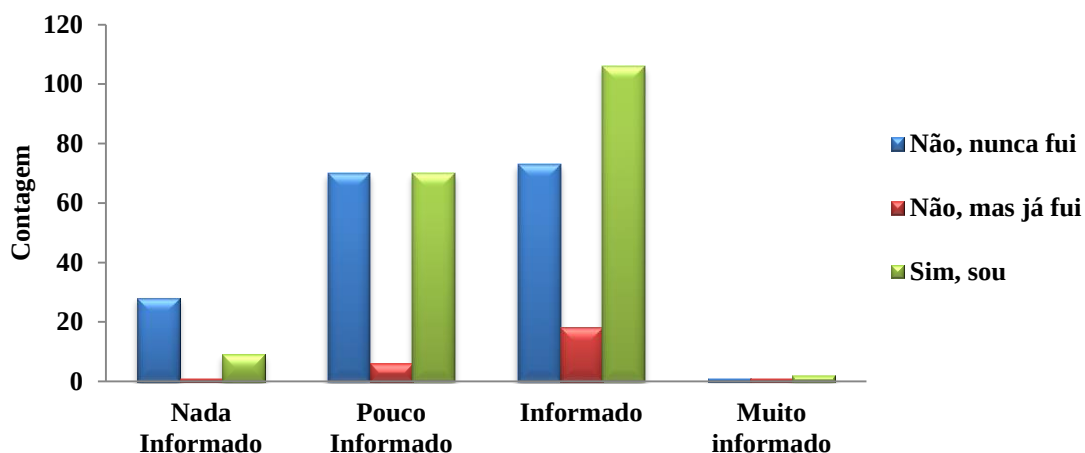
**Gráfico XXXV – Associação entre o Grau de Interesse pela Política e o Partido com o qual os Eleitores se Identificam**



Fonte: Elaboração Própria

Também foram detetadas associações significativas fracas entre o grau de informação sobre questões políticas e a simpatia por um partido político (coeficiente de associação V de Cramer=0,171,  $p=0,001$ ) e entre o partido com o qual os eleitores se identificam (coeficiente de associação V de Cramer=0,185,  $p=0,030$ ).

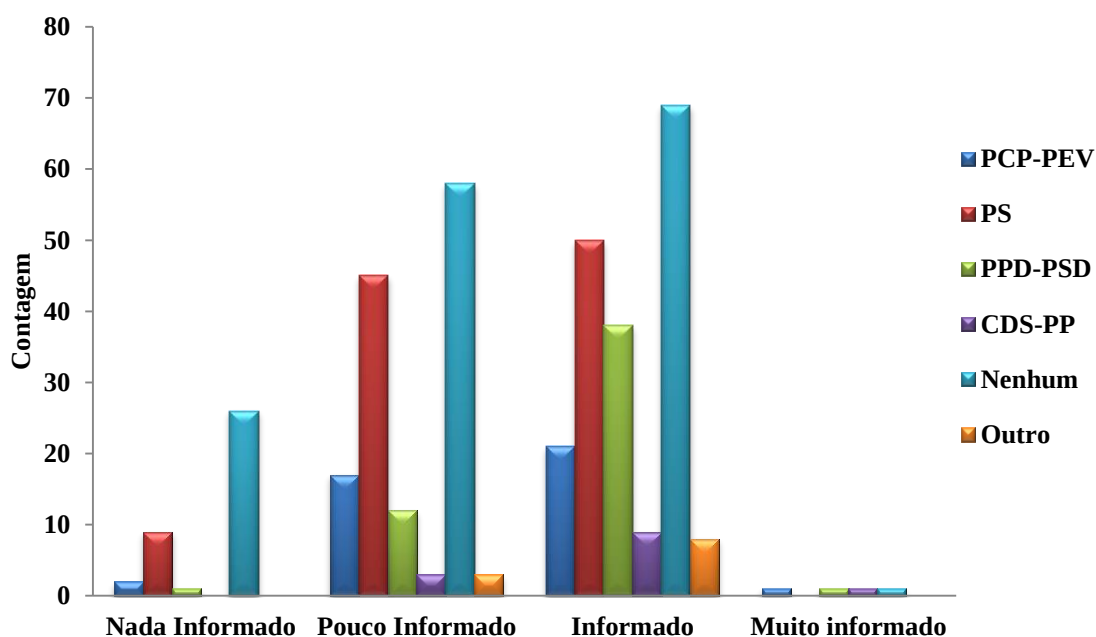
**Gráfico XXXVI – Associação entre o Grau de Informação Política e a Simpatia pelos Partidos**



Fonte: Elaboração Própria

Pela observação do gráfico XXXVI constata-se que os eleitores menos informados são os que apresentam tendência, muito fraca, para não serem, nem nunca terem sido, simpatizantes de algum partido e que os informados apresentam uma tendência fraca para serem simpatizantes de um partido.

**Gráfico XXXVII – Associação entre o Grau de Informação Política e o Partido com o qual os Eleitores se Identificam**



Fonte: Elaboração Própria

Da análise do gráfico XXXVII, verifica-se que os inquiridos pouco informados e informados apresentam uma tendência muito fraca em se identificarem com o PS.

\*

Associando individualmente os aspetos ‘interesse pela política’ e ‘grau de informação política’ com a identificação e simpatia pelos partidos, conclui-se que: Embora existam associações significativas fracas entre os conjuntos de variáveis enunciados, não é possível afirmar que o grau de interesse e informação sobre as questões políticas sejam variáveis fortemente associadas à identificação e simpatia dos eleitores com os partidos políticos.

## CONCLUSÃO

## Conclusão

Os partidos políticos como principais meios de efetivação da representação política desempenham, nas democracias representativas, um importante papel de mediação entre a sociedade e o Estado. Neste âmbito, o vínculo psicológico que alguns cidadãos estabelecem com os partidos – a identidade partidária – pode ser apontado com uma possível motivação para as escolhas eleitorais dos mesmos. No entanto, os resultados de estudos realizados nos Estados Unidos da América e na Europa dão conta da diminuição da identidade partidária e do aumento da volatilidade do comportamento eleitoral a partir da década de 60. Isto é, os eleitores sentindo-se cada vez menos identificados, e consequentemente representados pelos partidos, decidem o seu voto com recurso a outras motivações que não a identidade partidária.

A personalização da política e a afirmação dos meios de comunicação social, enquanto instrumentos de divulgação de informação política, são muitas vezes apontados como as principais justificações para o desenvolvimento dos fenómenos do desalinhamento partidário e da volatilidade eleitoral. A valorização da figura do candidato e a facilidade de acesso à informação política, possibilitada pelos meios de comunicação social e em particular pela televisão, fazem com que os eleitores se sintam cada vez mais próximos dos candidatos.

Ao nível do poder local, a proximidade entre os cidadãos comuns e os candidatos é efetivamente real, considerando que os municípios são unidades territoriais pouco extensas. Neste sentido, indagou-se se a identidade partidária é a principal motivação para o voto dos eleitores do distrito de Évora nas eleições autárquicas.

A recolha e análise dos resultados eleitorais do distrito de Évora nas autárquicas e nas legislativas realizadas entre 1976 e 2009 e a aplicação do inquérito por questionário a uma amostra, estratificada por concelho, de 385 eleitores do distrito, permitiram dar resposta à pergunta de partida e verificar as hipóteses em estudo.

Pela análise dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos políticos verificou-se que, em média, a coligação PCP-PEV é a mais votado no distrito tanto as eleições para o poder local como nas eleições para a Assembleia da República, seguindo-se respetivamente o PS, o PPD-PSD e o CDS-PP. No que respeita à evolução do número médio de votos conquistados, constata-se que a coligação PCP-PEV e o PS tiveram evoluções opostas, tendo a primeiro decrescido e o segundo crescido, em ambas as eleições. Comprova-se ainda que o PPD-PSD e o CDS-PP evoluíram positivamente nas legislativas e negativamente nas autárquicas.

A análise dos resultados eleitorais do distrito permitiu ainda concluir a inexistência de diferenças significativas entre os resultados médios obtidos pelos partidos nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas, o que possivelmente comprova o pressuposto de que os eleitores votam no mesmo partido nas duas eleições. A conclusão é apresentada como verosímil porque embora os resultados eleitorais certifiquem o número de eleitores que votam nos partidos, não permitem identificar quem vota em cada partido.

Pressupondo que os eleitores atribuem o seu voto ao mesmo partido em ambas as eleições, conclui-se que aqueles poderão ser motivados pela identidade partidária. Esta motivação encontra-se, do ponto de vista teórico, diretamente relacionada com a estabilidade dos resultados eleitorais e com a fidelidade dos eleitores aos partidos políticos nos diferentes momentos eleitorais.

Da análise dos dados resultantes da aplicação dos questionários à amostra apurou-se que a maioria dos inquiridos: se afirmam pouco interessados e razoavelmente interessados pela política em geral; estão insatisfeitos com o funcionamento da política; se consideram informados sobre as questões políticas; e não são, no momento, simpatizantes de nenhum partido político. No respeitante à principal utilidade dos partidos conclui-se que a defesa dos seus interesses próprios e de quem os constitui foi a opção alvo da preferência de um maior número de eleitores. Por fim, na análise à identificação dos eleitores com os partidos políticos, constata-se que quase metade dos inquiridos referem não se identificar com nenhum partido e que, dos considerados, o PS é o partido com que se identifica um maior número de eleitores, seguindo-se respetivamente o PPD-PSD, o PCP e o CDS-PP. Nesta matéria verifica-se que as preferências da amostra em relação aos quatro principais partidos não corroboram as conclusões retiradas do estudo histórico. Deste estudo infere-se que a coligação PCP-PEV foi a mais votado, seguindo-se respetivamente o PS, o PPD-PSD e o CDS-PP.

A aplicação do questionário permitiu ainda a verificação das hipóteses em estudo. Da primeira hipótese – Os eleitores votam no mesmo partido político nas eleições autárquicas e nas eleições legislativas – concluiu-se que a maioria dos eleitores que votaram em ambas as eleições de 2009 afirmaram ter votado no mesmo partido por se identificarem com as suas propostas. Isto é, os eleitores votam nos partidos quando, pela análise das propostas que estes apresentam, lhes reconhecem a capacidade de os representar e, por sua vez os consideram merecedores da sua confiança – situação que remete para a representação como autorização e *accountability*.

Realizando um paralelismo entre as conclusões resultantes da análise dos resultados eleitorais do distrito de Évora e as provenientes da análise das respostas validadas ao questionário, observa-se uma concordância entre as afirmações dos inquiridos pertencentes à amostra e os resultados das eleições.

A segunda e terceira hipóteses pressupunham, respetivamente, a verificação da importância da identidade partidária e da identificação dos eleitores do distrito de Évora com os candidatos dos partidos no voto para as eleições autárquicas. Concluiu-se que a identificação dos eleitores com os candidatos dos partidos tem maior influência na votação do que a identificação partidária. Contudo, nenhuma das duas motivações se assume como a mais importante nas escolhas dos eleitores nas autárquicas. O partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho é a motivação com maior influência na decisão do voto dos eleitores.

As conclusões enunciadas nas eleições para o poder local confirmam que, à semelhança do que se passa no resto da Europa e nos EUA, também no distrito de Évora se verifica que os eleitores que valorizam a identificação partidária como motivação para o voto estão em menor número do que os eleitores que valorizam a identificação e simpatia com os candidatos do partido. No entanto, confrontando as conclusões retiradas verifica-se a seguinte divergência: embora os resultados obtidos pelos partidos nas eleições legislativas e autárquicas, ao longo do tempo, sejam muito semelhantes, e a maioria dos eleitores reconheçam ter votado no mesmo partido nas duas eleições de 2009, a identidade partidária não é apontada, pela maioria dos participantes, como a principal motivação para o voto nas autárquicas.

Pela verificação da quarta hipótese – a motivação para o voto dos eleitores nas eleições autárquicas encontra-se associada às suas características sociais – concluiu-se a inexistência de associações fortes entre as características sociais dos eleitores do distrito de Évora e as motivações que os fazem dirigir o seu voto no sentido de um determinado partido. Os eleitores não tendem a escolher uma motivação em prejuízo das restantes pelo facto de possuírem determinadas características sociais.

Na verificação da quinta hipótese – A identificação dos eleitores com os partidos encontra-se associada ao seu nível de interesse e informação política – associou-se individualmente o interesse pela política e o grau de informação política dos eleitores com a identificação e simpatia pelos partidos políticos. Conclui-se que não existem associações fortes entre estas variáveis. Assim, os eleitores não simpatizam ou se identificam com um

determinado partido em virtude do seu interesse pela política em geral ou do seu grau de informação e conhecimento das questões políticas.

Após a verificação dos pressupostos do estudo avalia-se que todos os objetivos específicos foram atingidos e que é possível dar resposta à pergunta de partida que lhe serviu de base – Será a identidade partidária o critério decisivo na escolha do voto para as eleições autárquicas, eleição para a câmara municipal, nos concelhos do distrito de Évora? Conclui-se que embora a identidade partidária não seja identificada pela maioria dos eleitores do distrito como a motivação mais importante na escolha do voto para as autárquicas é, ainda, uma motivação com grande peso. Deste modo, a inexistência de diferenças significativas entre os resultados obtidos pelos partidos nas eleições para as câmaras municipais e para a Assembleia da República remete para o facto de os eleitores votarem motivados pela sua identificação partidária. Também ao nível do poder local os eleitores reconhecem os partidos como importantes meios de efetivação da representação política.

Os resultados e as conclusões do estudo poderão ter sido influenciados por variáveis relacionadas com a importância da reserva individual na exteriorização das opiniões políticas e com a crise económica. Sendo as opções políticas um aspeto muito sensível da privacidade dos cidadãos é necessário ter muita cautela na interpretação das respostas a questionários. Embora anónimos, estes invadem esse campo tão privado e reservado. A crise económica que se vive atualmente em Portugal e o consequente descontentamento com a política de austeridade, justificada pelas imposições colocadas pelo pedido de ajuda externa para resgate da dívida soberana, poderão ter influenciado as respostas ao questionário.

Pela confrontação dos dois estudos, histórico e descritivo, verifica-se que nem sempre as respostas às questões diretas correspondem fielmente àquilo que se verifica nos resultados eleitorais. Tal pode, por um lado, justificar-se pelas situações identificadas e, por outro, fazer prever que a manter-se a conjuntura atual, as tendências de voto dos eleitores poderão alterar-se radicalmente nas próximas eleições legislativas e autárquicas.

Será de grande interesse, em estudos futuros, verificar se as adversidades impostas pela crise económica influenciam o comportamento e as opções eleitorais dos cidadãos.

## **BIBLIOGRAFIA**

## Bibliografia

- Abramson, Paul (1983). *Las Actitudes Políticas en Norteamérica*, México: Grupo Editorial Latino Americano.
- Aguiar, Joaquim (1988). «Democracia Pluralista, Partidos Políticos e Relação de Representação», in *Análise Social*, Vol. 100, n.º1, 59-76, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029291Y1qBH6qq5Yk55OL8.pdf>, acedido em 14-01-2011.
- Aguiar, Joaquim (2007). «O Discurso do Eleitorado», in *Análise Social*, Vol. XLII, 287-309, <http://www.scielo.org.ar/scieloOrg/php/similar.php?text=%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20an%C3%A1lise%20do%20discurso&lang=pt.>, acedido em 05-01-2012.
- Amaral, Diogo Freitas (1995). *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Arato, Andrew (2002). «A Representação, Soberania Popular e Accountability», in *Lua Nova*, nº55-56, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, 85-103, <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a04n5556.pdf>, acedido em 18-03-2010.
- Arblaster, Anthony (1988). *A Democracia*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Arnoletto, Eduardo (2007). *Glosario de Conceptos Políticos Usuales*, Eumed. <http://www.eumed.net/dices/listado.php?dic=3>, acedido em 25-03-2012.
- Aron, Raymond (1997). *Introduction à la Philosophie Politique*, Démocratie et révolution, Paris: Éditions de Fallois.
- Aurélio, Diogo (2009). *Representação Política – Textos Clássicos*, Lisboa: Livros Horizonte.

- Avritzer, Leonardo (2007). «Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade de Acção», in *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 50, nº 003, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 443-464, <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/218/21850301.pdf>, acedido em 10-03-2010.
- Berrocal, Salomé (2004). «Una Aproximación a la Nueva Retórica del Líder Político Televisivo: Acciones, Qualidades y Discurso», in *Doxa Comunicación*, n.º2, 53-67, [http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/960/96016546011/96016546011\\_1.html](http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/960/96016546011/96016546011_1.html), acedido em 13-03-2012.
- Bilhim, João (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*, Sociedade Portuguesa de Inovação, Produção apoiada pelo POEFDS, co-financiada pelo Estado Português e pela União Europeia, Porto, <http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/AGovernNasAutarquias04.pdf>, acedido em 30-04-2012.
- Bobbio, Norberto, (2004). *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política* 11ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bobbio, Norberto, (2009). *O futuro da democracia*, 11ª Ed., São Paulo: Paz e Terra.
- Bourdain, José (2007). *Voto Estratégico em Portugal – Nas Eleições Legislativas de 2005*, Dissertação apresentada no Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre, orientada pelo Doutor Carlos Jalavi, [http://www.jose-bourdain.com/?page\\_id=3](http://www.jose-bourdain.com/?page_id=3), acedido em 02-01-2012.
- Burke, Edmund (1774). «Discurso aos Eleitores de Bristol», in *The Founders' Constitution*, <http://press-pubs.uchicago.edu/founders/documents/v1ch13s7.html>, acedido em 22-03-2010, 2000.
- Caetano, Marcelo (1990). *Manual de Direito Administrativo*, 10ª Ed., Revisto e Atualizado pelo Professor Doutor Freitas do Amaral, Coimbra: Almedina.
- Calvez, Jean-Yves (1968). *Introdução à Vida Política*, Covilhã: Morais Editora.

- Campbell, Converse & Miller, Stokes (1965). *The American Voter: an Abridgment*, Nova York: Jonh Wiley & Sons.
- Cardoso, Mateus (2011). «Os Riscos da Modernidade e o Líder Carismático», in *Revista Húmus*, nº2, 100-109, <http://dc106.4shared.com/doc/B0uPr9pk/preview.html>, acedido em 20-02-2012.
- Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela (1998). *Metodologia de Investigação – Guia para Autoaprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Castro, Mónica (1994). *Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política*, Tese apresentada na Universidade de UIPERJ para a obtenção do grau Doutor, Rio de Janeiro.
- Catarino, Jorge, Faro, Carlos & Vargas, João (2007). *Economia do Conhecimento e Administração Local*, Sociedade Portuguesa do Conhecimento, Produção apoiada pelo POEFDS, cofinanciada pelo Estado Português e pela União Europeia, Porto, [http://www.spi.pt/colecao\\_economiadoconhecimento/documentos/manuais\\_PDF/M anual\\_IV.pdf](http://www.spi.pt/colecao_economiadoconhecimento/documentos/manuais_PDF/M anual_IV.pdf), acedido em 30-04-2012.
- Centro Democrático e Social – Partido Popular (1974). *Declaração de Princípios do CDS-PP*, Lisboa, [http://www.cds.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=78:declaracao-de-principios&catid=61:institucional&Itemid=160](http://www.cds.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=78:declaracao-de-principios&catid=61:institucional&Itemid=160), acedido em 20-07-2012.
- Charlot, Jean (1974). *Os Partidos Políticos*, 1ª Ed., Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Choi, Jaepil (2006). «A Motivacional Theory of Charismatic Leadership: Envisioning, Empathy and Empowerment», in *Journal of Leadership and Organizational Studies*, Vol. 13, n.º 1, 24-45, <http://jlo.sagepub.com/content/13/1/24.full.pdf+html>, acedido em 15-03-2012.

- Comissão Técnica do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado [PRACE] (2006). *Relatório Final – Descentralização (Anexo 4)*, Lisboa, [http://www.dgaep.gov.pt/media/0701020000/Cap%C3%ADtulos%20I%20a%20II%20a%20III%20a%20PRACE\\_Relat%C3%B3rio%20Global%20Final\\_Parte%20I%20a%203.pdf](http://www.dgaep.gov.pt/media/0701020000/Cap%C3%ADtulos%20I%20a%20II%20a%20III%20a%20PRACE_Relat%C3%B3rio%20Global%20Final_Parte%20I%20a%203.pdf), acedido em 30-04-2012.
- Conselho da Europa, (1985). *Carta Europeia de Autonomia Local*, Conselho da Europa, Estrasburgo, [http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/download/carta\\_europeia\\_autonomia\\_local.pdf](http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/download/carta_europeia_autonomia_local.pdf), acedido em 19-04-2012.
- Correia, Fernando (2007). «Pires Jorge e Francisco Miguel Nasceram há Cem Anos», in *O Militante: PCP Reflexão e Prática*, n.º 291, 23-29, <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/291/Resistencia/172/Pires-Jorge-e-Francisco-Miguel-nasceram-h%C3%A1-cem-anos.htm>, acedido em 22-07-2012.
- Cremonese, Dejalma (2010). *Ponto 6 – Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais*, Universidade Federal de Santa Maria, <http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/analisedeconjuntura/Partidos%20pol%EDticos.pdf>, acedido em 20-10-2011.
- Criado, Ignacio & Fuentes, Guadalupe (2010). «Blogging Político y Personalización de la Democracia Local em Espana y Portugal – Evidencias Presentes y Propuestas de Futuro» in *Estudios de Progreso*, Fundación Alternativas, Vol. 9, nº 56, 1-49, [www.falternativas.org/content/.../2/.../EP\\_56.pdf](http://www.falternativas.org/content/.../2/.../EP_56.pdf), acedido em 30-03-2012.
- Crick, Bernard (2006). *A Democracia, Compreender*, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.
- Cunhal, Álvaro (1985). *O Partido com Paredes de Vidro*, 6ª Ed., Lisboa: Edições Avante, 2002, <http://www.marxists.org/portugues/cunhal/1985/08/partido.pdf>, acedido em 22-07-2012.

- Dalton, Russel & Wattenberg, Martin (2000). *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford University Press.
- Downs, Anthony (1999). *Uma Teoria Económica da Democracia*, São Paulo: Edusp, (Obra original publicada em 1957).
- Duverger, Maurice (2002). *Los Partidos Politicos*, 1ª Ed., Madrid: Fondo de Cultura Económica, (Obra original publicada em 1951).
- Duverger, Maurice (1985). *Os Grandes Sistemas Políticos*, Coimbra: Almedina, (Obra original publicada em 1970).
- Farrell, David (1997). *Comparing Electoral Systems*, Londres: Prentice Hall.
- Fernandes, Edite (1999). *Estatística Aplicada*, Braga: Universidade do Minho, <http://www.norg.uminho.pt/emgpf/documentos/Aplicada.pdf>, acedido em 28-05-2012.
- Figueiredo, Marcus (1991). *A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*, São Paulo: Sumaré/ANPOCS.
- Fortin, Marie-Fabienne (2003). *O Processo de investigação: Da Conceção à Realização*, Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda..
- Fraile, Marta, Ferrer, Mariona & Martín, Irene (2007). *Jóvenes, Conocimiento Político y Participacion*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Freire, André & Viegas, José (2009). *Representação Política – O Caso Português em Perspetiva Comparada*, 1ª Ed., Lisboa: Sextante Editora.
- Freire, André (2001). *Modelos de Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras: Celta Editora.

- Freire, André (2005). «Identities Ideológicas e Partidárias na Europa – Portugal, Espanha e Grécia em Perspetiva Comparativa», in Sociologia, *Problemas e Práticas*, nº 47, 11-33. <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/183>, acedido em 02-03-2012.
- Freire, André (2006). *Esquerda e Direita na Política Europeia*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Freire, André, Lobo, Mónica & Magalhães, Pedro (2007). *Comportamento Eleitoral e atitudes Políticas dos Portugueses*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Fulgencio, Paulo (2007). *Glossário Vade Mecum*, Rio de Janeiro: MAUAD Ltd..
- Grohmann, Rafael & Ferreira, Rodrigo (2009). *Os Personagens Televisivos e a Personalização da Política nas Eleições de Juiz de Fora em 2008*, Comunicação apresentada no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação de Curitiba, [http://www.petfacom.ufjf.br/arquivos/artigos/Os\\_Personagens\\_Televisivos\\_e\\_a\\_Personalizacao\\_da\\_Politica.pdf](http://www.petfacom.ufjf.br/arquivos/artigos/Os_Personagens_Televisivos_e_a_Personalizacao_da_Politica.pdf), acedido em 12-04-2012.
- Gussi, Evandro (2009). «A Representação Política», Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para a obtenção de grau de doutor, orientada por Mónica Herman Salem Caggiano, São Paulo, <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21082009-094450/>, acedido em 17-02-2010.
- Hobbes, Thomas (2003). *O Leviatã*, 2ª Ed, São Paulo: Martins Fontes, (Obra original publicada em 1951).
- Hout, Réjean (2002). *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Jalali, Carlos (2007). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- Jiménez, Victoria (2010). *La Construcción de la Imagen Pública del Líder Político y su Influencia Electoral*, Universidad Mundial, <http://www.ensenadigital.net/fundacion/Villalobos.pdf>, acedido em 12-04-2012.
- Lazarsfeld, Berelson & Gaudet (1944). *The People's Choice: How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Campaign*, Nova York: Columbia University Press.
- Lisi, Marco (2009). *A Arte de Ser Indispensável*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Lopes, Fernando Farelo (2004). *Os Partidos Políticos – Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Lopes, Fernando, & Freire, André (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais – Uma Introdução*, Oeiras: Celta Editora.
- López, Jesús (2008). «Identificación Partidaria: Apuntos Teóricos para su Estudio», *Revista Polis: Investigación y Analisis Sociopolitica e Psicosocial*, Vol. 4, nº 2, 15-46, México: Universidad Autonoma Metropolitana, <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/726/72611519002.pdf>. acedido em 25-03-2012.
- Martínez, Mário & Salcedo, Roberto (2000). *Diccionario Electoral 2000*, México: Instituto Nacional de Estudios Políticos.
- Martins, Manuel (2008). *Representação Política – Eleições e Sistemas Eleitorais*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Maxwell, K. (1999). *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa: Editorial Presença.
- Mealha, Tânia (2011, 23 de Janeiro). *Teorias Explicativas do Comportamento Eleitoral*, [Texto Colocado Wordpress – 25 de Abril Sempre], <https://25abril.wordpress.com/2011/01/23/teorias-explicativas-do-comportamento-eleitoral/>, acedido em 14-03-2012.

- Mendonça, Daniel (2004). «Notas Sobre o ‘Efeito de Presença’ da Representação» in *Revista Sociológica e Política*, nº 23, 79-87, Curitiba, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782004000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200008), acedido em 15-03-2012.
- Mieres, Pablo (1994). *Desobediência e Lealdad: El Voto en ele Uruguay de Fin de Siglo*, Uruguay: Finde Singlo.
- Miguel, Luís (2003). «A Representação Política em 3D: Elementos para uma Teoria Ampliada da Representação Política», in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18, nº 51, Publicações Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 123-193 (p. 131), <http://www.scribd.com/LUIS-FELIPE-MIGUEL-Representacao-Em-3d/d/19241307>, acedido em 19-03-2010.
- Miguel, Luís (2005). «Impasses da *Accountability*: Dilemas e Alternativas da Representação Política», in *Revista de Sociologia e Política*, nº 25, 25-38, Curitiba: Universidade Federal do Panamá, <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>, acedido em 18-03-2010.
- Mill, Jonh Stuart (1998). «Representative Government», in *On Liberty and Other Essays*, Nova York: Oxford University Press, (Publicação original em 1861).
- Partido Comunista Português, (1974). *Estatutos do PCP-PEV*, Lisboa, com alterações em 2004, <http://www.pcp.pt/partido/congresso17/estatutos.pdf>, acedido em 20-07-2012.
- Partido Social Democrata (1974). *Programa do Partido Social Democrata*, Lisboa, com alterações em 2012, <http://psd.imaginew.pt/page.asp?page=1931>, acedido em 24-07-2012.
- Partido Socialista (1973). *Declaração de Princípios do PS*, Lisboa, com alterações em 2002, [http://static.ps.pt/images/stories/pdfs/declaracao\\_de\\_principios\\_2010.pdf](http://static.ps.pt/images/stories/pdfs/declaracao_de_principios_2010.pdf), acedido em 23-07-2012.

- Pasquino, Gianfranco (1990). «Liderazgo y Comunicacion Politica», in *Psicologia e Politica*, 65-85, Universidad de Bologna, <http://www.ecpunr.com.ar/Docs/N1-3IMPRESO.pdf>, acedido em 22-03-2012.
- Pinto, Carla (1998), «Empowerment - Uma prática de Serviço Social», in *Política Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas, pp.245-277.
- Pinto, Ricardo, Correia, José & Seara, Fernando (2009). *Ciência Política e Direito Constitucional – Teoria Geral do Estado, Formas de Governo, Eleições e Partidos Políticos*, 4ª Ed., Revista e Ampliada, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Pitkin, Hannah (1972). *Concept of Representation*, Berkeley: University of California Press.
- Popkin, Samuel (1994). *The Reasoning Voter: Communication and persuasion in presidential campaigns*, The University of Chicago Press.
- Rico, Guillem (2008). *La Construcción politica del Carisma: Las Imágenes de los Líderes y su Impacto electoral en Espana*, Tese apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona para a obtenção do grau de Doutor, <http://ddd.uab.cat/pub/tesis/2008/tdx-1120108-160140/tdx.html>, acedido em 22-03-2012.
- Rousseau, Jean-Jacques (1999). *O Contrato Social*, Lisboa: Temas e Debates, (Obra original publicada em 1762).
- Rozas, Pilar (2008). *Partidos y Sistemas de Partidos*, IDEA Internacional, 1-33, <http://evirtual.com.pe/idea/file.php/1/Material%20de%20Lectura/Partidos%20Pol%C3%ADticos.pdf>, acedido em 15-05-2012.
- Salgado, Martín (2002). *Marketing Político. Arte y Ciencia de la Persuasión en Democracia*, Barcelona: Paidós.
- Sartori, Giovanni, (1982). *Partidos e Sistemas Partidários*, Universidade de Brasília, (Obra original publicada em 1976).

- Schmitt, Herman & Holmberg, Soren (1995). «Political Parties in Decline?», in *Citizens and the State*, Oxford University Press.
- Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território [SEALOT] (1998). *O Município numa Administração Descentralizada*, 3ª Ed, Lisboa.
- Sousa, Marcelo Rebelo (2000). *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 1º vol., Lisboa: Bertrand.
- Stock, Maria, Teixeira, Conceição & Revez, António (2005). *Velhos e Novos Actores Políticos. Partidos e Movimentos Sociais*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Teixeira, António (1997). *Poder Autárquico e Poder Regional*, Porto: Editora Brasília.
- Vairinhos, Valter. (1996). *Elementos de Probabilidade e Estatística*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Weber, Max (2000). *A Política como Profissão*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, (Obra original publicada em 1919).
- Weber, Max (2004). *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, Vol. 2, Universidade de Brasília, (Obra original publicada em 1921).
- Young, (2000). *Inclusion and Democracy*, Nova York: Oxford University Press.
- Zepada, Andrés & Franco, Delia (2011). «Qué Mueve à los Votantes? Un Análisis de las Razones y Sinrazones del Comportamiento Político del Elector», in *Revista Razón y Palabra*, nº 75, 1-33, [http://www.razonypalabra.org.mx/N/N75/varia\\_75/varia2parte/16\\_Valdez\\_V75.pdf](http://www.razonypalabra.org.mx/N/N75/varia_75/varia2parte/16_Valdez_V75.pdf), acedido em 05-01-2012.

### **Legislação Consultada**

Constituição da República Portuguesa (CRP) 7ª Revisão Constitucional – 2005, publicada em Diário da República, n.º 155 – I Série-A de 12 de Agosto de 2005, in <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, consultada em 15-04-2010.

Decreto-Lei nº 99/84 de 29 de Março. Diário da República n.º 75, Série-A.

Lei 159/99 de 14 de Setembro. Diário da República n.º 215, I Série-A.

Lei dos Partidos Políticos Portugueses (LPPP), Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de Agosto, com alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 2/2008 de 14 de Maio, in [http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao\\_Anotada/LeiPartidosPoliticos\\_Simples.pdf](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/LeiPartidosPoliticos_Simples.pdf), consultada em 12-05-2010.

Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL), Lei Orgânica n.º 1/2001 de 14 de Agosto com alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Declaração de Retificação 20-A/2001 de 12 de Outubro, Lei Orgânica 5-A/2001 de 26 de Novembro, Acórdão TC 243/2002 de 25 de Junho, Lei Orgânica 3/2005 de 29 de Agosto, in [http://www.cm-batalha.pt/docs/documents/legislacao/lei\\_1-2001\\_14\\_agosto.pdf](http://www.cm-batalha.pt/docs/documents/legislacao/lei_1-2001_14_agosto.pdf), consultada em 12-04-2010.

Lei Eleitoral para a Assembleia da República (LEAR), Lei Orgânica n.º 14/79 de 16 de Maio com alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 400/82 de 23 de Setembro, Lei n.º 14 – A/85 de 10 de Julho, Decreto-Lei n.º 55/88 de 16 de Fevereiro, Lei n.º 5/84 de 17 de Março, Lei n.º 18/90 de 24 de Julho, Lei n.º 31/91 de 20 de Julho, Lei n.º 72/93 de 30 de Novembro, Lei n.º 10/95 de 7 de Abril, Lei n.º 35/95 de 18 de Agosto, Lei Orgânica n.º 1/99 de 22 de Junho, Lei Orgânica n.º 2/2001 de 25 de Agosto, Lei Orgânica n.º 31/2010 de 15 de Dezembro, Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de Novembro, in [http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao\\_Anotada/LeiEleitoralAR\\_Simples.pdf](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/LeiEleitoralAR_Simples.pdf), consultada em 15-04-2010.

Lei n.º 1/79 de 2 de Janeiro. Diário da República n.º 1, I Série-A.

Lei n.º 27/96 de 1 de Agosto. Diário da República n.º 177, I Série-A.

Lei n.º 54/98 de 18 de Agosto. Diário da República n.º 63, I Série-A.

Proposta de Lei 44/XII do Conselho de Ministros do Governo PPD-PSD/CDS-PP, in <http://www.anmp.pt/files/dsg/2012/div/Diplomareorganizaterritorial.pdf>, consultada em 05-09-2012.

### **Sítios da Internet Consultados**

Assembleia da República Portuguesa, in <http://www.parlamento.pt/>, consultado em 22-07-2012.

Centro Nacional de Eleições (CNE), in <http://www.cne.pt/>, consultado em 10-04-2010.

Direção Geral da Administração Interna (DGAI), in <http://www.dgai.mai.gov.pt/>, consultado em 10-04-2010.

Partido Social Democrata (PPD-PSD), in <http://www.psd.pt/>, consultado em 22-07-2012.

Partido Socialista (PS), in <http://www.ps.pt/>, consultado em 22-07-2012.

## **APÊNDICES**

## Índice de Apêndices

|                                                                                                                                                      |      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| Apêndice 1 – Sistema Eleitoral.....                                                                                                                  | I    |
| Apêndice 2 – Exemplo ilustrativo dos cálculos efetuados na Aplicação do Método da Média mais Alta de Hondt.....                                      | II   |
| Apêndice 3 – Resultados Eleitorais, em percentagem, dos concelhos do Distrito de Évora nas Eleições Autárquicas e Legislativas de 1976 até 2009..... | III  |
| Tabela I – Concelho de Alandroal.....                                                                                                                | III  |
| Tabela II – Concelho de Arraiolos.....                                                                                                               | IV   |
| Tabela III – Concelho de Borba.....                                                                                                                  | V    |
| Tabela IV – Concelho de Estremoz.....                                                                                                                | VI   |
| Tabela V – Concelho de Évora.....                                                                                                                    | VII  |
| Tabela VI – Concelho de Mourão.....                                                                                                                  | VIII |
| Tabela VII – Concelho de Montemor-o-Novo.....                                                                                                        | IX   |
| Tabela VIII – Concelho de Mora.....                                                                                                                  | X    |
| Tabela IX – Concelho de Portel.....                                                                                                                  | XI   |
| Tabela X – Concelho de Redondo.....                                                                                                                  | XII  |
| Tabela XI – Concelho de Reguengos de Monsaraz.....                                                                                                   | XIII |
| Tabela XII – Concelho de Vendas Novas.....                                                                                                           | XIV  |
| Tabela XIII- Concelho de Viana do Alentejo.....                                                                                                      | XV   |
| Tabela XIV – Concelho de Vila Viçosa.....                                                                                                            | XVI  |
| Apêndice 4 – Inquérito por Questionário.....                                                                                                         | XVII |
| Apêndice 5 – Análise dos Resultados.....                                                                                                             | XXVI |
| 1- Género: Questão 1.....                                                                                                                            | XXVI |
| 2- Idade: Questão 2.....                                                                                                                             | XXVI |

|                                                                                                                                                                                                 |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| 3- Concelho de Residência: Questão 3.....                                                                                                                                                       | XXVII  |
| 4- Habilitações Literárias: Questão 4.....                                                                                                                                                      | XXVIII |
| 5- Situação face ao Emprego: Questão 5.....                                                                                                                                                     | XXIX   |
| 6- Profissão: Questão 6.....                                                                                                                                                                    | XXX    |
| 7- Número de Elementos do Agregado Familiar: Questão 7.....                                                                                                                                     | XXXI   |
| 8- Rendimentos do Agregado Familiar: Questão 8.....                                                                                                                                             | XXXI   |
| 9- Grupos Sociais: Questão 9.....                                                                                                                                                               | XXXII  |
| 10- Interesse pela Política em Geral: Questão 10.....                                                                                                                                           | XXXII  |
| 11- Razões para o Desinteresse pela Política: Questão 11.....                                                                                                                                   | XXXIII |
| 12- Grau de Satisfação dos Eleitores com a Política: Questão 12.....                                                                                                                            | XXXIV  |
| 13- Grau de Informação sobre as Questões Políticas: Questão 13.....                                                                                                                             | XXXIV  |
| 14- Principal Utilidade dos Partidos: Questão 14.....                                                                                                                                           | XXXV   |
| 15- Simpatia por um Partido: Questão 15.....                                                                                                                                                    | XXXV   |
| 16- Identificação com um partido: Questão 16.....                                                                                                                                               | XXXVI  |
| 17- Situações em que os eleitores votam no partido com que se identificam:<br>Questão 17.....                                                                                                   | XXXVII |
| 18- Motivações para o Voto dos Eleitores nas Autárquicas: Questão 18.....                                                                                                                       | XXXIII |
| 19- Voto dos Eleitores nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009:<br>Questão 19.....                                                                                                      | XXXIX  |
| 20- Motivações para o voto no mesmo partido: Questão 20.....                                                                                                                                    | XXXIX  |
| 21- Motivações para o voto em partidos diferentes: Questão 21.....                                                                                                                              | XL     |
| Apêndice 6 – Tabela e Gráficos auxiliares na Comparação dos Resultados Obtidos<br>pelos Partidos nas Eleições Legislativas e Autárquicas, em cada um dos Concelhos do Distrito<br>de Évora..... | XLI    |

## Apêndice 1 – Sistema Eleitoral

Por tratar-se de uma dimensão institucional de grande relevância para o funcionamento do sistema político e das democracias, o sistema eleitoral é uma área bastante atraente para a comunidade académica, tendo sido estudado por autores como Duverger (2002), Farrell (1997)<sup>27</sup>, Nohlen (2007)<sup>28</sup> e Lijphart (1995)<sup>29</sup>.

Pelas múltiplas dimensões de análise dos sistemas eleitorais e pela inexistência de consenso entre os investigadores políticos sobre a abrangência do conceito, o seu estudo traduz-se em duas dimensões: a dimensão ampla e a dimensão restrita.

Em sentido amplo, “por sistema eleitoral compreende-se a totalidade das normas, das técnicas e dos procedimentos que se aplicam desde a abertura do processo eleitoral até à proclamação dos resultados, neles se incluindo os modos de distribuição dos assentos parlamentares” (Pinto et al., 2009, p361)<sup>30</sup>. Nesta dimensão, os sistemas eleitorais são entendidos como um conjunto de elementos normativos e sociopolíticos que regulam o processo de designação dos representantes (Vallés & Bosch, 1997)<sup>31</sup>. As conceções amplas de sistema eleitoral estendem o conceito a todos os procedimentos direta ou indiretamente associados ao processo eleitoral, enquanto as conceções restritas o encerram ao processo de conversão dos votos.

Em sentido restrito, “o sistema eleitoral diz respeito ao conjunto de normas que regulam a transformação de votos em mandatos nos processos de eleição de representantes para cargos políticos.” (Lopes & Freire, 2002, p 91)<sup>32</sup>. Ou seja, a dimensão restrita limita o conceito às regras que normalizam o processo da eleição dos representantes e da conversão dos sufrágios expressos em mandatos. À luz da dimensão restrita, todos os restantes procedimentos do processo eleitoral não se incluem no sistema eleitoral, mas sim nas leis eleitorais (Farrel, 1997).

---

<sup>27</sup> Fraile, Marta, Ferrer, Mariona & Martín, Irene (2007). *Jóvenes, Conocimiento Político y Participación*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

<sup>28</sup> Nohlen, Dieter (2007). *Os Sistemas Eleitorais: O Contexto faz a Diferença*, Lisboa: Livros Horizonte.

<sup>29</sup> Lijphart, Arend (1995). *Sistemas Electorales y Sistemas de Partidos*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.

<sup>30</sup> Pinto, Ricardo, Correia, José & Seara, Fernando (2009). *Ciência Política e Direito Constitucional – Teoria Geral do Estado, Formas de Governo, Eleições e Partidos Políticos*, 4ª Ed., Revista e Ampliada, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

<sup>31</sup> Vallés, Josep & Bosch, Augustí (1997). *Sistemas Electorales y Gobierno Representativo*, Barcelona: Ariel.

<sup>32</sup> Lopes, Fernando, & Freire, André (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais – Uma Introdução*, Oeiras: Celta Editora.

## Apêndice 2 – Exemplo Ilustrativo dos Cálculos Efetuados na Aplicação do Método da Média Mais Alta de Hondt

Numa circunscrição que eleja 5 mandatos a aplicação do método de Hondt processa-se da seguinte forma: 1º) Dividem-se os votos conseguidos por cada lista, sucessivamente por 1, 2,3,4 e 5, conforme ilustra o quadro seguinte.

**Quadro I – Conversão dos Sufrágios em Mandatos**

| Listas  | Nº de Sufrágios | Nº de mandatos a eleger pelo círculo |       |       |       |       |
|---------|-----------------|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
|         |                 | 1                                    | 2     | 3     | 4     | 5     |
| Lista A | 80000           | 80000                                | 40000 | 26667 | 20000 | 16000 |
| Lista B | 55000           | 55000                                | 27500 | 18333 | 13750 | 11000 |
| Lista C | 45000           | 45000                                | 22500 | 15000 | 11250 | 9000  |
| Lista D | 20000           | 20000                                | 10000 | 6667  | 5000  | 4000  |

Fonte: Elaboração Própria

2º) Identificam-se as 5 médias mais altas e procede-se à sua ordenação por ordem decrescente: 80000; 55000; 45000; 40000; 27500.

3º) A quinta média mais alta (27500) será o repartidor a utilizar na divisão dos sufrágios obtidos por cada lista. Chegando-se assim, a distribuição final dos mandatos:

Lista A –  $80000 / 27500 = 2$  Mandatos

Lista B –  $55000 / 27500 = 2$  Mandatos

Lista C –  $45000 / 27500 = 1$  Mandato

Lista D –  $20000 / 27500 = 0$  Mandatos

**Apêndice 3 – Resultados Eleitorais, em percentagem, dos Concelhos do Distrito de Évora nas Eleições Autárquicas e Legislativas de 1976 até 2009**

*Tabela I – Concelho de Alandroal*

| <b>Partidos</b>       | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|-----------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos /Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>           | 56,12          | 54,60      | 33,57      | 23,18      | 5,44           | 6,40       | 0,00          | 6,38       | 0,00                 | 5,53       |
| <b>1979</b>           | 64,53          | 55,50      | 13,74      | 14,25      | 19,32          | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 27,08      |
| <b>1980</b>           |                | 53,95      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 43,98      |
| <b>1982</b>           | 64,85          |            | 15,50      |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 15,64                |            |
| <b>1983</b>           |                | 57,35      |            | 19,29      |                | 13,68      |               | 2,54       |                      | 3,51       |
| <b>1985</b>           | 66,98          | 52,85      | 8,59       | 12,17      | 15,82          | 13,50      | 0,00          | 0,00       | 6,01                 | 16,69      |
| <b>1987</b>           |                | 50,55      |            | 12,03      |                | 24,16      |               | 0,00       |                      | 8,93       |
| <b>1989</b>           | 46,11          |            | 27,70      |            | 23,41          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>           |                | 38,00      |            | 25,84      |                | 27,07      |               | 0,00       |                      | 5,82       |
| <b>1993</b>           | 55,69          |            | 21,46      |            | 17,05          |            | 1,86          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>           |                | 37,75      |            | 38,32      |                | 15,86      |               | 0,00       |                      | 4,04       |
| <b>1997</b>           | 49,21          |            | 34,59      |            | 12,74          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1999</b>           |                | 32,42      |            | 46,29      |                | 12,63      |               | 1,38       |                      | 4,02       |
| <b>2001</b>           | 41,37          |            | 47,51      |            | 6,73           |            | 2,29          |            | 0,00                 |            |
| <b>2002</b>           |                | 28,86      |            | 46,88      |                | 17,06      |               | 3,01       |                      | 4,18       |
| <b>2005</b>           | 34,04          | 26,70      | 54,16      | 55,49      | 8,18           | 11,47      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 4,47       |
| <b>2009</b>           | 16,42          | 29,62      | 39,43      | 38,44      | 2,84           | 13,10      | 0,00          | 3,57       | 39,59                | 13,53      |

*Tabela II – Concelho de Arraiolos*

| <b>Partidos</b>       | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            | <b>PPD-PSD/CDS_PP</b> |            |
|-----------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|
| <b>Anos /Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>            | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>           | 59,22          | 53,17      | 32,65      | 24,67      | 0,00           | 5,92       | 0,00          | 7,82       | 3,43                 | 5,33       | 0,00                  |            |
| <b>1979</b>           | 62,58          | 57,18      | 9,42       | 13,06      | 0,00           | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 26,02                | 27,22      | 0,00                  |            |
| <b>1980</b>           |                | 54,93      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 43,50      |                       |            |
| <b>1982</b>           | 67,42          |            | 23,86      |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1983</b>           |                | 58,51      |            | 17,21      |                | 15,61      |               | 2,44       |                      | 2,81       |                       |            |
| <b>1985</b>           | 68,46          | 53,26      | 0,00       | 11,59      | 24,09          | 15,67      | 0,00          | 0,00       | 4,16                 | 14,84      | 0,00                  |            |
| <b>1987</b>           |                | 47,52      |            | 10,46      |                | 27,20      |               | 0,00       |                      | 11,24      |                       |            |
| <b>1989</b>           | 63,12          |            | 10,94      |            | 21,90          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1991</b>           |                | 40,63      |            | 19,65      |                | 28,74      |               | 0,00       |                      | 6,46       |                       |            |
| <b>1993</b>           | 63,22          |            | 9,64       |            | 23,53          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1995</b>           |                | 41,95      |            | 32,42      |                | 16,85      |               | 0,00       |                      | 3,63       |                       |            |
| <b>1997</b>           | 60,33          |            | 20,96      |            | 13,18          |            | 1,75          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1999</b>           |                | 39,11      |            | 37,04      |                | 14,98      |               | 1,93       |                      | 3,70       |                       |            |
| <b>2001</b>           | 60,92          |            | 24,17      |            | 10,04          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>2002</b>           |                | 35,55      |            | 36,66      |                | 19,58      |               | 0,75       |                      | 3,96       |                       |            |
| <b>2005</b>           | 66,33          | 32,50      | 22,84      | 43,55      | 0,00           | 13,27      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 6,78       | 10,83                 |            |
| <b>2009</b>           | 61,56          | 36,27      | 26,24      | 29,13      | 0,00           | 13,45      | 0,00          | 5,00       | 0,00                 | 13,66      | 7,45                  |            |

*Tabela III – Concelho de Borba*

| <b>Partidos</b>       | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|-----------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos /Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>           | 48,37          | 36,46      | 47,18      | 33,12      | 0,00           | 8,76       | 0,00          | 7,14       | 0,00                 | 10,99      |
| <b>1979</b>           | 65,79          | 49,86      | 31,47      | 18,91      | 0,00           | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 28,44      |
| <b>1980</b>           |                | 46,51      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 51,19      |
| <b>1982</b>           | 57,30          |            | 37,36      |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1983</b>           |                | 45,05      |            | 29,71      |                | 13,68      |               | 3,78       |                      | 3,49       |
| <b>1985</b>           | 43,65          | 37,22      | 52,83      | 15,63      | 0,00           | 16,89      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 23,45      |
| <b>1987</b>           |                | 29,28      |            | 17,74      |                | 31,73      |               | 0,00       |                      | 15,69      |
| <b>1989</b>           | 49,70          |            | 21,01      |            | 25,47          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>           |                | 20,43      |            | 29,89      |                | 36,80      |               | 0,00       |                      | 7,84       |
| <b>1993</b>           | 49,07          |            | 25,60      |            | 20,14          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>           |                | 20,36      |            | 51,34      |                | 17,72      |               | 0,00       |                      | 4,24       |
| <b>1997</b>           | 46,12          |            | 30,60      |            | 17,34          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1999</b>           |                | 17,95      |            | 57,21      |                | 15,56      |               | 2,25       |                      | 4,15       |
| <b>2001</b>           | 31,30          |            | 56,35      |            | 8,30           |            | 0,00          |            | 2,77                 |            |
| <b>2002</b>           |                | 13,39      |            | 57,22      |                | 20,80      |               | 3,66       |                      | 3,71       |
| <b>2005</b>           | 22,50          | 12,71      | 60,53      | 63,57      | 11,70          | 13,26      | 1,03          | 0,00       | 5,22                 | 6,49       |
| <b>2009</b>           | 19,10          | 13,86      | 63,16      | 47,94      | 14,19          | 15,08      | 0,00          | 4,39       | 40,03                | 15,88      |

*Tabela IV – Concelho de Estremoz*

| <b>Partidos</b>       | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|-----------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos /Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>           | 38,90          | 29,81      | 25,24      | 36,14      | 0,00           | 11,07      | 31,31         | 11,84      | 0,00                 | 7,00       |
| <b>1979</b>           | 48,92          | 39,13      | 9,64       | 17,80      | 0,00           | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 38,04                | 39,80      |
| <b>1980</b>           |                | 36,62      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 61,13      |
| <b>1982</b>           | 45,58          |            | 17,89      |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 32,34                |            |
| <b>1983</b>           |                | 39,09      |            | 23,68      |                | 24,55      |               | 4,18       |                      | 3,47       |
| <b>1985</b>           | 45,87          | 29,94      | 49,70      | 12,56      | 0,00           | 26,38      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 23,30      |
| <b>1987</b>           |                | 24,04      |            | 14,56      |                | 41,42      |               | 0,00       |                      | 14,36      |
| <b>1989</b>           | 27,62          |            | 39,28      |            | 28,89          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>           |                | 16,40      |            | 24,22      |                | 45,36      |               | 0,00       |                      | 8,17       |
| <b>1993</b>           | 35,03          |            | 23,36      |            | 33,27          |            | 4,19          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>           |                | 16,76      |            | 43,55      |                | 26,86      |               | 0,00       |                      | 3,83       |
| <b>1997</b>           | 42,92          |            | 20,98      |            | 26,60          |            | 1,76          |            | 2,95                 |            |
| <b>1999</b>           |                | 15,56      |            | 47,44      |                | 24,88      |               | 4,88       |                      | 3,92       |
| <b>2001</b>           | 38,34          |            | 26,62      |            | 25,37          |            | 2,85          |            | 0,00                 |            |
| <b>2002</b>           |                | 13,56      |            | 42,91      |                | 32,34      |               | 5,44       |                      | 3,90       |
| <b>2005</b>           | 33,24          | 12,91      | 34,11      | 51,36      | 19,54          | 22,15      | 2,28          | 0,00       | 1,38                 | 6,15       |
| <b>2009</b>           | 10,43          | 13,66      | 32,09      | 36,21      | 10,96          | 26,03      | 1,82          | 7,79       | 1,26                 | 13,41      |

*Tabela V – Concelho de Évora*

| <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>            | 41,47          | 39,46      | 33,13      | 31,72      | 10,96          | 10,18      | 6,51          | 9,64       | 3,63                 | 6,27       |
| <b>1979</b>            | 52,09          | 46,54      | 14,50      | 16,94      | 30,04          | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 1,79                 | 34,37      |
| <b>1980</b>            |                | 41,80      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 56,30      |
| <b>1982</b>            | 54,34          |            | 15,77      |            | 26,31          |            | 0,00          |            | 0,85                 |            |
| <b>1983</b>            |                | 43,76      |            | 24,87      |                | 20,99      |               | 3,95       |                      | 2,98       |
| <b>1985</b>            | 52,29          | 34,85      | 0,00       | 13,88      | 34,62          | 21,63      | 0,00          | 0,00       | 9,34                 | 23,26      |
| <b>1987</b>            |                | 29,30      |            | 16,08      |                | 36,65      |               | 0,00       |                      | 13,84      |
| <b>1989</b>            | 51,49          |            | 17,42      |            | 27,33          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>            |                | 21,57      |            | 29,20      |                | 37,23      |               | 0,00       |                      | 6,68       |
| <b>1993</b>            | 57,89          |            | 15,40      |            | 17,26          |            | 5,38          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>            |                | 21,28      |            | 46,28      |                | 21,32      |               | 0,00       |                      | 3,06       |
| <b>1997</b>            | 45,20          |            | 34,39      |            | 13,41          |            | 3,42          |            | 0,42                 |            |
| <b>1999</b>            |                | 19,48      |            | 47,95      |                | 19,92      |               | 4,66       |                      | 4,41       |
| <b>2001</b>            | 40,07          |            | 45,25      |            | 9,50           |            | 1,64          |            | 0,85                 |            |
| <b>2002</b>            |                | 16,99      |            | 44,44      |                | 27,39      |               | 5,30       |                      | 4,16       |
| <b>2005</b>            | 32,94          | 16,92      | 43,30      | 49,44      | 14,75          | 18,72      | 1,45          | 0,00       | 2,91                 | 7,75       |
| <b>2009</b>            | 34,70          | 17,69      | 40,04      | 34,04      | 17,51          | 21,65      | 2,23          | 7,55       | 12,84                | 16,13      |

*Tabela VI – Concelho de Mourão*

| Partidos        | PCP-PEV |       | PS    |       | PPD-PSD |       | CDS-PP |       | Out. Partidos |       | PPD-PSD/CDC-PP |     |
|-----------------|---------|-------|-------|-------|---------|-------|--------|-------|---------------|-------|----------------|-----|
| Anos / Eleições | AUT     | LEG   | AUT   | LEG   | AUT     | LEG   | AUT    | LEG   | AUT           | LEG   | AUT            | LEG |
| 1976            | 22,85   | 28,91 | 67,25 | 38,02 | 0,00    | 11,08 | 0,00   | 10,87 | 0,00          | 5,97  | 0,00           |     |
| 1979            | 3,67    | 51,65 | 22,64 | 22,19 | 39,43   |       | 0,00   | 0,00  | 0,00          | 22,97 | 0,00           |     |
| 1980            |         | 33,96 |       | 0,00  |         |       |        | 0,00  |               | 63,50 |                |     |
| 1982            | 34,70   |       | 33,81 |       | 25,68   |       | 0,00   |       | 0,00          |       | 0,00           |     |
| 1983            |         | 35,35 |       | 32,33 |         | 22,83 |        | 2,94  |               | 3,02  |                |     |
| 1985            | 45,74   | 28,48 | 0,00  | 19,71 | 48,96   | 24,07 | 0,00   | 0,00  | 0,00          | 20,55 | 0,00           |     |
| 1987            |         | 20,75 |       | 17,45 |         | 40,36 |        | 0,00  |               | 14,54 |                |     |
| 1989            | 37,92   |       | 29,06 |       | 28,62   |       | 0,00   |       | 0,00          |       | 0,00           |     |
| 1991            |         | 26,07 |       | 30,02 |         | 29,89 |        | 0,00  |               | 7,63  |                |     |
| 1993            | 20,27   |       | 32,43 |       | 29,90   |       | 11,25  |       | 0,91          |       | 0,00           |     |
| 1995            |         | 25,60 |       | 49,02 |         | 14,45 |        | 0,00  |               | 5,27  |                |     |
| 1997            | 9,14    |       | 57,19 |       | 22,99   |       | 6,59   |       | 0,00          |       | 0,00           |     |
| 1999            |         | 8,08  |       | 59,90 |         | 22,54 |        | 3,42  |               | 2,36  |                |     |
| 2001            | 4,61    |       | 56,50 |       | 26,52   |       | 7,97   |       | 0,00          |       | 0,00           |     |
| 2002            |         | 6,01  |       | 52,32 |         | 33,37 |        | 4,33  |               | 2,11  |                |     |
| 2005            | 3,81    | 5,59  | 46,88 | 61,78 | 0,00    | 21,94 | 0,00   | 0,00  | 0,00          | 5,09  | 45,71          |     |
| 2009            | 8,87    | 9,49  | 48,18 | 46,33 | 0,00    | 24,37 | 0,00   | 5,06  | 0,00          | 11,83 | 27,88          |     |

*Tabela VII – Concelho de Montemor-o-Novo*

| <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            | <b>PPD-PSD/CDC-PP</b> |            |
|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>            | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>            | 22,85          | 57,43      | 67,25      | 23,76      | 0,00           | 6,98       | 0,00          | 4,70       | 0,00                 | 4,91       | 0,00                  |            |
| <b>1979</b>            | 63,93          | 59,84      | 14,27      | 13,64      | 0,00           | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 20,34                | 25,04      | 0,00                  |            |
| <b>1980</b>            |                | 57,49      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 41,12      |                       |            |
| <b>1982</b>            | 63,02          |            | 18,81      |            | 15,69          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1983</b>            |                | 58,38      |            | 17,95      |                | 16,41      |               | 2,05       |                      | 2,99       |                       |            |
| <b>1985</b>            | 65,48          | 55,27      | 16,28      | 13,47      | 15,71          | 14,85      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 12,49      | 0,00                  |            |
| <b>1987</b>            |                | 50,85      |            | 13,96      |                | 23,38      |               | 0,00       |                      | 8,40       |                       |            |
| <b>1989</b>            | 61,05          |            | 19,59      |            | 15,91          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1991</b>            |                | 40,79      |            | 21,54      |                | 27,22      |               | 0,00       |                      | 6,79       |                       |            |
| <b>1993</b>            | 53,87          |            | 21,32      |            | 19,05          |            | 3,32          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1995</b>            |                | 40,75      |            | 34,05      |                | 17,27      |               | 0,00       |                      | 3,02       |                       |            |
| <b>1997</b>            | 52,63          |            | 26,34      |            | 15,06          |            | 1,97          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1999</b>            |                | 37,93      |            | 37,53      |                | 15,10      |               | 3,40       |                      | 3,99       |                       |            |
| <b>2001</b>            | 50,74          |            | 0,00       |            | 9,26           |            | 0,00          |            | 36,34                |            | 0,00                  |            |
| <b>2002</b>            |                | 34,91      |            | 36,21      |                | 20,43      |               | 2,99       |                      | 3,96       |                       |            |
| <b>2005</b>            | 53,69          | 32,46      | 28,46      | 42,89      | 0,00           | 13,05      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 6,34       | 14,03                 |            |
| <b>2009</b>            | 55,25          | 33,76      | 28,07      | 31,96      | 13,41          | 15,40      | 0,00          | 4,53       | 0,00                 | 12,04      | 0,00                  |            |

*Tabela VIII – Concelho de Mora*

| <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>            | 47,11          | 45,90      | 46,51      | 27,95      | 0,00           | 9,16       | 0,00          | 7,56       | 2,60                 | 5,94       |
| <b>1979</b>            | 55,43          | 49,58      | 6,27       | 11,67      | 0,00           | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 35,42                | 36,44      |
| <b>1980</b>            |                | 49,11      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 48,97      |
| <b>1982</b>            | 59,94          |            | 0,00       |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 33,33                |            |
| <b>1983</b>            |                | 51,71      |            | 15,85      |                | 22,44      |               | 4,13       |                      | 2,10       |
| <b>1985</b>            | 66,03          | 49,85      | 0,00       | 11,38      | 27,76          | 20,01      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 12,23      |
| <b>1987</b>            |                | 46,13      |            | 10,49      |                | 31,05      |               | 0,00       |                      | 8,16       |
| <b>1989</b>            | 48,54          |            | 8,76       |            | 38,72          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>            |                | 35,09      |            | 18,18      |                | 34,97      |               | 0,00       |                      | 6,05       |
| <b>1993</b>            | 51,47          |            | 19,81      |            | 21,40          |            | 3,74          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>            |                | 35,91      |            | 32,75      |                | 22,15      |               | 0,00       |                      | 3,72       |
| <b>1997</b>            | 49,07          |            | 26,33      |            | 21,10          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1999</b>            |                | 34,04      |            | 35,96      |                | 19,87      |               | 3,42       |                      | 4,31       |
| <b>2001</b>            | 51,01          |            | 29,31      |            | 14,76          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>2002</b>            |                | 31,22      |            | 34,46      |                | 24,93      |               | 3,36       |                      | 3,99       |
| <b>2005</b>            | 54,81          | 32,47      | 25,76      | 40,09      | 10,86          | 15,78      | 0,00          | 0,00       | 4,32                 | 5,94       |
| <b>2009</b>            | 61,29          | 35,58      | 17,18      | 27,65      | 15,49          | 17,55      | 0,00          | 4,92       | 2,76                 | 11,77      |

*Tabela IX – Concelho de Portel*

| <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>            | 56,76          | 53,77      | 36,45      | 27,79      | 0,00           | 6,01       | 0,00          | 3,91       | 0,00                 | 4,79       |
| <b>1979</b>            | 63,37          | 58,31      | 23,14      | 14,85      | 10,83          | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 23,78      |
| <b>1980</b>            |                | 57,10      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 40,91      |
| <b>1982</b>            | 67,03          |            | 17,56      |            | 10,99          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1983</b>            |                | 59,03      |            | 18,79      |                | 13,51      |               | 1,44       |                      | 3,53       |
| <b>1985</b>            | 56,75          | 54,68      | 39,40      | 15,23      | 0,00           | 12,55      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 13,25      |
| <b>1987</b>            |                | 49,43      |            | 15,56      |                | 23,46      |               | 0,00       |                      | 7,58       |
| <b>1989</b>            | 50,38          |            | 46,38      |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>            |                | 38,87      |            | 25,75      |                | 24,28      |               | 0,00       |                      | 7,01       |
| <b>1993</b>            | 48,90          |            | 41,14      |            | 6,67           |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>            |                | 41,17      |            | 39,08      |                | 12,61      |               | 0,00       |                      | 3,63       |
| <b>1997</b>            | 44,84          |            | 49,26      |            | 3,02           |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1999</b>            |                | 37,72      |            | 43,93      |                | 10,89      |               | 1,56       |                      | 4,09       |
| <b>2001</b>            | 46,19          |            | 48,84      |            | 2,40           |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>2002</b>            |                | 32,96      |            | 45,47      |                | 14,46      |               | 2,34       |                      | 3,62       |
| <b>2005</b>            | 38,90          | 33,23      | 56,65      | 50,85      | 1,73           | 7,73       | 0,39          | 0,00       | 43,79                | 2,99       |
| <b>2009</b>            | 31,24          | 34,27      | 65,61      | 41,13      | 0,00           | 8,69       | 0,00          | 3,19       | 53,88                | 10,72      |

*Tabela X – Concelho de Redondo*

| <b>Partidos</b>       | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|-----------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleição</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>           | 47,14          | 42,92      | 24,84      | 27,60      | 21,29          | 8,91       | 0,00          | 8,60       | 0,00                 | 7,50       |
| <b>1979</b>           | 52,75          | 46,58      | 18,02      | 16,83      | 27,10          | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 33,27      |
| <b>1980</b>           |                | 42,06      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 55,35      |
| <b>1982</b>           | 33,34          |            | 17,02      |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 15,26                |            |
| <b>1983</b>           |                | 45,80      |            | 25,84      |                | 17,43      |               | 3,13       |                      | 4,26       |
| <b>1985</b>           | 55,96          | 40,11      | 0,00       | 12,49      | 30,19          | 17,91      | 0,00          | 0,00       | 13,61                | 23,56      |
| <b>1987</b>           |                | 37,70      |            | 14,86      |                | 26,60      |               | 0,00       |                      | 15,62      |
| <b>1989</b>           | 57,83          |            | 17,93      |            | 20,54          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>           |                | 28,03      |            | 23,36      |                | 34,00      |               | 0,00       |                      | 5,97       |
| <b>1993</b>           | 61,64          |            | 18,04      |            | 11,65          |            | 3,33          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>           |                | 27,69      |            | 42,48      |                | 17,53      |               | 0,00       |                      | 4,96       |
| <b>1997</b>           | 61,54          |            | 17,13      |            | 11,92          |            | 4,17          |            | 0,00                 |            |
| <b>1999</b>           |                | 24,47      |            | 45,68      |                | 17,01      |               | 3,83       |                      | 5,41       |
| <b>2001</b>           | 48,44          |            | 20,54      |            | 27,47          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>2002</b>           |                | 22,98      |            | 38,90      |                | 26,18      |               | 5,91       |                      | 5,04       |
| <b>2005</b>           | 13,06          | 19,84      | 30,00      | 49,66      | 9,47           | 15,93      | 0,00          | 0,00       | 1,45                 | 9,00       |
| <b>2009</b>           | 9,32           | 18,33      | 25,28      | 35,97      | 8,92           | 17,56      | 0,00          | 7,72       | 0,00                 | 18,23      |

*Tabela XI – Concelho de Reguengos de Monsaraz*

| <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            | <b>PPD-PSD/CDS-PP</b> |            |
|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>            | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>            | 32,54          | 33,36      | 40,81      | 35,49      | 13,13          | 14,06      | 9,05          | 6,81       | 0,00                 | 5,52       | 0,00                  |            |
| <b>1979</b>            | 31,47          | 38,16      | 47,16      | 26,70      | 0,00           | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 18,39                | 32,25      | 0,00                  |            |
| <b>1980</b>            |                | 34,78      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 63,06      |                       |            |
| <b>1982</b>            | 31,53          |            | 51,27      |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 13,61                |            | 0,00                  |            |
| <b>1983</b>            |                | 36,07      |            | 38,12      |                | 16,44      |               | 3,51       |                      | 3,03       |                       |            |
| <b>1985</b>            | 43,68          | 34,01      | 53,13      | 22,42      | 0,00           | 16,50      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 20,35      | 0,00                  |            |
| <b>1987</b>            |                | 27,98      |            | 25,96      |                | 29,79      |               | 0,00       |                      | 12,02      |                       |            |
| <b>1989</b>            | 35,25          |            | 40,56      |            | 20,78          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1991</b>            |                | 18,83      |            | 35,50      |                | 32,04      |               | 0,00       |                      | 8,42       |                       |            |
| <b>1993</b>            | 28,00          |            | 52,71      |            | 11,09          |            | 1,91          |            | 3,13                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1995</b>            |                | 16,53      |            | 54,61      |                | 19,45      |               | 0,00       |                      | 3,54       |                       |            |
| <b>1997</b>            | 15,14          |            | 58,13      |            | 23,16          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>1999</b>            |                | 12,90      |            | 58,35      |                | 19,12      |               | 2,86       |                      | 3,66       |                       |            |
| <b>2001</b>            | 14,33          |            | 49,01      |            | 33,10          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            | 0,00                  |            |
| <b>2002</b>            |                | 11,54      |            | 51,56      |                | 28,12      |               | 3,70       |                      | 3,75       |                       |            |
| <b>2005</b>            | 14,13          | 10,88      | 49,66      | 61,19      | 30,56          | 16,80      | 1,81          | 0,00       | 0,00                 | 6,08       | 0,00                  |            |
| <b>2009</b>            | 19,38          | 13,18      | 64,73      | 45,50      | 0,00           | 19,25      | 0,00          | 5,26       | 0,00                 | 4,22       | 12,92                 |            |

*Tabela XII – Concelho de Vendas Novas*

| <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>            | 48,12          | 46,92      | 37,18      | 31,65      | 0,00           | 7,66       | 10,51         | 6,78       | 0,00                 | 4,08       |
| <b>1979</b>            | 53,84          | 47,64      | 14,84      | 17,61      | 0,00           | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 29,60                | 32,62      |
| <b>1980</b>            |                | 44,73      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 53,31      |
| <b>1982</b>            | 51,61          |            | 16,68      |            | 0,00           |            | 0,00          |            | 29,49                |            |
| <b>1983</b>            |                | 46,65      |            | 24,54      |                | 18,23      |               | 4,65       |                      | 3,22       |
| <b>1985</b>            | 54,75          | 40,99      | 41,89      | 15,28      | 0,00           | 19,34      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 17,68      |
| <b>1987</b>            |                | 36,52      |            | 14,97      |                | 33,73      |               | 0,00       |                      | 10,14      |
| <b>1989</b>            | 55,16          |            | 17,51      |            | 23,89          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>            |                | 28,17      |            | 22,69      |                | 36,83      |               | 0,00       |                      | 7,11       |
| <b>1993</b>            | 52,34          |            | 25,34      |            | 15,58          |            | 2,96          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>            |                | 30,15      |            | 38,42      |                | 21,18      |               | 0,00       |                      | 2,69       |
| <b>1997</b>            | 52,72          |            | 28,59      |            | 13,11          |            | 1,72          |            | 0,00                 |            |
| <b>1999</b>            |                | 30,22      |            | 36,58      |                | 21,82      |               | 4,44       |                      | 3,81       |
| <b>2001</b>            | 53,51          |            | 20,88      |            | 21,21          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>2002</b>            |                | 26,31      |            | 33,86      |                | 27,81      |               | 6,21       |                      | 3,81       |
| <b>2005</b>            | 46,02          | 26,12      | 32,50      | 41,26      | 17,76          | 18,68      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 7,05       |
| <b>2009</b>            | 52,20          | 28,12      | 30,23      | 27,10      | 14,49          | 19,17      | 0,00          | 8,53       | 0,00                 | 14,60      |

*Tabela XIII – Concelho de Viana do Alentejo*

| <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>            | 50,56          | 48,07      | 35,97      | 25,93      | 0,00           | 6,12       | 0,00          | 8,12       | 5,16                 | 8,00       |
| <b>1979</b>            | 60,25          | 55,57      | 19,42      | 14,74      | 14,96          | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 1,88                 | 26,45      |
| <b>1980</b>            |                | 53,04      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 45,87      |
| <b>1982</b>            | 61,05          |            | 21,65      |            | 12,36          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1983</b>            |                | 55,19      |            | 21,10      |                | 14,59      |               | 1,99       |                      | 3,83       |
| <b>1985</b>            | 64,47          | 49,08      | 30,97      | 14,55      | 0,00           | 13,59      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 16,94      |
| <b>1987</b>            |                | 45,67      |            | 14,11      |                | 24,26      |               | 0,00       |                      | 10,85      |
| <b>1989</b>            | 39,75          |            | 44,72      |            | 11,03          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>            |                | 33,23      |            | 23,09      |                | 30,57      |               | 0,00       |                      | 7,92       |
| <b>1993</b>            | 44,69          |            | 29,06      |            | 19,21          |            | 2,30          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>            |                | 33,41      |            | 37,63      |                | 17,00      |               | 0,00       |                      | 5,75       |
| <b>1997</b>            | 53,18          |            | 27,35      |            | 13,27          |            | 1,58          |            | 0,00                 |            |
| <b>1999</b>            |                | 33,48      |            | 40,68      |                | 14,36      |               | 2,37       |                      | 5,47       |
| <b>2001</b>            | 50,61          |            | 30,27      |            | 14,76          |            | 0,89          |            | 0,00                 |            |
| <b>2002</b>            |                | 29,92      |            | 38,69      |                | 21,03      |               | 3,03       |                      | 2,50       |
| <b>2005</b>            | 53,28          | 28,62      | 22,88      | 46,46      | 19,11          | 12,32      | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 7,71       |
| <b>2009</b>            | 38,23          | 31,36      | 52,06      | 31,54      | 5,67           | 13,92      | 0,00          | 4,97       | 1,47                 | 15,54      |

*Tabela XIV – Concelho de Vila Viçosa*

| <b>Partidos</b>        | <b>PCP-PEV</b> |            | <b>PS</b>  |            | <b>PPD-PSD</b> |            | <b>CDS-PP</b> |            | <b>Out. Partidos</b> |            |
|------------------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|----------------------|------------|
| <b>Anos / Eleições</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b> | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>     | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>    | <b>LEG</b> | <b>AUT</b>           | <b>LEG</b> |
| <b>1976</b>            | 48,32          | 37,28      | 28,66      | 34,94      | 0,00           | 11,73      | 19,17         | 6,55       | 0,00                 | 5,95       |
| <b>1979</b>            | 51,95          | 46,15      | 14,81      | 17,99      | 30,47          | 0,00       | 0,00          | 0,00       | 0,00                 | 33,49      |
| <b>1980</b>            |                | 42,61      |            | 0,00       |                | 0,00       |               | 0,00       |                      | 55,41      |
| <b>1982</b>            | 55,68          |            | 24,31      |            | 15,75          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1983</b>            |                | 44,18      |            | 28,74      |                | 17,64      |               | 4,31       |                      | 3,39       |
| <b>1985</b>            | 50,52          | 37,40      | 0,00       | 15,78      | 40,96          | 22,42      | 0,00          | 0,00       | 5,05                 | 20,39      |
| <b>1987</b>            |                | 30,51      |            | 16,31      |                | 37,75      |               | 1,80       |                      | 11,12      |
| <b>1989</b>            | 28,05          |            | 46,50      |            | 21,04          |            | 0,00          |            | 0,00                 |            |
| <b>1991</b>            |                | 20,51      |            | 25,34      |                | 43,11      |               | 2,57       |                      | 6,23       |
| <b>1993</b>            | 31,15          |            | 26,24      |            | 34,34          |            | 4,50          |            | 0,00                 |            |
| <b>1995</b>            |                | 21,43      |            | 44,00      |                | 22,24      |               | 7,26       |                      | 3,26       |
| <b>1997</b>            | 34,11          |            | 20,54      |            | 22,62          |            | 19,86         |            | 0,00                 |            |
| <b>1999</b>            |                | 17,56      |            | 47,56      |                | 22,15      |               | 6,80       |                      | 5,60       |
| <b>2001</b>            | 39,32          |            | 32,21      |            | 16,08          |            | 9,15          |            | 0,00                 |            |
| <b>2002</b>            |                | 15,02      |            | 44,11      |                | 28,62      |               | 7,69       |                      | 4,34       |
| <b>2005</b>            | 51,08          | 1,29       | 28,72      | 53,31      | 13,69          | 19,68      | 1,99          | 4,06       | 0,00                 | 9,94       |
| <b>2009</b>            | 39,50          | 17,34      | 46,49      | 33,10      | 9,47           | 21,55      | 2,12          | 8,35       | 0,00                 | 25,62      |

## **Apêndice 4 – Inquérito por Questionário**

### **Questionário**

O presente questionário é dirigido a uma amostra de 385 eleitores dos concelhos do distrito de Évora, nomeadamente, Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Mourão, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa. A distribuição pelos concelhos será proporcional à densidade de eleitores dos mesmos em relação à totalidade de eleitores do distrito.

A análise do questionário pretende fornecer dados para a elaboração da Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação, curso ministrado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. O objetivo desta dissertação relaciona-se com a fidelidade partidária nas eleições para a Câmara Municipal nos concelhos do distrito de Évora.

Solicita-se e agradece-se, desde já, a sua indispensável colaboração neste estudo através da resposta ao questionário que a seguir se apresenta. As respostas são anónimas e confidenciais e os dados recolhidos destinam-se a ser utilizados exclusivamente para fins estatísticos e académicos, no âmbito deste estudo.

Muito obrigada pela sua contribuição.

Vila Viçosa, Agosto de 2012  
Dulce Dias Gonçalves

## Parte I – Informações de Classificação

1.) Eleitor do Sexo:

1.1. Masculino ☐ 1.2. Feminino ☐

2.) Indique a sua Idade \_\_\_\_\_

3.) Identifique o concelho a que pertence:

|                      |                          |                             |                          |
|----------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 3.1. Alandroal       | <input type="checkbox"/> | 3.8. Mora                   | <input type="checkbox"/> |
| 3.2. Arraiolos       | <input type="checkbox"/> | 3.9. Portel                 | <input type="checkbox"/> |
| 3.3. Borba           | <input type="checkbox"/> | 3.10. Redondo               | <input type="checkbox"/> |
| 3.4. Estremoz        | <input type="checkbox"/> | 3.11. Reguengos de Monsaraz | <input type="checkbox"/> |
| 3.5. Évora           | <input type="checkbox"/> | 3.12. Vendas Novas          | <input type="checkbox"/> |
| 3.6. Mourão          | <input type="checkbox"/> | 3.13. Viana do Alentejo     | <input type="checkbox"/> |
| 3.7. Montemor-o-Novo | <input type="checkbox"/> | 3.14. Vila Viçosa           | <input type="checkbox"/> |

4.) Que Grau de Instrução/Habilitações Literárias possui?

|                                                  |                          |                    |                          |
|--------------------------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| 4.1. Sem habilitações                            | <input type="checkbox"/> | 4.6. Licenciatura  | <input type="checkbox"/> |
| 4.2. 1º Ciclo (4º Ano de Escolaridade)           | <input type="checkbox"/> | 4.7. Pós-Graduação | <input type="checkbox"/> |
| 4.3. 2º Ciclo (6º Ano de Escolaridade)           | <input type="checkbox"/> | 4.8. Mestrado      | <input type="checkbox"/> |
| 4.4. 3º Ciclo (9º Ano de Escolaridade)           | <input type="checkbox"/> | 4.9. Doutoramento  | <input type="checkbox"/> |
| 4.5. Ensino Secundário (12º Ano de Escolaridade) | <input type="checkbox"/> |                    |                          |

5.) No que respeita à situação face ao emprego é:

- 5.1. Estudante ☐
- 5.2. Desempregado(a) ☐
- 5.3. Desempregado(a) à procura do Primeiro Emprego ☐
- 5.4. Trabalhador(a) por Conta Própria ☐
- 5.5. Trabalhador(a) por Conta de Outrem no sector Privado ☐
- 5.6. Trabalhador(a) por Conta de Outrem no sector Público ☐
- 5.7. Pensionista ☐
- 5.8. Outra ☐ 5.8.1. Qual? \_\_\_\_\_

Se optou pela resposta **5.1. ‘Estudante’** ou **5.7. ‘Pensionista’** passe para a questão 7.)

6.) Em qual das seguintes categorias se insere a sua profissão?

- 6.1. Professores ☐
- 6.2. Trabalhadores Qualificados na Indústria e nos Serviços sem licenciatura ☐
- 6.3. Trabalhadores Qualificados na Indústria e nos Serviços com licenciatura ☐
- 6.4. Trabalhadores não Qualificados ☐
- 6.5. Empresários da Indústria e dos Serviços ☐
- 6.6. Comerciantes ☐
- 6.7. Diretores de altos Cargos Públicos e Privados ☐

7.) Indique o número de elementos que constituem o seu agregado familiar, contando consigo \_\_\_\_\_

8.) A situação do seu agregado familiar face aos rendimentos mensais insere-se em qual das seguintes opções?

- 8.1. Sem Rendimentos ☐
- 8.2. Rendimentos até 500€ ☐
- 8.3. Rendimentos entre 501€ e 1000€ ☐
- 8.4. Rendimentos entre 1001€ e 1500€ ☐
- 8.5. Rendimentos entre 1501€ e 2000€ ☐
- 8.6. Rendimentos entre 2001€ e 2500€ ☐
- 8.7. Rendimentos Superiores a 2501€ ☐

9.) A qual dos seguintes Grupos Sociais pensa pertencer? (**Assinale apenas uma opção**)

- 9.1. Desempregados ☐
- 9.2. Pobres ☐
- 9.3. Classe Operária/Trabalhadora ☐
- 9.4. Classe Média ☐
- 9.5. Classe Média Alta ☐
- 9.6. Classe Alta ☐
- 9.7. Nenhuma ☐
- 9.8. Outra ☐ **9.8.1. Qual?** \_\_\_\_\_

## Parte II – Interesse pela Política

**10.)** Em geral, a política interessa-lhe:

**10.1.** Nada ☐

**10.4.** Muito ☐

**10.2.** Pouco ☐

**10.5.** Muitíssimo ☐

**10.3.** Razoavelmente ☐

Se optou pela resposta **10.1. ‘Nada’**, responda à questão **11.)**

Se optou pela resposta **10.2., 10.3., 10.4. ou 10.5.**, passe para a questão **12.)**

**11.)** Se referiu ser nada interessado(a) pela política indique uma razão para o seu desinteresse.

---

---

**12.)** Globalmente, em que medida está ou não satisfeito(a) com o funcionamento da política:

**12.1.** Indiferente ☐

**12.5.** Em parte satisfeito(a) ☐

**12.2.** Totalmente insatisfeito(a) ☐

**12.6.** Satisfeito(a) ☐

**12.3.** Insatisfeito(a) ☐

**12.7.** Totalmente satisfeito(a) ☐

**12.4.** Em parte insatisfeito(a) ☐

**13.)** Em relação ao grau de informação e sabedoria das questões políticas que possui considera-se:

**13.1.** Nada informado(a) ☐

**13.3.** Informado(a) ☐

**13.2.** Pouco informado(a) ☐

**13.4.** Muito informado(a) ☐

### Parte III – Partidos Políticos

**14.)** Na sua opinião qual é a principal utilidade dos partidos políticos? **(Assinale apenas uma opção)**

- 14.1. Não servem para nada ☐
- 14.2. Servem para dividir as pessoas ☐
- 14.3. Servem para representar os seus interesses próprios e de quem os constitui ☐
- 14.4. Servem para representar os interesses dos grupos e classes sociais ☐
- 14.5. Servem para dar voz ao povo ☐
- 14.6. Outra ☐ 14.6.1 Qual? \_\_\_\_\_

**15.)** É simpatizante de algum partido político?

- 15.1. Não, nunca fui ☐ 15.3. Sim, sou ☐
- 15.2. Não, mas já fui ☐

**16.)** Da lista de partidos que se apresenta a seguir, com qual se identifica mais? **(Assinale apenas uma opção)**

- 16.1. PCP ☐ 16.5. Nenhum ☐
- 16.2. PS ☐ 16.6. Outro ☐ 16.6.1. Qual? \_\_\_\_\_
- 16.3. PPD-PSD ☐
- 16.4. CDS-PP ☐

**17.)** Vota no partido que identificou na questão anterior (questão 16) em qual das seguintes situações: **(Assinale apenas uma opção)**

- 17.1. Nunca, porque não costumo votar ☐
- 17.2. Nunca, porque voto sempre em branco ☐
- 17.3. Sempre, até quando não me identifico com as suas propostas ☐
- 17.4. Quando me identifico com as propostas políticas que apresenta ☐
- 17.5. Quando me identifico e simpatizo com o candidato ☐
- 17.6. Quando me identifico com as propostas e com o candidato ☐
- 17.7. Outra ☐ 17.7.1. Qual? \_\_\_\_\_

#### **Parte IV – Eleições Autárquicas e Decisão do Voto**

**18.)** Das seguintes razões que podem levar uma pessoa a votar num determinado partido nas eleições autárquicas (eleição para a Câmara Municipal), assinale aquela que tem maior peso na decisão do seu voto. **(Assinale apenas uma opção)**

- 18.1. O partido em que voto habitualmente e do qual simpatizo ou sou filiado ☐
- 18.2. O partido em que os meus familiares votam ☐
- 18.3. O partido que melhor representa e defende os meus interesses pessoais ☐
- 18.4. O partido que governa o país ☐
- 18.5. O partido que está mais próximo dos meus ideais ☐
- 18.6. O partido que tem o líder mais simpático e popular ☐
- 18.7. O partido que tem pessoas que me inspiram confiança ☐
- 18.8. O partido que é constituído por amigos ou familiares ☐
- 18.9. O partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho ☐
- 18.10. O partido que me parece menos mau ☐

**18.11.** Outra ☐ **18.11.1.** Qual? \_\_\_\_\_

**19.)** Nas eleições autárquicas (eleição para a Câmara Municipal) e legislativas (para a Assembleia da República) ocorridas no ano de 2009 votou no mesmo partido ou mudou?

**19.1.** Votei no mesmo partido ☐

**19.2.** Votei em partidos diferentes ☐

**19.3.** Não votei nas Autárquicas ☐

**19.4.** Não votei nas Legislativas ☐

**19.5.** Não votei nas autárquicas nem nas legislativas ☐

**19.6.** Outra ☐ **19.6.1.** Qual? \_\_\_\_\_

Se optou pela resposta **19.1.**, responda à questão **20** e terminou o questionário

Se optou pela resposta **19.2.**, responda à questão **21** e terminou o questionário

Se optou pela resposta **19.3.**, **19.4.**, **19.5.** ou **19.6.** **terminou o questionário**

**20.)** Qual foi a razão que o(a) levou a votar no mesmo partido nas eleições de 2009?

**20.1.** Só voto no meu partido ☐

**20.2.** Foi por acaso que votei no mesmo partido ☐

**20.3.** Identifiquei-me com as propostas do partido nas duas eleições ☐

**20.4.** Identifiquei-me com os candidatos do partido nas duas eleições ☐

**20.5.** Outra ☐ **20.5.1.** Qual? \_\_\_\_\_

**21.)** Qual foi a razão que o(a) levou a votar em partidos diferentes nas eleições de 2009? **(Assinale apenas uma opção)**

**21.1.** As eleições são diferentes e por isso também tive escolhas diferentes ☐

**21.2.** Nas eleições autárquicas identifiquei-me com as propostas de um partido e nas legislativas identifiquei-me com as propostas de outro ☐

**21.3.** Ao contrário das eleições legislativas, nas autárquicas o candidato é mais importante que o partido ☐

**21.4.** Outra ☐

**21.5.1.** Qual? \_\_\_\_\_

Muito Obrigada pela sua colaboração!

## Apêndice 5- Análise dos Resultados

### 1. Género – Questão 1

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |           | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|-------|-----------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid | Masculino | 183        | 47,5     | 47,5            | 47,5                 |
|       | Feminino  | 202        | 52,5     | 52,5            | 100,0                |
|       | Total     | 385        | 100,0    | 100,0           |                      |

### 2. Idade – Questão 2

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |                                | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|-------|--------------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid | Idade entre os 18 e os 30 anos | 84         | 21,8     | 21,8            | 21,8                 |
|       | Idade entre os 31 e os 43 anos | 119        | 30,9     | 30,9            | 52,7                 |
|       | Idade entre os 44 e os 56 anos | 91         | 23,6     | 23,6            | 76,4                 |
|       | Idade entre os 57 e os 69 anos | 59         | 15,3     | 15,3            | 91,7                 |
|       | Com idade superior a 70 anos   | 32         | 8,3      | 8,3             | 100,0                |
|       | Total                          | 385        | 100,0    | 100,0           |                      |

### 3. Concelho de Residência – Questão 3

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|                       | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>Acumulada |
|-----------------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid Alandroal       | 14         | 3,6      | 3,6                | 3,6                     |
| Arraiolos             | 17         | 4,4      | 4,4                | 8,1                     |
| Borba                 | 17         | 4,4      | 4,4                | 12,5                    |
| Estremoz              | 33         | 8,6      | 8,6                | 21,0                    |
| Évora                 | 126        | 32,7     | 32,7               | 53,8                    |
| Mourão                | 7          | 1,8      | 1,8                | 55,6                    |
| Montemor-o-Novo       | 40         | 10,4     | 10,4               | 66,0                    |
| Mora                  | 13         | 3,4      | 3,4                | 69,4                    |
| Portel                | 19         | 4,9      | 4,9                | 74,3                    |
| Redondo               | 16         | 4,2      | 4,2                | 78,4                    |
| Reguengos de Monsaraz | 24         | 6,2      | 6,2                | 84,7                    |
| Vendas Novas          | 27         | 7,0      | 7,0                | 91,7                    |
| Viana do Alentejo     | 13         | 3,4      | 3,4                | 95,1                    |
| Vila Viçosa           | 19         | 4,9      | 4,9                | 100,0                   |
| Total                 | 385        | 100,0    | 100,0              |                         |

#### 4. Habilitações Literárias – Questão 4

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|                        | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>Acumulada |
|------------------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid Sem Habilitações | 22         | 5,7      | 5,7                | 5,7                     |
| 1º Ciclo               | 42         | 10,9     | 10,9               | 16,6                    |
| 2º Ciclo               | 43         | 11,2     | 11,2               | 27,8                    |
| 3º Ciclo               | 80         | 20,8     | 20,8               | 48,6                    |
| Ensino Secundário      | 114        | 29,6     | 29,6               | 78,2                    |
| Licenciatura           | 61         | 15,8     | 15,8               | 94,0                    |
| Pós-Graduação          | 9          | 2,3      | 2,3                | 96,4                    |
| Mestrado               | 12         | 3,1      | 3,1                | 99,5                    |
| Doutoramento           | 2          | ,5       | ,5                 | 100,0                   |
| Total                  | 385        | 100,0    | 100,0              |                         |

## 5. Situação face ao Emprego – Questão 5

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|                                                   | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|---------------------------------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid Estudante                                   | 27         | 7,0      | 7,0             | 7,0                  |
| Desempregado                                      | 48         | 12,5     | 12,5            | 19,5                 |
| Desempregado à procura do primeiro emprego        | 5          | 1,3      | 1,3             | 20,8                 |
| Trabalhador por conta própria                     | 27         | 7,0      | 7,0             | 27,8                 |
| Trabalhador por conta de outrem no sector privado | 151        | 39,2     | 39,2            | 67,0                 |
| Trabalhador por conta de outrem no sector público | 70         | 18,2     | 18,2            | 85,2                 |
| Pensionista                                       | 57         | 14,8     | 14,8            | 100,0                |
| Total                                             | 385        | 100,0    | 100,0           |                      |

## 6. Profissão – Questão 6

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 303 |
|   | Missing | 82  |

|         |                                                                         | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|---------|-------------------------------------------------------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid   | Professores                                                             | 14         | 3,6      | 4,6             | 4,6                  |
|         | Trabalhadores qualificados na indústria e nos serviços sem licenciatura | 104        | 27,0     | 34,3            | 38,9                 |
|         | Trabalhadores qualificados na indústria e nos serviços com licenciatura | 56         | 14,5     | 18,5            | 57,4                 |
|         | Trabalhadores não qualificados                                          | 84         | 21,8     | 27,7            | 85,1                 |
|         | Empresários da indústria e dos serviços                                 | 21         | 5,5      | 6,9             | 92,1                 |
|         | Comerciantes                                                            | 22         | 5,7      | 7,3             | 99,3                 |
|         | Diretores de altos cargos públicos e privados                           | 2          | ,5       | ,7              | 100,0                |
|         | Total                                                                   | 303        | 78,7     | 100,0           |                      |
| Missing | Não se aplica                                                           | 81         | 21,0     |                 |                      |
|         | Não respondeu                                                           | 1          | ,3       |                 |                      |
|         | Total                                                                   | 82         | 21,3     |                 |                      |
| Total   |                                                                         | 385        | 100,0    |                 |                      |

## 7. Número de Elementos do Agregado Familiar – Questão 7

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |       | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|-------|-------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid | 1     | 39         | 10,1     | 10,1            | 10,1                 |
|       | 2     | 119        | 30,9     | 30,9            | 41,0                 |
|       | 3     | 118        | 30,6     | 30,6            | 71,7                 |
|       | 4     | 92         | 23,9     | 23,9            | 95,6                 |
|       | 5     | 13         | 3,4      | 3,4             | 99,0                 |
|       | 6     | 3          | ,8       | ,8              | 99,7                 |
|       | 8     | 1          | ,3       | ,3              | 100,0                |
|       | Total | 385        | 100,0    | 100,0           |                      |

## 8. Rendimentos do Agregado Familiar – Questão 8

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |                                | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|-------|--------------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid | Sem rendimentos                | 9          | 2,3      | 2,3             | 2,3                  |
|       | Rendimentos até 500€           | 42         | 10,9     | 10,9            | 13,2                 |
|       | Rendimentos entre 501 e 1000€  | 149        | 38,7     | 38,7            | 51,9                 |
|       | Rendimentos entre 1001 e 1500€ | 92         | 23,9     | 23,9            | 75,8                 |
|       | Rendimentos entre 1501 e 2000€ | 48         | 12,5     | 12,5            | 88,3                 |
|       | Rendimentos entre 2001 e 2500€ | 32         | 8,3      | 8,3             | 96,6                 |
|       | Rendimentos superiores a 2501€ | 13         | 3,4      | 3,4             | 100,0                |
|       | Total                          | 385        | 100,0    | 100,0           |                      |

## 9. Grupos Sociais – Questões 9

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |                              | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>Acumulada |
|-------|------------------------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid | Desempregados                | 35         | 9,1      | 9,1                | 9,1                     |
|       | Pobres                       | 45         | 11,7     | 11,7               | 20,8                    |
|       | Classe operária-trabalhadora | 173        | 44,9     | 44,9               | 65,7                    |
|       | Classe média                 | 119        | 30,9     | 30,9               | 96,6                    |
|       | Classe média alta            | 9          | 2,3      | 2,3                | 99,0                    |
|       | Classe alta                  | 1          | ,3       | ,3                 | 99,2                    |
|       | Nenhuma                      | 3          | ,8       | ,8                 | 100,0                   |
|       | Total                        | 385        | 100,0    | 100,0              |                         |

## 10. Interesse pela Política em Geral – Questão 10

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |               | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>acumulada |
|-------|---------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid | Nada          | 70         | 18,2     | 18,2               | 18,2                    |
|       | Pouco         | 148        | 38,4     | 38,4               | 56,6                    |
|       | Razoavelmente | 131        | 34,0     | 34,0               | 90,6                    |
|       | Muito         | 28         | 7,3      | 7,3                | 97,9                    |
|       | Muitíssimo    | 8          | 2,1      | 2,1                | 100,0                   |
|       | Total         | 385        | 100,0    | 100,0              |                         |

### 11. Razões para o Desinteresse pela Política – Questão 11

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 72  |
|   | Missing | 313 |

|         |                                                         | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>Acumulada |
|---------|---------------------------------------------------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid   | Não gosto de política                                   | 24         | 6,2      | 33,3               | 33,3                    |
|         | Não faz nada por Portugal                               | 6          | 1,6      | 8,3                | 41,7                    |
|         | Falta de honestidade dos políticos                      | 9          | 2,3      | 12,5               | 54,2                    |
|         | A má imagem do políticos e o péssimo trabalho que fazem | 13         | 3,4      | 18,1               | 72,2                    |
|         | Desilusão com a política                                | 7          | 1,8      | 9,7                | 81,9                    |
|         | A desacreditação dos políticos                          | 11         | 2,9      | 15,3               | 97,2                    |
|         | Não ligo à Política                                     | 2          | ,5       | 2,8                | 100,0                   |
|         | Total                                                   | 72         | 18,7     | 100,0              |                         |
| Missing | Não se aplica                                           | 313        | 81,3     |                    |                         |
| Total   |                                                         | 385        | 100,0    |                    |                         |

## 12. Grau de Satisfação dos Eleitores com a Política – Questão 12

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |                         | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|-------|-------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid | Indiferente             | 36         | 9,4      | 9,4             | 9,4                  |
|       | Totalmente insatisfeito | 150        | 39,0     | 39,0            | 48,3                 |
|       | Insatisfeito            | 130        | 33,8     | 33,8            | 82,1                 |
|       | Em parte insatisfeito   | 58         | 15,1     | 15,1            | 97,1                 |
|       | Em parte satisfeito     | 8          | 2,1      | 2,1             | 99,2                 |
|       | Satisfeito              | 1          | ,3       | ,3              | 99,5                 |
|       | Totalmente satisfeito   | 2          | ,5       | ,5              | 100,0                |
|       | Total                   | 385        | 100,0    | 100,0           |                      |

## 13. Grau de Informação sobre Questões Políticas – Questão 13

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |                 | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|-------|-----------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid | Nada Informado  | 38         | 9,9      | 9,9             | 9,9                  |
|       | Pouco Informado | 146        | 37,9     | 37,9            | 47,8                 |
|       | Informado       | 197        | 51,2     | 51,2            | 99,0                 |
|       | Muito informado | 4          | 1,0      | 1,0             | 100,0                |
|       | Total           | 385        | 100,0    | 100,0           |                      |

#### 14. Principal Utilidade dos Partidos – Questão 14

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |                                                                            | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>Acumulada |
|-------|----------------------------------------------------------------------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid | Não servem para nada                                                       | 48         | 12,5     | 12,5               | 12,5                    |
|       | Servem para dividir as pessoas                                             | 53         | 13,8     | 13,8               | 26,2                    |
|       | Servem para representar os seus interesses próprios e de quem os constitui | 167        | 43,4     | 43,4               | 69,6                    |
|       | Servem para representar os interesses dos grupos e classes sociais         | 73         | 19,0     | 19,0               | 88,6                    |
|       | Servem para dar voz ao povo                                                | 44         | 11,4     | 11,4               | 100,0                   |
|       | Total                                                                      | 385        | 100,0    | 100,0              |                         |

#### 15. Simpatia por um Partido – Questão 15

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |                 | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>Acumulada |
|-------|-----------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid | Não, nunca fui  | 172        | 44,7     | 44,7               | 44,7                    |
|       | Não, mas já fui | 26         | 6,8      | 6,8                | 51,4                    |
|       | Sim, sou        | 187        | 48,6     | 48,6               | 100,0                   |
|       | Total           | 385        | 100,0    | 100,0              |                         |

### 16. Identificação com um Partido – Questão 16

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 375 |
|   | Missing | 10  |

|         |               | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>Acumulada |
|---------|---------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid   | PCP           | 41         | 10,6     | 10,9               | 10,9                    |
|         | PS            | 104        | 27,0     | 27,7               | 38,7                    |
|         | PPD-PSD       | 52         | 13,5     | 13,9               | 52,5                    |
|         | CDS-PP        | 13         | 3,4      | 3,5                | 56,0                    |
|         | Nenhum        | 154        | 40,0     | 41,1               | 97,1                    |
|         | PNR           | 1          | ,3       | ,3                 | 97,3                    |
|         | PPM           | 2          | ,5       | ,5                 | 97,9                    |
|         | BE            | 7          | 1,8      | 1,9                | 99,7                    |
|         | PND           | 1          | ,3       | ,3                 | 100,0                   |
|         | Total         | 375        | 97,4     | 100,0              |                         |
| Missing | Não respondeu | 10         | 2,6      |                    |                         |
| Total   |               | 385        | 100,0    |                    |                         |

**17. Situações em que os Eleitores votam no Partido com que se Identificam – Questão 17**

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 382 |
|   | Missing | 3   |

|         |                                                               | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|---------|---------------------------------------------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid   | Nunca, porque não costumo votar                               | 59         | 15,3     | 15,4            | 15,4                 |
|         | Nunca, porque voto sempre em branco                           | 43         | 11,2     | 11,3            | 26,7                 |
|         | Sempre, até quando não me identifico com as suas propostas    | 33         | 8,6      | 8,6             | 35,3                 |
|         | Quando me identifico com as propostas políticas que apresenta | 94         | 24,4     | 24,6            | 59,9                 |
|         | Quando me identifico e simpatizo com o candidato              | 27         | 7,0      | 7,1             | 67,0                 |
|         | Quando me identifico com as propostas e com o candidato       | 77         | 20,0     | 20,2            | 87,2                 |
|         | Não me identifico com nenhum partido                          | 49         | 12,7     | 12,8            | 100,0                |
|         | Total                                                         | 382        | 99,2     | 100,0           |                      |
| Missing | Não respondeu                                                 | 3          | ,8       |                 |                      |
| Total   |                                                               | 385        | 100,0    |                 |                      |

### 18. Motivações para o Voto dos eleitores nas Eleições Autárquicas – Questão 18

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 384 |
|   | Missing | 1   |

|         |                                                                           | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|---------|---------------------------------------------------------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid   | O partido em que voto habitualmente e com o qual simpatizo ou sou filiado | 29         | 7,5      | 7,6             | 7,6                  |
|         | O partido em que os meus familiares votam                                 | 2          | ,5       | ,5              | 8,1                  |
|         | O partido que melhor representa e defende os meus interesses pessoais     | 26         | 6,8      | 6,8             | 14,8                 |
|         | O partido que governa o país                                              | 2          | ,5       | ,5              | 15,4                 |
|         | O partido que está mais próximo dos meus ideias                           | 50         | 13,0     | 13,0            | 28,4                 |
|         | O partido que tem o líder mais simpático e popular                        | 13         | 3,4      | 3,4             | 31,8                 |
|         | O partido que tem pessoas que me inspiram confiança                       | 80         | 20,8     | 20,8            | 52,6                 |
|         | O partido que é constituído por amigos ou familiares                      | 2          | ,5       | ,5              | 53,1                 |
|         | O partido que se apresenta capaz de resolver os problemas do concelho     | 119        | 30,9     | 31,0            | 84,1                 |
|         | O partido que me parece menos mau                                         | 30         | 7,8      | 7,8             | 91,9                 |
|         | Voto em branco                                                            | 11         | 2,9      | 2,9             | 94,8                 |
|         | Não costumo votar                                                         | 20         | 5,2      | 5,2             | 100,0                |
|         | Total                                                                     | 384        | 99,7     | 100,0           |                      |
| Missing | Não respondeu                                                             | 1          | ,3       |                 |                      |
| Total   |                                                                           | 385        | 100,0    |                 |                      |

### 19. Voto dos eleitores nas Eleições Autárquicas e Legislativas de 2009 – Questão 19

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 385 |
|   | Missing | 0   |

|       |                                                    | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|-------|----------------------------------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid | Votei no mesmo partido                             | 155        | 40,3     | 40,3            | 40,3                 |
|       | Votei em partidos diferentes                       | 105        | 27,3     | 27,3            | 67,5                 |
|       | Não votei nas autárquicas                          | 15         | 3,9      | 3,9             | 71,4                 |
|       | Não votei nas legislativas                         | 17         | 4,4      | 4,4             | 75,8                 |
|       | Não votei nem nas autárquicas nem nas legislativas | 88         | 22,9     | 22,9            | 98,7                 |
|       | Votei em branco                                    | 5          | 1,3      | 1,3             | 100,0                |
|       | Total                                              | 385        | 100,0    | 100,0           |                      |

### 20. Motivações para o voto no mesmo Partido – Questão 20

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 157 |
|   | Missing | 228 |

|         |                                                                | Frequência | Percent. | Percent. Válida | Frequência Acumulada |
|---------|----------------------------------------------------------------|------------|----------|-----------------|----------------------|
| Valid   | Só voto no meu partido                                         | 32         | 8,3      | 20,4            | 20,4                 |
|         | Foi por acaso que votei no mesmo partido                       | 14         | 3,6      | 8,9             | 29,3                 |
|         | Identifiquei-me com as propostas do partido nas duas eleições  | 87         | 22,6     | 55,4            | 84,7                 |
|         | Identifiquei-me com os candidatos do partido nas duas eleições | 24         | 6,2      | 15,3            | 100,0                |
|         | Total                                                          | 157        | 40,8     | 100,0           |                      |
| Missing | Não se aplica                                                  | 228        | 59,2     |                 |                      |
| Total   |                                                                | 385        | 100,0    |                 |                      |

## 21. Motivação para o voto em Partidos Diferentes – Questão 21

|   |         |     |
|---|---------|-----|
| N | Valid   | 102 |
|   | Missing | 283 |

|         |                                                                                                                                      | Frequência | Percent. | Percent.<br>Válida | Frequência<br>Acumulada |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Valid   | As eleições são diferentes e por isso também tive escolhas diferentes                                                                | 20         | 5,2      | 19,6               | 19,6                    |
|         | Nas eleições autárquicas identifiquei-me com as propostas de um partido e nas legislativas identifiquei-me com as propostas de outro | 42         | 10,9     | 41,2               | 60,8                    |
|         | Ao contrário das legislativas, nas autárquicas o candidato é mais importante que o partido                                           | 40         | 10,4     | 39,2               | 100,0                   |
|         | Total                                                                                                                                | 102        | 26,5     | 100,0              |                         |
| Missing | Não se aplica                                                                                                                        | 283        | 73,5     |                    |                         |
| Total   |                                                                                                                                      | 385        | 100,0    |                    |                         |

**Apêndice 6 – Tabela e Gráfico auxiliares na comparação dos resultados obtidos pelos partidos nas eleições Legislativas e Autárquicas em cada um dos concelhos do distrito de Évora**

*Tabela XV – Médias e Diferença, em percentagem, entre os Resultados Eleitorais do PCP-PEV, do PS, do PPD-PSD e do CDS-PP nos Concelhos do Distrito de Évora entre os anos 1976 e 2009, inclusive*

|                              | PCP-PEV |       |           | PS    |       |           | PPD-PSD |       |           | CDS-PP |      |           |
|------------------------------|---------|-------|-----------|-------|-------|-----------|---------|-------|-----------|--------|------|-----------|
|                              | LEG.    | AUT.  | Diferença | LEG.  | AUT.  | Diferença | LEG.    | AUT.  | Diferença | LEG.   | AUT. | Diferença |
| <b>Alandroal</b>             | 43,18   | 45,03 | 1,85      | 27,68 | 26,93 | 0,75      | 12,91   | 10,14 | 2,77      | 1,41   | 0,38 | 1,03      |
| <b>Arraiolos</b>             | 45,88   | 57,56 | 11,68     | 22,95 | 16,43 | 6,52      | 14,27   | 8,43  | 5,84      | 1,50   | 0,16 | 1,34      |
| <b>Borba</b>                 | 45,88   | 39,35 | 6,53      | 15,86 | 38,74 | 22,88     | 1,77    | 8,83  | 7,06      | 14,63  | 0,09 | 14,54     |
| <b>Estremoz</b>              | 23,96   | 33,35 | 9,39      | 29,29 | 25,36 | 3,93      | 23,42   | 13,15 | 10,27     | 2,84   | 4,02 | 1,17      |
| <b>Évora</b>                 | 19,64   | 42,04 | 22,40     | 29,14 | 23,56 | 5,57      | 29,57   | 18,34 | 11,23     | 2,59   | 1,88 | 0,72      |
| <b>Mourão</b>                | 23,33   | 17,42 | 5,91      | 35,76 | 35,81 | 0,06      | 20,41   | 20,19 | 0,22      | 2,22   | 2,35 | 0,13      |
| <b>Montemor-o-Novo</b>       | 46,66   | 49,32 | 2,66      | 23,91 | 21,85 | 2,06      | 14,17   | 9,46  | 4,71      | 1,47   | 0,48 | 0,99      |
| <b>Mora</b>                  | 41,38   | 49,52 | 8,14      | 22,20 | 16,36 | 5,85      | 18,16   | 13,64 | 4,51      | 1,95   | 0,34 | 1,61      |
| <b>Portel</b>                | 45,88   | 45,85 | 0,03      | 28,20 | 38,58 | 10,38     | 11,18   | 3,24  | 7,94      | 1,04   | 0,04 | 1,00      |
| <b>Redondo</b>               | 33,04   | 40,09 | 7,05      | 27,81 | 17,16 | 10,64     | 16,59   | 15,32 | 1,27      | 2,43   | 0,68 | 1,75      |
| <b>Reguengos de Monsaraz</b> | 24,02   | 24,13 | 0,11      | 37,95 | 46,11 | 8,16      | 17,63   | 11,98 | 5,65      | 1,85   | 1,16 | 0,68      |
| <b>Vendas Novas</b>          | 36,05   | 47,30 | 11,25     | 25,33 | 24,15 | 1,18      | 18,70   | 9,64  | 9,06      | 2,55   | 1,38 | 1,17      |
| <b>Viana do Alentejo</b>     | 41,39   | 46,92 | 5,53      | 25,71 | 28,58 | 2,87      | 13,98   | 10,03 | 3,95      | 1,71   | 0,43 | 1,27      |
| <b>Vila Viçosa</b>           | 27,61   | 39,06 | 11,46     | 30,10 | 24,41 | 5,69      | 20,57   | 18,58 | 1,99      | 4,12   | 5,16 | 1,05      |

Gráfico I - Diferença, em percentagem, entre os Resultados das Eleições Autárquicas e Legislativas nos concelhos do Distrito de Évora

